

# *Guia de Fontes*

*Documentais do Arquivo  
Permanente do TJMG*

*História Negra:  
escravidão, liberdades, resistências e violências*



*Guia de  
Fontes*

*Documentais do Arquivo  
Permanente do TJMG*

*História Negra: escravidão, liberdades, resistências e violências*

*Volume I*

Organizadores:

André Onofre Limírio Chaves  
Júlia Pazzini Scarpelli de Aguiar  
Sônia da Conceição Aparecida dos Santos

# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJF

Rua Raul Pompeia, nº 101, 7º andar, São Pedro, Belo Horizonte/MG

CEP 30330-080

Endereço eletrônico: [www.ejef.tjmg.jus.br](http://www.ejef.tjmg.jus.br)

*E-mail:* [cojur@tjmg.jus.br](mailto:cojur@tjmg.jus.br)

Os conceitos e afirmações emitidos nesta obra são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

M614g MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.

Guia de fontes documentais do Arquivo Permanente do TJMG: história negra: escravidão, liberdades, resistências e violências: v. 1 / Organizadores: André Onofre Limírio Chaves; Julia Pazzini Scarpelli Aguiar [e] Sônia da Conceição Aparecida dos Santos. -- Belo Horizonte: TJMG/EJEJF, 2025.

472 p.

1. História do Brasil. 2. Pessoas escravizadas - Brasil. I. CHAVES, André Onofre Limírio. II. AGUIAR, Julia Pazzini Scarpelli. III. SANTOS, Sônia da Conceição Aparecida dos. IV. Título.

CDD: 981  
CDU: 981(093)

Ficha catalográfica elaborada pela  
Coordenação de Biblioteca do TJMG - COBIB



## *FICHA TÉCNICA*

### **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG**

**Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior**  
*Presidente*

**Desembargador Marcos Lincoln dos Santos**  
*1º Vice-Presidente*

**Desembargador Saulo Versiani Penna**  
*2º Vice-Presidente*

**Desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima**  
*3º Vice-Presidente*

**Desembargador Estevão Lucchesi de Carvalho**  
*Corregedor-Geral de Justiça*

**Desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça**  
*Vice-Corregedora-Geral de Justiça*

### **Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF**

#### **Comitê Técnico da EJEF**

Desembargador Saulo Versiani Penna  
Desembargador Maurício Pinto Ferreira (Superintendente-Adjunto)  
Desembargadora Juliana Campos Horta de Andrade  
Desembargadora Âmalin Aziz Sant'Ana  
Desembargadora Maria Inês Rodrigues de Souza  
Juiz de Direito Thiago Grazziane Gandra  
Diretor Executivo de Desenvolvimento de Pessoas (DIRDEP):  
Iácones Batista Vargas  
Diretor Executivo de Gestão da Informação Documental (DIRGED):  
Thiago Israel Simões Doro Pereira

#### **Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED**

#### **Gerência de Arquivo e Gestão Documental da Secretaria do TJMG e de Gestão de Documentos Eletrônicos e Permanentes - GEDOC**

*Gerente*  
Simone Meireles

#### **Coordenação de Arquivo Permanente TJMG - COARPE**

*Coordenadora*  
Sônia da Conceição Aparecida dos Santos

*Supervisor Administrativo*  
Vagner de Souza Carmo

*Assistente Executivo*  
Vitor Hugo Santos de Melo

*Encarregado de Serviços*  
Marcus Vinícius Ferreira Leite

*Auxiliar de Limpeza*  
Terezinha Joana das Dores

*Equipe Técnica:*

*Historiadores*  
André Onofre Limirio Chaves  
Julia Pazzini Scarpelli de Aguiar

*Conservadores e Restauradores*  
Maycon Felipe da Silva Amaral  
Patrícia Vaz de Mello Lavall

*Equipe de Apoio:*  
Davi Rodrigues de Souza  
Raiane Ferreira de Souza  
Robson Jose Fernandes  
Jairo Soares

*Equipe de Cadastro:*  
Edileuza da Silva Santos  
Elaine Karine Silveira  
Gláucia do Nascimento Diniz  
Jonatan Ferreira dos Santos  
Julia Xavier Santos  
Karine Silveira  
Roseemeire Xavier Dias Brandi

## **Produção Editorial**

### **Gerência de Jurisprudência, Biblioteca e Publicações Técnicas – GEJUR**

*Gerente*  
Claudiciano dos Santos Pereira

### **Coordenação de Jurisprudência e Publicações Técnicas – COJUR**

*Coordenador*  
Mauricio Tobias de Lacerda

**Projeto gráfico, capa e diagramação:** Carolina Camargo Garrido e  
Éder Augusto Reis

## *ABREVIATURAS*

CNJ	-	Conselho Nacional de Justiça
COARPE	-	Coordenação de Arquivo Permanente
EJEF	-	Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes
DIRGED	-	Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental
GEDOC	-	Gerência de Arquivo e Gestão de Documentos Eletrônicos e Permanentes
TJMG	-	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TRE	-	Tribunal da Relação do Estado
TROP	-	Tribunal da Relação de Ouro Preto
TRRJ	-	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro

## *LISTA DE FIGURAS*

Figura 1 - Johannes Vingboons, Aldus Vertoont Hem Het Casteel de Mÿna aen de Noordt West Zÿde, Vÿt de Rivier aen te Sjen, 1665-1668

Figura 2 - Perda de suporte nas bordas

Figura 3 - Manchas ocasionadas por fungos

Figura 4 - Manchas de umidade

Figura 5 - Manchas de umidade e fungos

Figura 6 - Degradação por ataque de fungo

Figura 7 - Manchas e esporos de fungos

Figura 8 - Manchas de umidade e esporos de fungo

Figura 9 - Degradação por fungo que resultou no ressecamento e desprendimento de papel

Figura 10 - Perda de suporte em decorrência da fragilidade da fibra do papel por ataque de fungos

Figura 11 - Documentos antes e depois do tratamento

Figura 12 - Documento em estado avançado de deterioração, com vestígios de papel de outro documento sobreposto na capa. (O resultado final, na quarta imagem)

Figura 13 - Perda de suporte, reintegração e consolidação do documento com o uso de papel japonês

Figura 14 - Aplicação de metilcelulose sobre o documento a fim de consolidar as fibras de papel do documento atacado por fungos

Figura 15 - Problemas com fungos



# SUMÁRIO

<i>PREFÁCIO</i> .....	11
<i>Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior</i>	
<i>APRESENTAÇÃO</i> .....	14
<i>Desembargador Saulo Versiani Penna</i>	
<i>1 INTRODUÇÃO: ANALISAR O PASSADO E REPARAR O PRESENTE</i> .....	16
<i>André Onofre Limírio Chaves e Júlia Pazzini Scarpelli de Aguiar</i>	
<i>2 FONTES JUDICIAIS E A ESCRITA DO PASSADO</i> .....	27
<i>Júlia Pazzini Scarpelli de Aguiar</i>	
<i>3 CONSTRUINDO TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS A PARTIR DE FONTES JUDICIAIS: OS CASOS DE EUGÊNIO E ANA</i> .....	36
<i>Anna Luiza de Brito Martins e Gustavo Lopes Santos Anunciação</i>	
<i>4 PRESERVANDO O PASSADO: A CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS JUDICIAIS PELO LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E PEQUENOS REPAROS DA COARPE/TJMG</i> .....	51
<i>Maycon Felipe da Silva Amaral</i> <i>Patrícia Vaz de Mello Lavall</i> <i>Viviane Aparecida Silva</i>	
<i>5 COMARCAS DE A Até J</i>	
<i>5.1 Comarca de Abaeté</i> .....	73
<i>5.2 Comarca de Além Paraíba</i> .....	90
<i>5.3 Comarca de Alfenas</i> .....	106
<i>5.4 Comarca do Alto Rio Doce</i> .....	112
<i>5.5 Comarca de Alvinópolis</i> .....	116
<i>5.6 Comarca de Andrelândia</i> .....	120
<i>5.7 Comarca de Araçuaí</i> .....	152
<i>5.8 Comarca de Boa Esperança</i> .....	156
<i>5.9 Comarca de Bocaiúva</i> .....	170
<i>5.10 Comarca de Bom Sucesso</i> .....	176
<i>5.11 Comarca de Bonfim</i> .....	186



5.12 Comarca de Caeté .....	202
5.13 Comarca de Camanducaia .....	214
5.14 Comarca de Cambuí .....	240
5.15 Comarca de Campo Belo .....	244
5.16 Comarca do Carmo do Paranaíba .....	252
5.17 Comarca de Cataguases .....	256
5.18 Comarca de Conceição do Mato Dentro.....	314
5.19 Comarca de Conselheiro Lafaiete.....	366
5.20 Comarca de Curvelo.....	370
5.21 Comarca de Formiga.....	394
5.22 Comarca de Grão Mogol.....	404
5.23 Comarca de Jacuí .....	416
5.24 Comarca de Juiz de Fora.....	426
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	433
Júlia Pazzini Scarpelli de Aguiar	
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	447



Charles Landseer/ Goupe of Slaves on Sale/ Acervo Instituto Moreira Salles



## PREFÁCIO

Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

É com grande satisfação que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais apresenta o *Guia de Fontes Documentais do Arquivo Permanente do TJMG - História Negra: escravidão, liberdades, resistências e violências - Volume 1*. Esta publicação não é apenas um documento; é um testamento do nosso empenho em resgatar e preservar a memória para a compreensão do presente.

A gestão documental do TJMG tem evoluído sobremaneira nos últimos anos. Em 2016, a Coordenação de Arquivo Permanente (COARPE) foi estabelecida, integrada à estrutura da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), por intermédio da Diretoria de Gestão da Informação Documental (DIRGED). Seu objetivo principal é organizar, salvaguardar e centralizar os documentos do Judiciário mineiro, cujo acervo data de 1736, abrangendo os períodos colonial, imperial e republicano. A Resolução 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina a guarda permanente de documentos produzidos até 1950, assegurando a preservação de testemunhos históricos vitais. Recentemente, esse espaço foi nomeado Arquivo Permanente Julio César Bandeira de Mello, em homenagem a servidor pioneiro nas iniciativas de Gestão Documental da Instituição. Atualmente, a COARPE mantém sob a sua guarda cerca de seiscentos mil documentos, um número que segue em expansão contínua.

O compromisso social do Poder Judiciário estende-se para além do julgamento de processos, abarcando o resgate e preservação da história da sociedade em que atua. O Guia visa fomentar a pesquisa e trazer à luz memórias que, por vezes, foram sujeitas a tentativas de apagamento. A disponibilização desses registros pelo TJMG é um ato de reparação e um auxílio para a conquista de direitos civis, revelando as ricas nuances culturais, políticas e socioeconômicas do período escravista.

Este Guia é fruto de um trabalho interdisciplinar. Historiadores, arquivistas compilaram e sistematizaram aproximadamente 600 documentos de 23 comarcas, com foco no período da escravidão. Em paralelo, equipe de restauradores dedicou-se à recuperação e preservação do material.

Esta publicação alinha-se às iniciativas do Conselho Nacional de Justiça, que, em outubro de 2024, instituiu o Grupo de Trabalho Memória da Escravidão e da Liberdade, alinhado com ações mais amplas de memória e verdade sobre a escravidão, promovidas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), focadas no objetivo de combater o racismo e promover a justiça.

Que o *Guia de Fontes Documentais do Arquivo Permanente do TJMG - História Negra: escravidão, liberdades, resistências e violências - Volume 1* inspire novas inves-



tigações e contribua para a construção de uma compreensão mais profunda da História Negra, resgatando a humanidade negada e reafirmando seu papel intrínseco na formação do Brasil.



Charles Landseer/ Slave Labourer/ Acervo Instituto Moreira Salles



## APRESENTAÇÃO

Desembargador Saulo Versiani Penna

2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

O *Guia de Fontes Documentais do Arquivo Permanente do TJMG - História Negra: escravidão, liberdades, resistências e violências - Volume 1* emerge como um instrumento de valor único para o aprofundamento do conhecimento e a promoção do direito à memória. Sua existência não se limita à organização de registros, mas se estabelece como um alicerce fundamental para a construção de uma cultura jurídica mais consciente e inclusiva, contribuindo para fortalecer a cidadania.

A relevância de um trabalho como este reside na sua capacidade de conectar o passado jurídico com os desafios contemporâneos, enriquecendo o debate sobre a aplicação do direito e a promoção da justiça. Os documentos aqui compilados, embora produzidos originalmente para fins estritamente jurídicos, revelam-se testemunhos indispensáveis para o estudo da formação histórica de Minas Gerais e do Brasil. Eles oferecem uma perspectiva singular sobre a vida social, econômica e cultural de épocas passadas, informando sobre as violências sofridas, as estratégias de resistência e a busca por liberdade e dignidade.

Para a comunidade jurídica e acadêmica, este Guia é uma ferramenta inestimável. Ele não só facilita o acesso e a pesquisa qualificada a um vasto manancial documental, mas também estimula novas abordagens interdisciplinares e ações educativas. A difusão de uma memória plural, inclusiva e acessível é vital para a formação de cidadãos que compreendam a profundidade histórica das desigualdades e a importância do protagonismo da população negra na constituição da sociedade brasileira.

Este trabalho reafirma o compromisso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com a valorização do conhecimento histórico e a ampliação do diálogo entre o Judiciário, a sociedade e a história. Ao disponibilizar esses registros, o TJMG não apenas cumpre seu papel na preservação do patrimônio documental, mas também contribui ativamente para a interpretação crítica das estruturas sociais e jurídicas, fomentando uma cidadania mais robusta e informada.

Que este Guia inspire pesquisadores, estudantes e cidadãos a aprofundarem sua compreensão sobre a intrincada relação entre direito, história e justiça social, pavimentando o caminho para um futuro mais equitativo.



## 1 INTRODUÇÃO: ANALISAR O PASSADO E REPARAR O PRESENTE

*André Onofre Limírio Chaves*  
*Julia Pazzini Scarpelli Aguiar*

“Bibiana e Severo se arrumaram para mais uma jornada em busca de um registro da associação de trabalhadores e pescadores de Água Negra. De posse das assinaturas, iriam ao cartório. Numa manhã nublada, de calor abafado, o céu quase branco, Salu lembrou que guardava o pedaço do bilhete que Sutério havia dado a meu pai há mais de setenta anos. Seria bom juntar uma cópia aos documentos, haviam decidido na última reunião.

Era um bilhete num papel manchado que Zeca guardou junto com outros documentos, num envelope pardo, quase desfeito pelo tempo. Me lembro do dia em que Bibiana o abriu com cuidado, quando nosso pai pediu que lesse, para que todos tomássemos conhecimento sobre qual era nossa situação na fazenda. Quando Bibiana terminou de ler eu mesma fiz questão de conferir: ‘Esteve aqui o Sr. José Alcino pedindo uma morada eu dei a ele lá na beira do rio Utinga e disse a ele que tem que trabalhar nas roças da fazenda e pode levantar casa de barro proibido casa de tijolo.’”

(Vieira Júnior, 2018, p. 176)

O *Guia de fontes documentais do Arquivo Permanente do TJMG - História Negra: escravidão, liberdades, resistências e violências* é um projeto pensado pelos historiadores da Coordenação de Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (COARPE) como forma de fomentar pesquisas e resgatar memórias. A elaboração, no entanto, só foi possível por meio de um trabalho interdisciplinar viabilizado pela coordenadora, Sônia Santos, em conjunto com a equipe técnica e os estagiários. Somase, também, o essencial apoio dos colaboradores do Arquivo, responsáveis pelo cadastro dos documentos e suas retiradas das altas estantes, para digitalização e disponibilização para o público.

A COARPE localiza-se em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, e está vinculada à Gerência de Arquivo e Gestão de Documentos Eletrônicos e Permanentes (GEDOC). Com o objetivo de classificar, sistematizar, preservar e concentrar a documentação produzida pelo Judiciário mineiro, a coordenação foi criada em 2016, e, recentemente, o espaço de guarda do acervo foi nomeado Arquivo Permanente Julio César Bandeira de Mello. O acervo custodiado pela COARPE é proveniente do recolhimento dos documentos criminais, cíveis e administrativos oriundos das comarcas mineiras. Conforme o art. 30, VI, da Resolução 324, de 30 de junho de 2020, foi definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a guarda permanente de todos os documentos produzidos pelo Judiciário até 1950. Além desse conjunto, integram o acervo os demais documentos classificados como de guarda permanente, conforme o Plano de Classificação



e Tabela de Temporalidade (PCTT) do TJMG. Concomitantemente às atividades de custódia e preservação, a COARPE atua na disponibilização desses documentos para a sociedade, em consonância com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 novembro de 2011).

Atualmente, a COARPE possui cerca de seiscentos mil documentos cadastrados, montante que está em contínuo crescimento. Nesse escopo, o mais antigo documento é datado de 1736. Portanto, o acervo remonta aos períodos colonial, imperial e republicano, permitindo a compreensão da atuação do Judiciário nessas respectivas temporalidades. Dessa maneira, o passado da atuação judiciária mineira está em processo de guarda centralizada, como forma de evitar que importantes documentos se percam com o sopro do tempo. Paralelamente, alinha-se à missão a garantia de que importantes testemunhos sejam preservados e disponibilizados para a sociedade, para os seus mais diversos usos, seja o memorialístico ou o comprobatório.

Nós, os historiadores, passamos a compor a equipe técnica recentemente, sendo o *Guia de fontes* a materialização do trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2024. Ao nos depararmos com o contexto anteriormente exposto, fomos cativados pelas infinitas possibilidades de pesquisa, assim como as riquezas materiais e as alternativas de investigação nesse grande acervo. No sistema de localização e guarda, de uso interno, constam aproximadamente três mil documentos que fazem menção a um dos grandes traumas da sociedade brasileira: a escravidão. Incluem-se ações de liberdade, de escravização, com os mais diversos relatos, desde o direito de propriedade ao uso efetivo das leis abolicionistas para as alforrias. A violência, em suas múltiplas facetas, também pode ser identificada de forma mais explícita nos documentos de cunho criminal, que trazem perspectivas sobre as histórias da violência, da repressão, da punição, da justiça, em especial, no século XIX. Desse modo, definimos como prioridade de nossos esforços iniciais a sistematização das fontes relacionadas a esse contexto. Essa escolha levou em consideração a urgência em dar luz a essas fontes, uma vez que o direito à memória é também uma forma de reparação histórica, principalmente, a fim de viabilizar a conquista e legitimidade dos direitos civis. Esse projeto, portanto, foi pensando em consonância com a missão do TJMG: “Garantir, no âmbito de sua competência, a prestação jurisdicional com qualidade, eficiência e presteza, de forma a atender aos anseios da sociedade e constituir-se em instrumento efetivo de justiça, equidade e de promoção da paz social” (Minas Gerais, 2020).

Na epígrafe, não à toa a sua escolha, é possível identificar o valor do documento para a concretização da oralidade. O domínio da escrita é um dos marcadores dos tempos históricos da Humanidade, visto que as informações legadas são meios de acessar o passado e permitem que pesquisadores elaborem narrativas que auxiliam o entendimento sobre a formação humana ao longo dos séculos. As palavras possuem o poder de garantir ou não direitos, de combater injustiças ou contribuir com elas. Desse modo, os documentos possuem a dualidade de serem repositórios de informações que

vão favorecer ou não algum indivíduo. O bilhete dado por Sutério e guardado com muita cautela por Zeca Chapéu Grande comprovava que há mais de 70 anos a sua família assentou-se na fazenda de José Alcino da Silva, cultivando a terra em prol de garantir o seu sustento, bem como a riqueza do latifundiário. Isto é, o vínculo com aquele espaço por mais de duas gerações garantia o direito à terra, porém, o único comprovante formal do acordo verbal encontrava-se num bilhete ordinário, escrito para conceder uma ordem e, em seguida, a ser descartado. O olhar atento de Zeca, no entanto, que, mesmo não sabendo ler e escrever, foi capaz de entender que aquele papel possuía algum valor. Em paralelo, no contexto do Arquivo Permanente do TJMG, a documentação judicial para além de ter sido criada no intuito de conceder algum direito, de garantir o respeito às leis, hoje, é um importante repositório da existência de pessoas, da luta por justiça. Além disso, são reflexos do funcionamento da sociedade em épocas em que os valores e as normas apresentam ao mesmo tempo diferenças e semelhanças com o tempo atual.

A colonização foi combustível para a violência institucionalizada, quando o Estado, à época, sistematizou recursos e artimanhas para garantir o funcionamento da máquina colonial, entre elas, a escravização, seja africana ou indígena. Esse contexto serviu de base para a formação nacional, criou profundas raízes e hoje gera frutos amargos, como a desigualdade social. Os impactos, no entanto, não são percebidos apenas economicamente, como também, pela dificuldade na garantia dos Direitos Humanos, entre eles, o da memória.

Para a população negra brasileira, cuja maioria de seus antepassados foi escravizada, tal processo de violação da dignidade humana, da perda da liberdade, foi responsável por condicionar vidas em números, em mercadorias ou bens. A memória dessas pessoas também foi sequestrada, transformando-a em Manoéis, Anastácias, Pedros, Germanos, Bentos, Filipes, Anas, Isidoros, Eduardos, Satiros, Miguéis, entre outros: indivíduos que foram suprimidos da sua identidade, condicionados a serem sujeitos de alguém, a respeitar costumes e hábitos do outro. Assim, a genealogia de famílias pretas sofre limitações, visto que parte da documentação oficial não foi preservada, e a remanescente, muitas vezes, apaga os nomes ancestrais em prol da colonização. A tradição sobrevivente é, portanto, uma consequência da insistência e resistência, seja por meio da oralidade, seja pelas manifestações culturais, que legaram a possibilidade de compreensão da História Negra. Esta, lamentavelmente, em contextos de formação coloniais, está atrelada à dinâmica escravocrata.

A documentação relacionada à escravidão presente na COARPE é de grande impacto para a sociedade brasileira. Parte da documentação oficial do período escravocrata, em especial, relacionada com o Ministério da Fazenda, foi destruída a mando de Rui Barbosa, que, por meio da Portaria de 14 de dezembro de 1890, determinou que

[...] todos os papeis, livros e documentos existentes nas repartições (desse órgão), relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenário, que deverão ser sem demora remetidos

a esta Capital (Rio de Janeiro) [...] uma comissão [...] dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papeis e procederá a queima e destruição imediata deles, que se fará na casa da máquina da Alfândega desta Capital (Brasil, 1890).

Nesse sentido, o movimento objetivou o apagamento do passado escravista, que, em suas próprias palavras, visava a “destruir esses vestígios por honra da Pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira” (Brasil, 1890). Almejava-se, portanto, eliminar qualquer barreira que rememorasse a crueldade institucionalizada em que o Brasil se apoiou até aquele momento. A chamada “comunhão brasileira” apresentou-se como solução para todas as mazelas e, a partir daí, o mito da igualdade racial ganhou as mais diversas mentes, como um projeto de Estado. Ademais, o propósito estava além de pensar no bem-estar do povo negro. Pelo contrário, a destruição dos documentos valia-se como forma de proteger o Tesouro Público de possíveis ações mobilizadas pelos antigos proprietários de escravos, ainda ressentidos pela “violação” de seus direitos de propriedade.

O ato de Rui Barbosa foi parabenizado pelo Congresso Nacional à época, celebrado como um “ato glorioso”. Não à toa que em moção feita em decorrência das fogueiras que queimaram esses vestígios documentais, os congressistas pontuaram que “as gerações futuras [estavam] a salvo de todas as vergonhas que o estado servil gerou” (Lacombe; Silva; Barbosa, 1988, p. 119). Ademais,

[...] o acervo da escravidão nada pode dar de útil ao Brasil sob o ponto de vista histórico, pois só consta de misérias inenarráveis desses tempos de barbárie. Queimar esses arquivos é fazer obra de benemerência, de moralidade, de garantia às gerações futuras, sem afetar interesse algum legítimo e apenas estancando uma fonte de difamação histórica (*Diário de Notícias*, 1890, *apud* Lacombe; Silva; Barbosa, 1988, p. 122).

Ou seja, entendia-se que esse passado não era cabível de culto, de ser lembrado, pelo contrário, era uma mácula que precisava ser limpa dos anais históricos. Isso, claro, reforçado pelo discurso republicano e positivista que almejava criar uma nova imagem para o Brasil, que negava os traumas do passado. Por isso, a documentação da escravidão que resistiu ao tempo e às ações humanas de destruição é testemunho de grande relevância histórica, que possibilita novas releituras, tanto de sua história, quanto da memória das suas vítimas.

Parte significativa da memória do período escravista no território mineiro está salvaguardada pela COARPE. O movimento de concentrar a documentação em um só local permitiu que importantes testemunhos do passado não fossem perdidos, mas, sim, postos ao crivo da equipe para que fossem acessados e sistematizados. Nesse caso específico, preserva importantes relatos sobre ou feitos por escravizados. Os processos judiciais oferecem a possibilidade de ouvir as múltiplas vozes que por tanto tempo foram silenciadas. Salienta-se que, nesse compilado de fontes, a Comarca de Cataguases

se sobressai em volume de documentos em relação às outras comarcas arroladas. Observa-se, também, a diversidade de ações, principalmente de cunho cível, uma vez que a documentação proveniente do Juízo dos Órfãos de Cataguases não sofreu grande dispersão. Esse fato contribuiu para a compreensão da unidade desse órgão produtor, que, a partir das décadas de 1870, foi responsável pela emissão de um grande volume de cartas de liberdade, reflexo do movimento abolicionista.

A análise histórica dos documentos arrolados nesta publicação revelam aspectos culturais, contextos políticos e socioeconômicos, uma vez que trazem à tona conflitos, negociações e resistências. Isso porque o período escravista brasileiro não foi apenas um sistema econômico, mas influenciou condutas, estabeleceu hierarquias (sociais e raciais) e marcou valores, tudo isso em meio às fortes tensões sociais. Nesse sentido, o *Guia de fontes* foi pensado como um facilitador para o desenvolvimento de estudos que reconheçam a herança de nossas desigualdades estruturais e estimulem formas de enfrentá-la. Além disso, objetiva-se valorizar a diversidade cultural e gerar empoderamento a comunidades que outrora foram subalternizadas.

O art. 216 da Constituição Federal de 1988 elucida que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (Brasil, 1988/[2016]).

Tendo como base essas diretrizes, para além de valorizar a importância documental para a história e “memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988/[2016]), o *Guia de fontes* foi pensado em conjunto com ações de preservação e conservação.

Nesse sentido, todos os documentos registrados passaram por ações de conservação preventiva pelo Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE, visando à proteção contra agentes biológicos de degradação. Além disso, foram acondicionados em materiais de pH alcalino como forma de garantir a preservação física e, em paralelo, digitalizados. Os documentos cíveis estão disponíveis no Acervo Minas Justiça, plataforma de acesso implementada pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), a fim de viabilizar o acesso aos documentos de cunho permanente do TJMG. Por ora, os documentos de teor criminal são disponibilizados para acesso mediante solicitação prévia.

A documentação reunida apresenta inúmeras possibilidades para a leitura e escrita do passado. Para além disso, é uma alternativa para a análise dos equipamentos judiciais à época utilizados para o cumprimento das leis. É perceptível que grande parte dos documentos apresentados é do século XIX. Mesmo assim, vale ressaltar que é recente o debate brasileiro acerca da preservação desses documentos. Dessa forma, muitos deles

se perderam ou foram reduzidos a pó, seja pelo desinteresse ou pelas más condições de armazenamento.

Dado o contexto, os testemunhos que resistiram são importantes vias de acesso a um período nebuloso da nossa História. Simultaneamente, não se exclui o fato de que documentos de cunho judicial, antes de sua centralização, tenham sido mantidos em outros arquivos, ou instituições museais, principalmente os do século XVIII. Isso porque, no século XX, os estudos sobre a História Colonial ganharam destaque, motivando arquivos e outras esferas a receberem a documentação que estivesse em risco de ser descartada. A garantia da preservação e do acesso a esses documentos é uma grande responsabilidade assumida pelo TJMG, principalmente, como forma de garantia do direito à memória. Conforme a fala do Presidente do TJMG, o Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, em sessão de 25 de fevereiro de 2025, sobre os desdobramentos da descoberta do Testamento de Chica da Silva pela instituição: “a função do Poder Judiciário não se resume a julgar processos, o nosso compromisso social também compreende o resgate da História, como forma de contribuição para entendermos o presente”. Dessa forma, apostamos que a disponibilização dessas fontes documentais possam trazer novas perspectivas para o presente sobre a constituição da nação brasileira.

Em outubro de 2024, o CNJ instituiu o Grupo de Trabalho Memória da Escravidão e da Liberdade, no intuito de realizar

[...] estudos e apresentar propostas de política de conservação, organização e difusão do acervo documental do Poder Judiciário, com foco nos processos judiciais relacionados à escravidão, à resistência e à luta pela liberdade de africanos e seus descendentes (Minas Gerais, 2024).

bem como promover ações para a igualdade e a justiça a fim combater o racismo. Esta publicação, portanto, dialoga com os princípios norteadores da missão do grupo de trabalho, antes mesmo da sua instauração. Tal fato demonstra a urgência da criação de políticas públicas que favoreçam e amparem a escrita da História Negra. Ademais, os documentos apresentados também fazem parte do Patrimônio Negro, conforme foi destacado pelos estudiosos sobre emancipações e pós-abolição da Associação Nacional de História, a ANPUH, em 2024, quando este projeto foi apresentado.

Por fim, acredita-se que o material disponibilizado é capaz de contribuir para as novas concepções historiográficas, identitárias e informativas para o povo negro, e cabe a nós, como cidadãos, criar meios de viabilizar a árdua tarefa de escrever o passado. Assim, esperamos que novas perspectivas possam ser expostas sobre a História Negra, para além da escravidão, especialmente, trazendo voz aos sujeitos marginalizados.

## 1.1 Estrutura do *Guia de fontes*

O *Guia de fontes* foi idealizado como ferramenta de apoio à pesquisa e ao fomento do saber científico. Ressalta-se que este é o primeiro volume, abarcando em torno de 600 documentos oriundos de 23 comarcas, recolhidos pela COARPE (A até J), sendo elas: Abaeté, Além Paraíba, Alfenas, Alto Rio Doce, Alvinópolis, Andrelândia, Araçuaí, Boa Esperança, Bocaiúva, Bom Sucesso, Bonfim, Caeté, Camanducaia, Campo Belo, Carmo do Paranaíba, Cataguases, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Formiga, Grão Mogol, Jacuí e, por fim, Juiz de Fora.

O Arquivo Permanente não recolheu a documentação de todas as comarcas mineiras, até o momento, 150 das 298 existentes. Isso porque muitos fóruns possuem arquivos próprios, dispensando o recolhimento pela COARPE. Ao longo dos séculos, as comarcas sofreram muitas alterações jurisdicionais (conforme demonstrado nos textos introdutórios sobre o passado de cada comarca), por isso, foi considerado o seu atual formato. Contudo, foram apresentados, também, o local de origem do processo e a comarca originária no momento de produção.

O *Guia de fontes* foi estruturado a partir do agrupamento da documentação por comarcas e, em cada uma delas, foram separados os processos de natureza cível e criminal em ordem cronológica. Previamente à sistematização das fontes, em si, foram elaborados textos que elucidam sobre os contextos históricos administrativos das comarcas. Vale ressaltar que esse material foi produzido para fins informativos, a partir do recorte temporal colonial, quando os aparatos administrativos e jurídicos começaram a ser formados (não desconsiderando, no entanto, a relevância da história dos povos originários, bem como sua influência na formação cultural brasileira).

Os inventários *post-mortem* não foram descritos, salvo exceções, em virtude de não trazerem muitas perspectivas, a não ser quantitativas, sobre a vida dos indivíduos escravizados. Para além disso, grande parte do acervo da COARPE é composta por documentação desse gênero, fato que inviabilizaria o seu arrolamento nesta publicação.

Durante a seleção de fontes, foram acrescentados também processos que extrapolaram o marco temporal da abolição da escravidão em 1888, uma vez que foram identificados casos em que as memórias do período ainda reverberavam. Nesse sentido, parte da documentação atesta o estigma que foi vinculado à figura tanto dos ex-escravos, quanto aos filhos de escravizadas ou libertas.

Na catalogação individual dos documentos, foram identificados: a data de criação do processo, o número de cadastro no sistema interno de controle do arquivo e um título, quando possível, *ipsis litteris*, ou reformulado por nós, como forma de facilitar a compreensão e sintetizar o conteúdo do processo. Nesse sentido, a ficha de registro seguiu o seguinte padrão:

Data inicial - número de cadastro:

“Título”:

Autoridades:

Juiz Municipal:

Escrivão:

Local:

Recurso judicial:

Data final:

Tamanho:

Referência documental: TJMG\_Comarca\_número de cadastro

Palavras-chave:

Por sermos sujeitos do nosso tempo, e também, como forma de decolonizar o pensamento historiográfico, optou-se pelo uso do termo “escravizado”, quando os títulos foram criados por nós, e “escravo”, mantido quando apresentado no título original do documento. Mesmo que a História requeira um rigoroso combate ao anacronismo e respeito aos documentos, a escolha é uma forma de projetar a visão do presente sobre o passado, principalmente por existirem, na atualidade, reminiscências de elementos coloniais na produção do conhecimento humano. Ressalta-se, também, que muitos documentos arrolados utilizaram, ainda no contexto de criação, o termo “escravizado”. Ou seja, tal diferenciação esteve presente nas mentes letradas do período, como reflexo do pensamento abolicionista.

Na estrutura descritiva, foram elencados, quando registrados, os nomes das autoridades que atuaram em cargos de desembargadores, juízes (de Direito, Municipal e de Paz), escrivães, delegados, subdelegados e curadores. Acrescenta-se também o local de origem de criação do documento, o recurso judicial que justifique a ação do documento, a data final, o tamanho, a referência documental e as “palavras-chave”, com o objetivo de facilitar as buscas de pesquisadores e leitores do *Guia de fontes*.

A partir da documentação contida no *Guia de fontes*, desenvolveu-se um exercício biográfico de indivíduos escravizados, como exemplos da aplicabilidade das fontes judiciais para a construção da História Negra. O objetivo é mapear as origens da população brasileira, valorizando a resistência das pessoas frente à diáspora forçada, além de estimular a escrita de mais histórias desconhecidas. As biografias de pessoas escravizadas são oportunidades de analisar a história da escravidão por meio de um novo olhar: a dos indivíduos oprimidos. Os relatos contidos nas páginas dos processos oferecem a possibilidade de identificar aspectos da cultura africana que influenciaram a formação da cultura brasileira (como a religião, alimentação, linguística) além de serem fontes inéditas, pouco utilizadas pela historiografia. Desse modo, esse exercício amplia mais uma camada sobre a riqueza das fontes judiciais para a escrita da História, visto

que há nelas importantes informações sobre aspectos da vida mundana, das estruturas relacionais, da economia, entre outras.

Somado a essas pesquisas, também foi organizado um Glossário, que contextualiza as diferentes ações judiciais que existiram na época e os procedimentos para viabilizá-las. A intenção desse estudo foi criar uma ferramenta, contextualizada historicamente, que facilite a compreensão das fontes, a fim de democratizar o conhecimento jurídico e dinamizar as pesquisas. Além disso, a sistematização histórica desses tipos documentais fornece elucidações de terminologias características utilizadas no período escravista. As “ações de liberdade” contidas no *Guia de fontes*, por exemplo, eram recursos judiciais utilizados pelos cativos para obtenção das alforrias, específicas do contexto da escravidão moderna no Brasil. Mesmo não sendo uma espécie documental utilitária em âmbito jurídico contemporâneo, ela assume o caráter histórico e memorialístico que justifica a necessidade de sua salvaguarda e preservação.

O grupo técnico produziu também um material informativo a respeito das atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos em Papel da COARPE. Além das demais atribuições habituais e a apresentação do contexto do Laboratório, foram indicadas as ações realizadas que não apenas se relacionaram, como também foram essenciais para a concretização deste projeto. No decorrer da catalogação, nos deparamos com algumas adversidades como a fragilidade e contaminação de alguns processos. A documentação proveniente da Comarca de Cataguases, por exemplo, exigiu o empenho ainda maior da equipe de conservadores e restauradores, a fim de garantir sua salvaguarda e preservação. Nesse sentido, foram indicados os procedimentos utilizados para o tratamento contra ataque de agentes biológicos, como fungos, além de técnicas utilizadas para o reparo de brocas causadas por insetos ou pelas marcas do tempo e acondicionamento inapropriado.

## 1.2 Sobre o acesso à documentação

Os documentos de cunho cível estão disponibilizados no Acervo Minas Justiça, no endereço: <https://acervominasjustica.tjmg.jus.br/>. Para a consulta, basta digitar, no campo “pesquisar”, o número do processo e acessá-lo via representante digital. Em contrapartida, os de cunho criminal, em decorrência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, ou Lei nº 13.709/2018, que determina cautela na divulgação de informações pessoais em documentos de cunho sensível, é preciso que o pesquisador solicitante assine um termo de responsabilidade antes de ter acesso ao documento. Para tal, é necessário entrar em contato com a COARPE, por meio dos endereços: [coarpe@tjmg.jus.br](mailto:coarpe@tjmg.jus.br) ou [coarpe.atendimento@tjmg.jus.br](mailto:coarpe.atendimento@tjmg.jus.br).





Alberto Henschel / Retrato - mulher negra não identificada/ Acervo Instituto Moreira Salles

## 2 FONTES JUDICIAIS E A ESCRITA DO PASSADO

*Júlia Pazzini Scarpelli de Aguiar*

### 2.1 As fontes judiciais e a historiografia

A formação e estruturação do aparato jurídico no território brasileiro foram responsáveis por gerar uma significativa quantidade de fontes. Formularam-se leis, decretos, regulamentos e constituições, além de serem produzidos documentos administrativos, livros cartoriais, processos cíveis e criminais. Quando utilizadas pela historiografia, essas fontes se classificam como “fontes primárias”, ou seja, originárias e produzidas em um determinado período histórico e analisadas sem intermédio de outras interpretações.

O caráter “oficial” das fontes assume um papel importante de análise, por serem documentos produzidos e salvaguardados por instituições ou autoridades governamentais, que contêm ricas ferramentas para a compreensão de aspectos formais de estruturação das instituições. Além disso, oferecem capacidade investigativa de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Por isso, podem contribuir para a identificação das permanências e rupturas típicas dos processos humanos ao longo do tempo, temática tão cara aos historiadores.

Sem desconsiderar a importância desses documentos para o campo historiográfico, é necessária a análise crítica das fontes, levando em conta que a oficialidade não corresponde à neutralidade. Nesse sentido, por terem sido elaboradas pelas classes dominantes, as fontes judiciais representam as estruturas e as ideologias concebidas por elas. A criação de documentos oficiais, portanto, relaciona-se com um mecanismo político de criação de fontes com o objetivo de conservação ou apagamento de memórias (Bloch, 2001).

Os documentos forenses são importantes instrumentos para a historiografia, pois as fontes permitem identificar práticas, costumes e discursos atrelados à sociedade e aos diferentes grupos sociais que a compunham. Para além do conteúdo escrito, as fontes judiciais contam histórias também por meio da materialidade. Nesse sentido, fornecem capacidade investigativa: os tipos de papel, as encadernações, as marcas d’água, bem como a estética, a caligrafia, as tintas usadas, a presença de mapas e os selos. A compreensão dos aspectos materiais contribui para a compreensão dos documentos e traz novas questões sobre a História da Cultura Escrita.

A partir das décadas de 1960 e 1970, os arquivos judiciais despertaram o interesse de historiadores como forma de compreender aspectos do passado ainda não pesquisados. Nos anos de 1980, a historiografia brasileira sofreu renovação quanto às práticas teórico-metodológicas, e os estudos começaram a abranger diferentes dimensões de análises. A chamada “revolução historiográfica” foi um movimento influenciado pela

redemocratização no Brasil e o surgimento de movimentos sociais como o feminista, o homossexual e o movimento negro (Chalhoub, 2005).

As fontes forenses, tanto cíveis quanto criminais, por fornecerem representações de conflitos do âmbito privado, ganharam ainda mais destaque. Isso porque a análise histórica delas revela, por exemplo, a forma como a sociedade lidava com os aparatos legais em seu tempo; quem eram os juristas, réus e autores, quais os crimes cometidos, bem como as formas de julgamentos e condenações. Além disso, oferecem a possibilidade de compreender as alterações das leis, aspectos hierárquicos, assim como as transformações e as permanências sociais e culturais ao longo do tempo. A relevância dessa documentação justifica a preservação dos documentos que servem como fonte não apenas para o campo investigativo da História, como também para o Direito, a Filosofia e as Ciências Sociais, por exemplo.

Anteriormente à revolução historiográfica, os estudos desenvolvidos sobre a escravidão brasileira apresentaram um problema denominado por Sidney Chalhoub (2005, p. 2) como “paradigma da ausência”: um processo histórico e social de formação de uma narrativa histórica oficial que desconsidera sistematicamente sujeitos ou eventos. Ao analisar estudos sobre a “história do trabalho” no Brasil, o historiador identificou que grande parte deles iniciava as análises a partir da formação de movimentos operários de imigrantes anarquistas durante a Primeira República. Ao fazer um paralelo com a historiografia europeia, que concebia a história do trabalho a partir da história dos camponeses (pré-Revolução Industrial), Chalhoub verificou que o período escravista (pré-capitalista) foi frequentemente desconsiderado nos estudos brasileiros.

As primeiras pesquisas desenvolvidas sobre a temática, portanto, não analisaram aspectos mais densos sobre o sistema escravista, pois, muitas vezes, focalizaram as análises exclusivamente a partir do viés econômico. Ao final do século XX, o diálogo com metodologias históricas que estavam sendo desenvolvidas em países como a França e a Inglaterra, combinado com os anseios sociais, foi responsável por consolidar uma área historiográfica que fugia da tradicional História do Brasil. Nessa conjuntura, a historiografia da escravidão no Brasil buscou historicizar e dar agência à figura do escravizado por meio da diversificação de fontes históricas. Surgiram, então, novas abordagens: mais críticas e completas sobre a temática. Desenvolveram-se estudos demográficos, análises sobre a construção de famílias escravizadas, aspectos da vida cultural, questões religiosas e de lazer, bem como mecanismos de resistência ao sistema escravista (Adolfo, 2017).

De acordo com o primeiro censo do Império, em 1872, a taxa de analfabetismo da população era de 82%, em um contexto em que a educação era restrita a uma elite. Grande parte das pessoas, incluindo a população escravizada, não deixou numerosos registros escritos. Esse fato histórico revela a importância das fontes oficiais, uma vez que estas conseguiram salvaguardar a existência não apenas dos escravizados como conjunto, mas também atestar suas existências individuais.

A utilização de fontes judiciais para a historiografia da escravidão brasileira fornece pistas importantes para a reconstrução do passado, sobre aspectos do cotidiano e acerca das negociações realizadas nas esferas pública e privada. Os estudos sobre o contexto são fundamentais, por revelarem o caráter plástico da escravidão, marcado por laços de sociabilidade, parentesco e violência, que influenciaram profundamente a formação social brasileira.

Além disso, não é possível estudar a história do Brasil desconsiderando a história da escravidão, pois o estigma, a exclusão social e o racismo não foram apagados com a transição para o sistema capitalista. Pelo contrário, as desigualdades foram acentuadas, assim como a marginalização social. A transição para o trabalho livre ocorreu de maneira gradual; em 1872, 42% da população negra já eram livres, mas, mesmo assim, permaneciam excluídos. A questão da cidadania também foi restringida, mesmo após a abolição. O voto, por exemplo, estava condicionado à exigência de renda mínima anual e à alfabetização (a partir da década de 1880), o que excluía grande parte dos libertos brasileiros. Para os africanos libertos, a condição de escravizado foi substituída pela de estrangeiro, com a diferença primordial de que, diferentemente de estrangeiros europeus, como portugueses e italianos, foram proibidos de criar associações de auxílio mútuo (Chalhoub, 2010).

Dessa maneira, a africanidade e a cultura de modo geral sofreram sistemáticas tentativas de apagamento — explícitas ou implícitas —, assim como a memória do período de mais de três séculos de utilização de mão de obra escrava. De modo mais evidente, em 14 de dezembro de 1890, por exemplo, o ministro das Finanças, Rui Barbosa, ordenou que todos os registros do Ministério da Fazenda sobre o tema, acondicionados em instituições públicas, fossem queimados. Felizmente, a iniciativa não foi bem-sucedida, e os documentos oficiais perduram em instituições como o Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Ressalta-se que as memórias do período escravista nesses documentos valem-se frequentemente de relatos coletados oralmente e, em seguida, formalizados nos moldes jurídicos. Nesse sentido, as exposições feitas, tanto pelos autores, quanto pelas figuras de autoridade, não necessariamente representam verdades absolutas ou reconstruções fidedignas de acontecimentos, mas, sim, fontes ativamente construídas, passíveis de interferências de vários fatores humanos, sociais e culturais. Portanto, é necessário considerar o contexto de produção dos documentos como alicerce para as análises, assim como o enfoque na construção dos discursos (Grinberg, 2009).

Dessa forma, para a análise histórica dos documentos inseridos no *Guia de fontes*, é proposto que a (o) pesquisadora (pesquisador) considere que os processos cíveis e criminais são fruto de escolhas das autoridades (do que é escrito e não escrito), que refletem, também, aspectos importantes da sociedade da época. Para isso, é importante que se atente para as “entrelinhas” dos documentos, como, por exemplo, as escolhas do

léxico por meio da utilização de palavras como “escravo”, “crioulo”, “pardo”, “africano”, “libertando”, “de nação”, dentre outras.

## 2.2 Contextualização legislativa da documentação contida no *Guia de fontes*

O *Guia de fontes* compilou documentos do século XIX, momento em que o Brasil começou a organizar os primeiros Códigos de Leis como nação independente. A análise das fontes pode servir como ferramenta também para compreensão da legislação como construção histórica, indissociada dos aspectos sociais e de projetos políticos.

Muitos processos relacionados à emancipação de escravizados (processos cíveis), por exemplo, principalmente os anteriores à Lei do Ventre Livre (Brasil, 1871), não contavam com legislação específica que sustentasse os argumentos apresentados. O Brasil passou a adotar um Código Civil apenas em 1916, com a publicação da Lei nº 3.071 do mesmo ano (Salgado, 2019). Dessa maneira, não é raro encontrar processos em que os advogados se utilizam de princípios de antigas normas como o direito romano, que é a matriz principal do direito espanhol, português e brasileiro, ou as Ordenações das Filipinas<sup>1</sup> (Grinberg; Peabody, 2014).

Antes do surgimento das Leis Abolicionistas, no âmbito do direito positivo,<sup>2</sup> não se mencionavam as relações escravistas. Essa configuração ajuda a compreender a forma como a justiça se relacionou com a escravidão. O silêncio da legislação quanto à prática de manter indivíduos em cativeiro foi muito influenciado pela existência, no contexto, de duas esferas do direito: o direito positivo e o costumeiro. Este último, fruto de um direito proveniente de conquistas em âmbito privado que coexistiam com o direito público (Reis; Silva, 2009). A dinâmica brasileira, explicada de forma impecável por Manuela Carneiro Cunha, se caracterizava por: “um conjunto do escrito e do não escrito, que não se cruzam, um afirmando relações sem privilégios entre cidadãos equivalentes, outro lidando com relações particulares de dependência e de poder” (Cunha, 1986, p. 144).

A Constituição de 1824 (Brasil, 1824), apesar de não abordar diretamente a questão escravista, foi responsável por estabelecer os pré-requisitos para a cidadania brasileira: libertos e nascidos no país. O direito político do voto, por exemplo, era mediante a exigência de renda mínima anual e a alfabetização (a partir da década de 1880), caso que deliberadamente excluiu grande parte da população. Dessa forma, a numerosa quantidade de africanos libertos foi somente reduzida à categoria de estrangeiros (Chalhoub, 2010).

A escravidão tornou-se um assunto público a partir da metade do século XIX, quando as leis abolicionistas: Leis Eusébio de Queirós (Brasil, 1850), Lei do Ventre

---

<sup>1</sup> Como elucidado por Keila Grinberg e Sue Peabody (2014), em *Escravidão e liberdade nas Américas*, as Ordenações Filipinas, publicadas pela primeira vez em 1603, foram resultado da reforma feita por Felipe II da Espanha, Felipe I de Portugal. Foram utilizadas no território brasileiro no período colonial, uma vez que a legislação portuguesa valia para todo o território imperial. Continham referências aos “escravos” e ao regime escravista com frequência.

<sup>2</sup> Refere-se ao conjunto de princípios e normas jurídicas aplicado a uma sociedade em um determinado contexto; ver Rodrigues (2008).



Livre e Lei dos Sexagenários (Brasil, 1885) passaram a vigorar. Nesse contexto, o Estado passou a intervir gradativamente em mais negociações de alforria, à medida que os escravizados acionavam esse mecanismo de intermediação de conflitos. Os cativos que estivessem contemplados por essas leis, por intermédio de uma pessoa livre, poderiam iniciar uma ação contra o senhor, a fim de obterem suas liberdades.

O Código Criminal Brasileiro (CCIB), de 1830, regulamentou a questão dos castigos físicos infligidos tanto aos cidadãos (livres), quanto aos escravos. O Código, ao mesmo tempo que condenava à pena de morte os cativos insurgentes (CCIB, art. 113), os que praticavam homicídio (CCIB, art. 192) ou roubo com morte (CCIB, art. 271), orientava um abrandamento dos castigos físicos nos escravizados (CCIB, art. 14, 6º). Além disso, foi responsável por criminalizar a submissão de uma pessoa livre à escravidão.<sup>3</sup> Parte da documentação criminal, por exemplo, ilustra as condenações à morte ou à pena de galés. Esta última, formalmente incluída no art. 44 do mesmo código, como: “A pena de galés sujeitará os réus a andarem com calceta no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província, onde tiver sido cometido o delito, à disposição do Governo” (Brasil, 1830). No caso das penas de morte, as cerimônias de suplício ocorriam por enforcamento em praça pública e são exemplos de violentos mecanismos de repressão utilizados à época. De modo geral, o Código Criminal de 1830 seguiu as bases coloniais do latifúndio de caráter agroexportador com o trabalho escravo. As mais severas penas foram atribuídas para escravizados, em contraponto com a manutenção do privilégio do perdão real (Pinto, 2010).

Proposta pelo padre Diogo Antônio Feijó, a Lei Feijó (Brasil, 1831), de novembro de 1831, foi a primeira lei brasileira a estipular o fim do tráfico de pessoas africanas para o Brasil, declarando livres todos os escravizados vindos de fora do Império e impondo penas aos seus importadores. A lei tornou-se conhecida por tratar de aparentes questões humanitárias, mas realmente estar vinculada aos interesses econômicos britânicos no Brasil. Nesse sentido, teve pouco efeito prático. Afinal, foi amplamente desrespeitada pelos responsáveis pelo tráfico, o que explica ter sido chamada de “lei para inglês ver” (Santos, 2010). Mesmo assim, a promulgação da Lei gerou queda inicial nas importações de escravizados, fruto da repressão policial. No entanto, no período próximo à extinção legal do tráfico, foi atestado um aumento da importação de escravizados e não demorou muito para que as importações aumentassem mais uma vez (Bethell, 1976).

Outra legislação que se relaciona com o período escravista é a Lei de 10 de junho de 1835, que serviu como ferramenta de repressão aos delitos cometidos por escravizados. A pena de morte era prevista aos escravizados que ofendessem gravemente seus respectivos senhores, suas esposas ou familiares, além de manter o crime de insurreição. Dessa maneira, além de aumentar o número de crimes passíveis a condenações mais rigorosas (em comparação com o Código Criminal de 1830), impedia que os escravizados pudessem recorrer às sentenças e estabeleceu que as condenações não dependiam da unanimidade do júri (Pirola, 2012).

<sup>3</sup> Parte terceira - Dos crimes particulares, Título I - Dos crimes contra a liberdade individual, Art. 179 (Brasil, 1830).

As pressões externas para o fim da escravidão continuaram e a Lei Eusébio de Queirós (Brasil, 1850), de 1850, foi, então, assinada, ressaltando o compromisso do governo e da justiça imperial com o fim do tráfico. Apesar disso, como a lei não discutiu a cumplicidade do Estado e da elite política com a escravização criminosa de africanos nas duas décadas anteriores, acabou promovendo um esquecimento dessas atividades ilegais. Por outro lado, a procura posterior do auxílio legal pelos escravizados para a emancipação demonstra o esforço pelo não esquecimento e a incansável busca da liberdade (Mamigonian, 2017).

A Lei do Ventre Livre (Brasil, 1871) (Lei nº 2.040), promulgada em 28 de setembro de 1871, estabeleceu que os filhos de mulheres escravizadas nascidos no Império a partir da sua promulgação seriam considerados livres. Os denominados ingênuos ficariam com os senhores de suas mães até a idade de oito anos, quando poderiam ser utilizados pelos senhores como mão de obra até os 21 anos ou ser entregues ao Estado mediante uma indenização de 600 mil réis (Silva, 2007).

No art. 4º da Lei, foi reconhecido o direito dos escravizados ao pecúlio. O fundo de emancipação foi um dispositivo legal a fim de garantir a liberdade de escravizados. Ponto crucial da referida lei foi a obrigatoriedade da matrícula de escravizados, prevista no art. 8º: “Proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração de nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida” (Brasil, 1871). De acordo com o § 2º, o artigo previa que o descumprimento geraria para o senhor uma multa “por uma vez somente o emolumento de 500 réis, se o fizer dentro do prazo marcado, e de 1\$000 se exceder o dito prazo” (Brasil, 1871). Se, para o Estado, a estratégia representava uma forma de assumir maior controle sobre o número real de escravizados e sobre a transição para o trabalho livre, para cativos e abolicionistas, mais uma forma de se apoiarem nas leis para reivindicar liberdades (Silva, 2007).

Em 13 de novembro de 1872, o Decreto nº 5.135 foi responsável por definir os modos como os recursos para o fundo de emancipação dos escravizados seriam arrecadados (Brasil, 1872). Ao mesmo tempo que o decreto trouxe mais segurança e proteção para os indivíduos associados a núcleos familiares, serviu também como um mecanismo de controle das ações de escravizados. Isso porque indicava uma crise do paternalismo e foi utilizado pelos senhores como forma de retaliação a possíveis ações que ferissem a ordem estabelecida. De qualquer forma, uma família escravizada passou a ter subsídios legais que evitassem a desagregação dos arranjos parentais (Perussatto, 2009).

A Lei dos Sexagenários (Brasil, 1885),<sup>4</sup> de nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei Saraiva Cotegipe, determinou a libertação dos escravizados idosos a partir dos 60 anos de idade, impondo-lhes o período de mais três anos (ou até atingirem 65 anos) de trabalho sob tutela senhorial. A Lei preservava mais o gradualismo e a lentidão do processo de emancipação, do que a ruptura da relação entre o senhor e o escravizado,

<sup>4</sup> Cf. BRASIL. Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>. Acesso em: 26 mar. 2025.



pois acabava preservando os laços de dependência já existentes nas relações de escravidão. A lei também regulamentou diversos aspectos relativos à alforria de cativos, bem como determinou uma nova matrícula (art. 8º) e novas diretrizes para o fundo de emancipação. A partir da promulgação, seria liberta a quantidade de escravizados correspondentes aos valores disponíveis no fundo de emancipação de cada município, sendo esses valores distribuídos proporcionalmente ao número de escravizados em cada região (Lago, 2020).

A longa trajetória abolicionista culminou na promulgação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 (Brasil, 1888). A chamada Lei Áurea, no entanto, previa somente a extinção da escravidão no Brasil e não foi acompanhada de nenhum tipo de política de inclusão, reparação ou tentativas de resolução de problemas da população liberta, como o acesso à educação, saúde ou habitação. A abolição tardia (quando comparada com outros países) foi fruto de um processo, de muitas disputas, pressões sociais internas e externas e não pode ser resumida pela pontual promulgação da Lei Áurea, tampouco a benevolência da Princesa Isabel.

Durante todo período colonial e imperial, os aparatos jurídicos estiveram, mesmo que inicialmente de forma indireta, relacionados ora à manutenção, ora à abolição do sistema escravista. Além disso, é indissociável a relação entre a vida jurídica com o cotidiano e com a formação cultural e social brasileira. Os processos contidos no *Guia de fontes*, ao mesmo tempo, atestam circunstâncias que os escravizados sofreram pelo estabelecimento de violentos mecanismos punitivistas, revelam numerosos casos em que a justiça agiu alinhada às ideias abolicionistas e auxiliou a libertação de muitos indivíduos.

De toda forma, vários aspectos sobre o período escravista ainda não foram analisados sob novos olhares pela dificuldade de acesso às fontes. O trabalho desenvolvido no *Guia de fontes*, portanto, incentiva justamente novas leituras sobre o passado escravista no Brasil, buscando resgatar memórias e pôr em perspectiva formas de reparação.





Thierry Frères / Esclaves nègres, de différentes nations/ Acervo Instituto Moreira Salles

### 3 CONSTRUINDO TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS A PARTIR DE FONTES JUDICIAIS: OS CASOS DE EUGÊNIO E ANA

*Anna Luiza de Brito Martins*

*Gustavo Lopes Santos Anunciação*

(Sob orientação de André Onofre Limírio Chaves)

“[...] biografar é, pois, descrever a trajetória única de um ser único, original e irrepetível; é traçar-lhe a identidade refletida em atos e palavras; é cunhar-lhe a vida pelo testemunho de outrem; é interpretá-lo, reconstruí-lo, quase sempre revivê-lo.”

(Carino, 1999, p. 154)

A construção biográfica de pessoas escravizadas é uma importante ferramenta para o resgate de trajetórias historicamente silenciadas por narrativas oficiais. Ao acessar o Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, deparamo-nos com fontes documentais que dão acesso a experiências individuais e coletivas de sujeitos que tiveram suas histórias registradas por outras pessoas ou instituições. Os registros judiciais, em sua maioria, foram produzidos a partir de conflitos legais entre pessoas escravizadas e escravocratas, que revelam não apenas singularidades das estruturas jurídicas e sociais da época, como também indícios de agência, da resistência e das redes de sociabilidade dessas pessoas.

Ao trazer à tona essas vozes, o trabalho biográfico contribui para uma reconstrução da memória histórica, em que os protagonistas têm suas histórias marcadas pela violência racial e institucional. Nesse sentido, a elaboração de biografias a partir de documentos de teor judicial não apenas resgata trajetórias, mas possibilita a construção de novas formas de se compreender a História do Brasil escravista, bem como a História Negra. Nesse ato de reconstrução, reside a potência política dessas narrativas.

Nessa perspectiva, por meio de documentos encontrados no Arquivo Permanente do TJMG, foram elaboradas duas biografias: a de Eugênio e a de Ana. Tal processo foi executado a partir da interpretação das narrativas contidas nas respectivas ações de liberdade movidas por esses sujeitos, considerando as ausências e os silêncios presentes nas fontes. Para a historiadora Júnia Ferreira Furtado, “não se pretende que uma biografia seja capaz de conter a multiplicidade dos significados de uma vida” (Furtado, 2003, p. 21). Ou seja, a biografia é feita por meio da perspectiva de quem a escreve, entendendo que essa construção biográfica não é totalizante e por isso não consegue abarcar toda a complexidade da vida desses indivíduos. Dessa forma, ainda que se tenha a pretensão de interpretar o sujeito por meio dos documentos, as subjetividades da vida escapam ao texto biográfico.

Mesmo com suas limitações, as biografias preservam e documentam memórias, promovendo reflexões e novos caminhos de interpretar as vivências. Nesse sentido, as biografias de Eugênio e de Ana são um convite para pensarmos não apenas sobre a



memória da escravidão, como também sobre a multiplicidade da vida que ambos tiveram e que não é possível condensar em um só texto biográfico.

### 3.1 O Eugênio

Em 1883, Eugênio, com idade aproximada de 50 anos, recorreu ao sistema judiciário mineiro para conquistar sua liberdade, movendo uma ação de liberdade por intermédio de seu curador — representante legal — Antônio Teixeira Lopes Guimarães. O argumento do requerente que sustentava ser homem livre era de “por ter sido importado para o Brasil, e vendido como escravo, muito depois da lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta um, que proibiu o tráfico dos africanos” (Minas Gerais, 1883, f. 1). Ou seja, conforme a legislação da época, qualquer africano traficado após esse marco deveria ser considerado livre, por isso, a escravização de Eugênio era ilegal. Como forma de comprovar a alegação e dar continuidade à sua ação, foi necessária a inquirição de testemunhas, incluindo o próprio autor da ação. Eugênio legou um importante relato de como era sua vida na África, bem como a conflituosa travessia para o Novo Mundo. A partir da riqueza dos detalhes contidos em seu depoimento, foi possível destrinchá-lo e trazer perspectivas sobre Eugênio como sujeito histórico, para além de sua situação de escravidão, conforme veremos a seguir.

Nascido à beira-mar, na Costa da África, Eugênio, filho de Queman e Joá, cresceu entre as águas e as paisagens da África Ocidental, sendo identificado como de nação mina. Ao chegarem à atual região do Golfo da Guiné, por volta do século XV, os portugueses foram atraídos pelas jazidas auríferas e iniciaram as tratativas necessárias com os chefes locais para a exploração de ouro no local. Desse modo, como parte do projeto colonizador dos portugueses, utilizaram o léxico “mina” para denominar a área onde o ouro era negociado com os povos nativos. A partir do tráfico de escravizados, as diferentes nações africanas procedentes da região receberam, genericamente, pelos portugueses, a denominação de “mina”. Diante disso, pouco se sabe em relação ao local exato de origem de Eugênio e à qual etnia exatamente pertencia, visto que não há informações legadas por ele que possam ajudar nessa questão. Também, vale ressaltar que a etimologia dos nomes de seus pais indica que não eram sujeitos que estavam sob o vulgo colonial, cuja semântica permanece na matriz africana. Talvez, fossem moradores de regiões afastadas dos grandes núcleos urbanos.

Figura 1 – Johannes Vingboons, Aldus Vertoont Hem Het Casteel de Mÿna aen de Noordt West Zÿde, Vÿt de Rivier aen te Sjen, 1665-1668



Nesta imagem, vê-se o Castelo de São Jorge da Mina, fortificação portuguesa construída por portugueses, localiza-se na atual cidade de Elmina, no Gana, no litoral da África Ocidental. Blaeu van der Hem, séc. XVII. **Fonte:** Atlas Blaeu - Van der Hem , v. 36:19, f. 62-63. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ElMina\\_AtlasBlaeuVanderHem.jpg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ElMina_AtlasBlaeuVanderHem.jpg). Acesso em: 29 ago. 2025.

De acordo com o relato, por volta dos seus 14 ou 15 anos, Eugênio teve sua vida brutalmente interrompida ao ser capturado por traficantes de escravizados, ou, como o próprio definiu, por “ladrões” (Minas Gerais, 1883, f. 4). O seu tormento começou em uma madrugada, quando Queman, Eugênio e outros (não referenciados no processo) decidiram pescar. As sociedades africanas dessa região eram conhecidas por assentarem-se próximas dos cursos d’águas, ou faixas litorâneas, principalmente como forma de viabilizar o comércio com outros povos. Assim era o contexto da família de Eugênio, cuja atividade de pesca fazia parte do seu contexto familiar, ora como forma de garantir a subsistência, ora em viabilizar produtos para a troca, principalmente por morar próximo à “beira-mar”. Após a pescaria, Queman foi o único a retornar para a casa. Eugênio e seus colegas decidiram banhar-se antes de seguir o caminho de volta. Nesse momento de ócio, de compartilhar as alegrias do dia, enquanto seu pai retornava para casa, Eugênio e seus companheiros foram surpreendidos por homens que os levaram contra sua vontade. Conforme o seu depoimento, eles foram:

[...] assaltados em caminho pelos ladrões que a todos que agarraram, amarraram inclusive ele respondente e os conduziram a uma distância tal como daqui a província da Bahia para poder embarcar-los porque o Porto perto estava já fechado e proibido o embarque de pessoas da mesma nação

feita pelos Ingleses e o governador desse lugar que tinha por nome Porto Dauma [...] (Minas Gerais, 1883, f. 4).

A perspectiva espacial referente às distâncias é um recurso utilizado para dar mais propriedade ao seu relato. Assim, é possível inferir que o Porto de Dauma para onde foi levado era distante do local em que foi sequestrado, usando como referencial a distância da cidade de Curvelo até a Província da Bahia (aproximadamente, 1.239 quilômetros, caso tenha chegado em Salvador, capital da província). Os portos mais remotos eram rotas alternativas para evitar a fiscalização, principalmente a partir da promoção de leis antitráfico mobilizadas pelo Reino Unido. Na Costa da Mina, os portos localizados a leste foram impactados pelas legislações abolicionistas adotadas pela Inglaterra. Nesse período, o capitalismo se consolidava, e, por razões econômicas, a abolição do sistema escravista tornou-se uma medida de interesse para nações que estavam em contínuo processo de industrialização (Strickrodt, 2015).

Em meio às reformas liberais feitas ao longo do século XIX, o trabalho assalariado se mostrou como uma alternativa promissora e lucrativa para a economia europeia. Isso porque os primeiros pensadores liberais consideraram a escravidão um sistema caro para ser sustentado. Adam Smith, por exemplo, em *A riqueza das nações* (1776), aponta que a manutenção do trabalhador escravo (alimentação, vestimentas e moradias) excedia o valor mínimo de pagamento de um trabalhador livre para se autossustentar (Rocha, 1993). A partir de 1807, as leis antitráfico promulgadas pela Inglaterra causaram impacto na economia global. Como consequência, foi aprovada a Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó, no Brasil, que proibia a importação de escravizados para o país. Entretanto, a lei não surtiu muitos efeitos no combate do tráfico de escravizados. Nesse contexto, cunhou-se a expressão popular “para inglês ver”, uma vez que a lei não teve tanto apego fiscal.

Embora não exista confirmação definitiva sobre a localização exata de origem de Eugênio, é possível inferir que ele tenha nascido em território Ashanti, atual Gana. Tal fato pode ser constatado pela proximidade do Porto de Dauma — citado no relato de Eugênio como o porto mais próximo de sua residência —, situado a oeste do Golfo de Benin e que pertencia a esse reino. Essa região, durante o século XIX, foi alvo do tráfico de escravizados e sofreu com grandes perdas populacionais, resultantes do intenso fluxo de pessoas que saíam da região forçadamente em direção à América Portuguesa (Paiva, 2002). Sob essa perspectiva, Nina Rodrigues (2008), em sua obra *Os africanos no Brasil*, observa a presença de grupos conhecidos como “minas-santes” na Bahia, sugerindo que eles poderiam ter sido originários do reino Ashanti.

A viagem de Eugênio até o Brasil foi longa, normalmente, levava em torno de 40 dias, pisando em terras brasileiras por volta de 1850, em território baiano. A Bahia consolidou-se, ao longo do século XVIII, como um importante centro receptor e exportador de escravizados, sobretudo aqueles provenientes da Costa da Mina. Segundo o historiador Eduardo França Paiva (2002), milhares de pessoas trazidas do outro

lado do Atlântico chegaram ao território baiano para serem escravizadas e conduzidas para o interior do país. Paiva enfatiza que uma parcela significativa dessas pessoas foi direcionada para a região de Minas Gerais, uma vez que, durante os setecentos, a economia mineira tinha a mineração como sua principal atividade, carecendo de mão de obra. Esse fluxo continuou no século XIX, de tal forma que grande contingente de escravizados chegou aos portos da Bahia e também ao do Rio de Janeiro. Entretanto, as rotas que vinham da Corte eram mais acentuadas e perigosas. Por isso, apesar de estar mais próxima da província de Minas Gerais, registrava maior número de incidentes e mortes no transporte dos escravizados. Em seu relato de viagem, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire observa que boa parte dos escravizados que chegavam ao Arraial do Tejuco — atual Diamantina — provinha da Bahia, em suas palavras: “há menor número de mortes no caminho da Bahia [...] que no do Rio de Janeiro [...]” (Saint-Hilaire, 1941, p. 49).

Ao ser sequestrado e levado à força para o Brasil, Eugênio, além de deixar para trás sua família, da qual nunca mais teve notícias, também perdia a sua liberdade. Entretanto, nem tudo estava perdido. Após algum tempo, foi aconselhado que poderia reaver a sua liberdade por vias legais. Isto é, conforme a sua defesa, ele foi escravizado em um momento em que o tráfico de pessoas oriundas de África havia sido proibido pela Lei Feijó. Segundo a legislação, todas as pessoas africanas escravizadas que chegassem em território brasileiro após a data de promulgação da lei eram consideradas livres, reflexo da implantação das medidas que inviabilizavam o tráfico de escravizados, de modo que foram criados mecanismos punitivistas aos traficantes de pessoas, favorecendo a concessão de liberdade a alguns escravizados.

O relato dos percalços da sua chegada foi utilizado como forma de reforçar sua defesa. Eugênio e o grupo de outros indivíduos escravizados chegaram na Bahia em uma noite escura e foram levados para fora da cidade (não mencionada). No dia seguinte, Eugênio foi conduzido por Francisco da Cunha, traficante de escravizados, até a Província de Minas Gerais. Para aumentar a precisão do relato, ele enfatizou que essa movimentação acontecia sempre à noite, em uma embarcação pequena, para que não fosse percebida pelos postos de vigilância. A tática era utilizada pelos traficantes como forma de não apenas se esquivarem da fiscalização das autoridades oficiais, como também de otimizar o tempo de viagem, isso porque era possível percorrer longas distâncias em pouco tempo uma vez que se evitava o desgaste causado pelo sol.

Ao chegar em Minas Gerais, Eugênio afirmou que haviam passado oito anos desde a “guerra da rebelião do ano de mil oitocentos e quarenta e dois” (Minas Gerais, 1883, f. 4 v) — ou seja, a Revolução Liberal de 1842, que ocorreu nas províncias de São Paulo e Minas Gerais. Desse modo, é interessante observar os mecanismos temporais que eram acionados como forma de referenciar informações que não constavam em documentos. Esse detalhe auxilia na compreensão sobre o momento de sua chegada ao Brasil ser na década de 1850, ou seja, quase 20 anos depois da promulgação da Lei Feijó.



Eugênio expôs informações importantes sobre o traficante Francisco da Cunha, que se estabeleceu com ele e demais escravizados na cidade do Serro, especificamente na região conhecida por Gambá. Na ocasião, Cunha foi informado que as autoridades da Província estavam à sua procura, no intuito de apreender pessoas escravizadas que ele mantinha ilegalmente. Em alerta, o traficante “levantou-se com eles e fugiu para o Sertão e não descansou até vendê-los” (Minas Gerais, 1883, f. 4 v).

Com o sucesso da fuga, Francisco vendeu Eugênio para Miguel Moreira Só, morador no Distrito de Paraúna. Após o falecimento de Moreira, Eugênio foi arrolado em inventário e foi dividido entre os 10 herdeiros do escravocrata. Manoel Ribeiro dos Santos, filho do falecido, comprou Eugênio dos seus irmãos, tornando-se seu “senhor”. Por um longo tempo, viveu como cativo da família, até que, por recomendação do vigário local, recorreu à justiça para obter o seu direito à liberdade. Esse fato demonstra a importância das redes de sociabilidade que foram responsáveis por viabilizar as medidas abolicionistas aprovadas pelo Estado.

A ação movida por Eugênio contém a relação de escravizados pertencentes a Manoel Ribeiro dos Santos e seus filhos e oferece informações importantes como: matrícula, nomes, cor, idade, estado, naturalidade, filiação, aptidão para trabalho e profissão. A partir desses dados, é possível inferir que Eugênio chegou ao Brasil por volta de 1853, 22 anos após a promulgação da Lei Feijó, uma vez que foi descrito no ano de 1883 como um homem preto de 45 anos de idade, casado, oriundo do continente africano e que trabalhava na roça como arrieiro (condutor de animais como cavalos, mulas e bois e demais cargas que vinham acompanhadas com os animais) (Silva; Bluteau, 1789). Na mesma relação, consta a presença de Maria, identificada como companheira de Eugênio, mulher preta de 46 anos, também de origem africana, cuja nação não é mencionada. Ainda segundo a fonte, ela tinha “pouca aptidão” e atuava como cozinheira da família. Curiosamente, na petição inicial da ação de liberdade, consta que “Brizida sua parceira e que com ele veio e foi vendida já se acha libertada pelo Juízo de Órfãos de Diamantina” (Minas Gerais, 1883, f. 3), indicando mais um elemento da violência que esses sujeitos sofriam ao serem aprisionados e vendidos. Nesse caso, a parceira com quem chegou ao Brasil teve o mesmo destino, separada, pondo fim à sua vida conjugal com ela. Ao mesmo tempo, intui-se que mantiveram comunicação, uma vez que Eugênio morava na Vila de Curvelo, e Brizida, em Diamantina.

Ao longo do processo, foram coletados depoimentos de testemunhas importantes para o caso. Entre elas, estava Zeferino Hipólito, que relatou que “Francisco da Cunha Dias [...] era comboieiro e costumava trazer escravos meias-caras para vender [oriundos] da província da Bahia” (Minas Gerais, 1883, f. 9). Nesse contexto, a expressão “escravos meias-caras” era utilizada para referir a africanos ilegalmente importados para o Brasil, enfatizando que Francisco era conhecido por realizar tal prática criminosa, que colocava em ameaça o “investimento” de muitos proprietários de escravizados. Entretanto, ainda

que o tráfico ilegal representasse um risco, o comércio ainda se mostrava bastante lucrativo.

A segunda testemunha, João de Souza Vieira (Novato), relata que

[...] conheceu Francisco da Cunha Dias, o qual no ano de mil oito centos e quarenta e dois ou mil oitocentos e quarenta e três, era negociante de escravos africanos e que nessa ocasião o tráfico de escravos africanos já era proibido e ele ainda continuava a negociar nesse gênero e que lhe consta que Francisco da Cunha Dias fora preso em Ouro Preto (Minas Gerais, 1883, f. 10).

As informações dadas pelas testemunhas sustentam a defesa de que, naquele contexto, Eugênio era livre.

No entanto, a Justiça não teve essa compreensão sobre a situação de Eugênio, uma vez que a sua liberdade foi negada. Segundo o juiz, “não ficou provado de modo algum o alegado na referida petição, e nem por outro modo consta destes autos que o autor tenha gozado de liberdade para poder ser mantido na posse dela” (Minas Gerais, 1883, f. 13). A situação era recorrente, uma vez que conseguir provas que sustentassem as alegações era um trabalho hercúleo, que também resultava em altos custos, com os quais grande parte dos requerentes não conseguia arcar.

Por ora, encerramos a história de Eugênio por aqui, uma vez que é preciso novas investigações que tragam luz sobre a sua vida. Por um lado, o exercício biográfico apresentado reflete a luta por liberdade e por reconhecimento jurídico de sua condição de homem livre. Assim como muitos outros “Eugênios”, a sua história é um testemunho das brutalidades do tráfico de escravizados, da resistência e da busca pela justiça.

### 3.2 A Ana

De maneira semelhante a Eugênio, após ter sua primeira ação de liberdade, iniciada em 1885, julgada improcedente em primeira e segunda instância, Antônio optou por, novamente, recorrer ao Judiciário, com o objetivo de tornar-se livre. Por intermédio de seu curador, Antônio Teixeira Lopes Guimarães, em 1887, Antônio moveu uma causa contra Felisberta Pinto de Carvalho, viúva de Antônio Martins do Rego. Em dezembro do mesmo ano, juntaram-se à causa Francisco, Sérgio e Francisca, contra Joaquina Zeferina de São José e Francisco de Assis Pereira.

A partir da segunda metade da década de 1880, houve expressivo aumento de ações de liberdade no Judiciário. Tal crescimento foi impulsionado pela movimentação de advogados abolicionistas que utilizavam a Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831, como argumento jurídico central para a libertação de escravizados. Luis Gustavo Santos Cota (2011) aponta aumento expressivo de ações de liberdade movidas durante os anos 1886 e 1888, em Ouro Preto. Assim, a proximidade temporal entre as ações de Eugênio, Antônio, Francisco Sérgio e Francisca revela um momento de efervescência política e jurídica contra a escravidão em Minas Gerais.



Ainda em conformidade com Luiz Cota, o aumento de ações de liberdade na década de 1880 mostra a existência de uma rede de comunicação entre escravizados. Isto é,

[...] o boca a boca entre os escravos permitia que tomassem conhecimento de seus direitos mesmo antes de terem qualquer contato com os advogados. [...] Seria através desse intenso boca a boca que os escravos ficariam sabendo quais eram os advogados que os poderiam ajudar (Cota, 2011, p. 77).

Tal situação é vista nos documentos aqui analisados, da mesma época, bem como pelo fato de os processos analisados serem provenientes da mesma localidade, a Vila de Curvelo (Comarca do Paraopeba). Assim, é possível inferir que esses escravizados, no mínimo, se conheciam uns aos outros, ou possuíam conhecidos que repassaram as suas experiências. Além disso, observa-se o mesmo curador nas ações, Antônio Teixeira Lopes Guimarães, fato que fortalece a hipótese de uma dimensão comunitária entre os cativos a partir de troca de informações e experiências. Até o momento, não há informações se Guimarães era um jurista abolicionista, ou apenas estava aproveitando esse período de fervor para ganho próprio.

O presente texto, no entanto, não busca compreender a trajetória de Antônio, Francisco, Sérgio ou mesmo de Francisca, mas de Ana, matriarca da família. De origem africana, foi contrabandeada após a promulgação da Lei Feijó, argumento utilizado como estratégia para a libertação de seus filhos, afinal, nasceram de ventre livre. Declarada liberta nos autos, a ação de liberdade de Ana não foi localizada, possivelmente perdeu-se no tempo. Entretanto, os processos movidos por seus filhos dão luz ao caminho que forçosamente percorreu como escravizada no Império do Brasil. Ou seja, a riqueza das informações contidas nessa documentação traz novas perspectivas sobre a vida de sujeitos escravizados.

Ao contrário de Eugênio, que, com ricos detalhes, relatou os percursos de seu cativo, de quando foi sequestrado, do momento da travessia e da chegada, as informações a respeito da vida de Ana são escassas e, em parte, contraditórias. Matriculada em 1872 como escravizada de Antônio Martins do Rego, foi registrada como uma mulher de 45 anos de idade. Nessa perspectiva, é possível inferir que ela chegou ao Império com 14 anos. Entretanto, ao ser interrogada, ela declarou não saber sua idade, muito menos lembrar-se de quem eram seus pais, afirmando apenas ser da nação Angola.

Ana apontou, em seu interrogatório, que pouco se lembrava da chegada ao Brasil e afirmou não recordar exatamente o ano em que pisou em território brasileiro, apenas que foi um ano antes da “guerra da rebelião”. Dessa forma, assim como Eugênio, utilizou a Revolução Liberal que ocorreu nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, como marco temporal, ou seja, aportou em 1841, talvez, por influência do seu curador, que também usou o mesmo recurso temporal para basear os relatos de Eugênio, visto que esses referenciais faziam parte do senso comum, como marcadores de experiências coletivas, dando maior sustentação ao processo.

O comércio de escravizados entre Angola e Brasil teve início no século XVI, a partir da abertura das rotas mercantis no Congo e o redirecionamento do fluxo de escravizados para Europa, para outros pontos da América (Acioli; Menz, 2008). Até a década de 1840, o tráfico de pessoas escravizadas em Angola era uma das principais atividades econômicas na região. Nesse contexto, entre 1780 e 1830, a África Central exportou anualmente cerca de 15 a 20 mil escravizados em seus postos, tendo o Brasil como principal destino e Angola como maior fornecedor (Vellut, 2010).

Ana expôs que desembarcou no Rio de Janeiro com outros escravizados durante a madrugada. Assim como Eugênio, ao chegar ao Brasil, foi conduzida e escondida na residência de uma mulher desconhecida. Depois de um mês, foi vendida ao tropeiro Antônio Martins do Rego, que a levou para a Vila de Santo Antônio do Curvelo, em Minas Gerais, com alguns companheiros de tropa, e, após três meses, foi batizada. Antônio Veneranda da Silva (um dos companheiros de tropa de Antônio Martins do Rego), quando interrogado, afirmou que Ana enfrentou dificuldades em realizar a viagem para Curvelo. De acordo com Antônio, “a menina Ana [...] não podendo viajar a pé pela sua tenra idade era conduzida na garupa de um dos camaradas da tropa” (Minas Gerais, 1887a, f. 6). O testemunho de Antônio indica que Ana chegou ao Brasil com menos de 14 anos de idade, o que justificaria também o esquecimento de sua vida em África.

Na petição inicial da ação de liberdade de Francisco, Sérgio e Francisca (20912069), Ana reforçou essa hipótese, ao declarar, por intermédio de Evaristo Balbino da Silva, que era “boçal e criança” quando foi conduzida para a Vila do Curvelo. De acordo com o *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), “boçal” é aquele “que não fala a língua do país em que se acha. Rude, sem arte, ignorante” (Pinto, 1832, p. 151). De acordo com Almeida, o termo “boçal” designava o africano recém-desembarcado que não sabia falar o português e, por esse motivo, tornava-se elegível à liberdade nos termos do Decreto de 12 de abril de 1832. Por sua vez, esse decreto “objetivava regulamentar as diligências necessárias para colocar a Lei de 7 de novembro de 1831 em prática” (Almeida, 2012, p. 40). Em outras palavras, enquanto a Lei de 1831 instituiu a proibição total do comércio de escravizados no Império, nacionalizando os meios de repressão ao tráfico, o Decreto de 1832 determinou como a lei deveria ser aplicada. Dessa forma, ao se declarar boçal, Ana se enquadra no art. 9º, que diz:

Constando ao Intendente Geral da Polícia, ou a qualquer Juiz de Paz, ou Criminal, que alguém comprou ou vendeu preto boçal, o mandará vir à sua presença, examinará se entende a língua brasileira; [...] Verificando-se ter vindo depois da cessação do tráfico, o fará depositar, e procederá na forma da Lei [...] (Coleção [...], 1874, p. 100).

Após a promulgação do Decreto de 1832, o boçalismo foi um recurso usado por africanos escravizados e seus curadores como uma estratégia jurídica de libertação. De acordo com Almeida, os escravizados entendiam que, se enquadrados como boçais, seriam libertados e retornariam para a sua terra. Emerge, assim, uma ‘interpretação

centro-africana da Lei de 1831” (Almeida, 2012, p. 26), na qual os escravizados, além de compreender o valor da legislação que os beneficiava, também a utilizavam de forma ativa e sagaz como maneira de conquistarem sua liberdade. Dessa forma, a afirmação de Ana, para além de uma simples descrição de sua infância, demonstra como os escravizados “boçais” apoiaram juridicamente sua condição como forma de oposição ao cativo.

A classificação de Ana como boçal infere que sua origem remete a regiões afastadas dos grandes centros comerciais de Angola, onde a língua portuguesa era menos disseminada. Ao escrever sobre a África Central (onde está situada Angola), Vansina e Obenga elucidam que, em decorrência dos terrenos montanhosos, a população da região foi desigualmente repartida em busca de melhores espaços, o que acarretou “regiões povoadas, do tamanho de um pequeno distrito ou de um centro provincial, alternadas com desertos” (Vansina; Obenga, 2010, p. 648). Assim, torna-se evidente a existência de áreas interioranas em que a presença colonial não se mostrou tão presente quanto em regiões costeiras, como Luanda.

A difusão da língua portuguesa em Angola ocorreu a partir do intenso contato com missionários e agentes coloniais, sobretudo entre a nobreza local. Nas palavras dos autores, “a diferença entre nobreza e os plebeus acentuara-se, à medida que a nobreza se tornava letrada e cristã” (Vansina; Obenga, 2010, p. 658). Dessa forma, compreende-se que a língua portuguesa teve fraco enraizamento em regiões onde predominavam estruturas sociopolíticas menos articuladas com o mundo luso-africano. Portanto, o fato de Ana desconhecer a língua portuguesa pode também indicar que nasceu em uma região interiorana, onde a ação missionária e o aprendizado da língua portuguesa ainda não haviam ganhado predominância.

Em seu interrogatório, Ana relata as constantes agressões que sofreu ao chegar em Curvelo, onde foi ensinada a “rezar e falar”.

[...] foi conduzida para aqui (Curvelo) pelo finado Antônio Martins do Rego. Perguntada se já sabia falar e rezar? Respondeu que não sabia e que Dona Felisberta, viúva hoje do dito Antônio Martins foi quem tomou ao seu cuidado, ensiná-la a rezar e falar, e lhe batia muito por que ela estava custando aprender, e depois o mesmo Antônio Martins tomou a seu cuidado ensiná-la dizendo que com muita pancada ela custara mas aprendeu (Minas Gerais, 1887b, f. 8).

A descrição dos castigos impostos à Ana sugere a existência de uma urgência por parte de seus senhores. Em vista das exposições, é possível inferir que Antônio e Felisberta, cientes do Decreto de 1832, temiam perder a posse de sua escravizada, visto que era uma africana boçal, importada após a promulgação da lei. Nesse mesmo sentido, ao ser questionada pelo escrivão se sabia “falar e rezar” ao chegar a Curvelo, por sagacidade ou pela instrução de seu advogado, Ana se utilizou da estratégia do boçalismo, enfatizando a dificuldade que teve de aprender o português.

Durante o interrogatório, Ana presumiu ter sido batizada aproximadamente três meses após chegar a Curvelo. Tanto em sua certidão de batismo, anexada à ação de liberdade de Antônio, quanto na petição inicial dos autos movidos por Francisco, Sérgio e Francisca, é informado que Ana foi batizada em 22 de novembro de 1841, pelo vigário José Marciano Gomes Batista, na Igreja Matriz de Curvelo. Dessa forma, presume-se que tenha chegado a Curvelo por volta de agosto de 1841. Evaristo Balbino da Silva estava presente em seu batizado e testemunhou que o vigário, ao batizá-la, declarou que era “escrava” de Antônio Martins do Rego, mesmo que não detivesse seu título de compra. Além disso, pontuou uma crítica ao afirmar que o mesmo religioso “se perdeu, levado por interesses inconfessáveis, e esquecido dos seus sagrados deveres” (Minas Gerais, 1887b, f. 2 v.). Ou seja, membros da Igreja também contribuíram para a manutenção do regime escravista, esquivando-se dos aparatos legais ao não denunciarem irregularidades do gênero.

De acordo com Borba, Delgado e Santos, durante o período colonial, a legislação portuguesa defendia que “todo africano deveria ser batizado tão logo chegasse ao Brasil” (Borba; Delgado; Santos, 2022, p. 127). Assim, era comum que os escravizados recebessem o batismo, muitas vezes de forma coletiva, como imposição do cristianismo. Após a promulgação da Lei Feijó, com a impossibilidade da aquisição de títulos de compras, além de uma purificação dos pecados, o batismo tornou-se o primeiro registro formal da condição de escravizado. Assim, “os registros batismais consistiam em uma espécie de prova de propriedade” (Borba; Delgado; Santos, 2022, p. 136). Durante a ação de liberdade de Antônio (20906804), o curador, Antônio Teixeira Lopes Guimarães, constantemente utiliza como estratégia de defesa a ausência do título de compra de Ana. Já os proprietários, Antônio Martins e D. Felisberta, muniram-se de outros documentos, como o registro de batismo, para comprovar a condição servil.

As mesmas autoras apontam que, “na América portuguesa, o batismo fazia parte da construção do ser escravizado” (Borba; Delgado; Santos, 2022, p. 127). O batismo de africanos, além de marcar juridicamente a condição de propriedade, representava um dos primeiros passos no processo de apagamento de sua identidade originária. De acordo com Giron e Randüz, “a perda de identidade tem início na ausência da individualidade. [...] Ao serem tratados como coisa (mercadoria), os escravos aos poucos têm sua identidade ressignificada” (Giron; Randüz, 2012, p. 146). A substituição de nomes africanos por prenomes portugueses, o ensino forçado da língua e das práticas religiosas cristãs, além do silenciamento sobre suas origens, revelam uma sistemática negação de identidade. A violência simbólica do batismo transcendia o rito religioso, consolidando-se como uma das engrenagens da produção da invisibilidade social dos escravizados.

Na certidão de batismo de Ana, Antônio Martins do Rego é registrado como seu padrinho de batismo. Segundo Borba, Delgado e Santos, “no ato do batismo, novos laços de parentesco se desenvolveram, formando o que aqui chamaremos de ‘família estendida’” (Borba; Delgado; Santos, 2022, p. 134). Portanto, é crível que, nesse caso, o



apadrinhamento por seu senhor pode ter sido utilizado por uma reafirmação da relação de domínio que este exerceu sobre Ana. O apadrinhamento de Ana por seu senhor lança luz sobre as múltiplas funções e significados que os rituais de batismo podiam assumir no contexto escravista.

Apesar das escassas, porém valiosas informações relevadas pelos processos movidos por seus filhos, a trajetória de Ana permanece envolta em silêncios, lacunas e suposições. Após seu batismo, pouco se sabe com precisão sobre os caminhos que trilhou até alcançar sua liberdade. A partir da ação de liberdade de Francisco, Sérgio e Francisca, foi informado por Ana, por intermédio de Evaristo Balbino da Silva, que “libertou-se as custas do seu pecúlio, por que não só ela, miserável e ignorante, não sabia que podia libertar-se por meio de uma ação cível” (Minas Gerais, 1887b, f. 3). Entretanto, como supracitado, não foram encontrados registros que indiquem com exatidão quando essa libertação ocorreu, tampouco sob quais condições específicas foi obtida.

O pouco que se conhece sobre a vida de Ana restringe-se a fragmentos. Em 1872, na certidão de matrícula dos escravizados de Antônio Martins do Rego, foi registrada como designada às funções de cozinheira, que sugere um cotidiano de trabalho doméstico, conferido em grande parte aos escravizados do gênero feminino. Além disso, durante sua vida, Ana teve um total de seis filhos de paternidade não informada, sendo eles: Maria (já falecida no ano em que ocorreram as ações de liberdade analisadas), Francisco, Sérgio, Francisca, Antônio e João. Destes, apenas Antônio permaneceu sob domínio do mesmo senhor de Ana, enquanto os outros foram vendidos para diferentes casas senhoriais.

As ações de liberdade analisadas, movidas pelos filhos de Ana, não apenas evidenciam estratégias jurídicas utilizadas por escravizados, como também indicam o papel central que Ana assumiu nesses processos. Sua condição de africana contrabandeada ilegalmente após a Lei de 1831 foi elemento determinante nas demandas por liberdade de seus filhos. Portanto, sua presença nos autos representa um recurso legal e argumentativo, utilizado pelo curador como estratégia de libertação. A sua história permite compreender como fragmentos documentais podem refletir mecanismos de resistência e sobrevivência no interior do sistema escravocrata.

### 3.3 Considerações finais

As trajetórias de Ana e Eugênio demonstram como documentos judiciais, ainda que produzidos sob a lógica do poder escravista, podem ser reapropriados como instrumentos de memória e resistência. A partir das ações de liberdade, torna-se possível vislumbrar não apenas a opressão vivida, mas também a agência desses sujeitos, suas escolhas, estratégias e formas de enfrentar um sistema que os reduzia à condição de propriedade. Conforme Alexandre Lima da Silva (2018), esses relatos e documentos nos ajudam a compreender os escravizados como protagonistas e sujeitos da própria história, na luta pela liberdade.

Quando inseridos em um novo sistema simbólico, em que batismo, língua e nome tornavam-se marcas do colonialismo, africanos como Ana e Eugênio passavam a existir não como sujeitos, mas como reflexos da dominação senhorial. Como citado na epígrafe deste texto, biografar é reconstruir a história de um ser único a partir do testemunho de outros. Assim, nesse exercício de reconstrução, Ana e Eugênio tornam-se legíveis como pessoas inteiras, com vínculos afetivos, memórias, deslocamentos forçados, redes de apoio e esperanças de liberdade.

A valorização desses vestígios documentais revela os sujeitos escravizados como detentores de experiências, saberes e culturas. Ao escrever essas histórias, é possível trazer à tona o processo de luta dos escravizados, rompendo com a narrativa que os concebe apenas como mercadoria ou objeto. Ana e Eugênio, assim como tantos outros, não foram apenas vítimas de um sistema violento, como também combatentes, com palavras, gestos e estratégias jurídicas em busca da liberdade. A partir dessas vozes, constroi-se outra escrita da história: que reconhece a humanidade negada e reescreve a memória negra como peça fundamental da História do Brasil.



Marc Ferrez/ Coleção Gilberto Ferrez/ Acervo Instituto Moreira Salles/ Acervo Instituto Moreira Salles



#### 4 PRESERVANDO O PASSADO: A CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS JUDICIAIS PELO LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO E PEQUENOS REPAROS DA COARPE/TJMG

*Maycon Felipe da Silva Amaral*

*Patrícia Vaz de Mello Lavall*

*Viviane Aparecida Silva*

O Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG é responsável pela conservação, prevenção, manutenção e restauração de documentos que, em sua maioria, são processos administrativos e judiciais (cíveis e criminais) das comarcas de Minas Gerais. A documentação abrange um recorte temporal do século XVIII até meados do século XX e é custodiada pela Coordenação de Arquivo Permanente do TJMG (COARPE/TJMG), vinculada à Gerência de Arquivo e Gestão Documental da 2ª Instância de Documentos Eletrônicos e Permanentes (GEDOC). Desde o início de suas atividades, a COARPE tem se dedicado à preservação dos documentos de caráter permanente, criando ambientes adequados para o armazenamento seguro, com controle ambiental e cuidados especializados no tratamento do acervo, visando à sua conservação para as gerações futuras.

Após perderem o valor original, vinculado ao seu contexto de produção, os documentos precisam ser permanentemente guardados devido ao seu valor probatório, informativo e de pesquisa. O acervo da COARPE é composto por documentos manuscritos e impressos em diversos tipos de suporte (papel de trapo, madeira, fotografias, mapas), cada um exigindo condições específicas de conservação e guarda. De acordo com Donald Sebera, os desafios enfrentados por administradores de arquivos e bibliotecas estão relacionados à variedade de formas e mecanismos de deterioração do papel, que podem se intensificar sob determinadas condições. Além da deterioração química, os documentos também são afetados por danos devido ao manuseio, degradação biológica e perda de resistência resultante da hidrólise e da oxidação da celulose (Sebera, 1997). No caso dos acervos de documentos em papéis, a temperatura e a umidade são fatores determinantes para a deterioração desses itens.

A salvaguarda do acervo documental constitui uma área específica de atuação, pois envolve bens com uma grande diversidade de tipologias e danos potenciais. Independentemente dos cuidados de conservação preventiva adotados em um documento gráfico, é inevitável que ele sofra com o desgaste e deterioração do suporte ao longo do tempo. Justamente nesse momento os documentos precisam ser fortalecidos e, para isso, é essencial dispor de infraestrutura adequada e profissionais capacitados (Agrawal, 2006). O Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos deve atender a diversos requisitos, cumprindo critérios rigorosos de prevenção e proteção contra riscos de diferentes naturezas, como químicos, biológicos, acústicos, ergométricos, entre outros.



A conservação e a preservação do acervo documental da COARPE/TJMG são fundamentadas pelo uso de recursos adequados para estabilizar ou minimizar os processos de degradação. A atuação do Laboratório propõe-se a prolongar a vida útil dos suportes, em sua maioria papel, e garantir a preservação das informações neles contidas, proporcionando o melhor atendimento aos futuros usuários. A abrangente temporalidade do acervo permite encontrar documentos produzidos em diferentes épocas e possibilita análises acerca da história da produção do papel. Nesse sentido, o acervo evidencia a mudança de materiais usados na fabricação de papéis, como, por exemplo, a transição do papel de trapo para o papel de fibra de madeira, originados de diversas fábricas europeias e brasileiras, e demonstra a diversidade de suportes utilizados. Como aponta Hanna Andrade:

Quando tratamos de arquivos permanentes, na grande maioria das vezes, encontramos uma documentação que foi distribuída ao longo de várias décadas e perdeu a sua organicidade devido a constantes movimentações e mudanças de local de guarda. Muitas vezes, esses documentos chegam ao arquivo já apresentando sinais de degradação, alguns resultantes do próprio material e do processo de fabricação, enquanto outros são consequência do acondicionamento e da estrutura inadequada de guarda (Andrade, 2022).

Existem outros aspectos que precisam ser observados no processo de intervenção de conservação-restauração de documentos, entre eles: informações da natureza dos materiais, a particularidade dos saberes envolvidos e a divisão técnica do trabalho, elementos essenciais sobre a existência social e histórica do objeto. Para Zervos (2011), um documento gráfico possui vestígios que podem ser apagados durante uma intervenção. Além disso, indica que a compreensão dos objetos textuais é composta por três camadas fundamentais: a primeira, os dados inscritos, impressos ou desenhados, a segunda é a forma do objeto e as características da sua composição, como marca d'água, padrão de linha, caligrafia, processo de encadernação, tecnologia de produção, ou seja, informações que podem ser compreendidas sem análise instrumental. Por sua vez, a terceira camada possui particularidade que reside no material em si, informações essenciais que podem auxiliar na atribuição de identidade e comprovação de datação. Para uma atuação responsável e eficiente, o conservador-restaurador precisa seguir uma metodologia e um plano de ação, no qual cada objeto e seu contexto sejam respeitados. Uma abordagem ideal seria buscar a junção entre a conservação e o restauro com a cultura material em que a caracterização do objeto (em seus aspectos materiais e não materiais) seja valorizada e mantida, respeitando também as modificações sofridas ao longo de sua existência, desde que não sejam promotoras de degradação.

Os materiais que compõem o papel e as técnicas de fabricação tornam-no um material complexo sob vários aspectos. Por ser um material orgânico, sofre degradação devido a fatores intrínsecos, aqueles relacionados à natureza do próprio suporte e aos métodos de fabricação, e extrínsecos, dependentes do ambiente natural e humano em

que os papéis são preservados. Portanto, evitar a exposição dos documentos a ambientes sem controle de temperatura, umidade e luminosidade é fundamental para garantir a longevidade dos documentos. Para isso, é essencial contar com espaços que ofereçam condições adequadas de conservação e armazenamento.

Ao chegarem ao Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE, os documentos são cuidadosamente avaliados para identificar o estado de conservação e as medidas preventivas ou corretivas necessárias que serão registradas para consulta interna. A metodologia, as técnicas e os materiais recomendados dependem das condições em que se encontram os arquivos e da natureza dos documentos a serem tratados. As ações são direcionadas para identificar as causas da deterioração, buscando conter o avanço dos danos e garantir a longevidade dos documentos. Cada documento apresenta uma complexidade única e requer um planejamento de ações que esteja alinhado às atividades e condições oferecidas pelo laboratório. O estudo voltado para a identificação de um documento não se limita apenas aos materiais utilizados em sua produção. É necessário considerar os elementos que o objeto carrega, como o contexto social, sua relação com a sociedade, a cultura material, os vestígios deixados pelo uso, informações sobre sua função, tecnologia, fabricação, correções, entre outros. Quando bem compreendidas, as informações facilitam o entendimento profundo do objeto, auxiliando na tomada de decisões sobre os tratamentos de conservação-restauração a serem aplicados.

Os documentos recolhidos pela COARPE encontram-se em variados estágios de degradação, desde os mais simples, como a oxidação dos papéis e tintas, até os mais graves, brocados por insetos xilófagos ou por ataque de fungos, este último o mais recorrente. Tal cenário é o reflexo da dificuldade que várias instituições encontraram ao longo do tempo para garantirem a preservação dos seus documentos. Muitas vezes, a ausência de um profissional conservador-restaurador ou responsável adequado para estabelecer as diretrizes de guarda de documentos resulta na escolha de ambientes com condições favoráveis para a proliferação de fungos e insetos xilófagos. Em geral, os próprios arquivos ou instituições de guarda dos documentos localizam-se em áreas inapropriadas, próximos a cursos de rios, o que, em uma situação de enchente, pode atingir o arquivo e causar danos ao patrimônio documental. O Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE lidou com acervos que passaram por esse sinistro, sendo necessário mobilizar toda a equipe para pôr em prática as ações emergenciais (Minas Gerais, 2021).

A atuação do conservador-restaurador deve ser consciente dos limites de sua intervenção. São necessárias a utilização de materiais e produtos que não causem danos ao documento e a aplicação de tratamentos de forma responsável e eficiente, por meio de um plano de ação e metodologia, em que cada objeto e seu contexto sejam avaliados individualmente. Além disso, é essencial adotar medidas preventivas para controlar ou minimizar os efeitos da degradação do acervo dentro do laboratório. Essas ações incluem, principalmente, a adequação do local de guarda, a higienização das estantes

e armários, não consumir alimentos na área de trabalho e outras práticas, como o uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), que têm como função proteger tanto o acervo quanto os profissionais responsáveis pela sua preservação.

#### 4.1 A documentação da Comarca de Cataguases

Os documentos de cunho permanente oriundos da Comarca de Cataguases, antes do seu recolhimento, passaram por uma situação de sinistro que os expuseram à umidade. Tal fato tornou-se propício para a proliferação de fungos, bem como o efeito *blocados* (quando as folhas ficam coladas umas nas outras, resultando numa grande massa), tornando-se um grande desafio para o tratamento. No processo de execução do *Guia de fontes*, foram incluídos documentos que estavam em avançado estágio de deterioração, demandando intervenções para que pudessem ter as suas informações novamente acessadas. Desse modo, abordaremos os diferentes tipos de ataques, bem como as ações utilizadas para a conservação dos documentos a fim de minimizar os danos.

A composição dos documentos tratados da Comarca de Cataguases é de papel de trapo (origem vegetal, produzidos a partir das fibras extraídas da celulose como algodão, linho ou cânhamo) e papel de madeira (fabricados da polpa da madeira). Ambos são manuscritos, tendo a tinta metaloácida/ferrogálica como elemento da escrita.

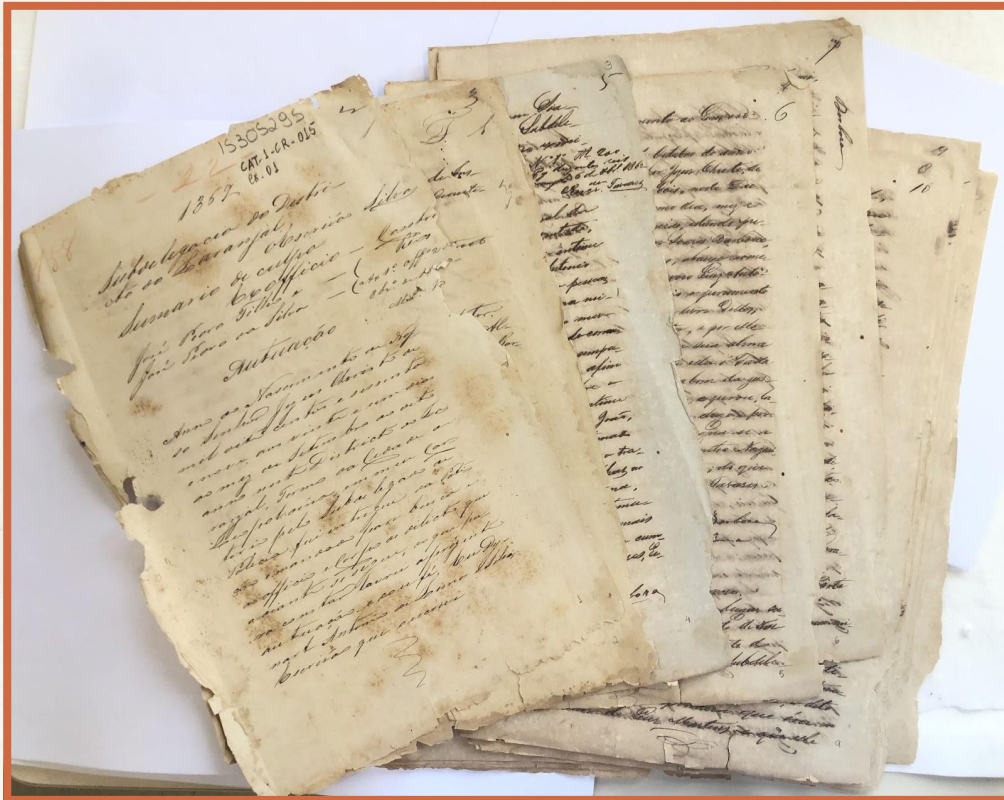
Considerando sua datação, grande parte dos papéis utilizados nos documentos que foram tratados é de trapo, que se caracteriza principalmente pela presença de linhas horizontais (vergaduras) e verticais (pontusais), de proveniência europeia, seguindo o padrão de composição de marca d'água e contramarca.. Por meio de luz reversa, foi possível identificar as marcas d'água, indicando os fabricantes de papéis. Existe ainda a ocorrência de papéis de fibra de madeira, manuscritos e tipografados, possivelmente de origem europeia e/ou brasileira, na documentação referida, principalmente, a partir de meados do século XIX.

##### 4.1.1 Os danos

Os danos encontrados nos documentos são: rasgos, dobras, vincos, perda de suporte, vestígios de ataques de animais xilófagos (cupins e/ou traças), biológicos (fungos - caracterizados por manchas arroxeadas, amarronzadas e pretas; e/ou bactérias - caracterizados por manchas de tonalidade lilás e amarela.). As áreas com manchas de umidade e com manchas de fungos e aquelas onde ainda é possível identificar esporos apresentam fragilidade estrutural, desprendimento, esfarelamento, perda parcial ou total de suporte. Acrescenta-se que a maioria dos papéis encontra-se bastante amarelecida, em consequência da exposição direta à luz, como se vê nas imagens abaixo.

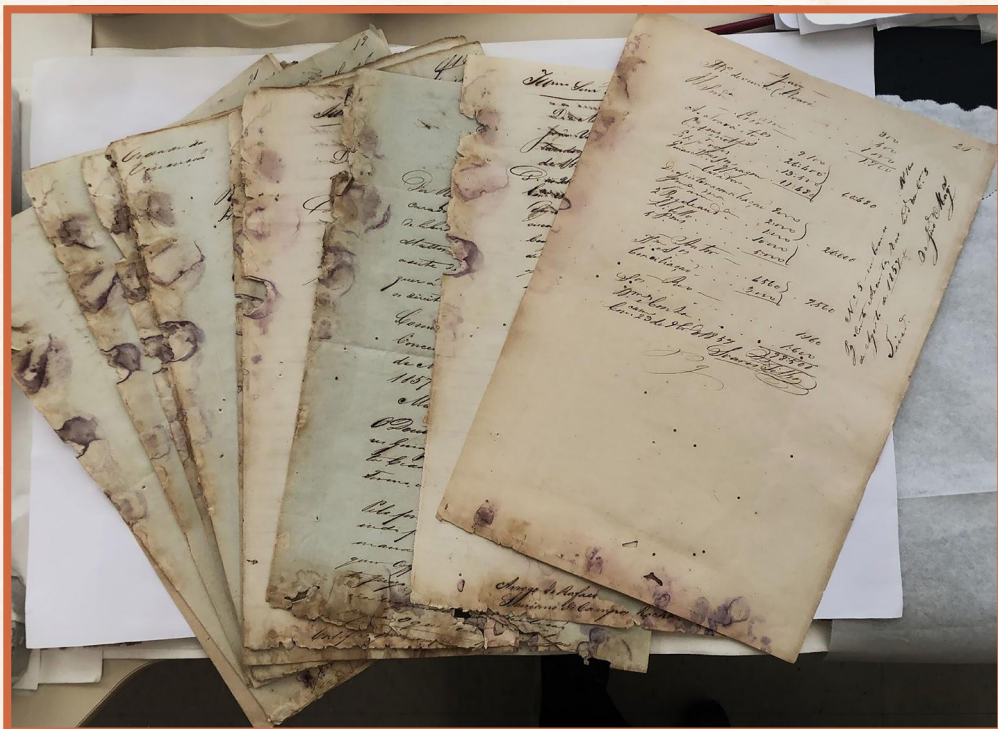


**Figura 2 - Perda de suporte nas bordas**



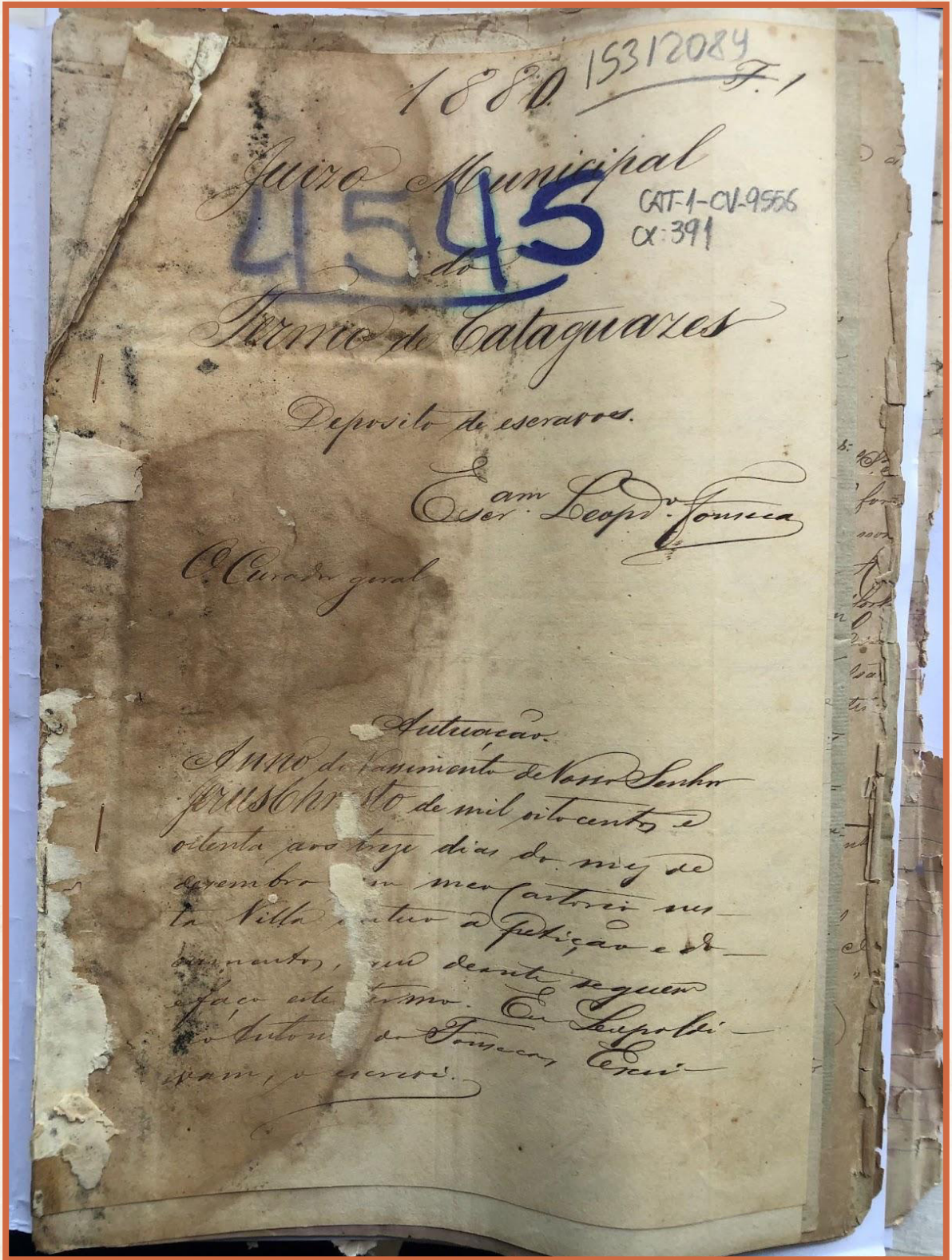
Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

**Figura 3 - Manchas ocasionadas por fungos**



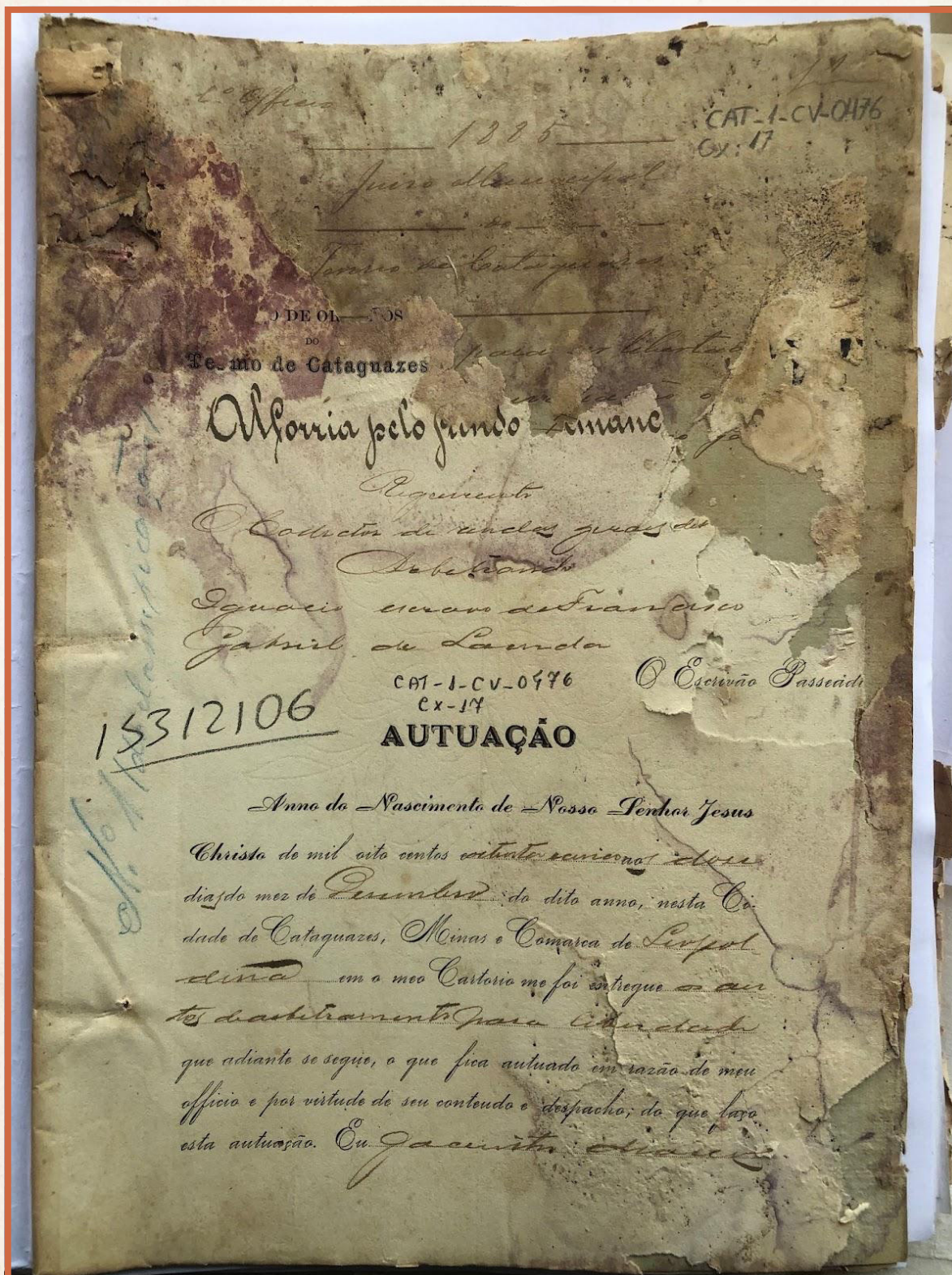
Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

Figura 4 - Manchas de umidade



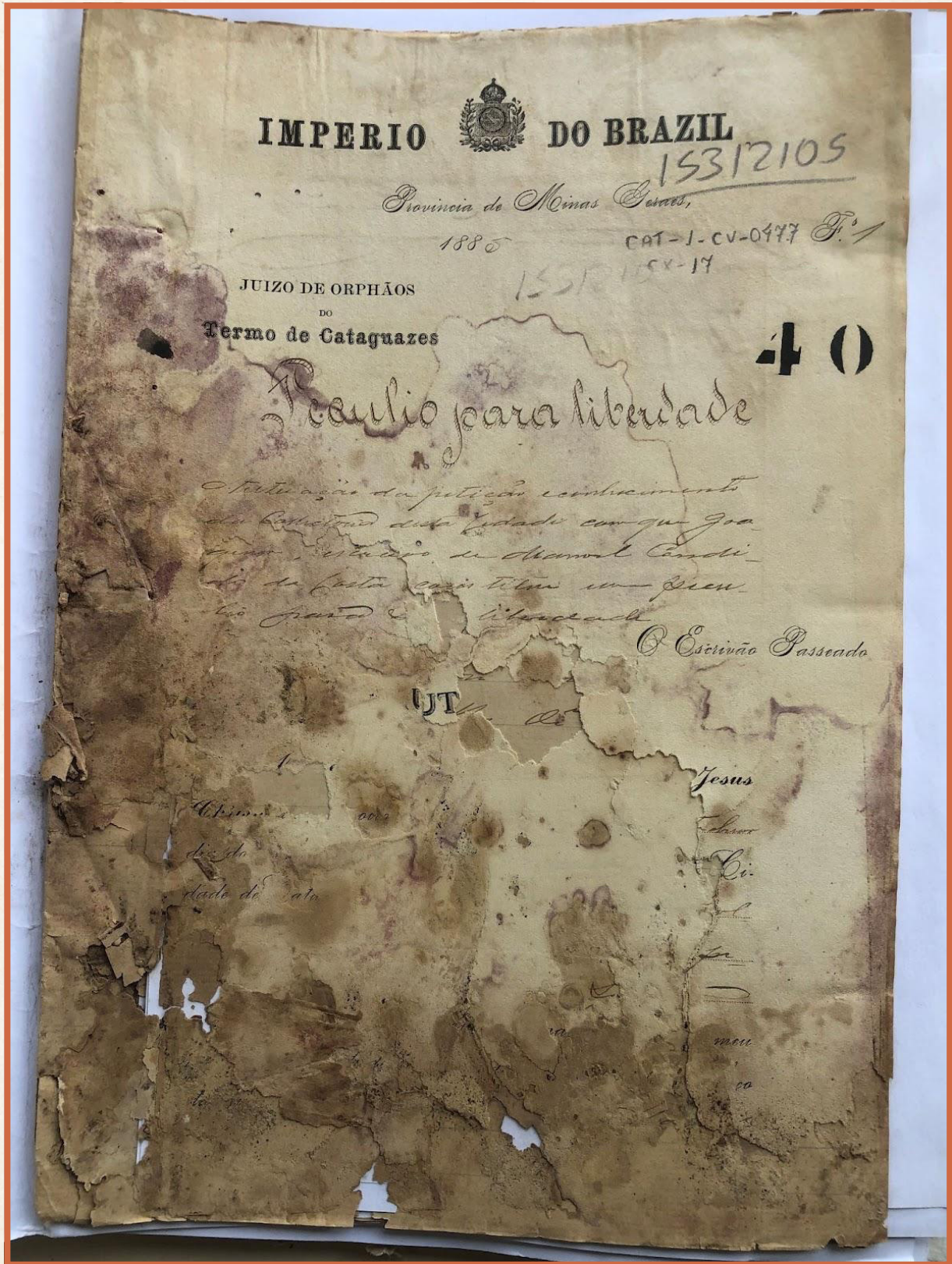
Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

Figura 5 - Manchas de umidade e fungos



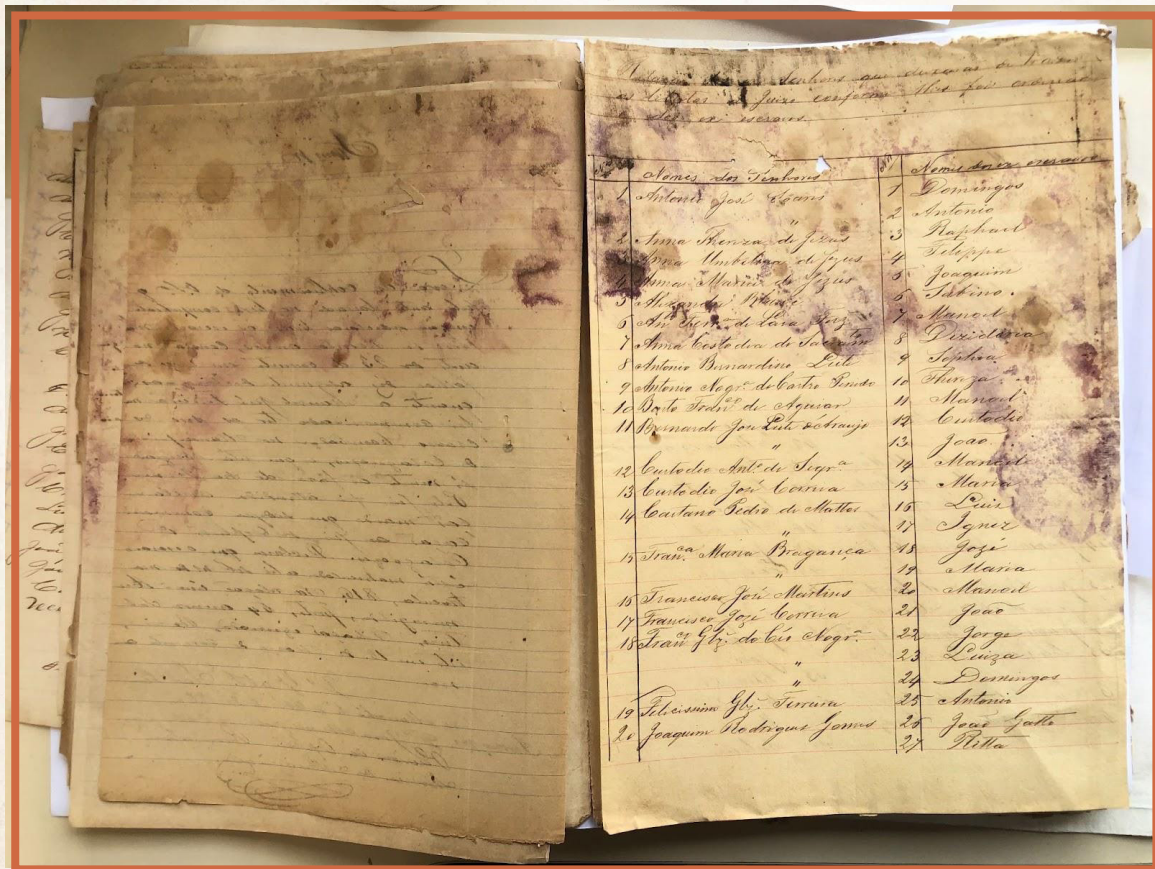
Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

Figura 6 - Degradação por ataque de fungo



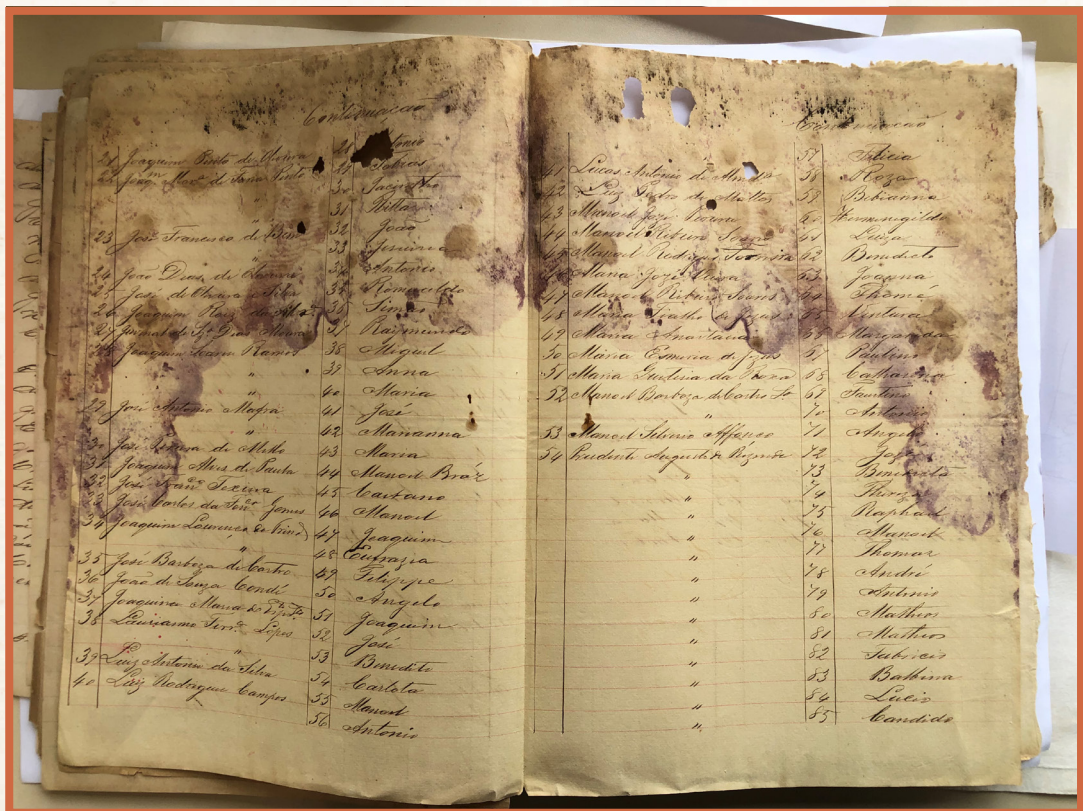
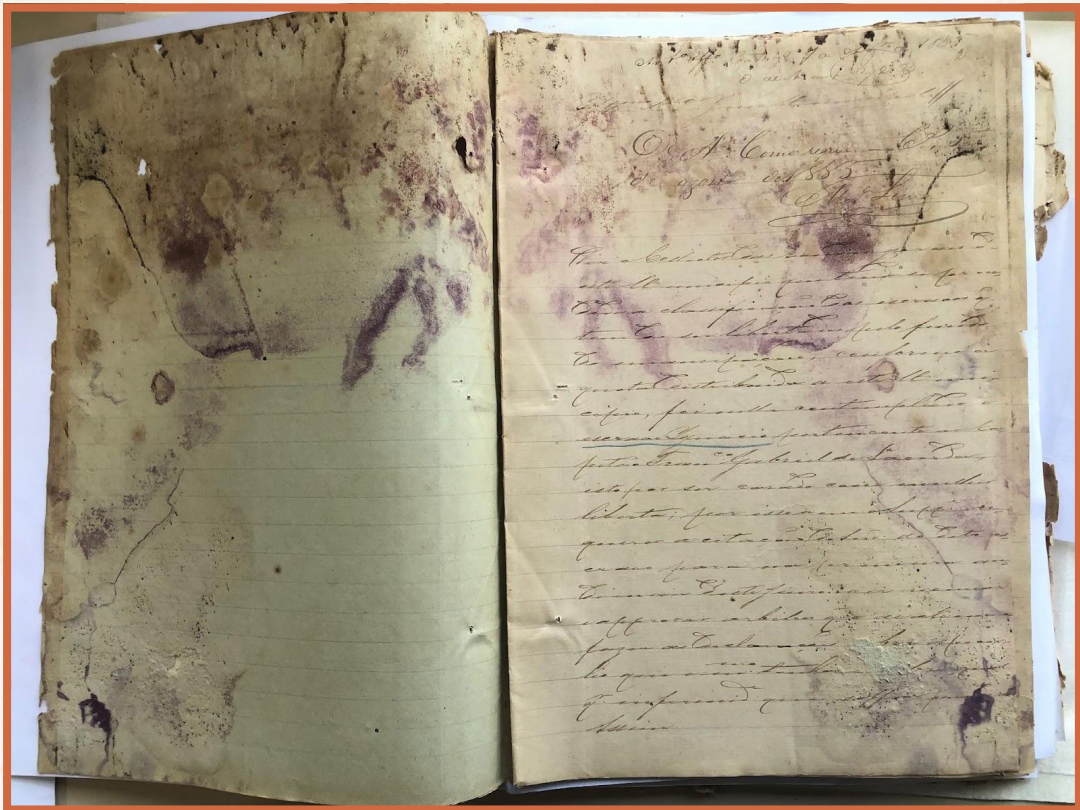
Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

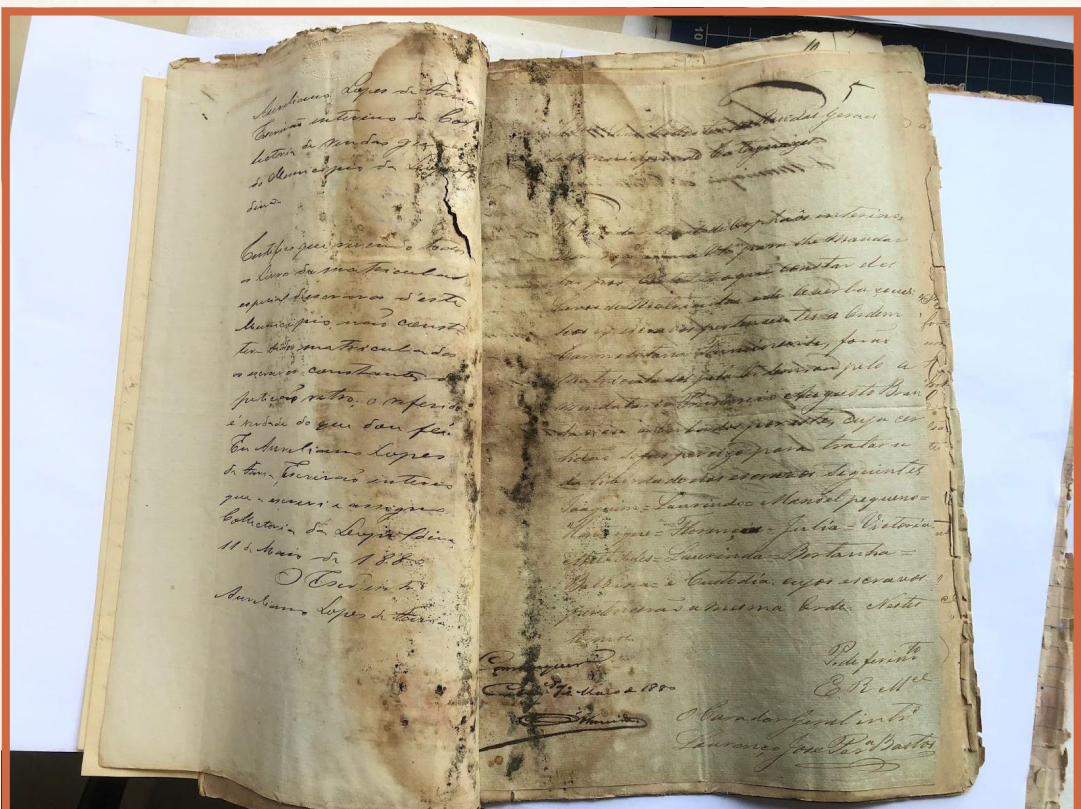
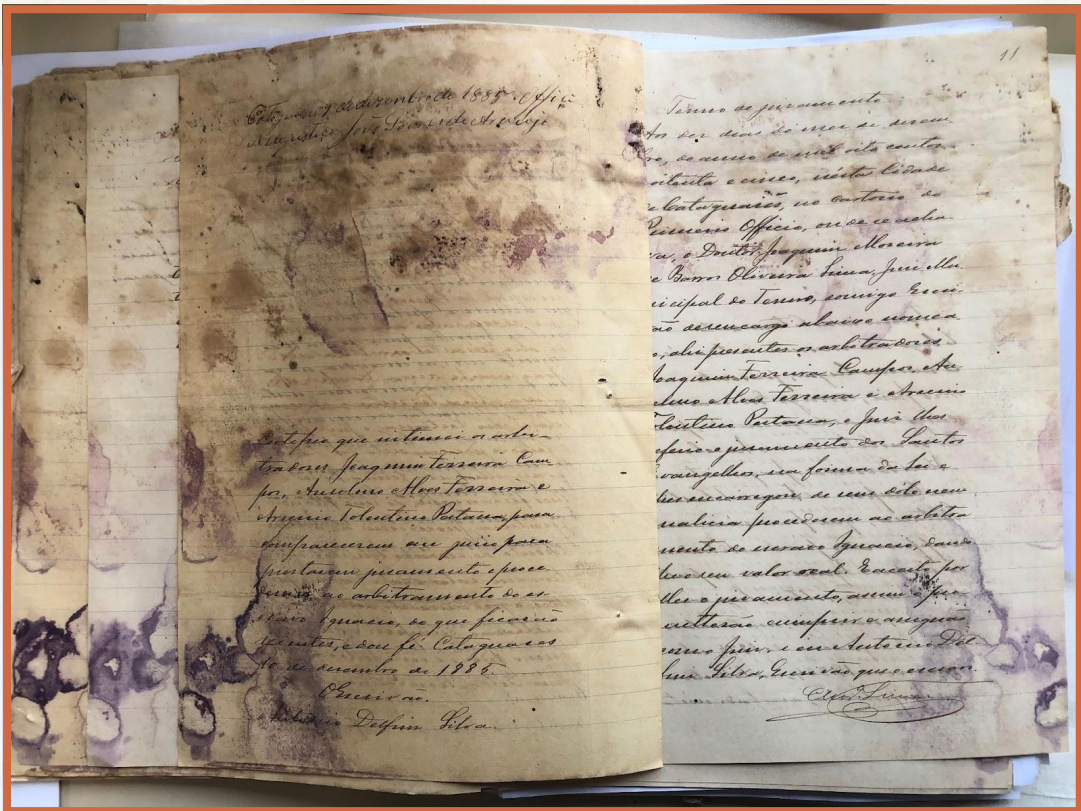
Figura 7 - Manchas e esporos de fungos



Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG

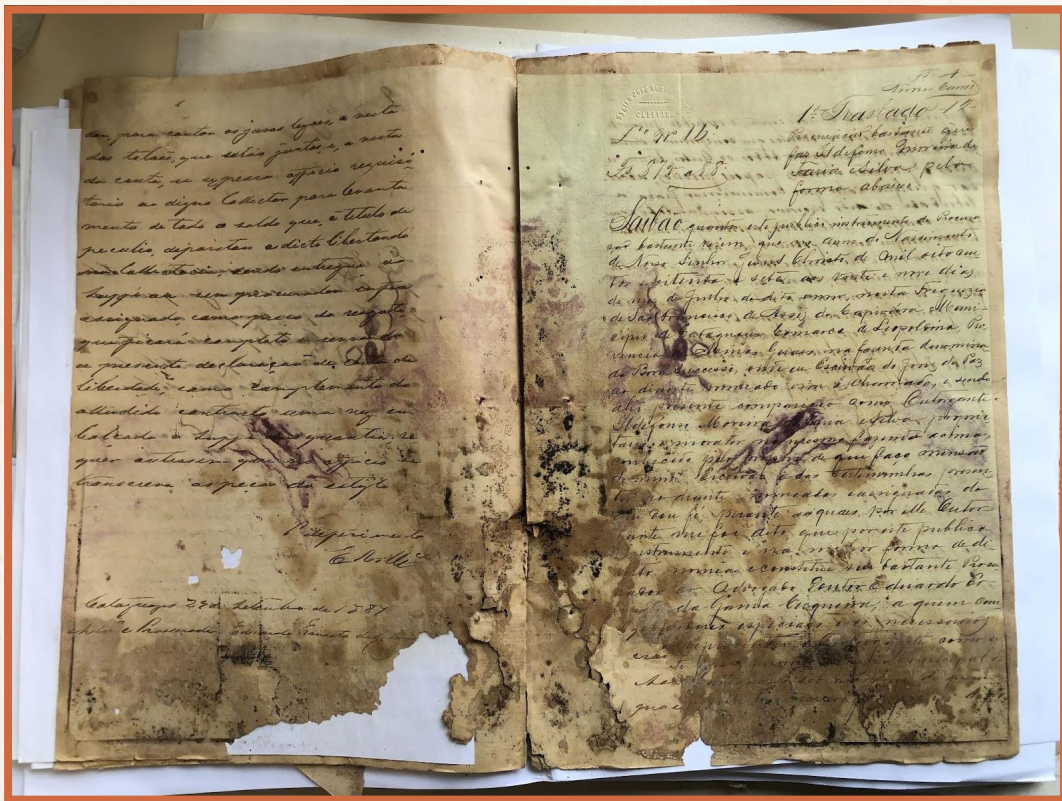
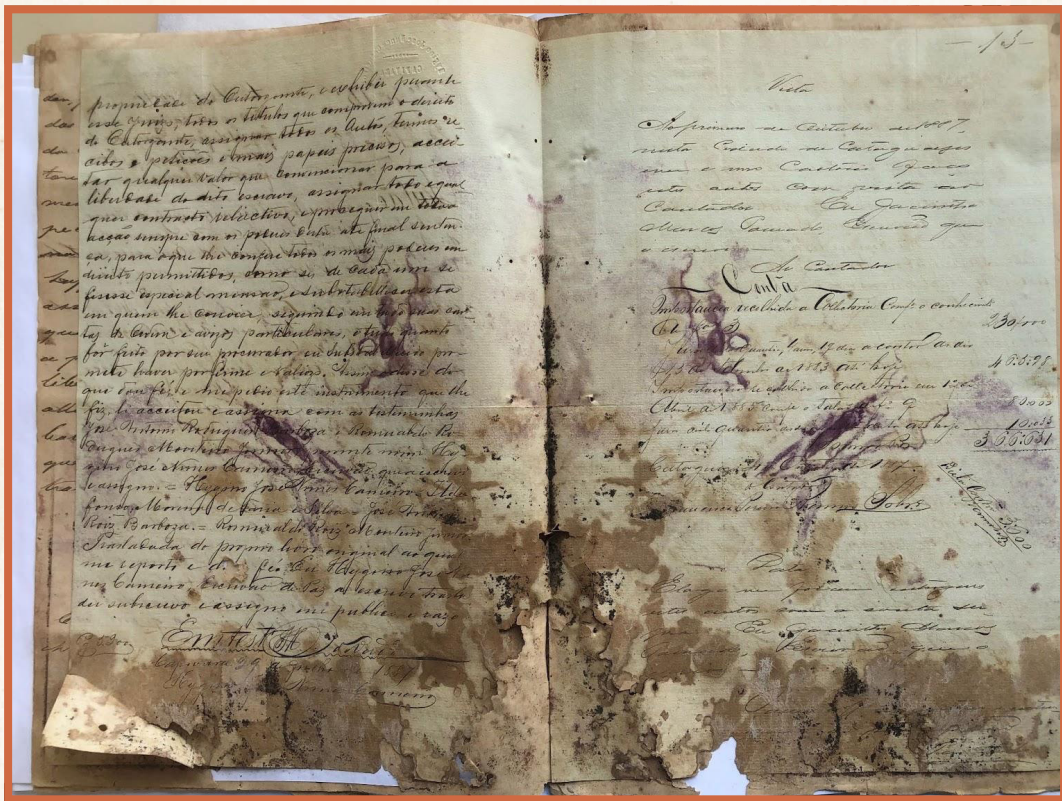
Figura 8 - Manchas de umidade e esporos de fungo





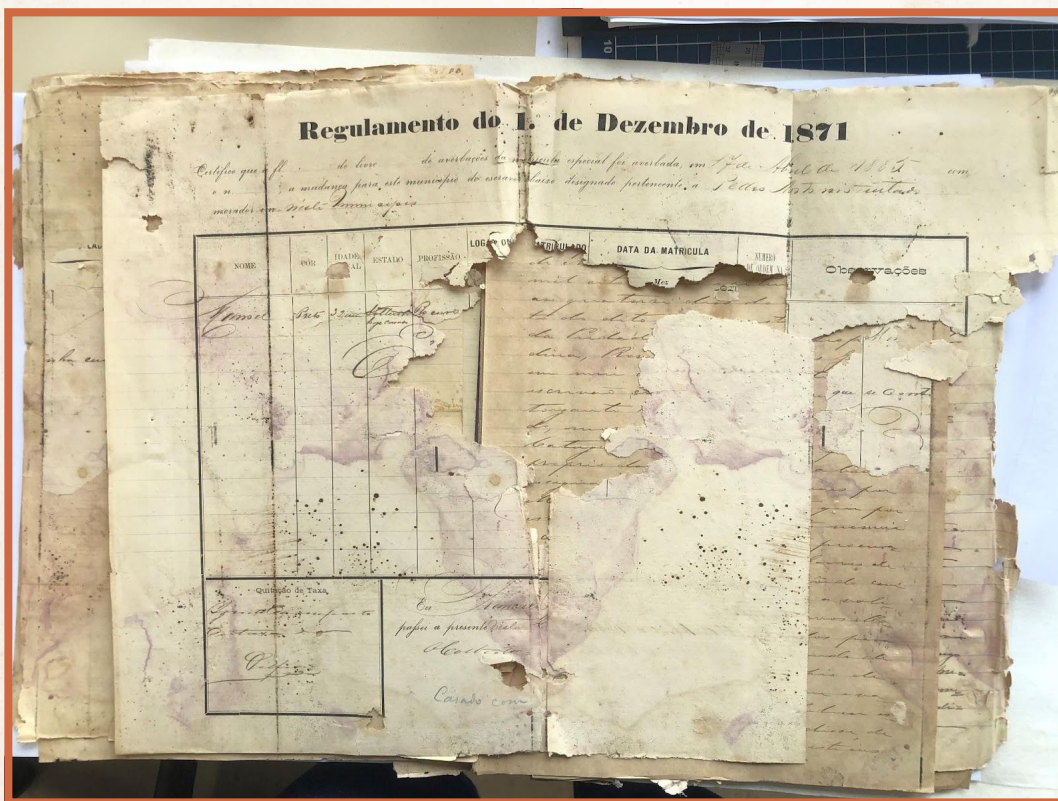
Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

Figura 9 - Degradação por fungo que resultou no ressecamento e desprendimento de papel



Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

Figura 10 - Perda de suporte em decorrência da fragilidade da fibra do papel por ataque de fungos



Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

## 4.2 Ações de conservação e tratamento dos documentos

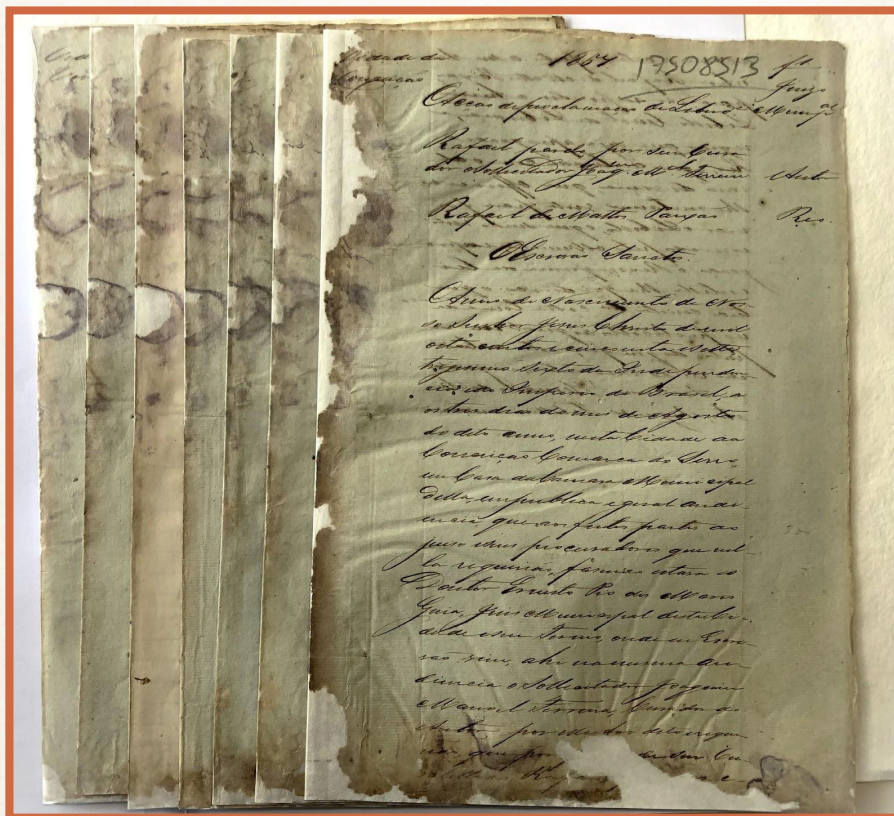
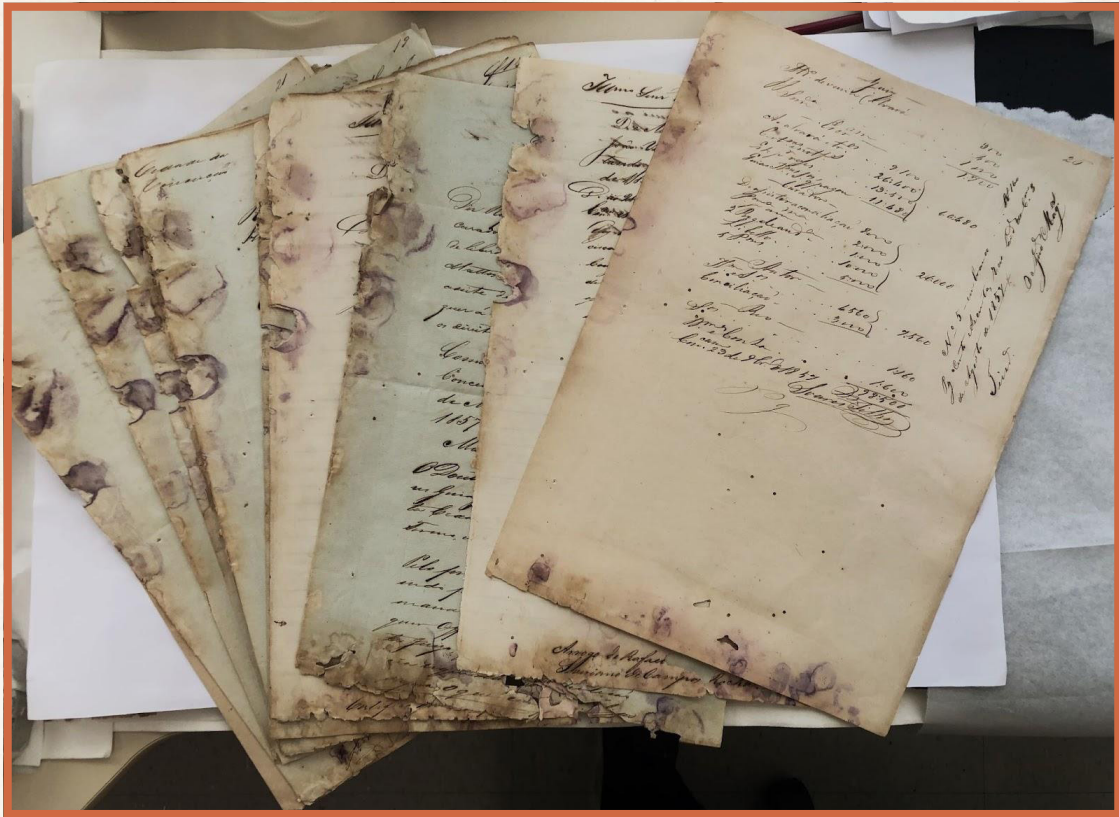
O tratamento foi iniciado com higienização mecânica, que consiste em utilizar uma trincha de cerdas macias, bisturi, espátulas e *swab* para remover o acúmulo de sujidades, como pó e excrementos dos insetos. Para a desinfecção do mofo (fungos), aplicou-se, em forma de aspersão, o álcool etílico 70% em todas as folhas, frente e verso, que, em seguida, foram colocadas na secadora de papeis até que estivessem completamente secas. Em seguida, em áreas que apresentavam maior fragilidade devido à umidade, mofo e/ou acidez, foi aplicada uma camada de adesivo de metilcelulose diluído em água deionizada para fazer uma reencolagem, na tentativa de promover a reestruturação das fibras do papel.

Os documentos, em geral, estavam bastante contaminados com mofo e foram tratados com álcool 70% por aspersão, quando necessário, a aplicação de velatura ou laminação direta. A velatura é indicada para suportes com fragilidade e que não possuem sustentação, além de perda. A técnica consiste na colagem de uma folha de papel japonês do tamanho da folha do documento, no verso. O procedimento é realizado por meio de um pincel de cerdas macias para a aplicação de uma camada de adesivo metilcelulose em toda a extensão do documento e do papel japonês, no sentido de dentro para fora.

A restauração do suporte nas áreas com rasgos e perdas foi feita utilizando a técnica de enxerto e preenchimento. O procedimento consiste na fabricação de um molde da perda, colocando uma folha de papel vegetal sobre ela e, em seguida, colocando-o por cima do papel japonês, e, com a ajuda de um agulhão, recortando e reproduzindo esse molde. Os remendos ocorreram nos locais com rasgos, em que se cola uma pequena tira do papel japonês em cima do rasgo. Os materiais utilizados foram papel japonês com as gramaturas 9g/m<sup>2</sup> e 10g/m<sup>2</sup>, adesivo metilcelulose diluído em água deionizada a 2%. Em algumas folhas, nas áreas com mofo e umidade, por estarem fragilizadas, ácidas e úmidas, a adesão do enxerto, durante a aplicação do papel japonês com o adesivo, não era possível. Devido a essa condição, o papel japonês não aderiu à folha do documento durante o processo de secagem. Depois da secagem, foi possível notar que o papel japonês se soltava facilmente do documento, tornando o processo de tratamento mais demorado. Nas manchas de umidade, não foi feito nenhum tratamento específico, já que a aspersão com o álcool foi suficiente para que fossem amenizadas.

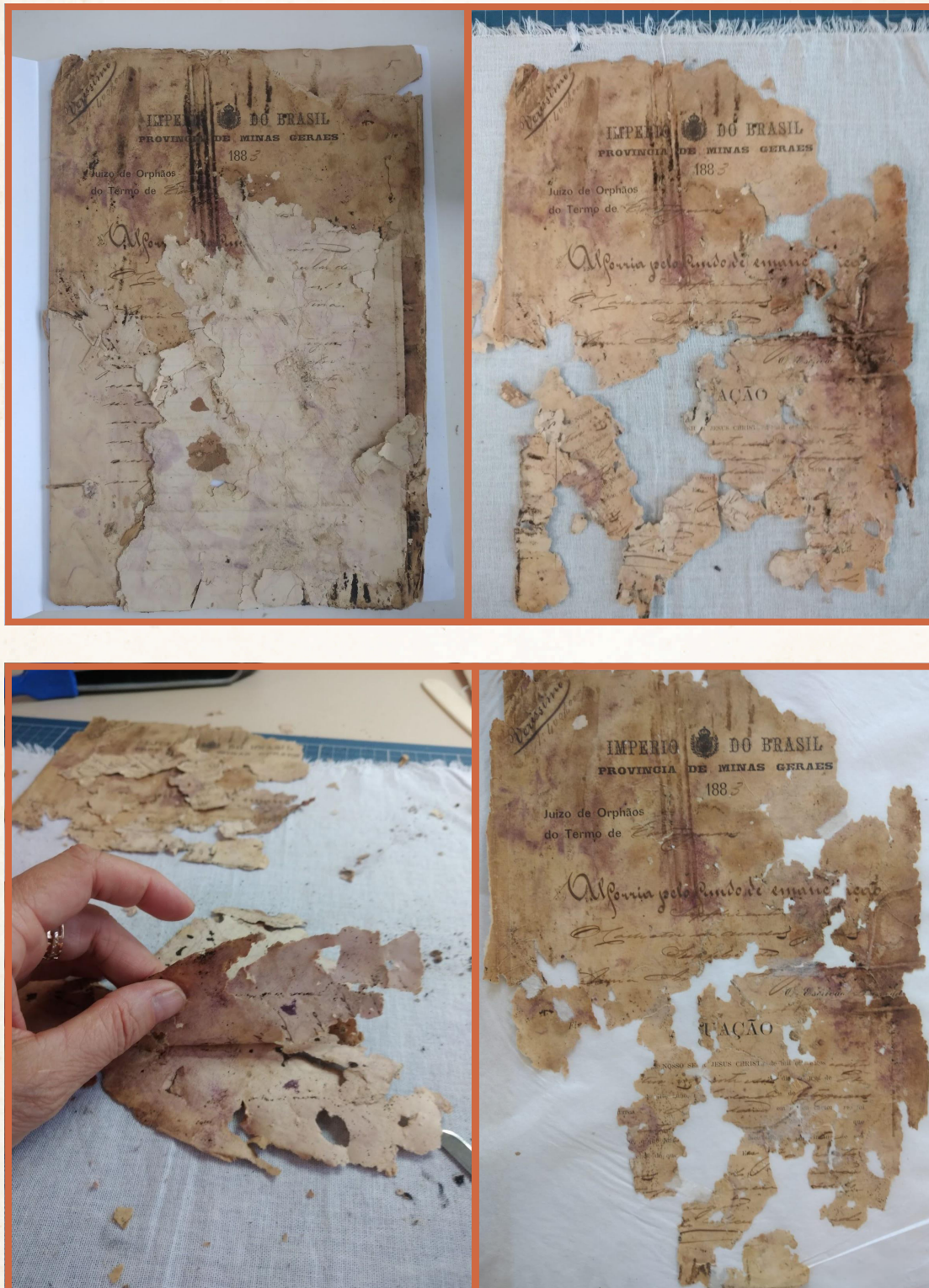


Figura 11 - Documentos antes e depois do tratamento



Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

Figura 12 - Documento em estado avançado de deterioração, com vestígios de papel de outro documento sobreposto na capa.  
(O resultado final, ña quarta imagem)



Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

Figura 13 - Perda de suporte, reintegração e consolidação do documento com o uso de papel japonês



Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

Figura 14 - Aplicação de metilcelulose sobre o documento a fim de consolidar as fibras de papel do documento atacado por fungos



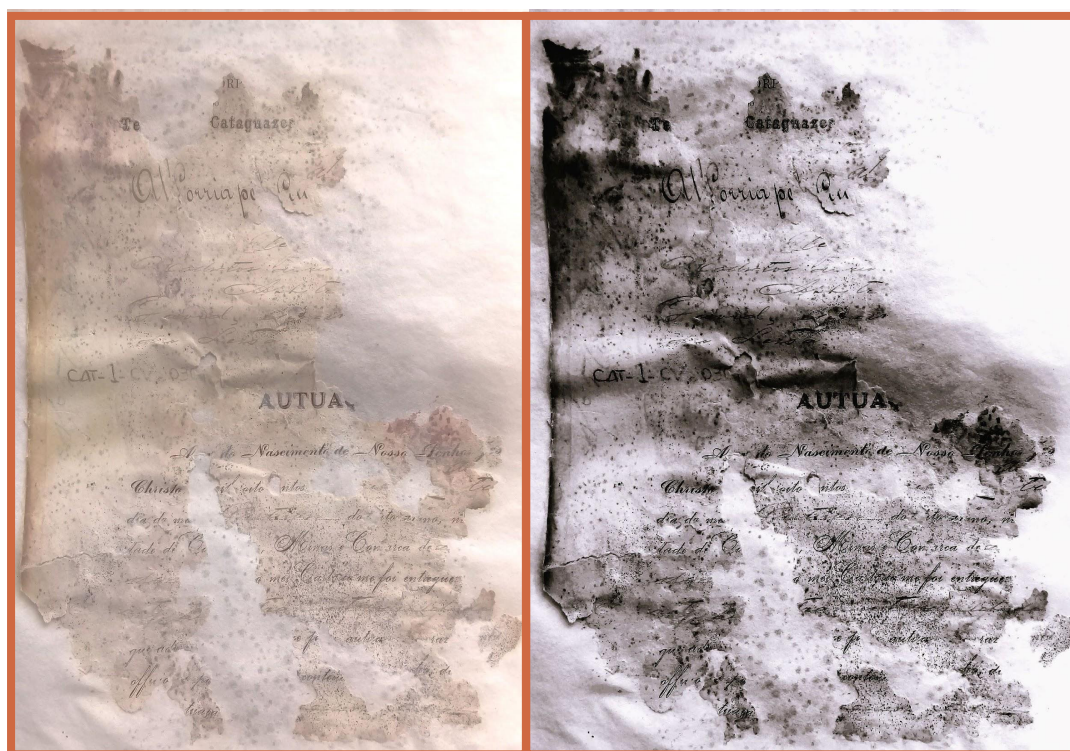
Fonte: Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG.

### 4.3 Estudo de caso

Figura 15 - Problemas com fungos

Imagem 1

Imagem 2



Fotografia de luz visível

Fotografia de luz visível com contraste

**Fonte:** Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE/TJMG

Após o tratamento deste documento oriundo da Comarca de Cataguazes, no processo de secagem da folha, foi possível perceber que os agentes biológicos degradantes encontravam-se ainda ativos, mesmo após todo o procedimento de higienização. Ao longo dos dias, após o tratamento com álcool 70%, foi constatada a presença de manchas fúngicas que se proliferaram, principalmente, no papel japonês aplicado para a consolidação da estrutura do documento, contaminando toda a folha tratada. Tal situação é um reflexo da dificuldade de eliminar esse agente degradador, em especial, fungos causadores do mofo. Durante o procedimento, a cidade de Belo Horizonte vivenciava longos períodos chuvosos, com a umidade variando entre 75% e 85%. Tal fator pode ter contribuído para a reativação dos microrganismos, mesmo estando em ambiente ventilado e na secadora de papeis.

Na imagem 1, podemos ver o documento contaminado após o tratamento supracitado. Na imagem 2 (em preto e branco), é possível observar com mais clareza as áreas contaminadas pelo fungo. Nesse caso, o documento seguiu para digitalização, sendo acondicionado em um envelope de papel alcalino, a fim de evitar a contaminação de outros documentos. Ao longo dos próximos meses, será acompanhado o desenvolvimento

dessa degradação, verificando se ficou estável ou piorou, de tal modo a se pensar em novas ações de tratamento e conservação.

#### **4.4 Considerações finais**

Conforme foi abordado, as ações de preservação, conservação e restauração de documentos degradados requerem uma análise criteriosa a fim de estabelecer os métodos para o tratamento. Certamente, esse projeto não será o único desafio que demandará maior atenção da equipe. Preservar é um investimento que possibilita a continuidade e sobrevivência dos documentos, permitindo que outros agentes possam fazer inúmeros usos deles. Assim, o Laboratório de Conservação e Pequenos Reparos da COARPE segue a linha da preservação que respeita os limites de intervenções nos documentos, tendo em vista sua materialidade, bem como as suas marcas do tempo. Toda informação recuperada é importante e carece de atenção pelos conservadores e demais profissionais que lidam com acervos documentais. A equipe está empenhada em garantir que documentos como esses, testemunhos de um período obscuro de nossa história, não se percam.





*Comarcas*  
*A - J*



*Comarca de  
Abaeté*

## 5.1 Comarca de Abaeté

### 5.1.1 Contexto histórico e administrativo

A colonização da região banhada pelos rios Marmelada, Indaiá, Borrachudo e Abaeté, afluentes do São Francisco, iniciou-se em fins da década de 1730, quando exploradores se assentaram em sesmarias concedidas. A área foi originariamente habitada por indígenas denominados pelos portugueses como “abaetés”, que praticamente foram dizimados ao final do mesmo século, após conflitos com garimpeiros (Barbosa, 1971). Na década de 1790, a ocupação do território intensificou-se após a descoberta do maior diamante até então encontrado em toda a América portuguesa. O cristal foi levado em estado bruto para o Reino de Portugal como presente para a Coroa, conforme relatado pelo naturalista e mineralogista inglês John Mawe, em ocasião de sua passagem por Minas Gerais na primeira década do século XIX (Mawe, 1922).

Após a diminuição do garimpo, os povoados mineradores voltaram-se para atividades como a agropecuária e o comércio, a exemplo do arraial chamado Marmelada. Por volta de 1845, foi erguida uma capela dedicada ao culto de Nossa Senhora do Patrocínio, filial da Freguesia de Nossa Senhora das Dores da Serra da Saudade do Indaiá, então subordinada à jurisdição eclesiástica da Diocese de Olinda. Em 1847, o arraial tornou-se distrito pertencente ao Município de Pitangui, então termo judiciário da Comarca do Rio das Velhas. Em meados da década de 1850, o Distrito de Marmelada foi incorporado ao Município de Dores do Indaiá, criado a partir de um desmembramento do território de Pitangui. No contexto, os municípios de Pitangui e Dores do Indaiá, juntamente com o de Bonfim, compunham a Comarca do Indaiá, instituída em 1855.

A capela filial de Nossa Senhora do Patrocínio do Marmelada foi elevada à condição de igreja matriz e paróquia atrelada à Diocese de Mariana e, nos anos seguintes, sobrepujou-se a importância da sede do município, instalada na Vila de Dores do Indaiá. Como reflexo, em 1870, a sede municipal foi transferida para a Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio do Marmelada, e o nome foi alterado para Comarca de Pitangui. A Vila de Dores do Marmelada foi elevada à categoria de cidade, e a Comarca de Abaeté surgiu pouco depois, em 1880, abarcando as cidades de Abaeté e Dores do Indaiá.

No final do ano de 1891, Dores do Indaiá deixou de pertencer à Comarca de Abaeté para integrar a Comarca de mesmo nome, recém-criada. As duas comarcas envolveram-se em conflitos de jurisdição e, como resultado, a Comarca de Abaeté foi suprimida em 1903, de tal modo que foi restituída em 1916, composta por termo homônimo. Posteriormente, o município de Miravânia foi anexado à Comarca por um período de cinco anos. Em 1970, uma nova conformação foi estabelecida com a inclusão de Biquinhas, Cedro do Abaeté, Morada Novas de Minas e Paineiras. Cinco anos depois, os municípios de Biquinhas e Morada Nova de Minas deixaram de compor a Comarca, situação que não se alterou desde então (Martins; Soares, 2016).



## 5.1.2 Documentos cíveis

### 05.04.1856 - 207342

Ação de libelo movida por Manoel Barroso Pereira para anular a coartação em favor de seus escravizados Atanásio e João crioulo

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos substituto: José Ribeiro da Silva

Escrivão: Paulo Marciano de Moura

Curador: João Nepomuceno de Moura

Local: Vila de Nossa Senhora das Dores do Indaiá, Comarca do Indaiá

Recurso judicial: -

Data final: 19.06.1856

Tamanho: 23 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207342

Palavras-chave: cível; libelo; coartação; anulamento de testamento; crioulo.

### 15.04.1858 - 206048

“Divisão de serviço de escravos” - Processo movido por Gabriel de Resende e Silva contra Elias Xavier de Carvalho e Joaquina Theodora de Carvalho referente aos escravizados Manoel e Anastácia, alegando que, na ocasião, sua esposa, Antônia Carolina de Carvalho, detinha a posse deles que foi negada por seu irmão Elias

Autoridades:

Juiz Municipal: José Ribeiro da Silva

Juiz de Paz: Joaquim dos Santos Rosa

Escrivão: Paulo Marciano de Moura, Francisco Flávio de Oliveira

Local: Distrito de São Sebastião do Pouso Alegre, Termo e Vila de Nossa Senhora das Dores, Comarca do Indaiá

Recurso judicial: “Direitos Nacionais”

Data final: 02.07.1858

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_206048

Palavras-chave: cível; divisão de serviços; direito de posse.

#### **04.01.1863 - 207387**

“Depósito a *ex-officio* - Ação de liberdade a favor de Joaquina, Antônio e Jesuíno” pertencentes a Ana Rosa Barbosa, relatando terem sido libertos após o seu falecimento, porém, mantidos em cativeiro pelo escravocrata Francisco de Assis Tristão

Autoridades:

Juiz Municipal: José Ribeiro da Silva, Luiz Gonzaga Pereira da Fonseca, Antônio José Gonçalves, Silvério Soares de Melo

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade, Antonio Anselmo da Fonseca

Curador: Ignácio de Oliveira Campos, Antônio da Silva Correa

Local: Vila de Dores da Marmelada, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: -

Data final: 22.03.1879

Tamanho: 70 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207387

Palavras-chave: cível; escravização; manutenção de liberdade; alforria; depósito.

#### **27.03.1866 - 202106**

Notificação para Ana Claudiana de Moraes solicitando a entrega de Germano, escravizado com serviços compartilhado com o seu irmão Domingos de Morais Pessoa

Autoridades:

Juiz Municipal e de Órfãos: Jacinto Álvares da Silva

Escrivão: José Ribeiro Souza, José Jacintho Rodrigues Lira

Local: Vila de Nossa Senhora das Dores do Indaiá, Comarca do Indaiá

Recurso judicial: -

Data final: 08.05.1866

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_202106

Palavras-chave: cível; prestação de serviços; compartilhamento de escravizado.

#### **18.02.1870 - 207344**

“Traslado dos autos de Libelo Cível” movido por Francisca Angélica de Jesus contra os seus escravizados Fortunata e João (filho) em virtude de terem alcançado a liberdade por falha de matrícula

Autoridades:

Juiz Municipal: Luiz Gonzaga Pereira da Fonseca, João Roberto de Herendia Mendes Ribeiro

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade, José Jacintho Rodrigues Lira

Curador: Inácio de Oliveira Campos

Local: Vila de Dores da Marmelada, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: arts. 10 e 16 do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 20.05.1876

Tamanho: 176 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207344

Palavras-chave: cível; contestação de liberdade; apelação; escravização; falha de matrícula.

### **30.09.1874 - 207345**

“Sentença cível” em grau de apelação ao Tribunal da Relação de Ouro Preto referente ao processo movido por Francisca Angélica de Jesus contra a manutenção da liberdade dos seus ex-escravizados Fortunato e João (filho), concedida em razão dos arts. 10 e 16 do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Autoridades:

Desembargador do TROP: Joaquim Caetano da Silva Guimarães, Luiz Gonzaga de Brito Guerra

Juiz Municipal: Antônio José Gonçalves, Luiz Gonzaga Pereira da Fonseca

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade, José Jacinto Rodrigues Zica, Antônio Felipe Dias Ribeiro

Curador: Inácio de Oliveira Campos, João Alves de Sousa

Local: Freguesia de São Sebastião do Poço Alegre, Vila de Dores da Marmelada, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: arts. 10 e 16 do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 17.09.1877

Tamanho: 126 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207345

Palavras-chave: cível; liberdade; apelação; escravização; falha de matrícula; TROP.

Observação: Processo relacionado ao número 207344.

### **27.09.1875 - 206704**

Arrecadação de escravos - Requerimento de Fidelis Gonçalves dos Reis para a penhora

dos bens de Antônio da Silva Coelho, cujos escravizados, Adão, Miguel e Manoel, estão em estado de abandono, além de requerer as partes de Jacinta, Sabina e Cristina, “a fim de evitar prejuízos”

Autoridades:

Juiz Municipal: José Ribeiro da Silva, João Roberto de Herendia Mendes Ribeiro

Escrivão: José Jacinto Rodrigues Zica

Local: Freguesia de São Sebastião de Poço Alegre, Termo de Marmelada, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: -

Data final: 15.08.1875

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_206704

Palavras-chave: cível; arrecadação; abandono de escravizados.

### **12.02.1876 - 206560**

Processo cível movido por Antônio da Silva Correia contra Francisco de Paula e Silva, “que deixando de matricular suas escravas de nome Rosina e sua filha Rita, as têm em seu poder como cativas, não só tirando os serviços, como as maltratando com castigos”

Autoridades:

Juiz Municipal: Luiz Gonzaga Pereira da Fonseca

Escrivão: José Jacinto Rodrigues Lira

Local: Vila de Dores da Marmelada, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872; art. 53 do Código Criminal

Data final: 15.03.1876

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_206560

Palavras-chave: cível; ausência de matrícula; lei abolicionista; maus-tratos.

Observação: Por não serem matriculadas são consideradas livres em consonância com o Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872.

### **27.10.1876 - 207382**

Ação de liberdade movida por Ana parda, por meio de seu curador, Basílio José Cardoso, contra Francisco de Assis Tristão, alegando ser livre por nascimento e também pela ausência de matrícula

Autoridades:

Juiz de Direito: Teófilo Pereira da Silva

Juiz Municipal: Luiz Gonzaga Pereira da Fonseca, Silvério de Sousa Melo, José Ribeiro da Silva, Balduino Soares Branco

Coletor: Silva Cardoso

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade, José Jacinto Rodrigues

Curador: Basílio José Cardoso, Inácio de Oliveira Campos

Local: Vila de Dores da Marmelada, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: art. 7º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871; art. 80 do Regimento de 13 de novembro de 1872; arts. 1º, § 2º e § 3º; 19 do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 04.11.1879

Tamanho: 316 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207382

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ausência de matrícula; anulação de liberdade; apelação; abolicionista.

#### **15.05.1877 - 207386**

“Um ofício de Francisca de Oliveira Bueno dando parte do falecimento de Joaquim José de Almeida Arantes, e da liberdade dada por este a seu escravo Jacinto”

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio José Gonçalves

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade

Curador: Inácio de Oliveira Campos

Local: Vila de Dores da Marmelada, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: -

Data final: 17.05.1877

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207386

Palavras-chave: cível; alforria.

#### **17.05.1877 - 207389**

“Ação de liberdade de José por seu curador Lourenço José Ferreira Valadares e outros” que teria sido avaliado e listado em inventário de D. Francisca de Paula Medeiros indevidamente

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio José Gonçalves

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade

Curador: Lorenço José Ferreira Valadares, Felicíssimo Pereira da Silva

Local: Vila de Dores da Marmelada, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: -

Data final: 17.05.1877

Tamanho: 4 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207389

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; escravização indevida; ingênuo.

### **01.12.1880 - 207212**

Ação de liberdade do “escravo Pedro pertencente a Vicente da Costa Gontijo, morador no Campo Alegre” de Abaeté, movido pelo curador *ad hoc* Pedro Miguel Ignácio Pereira, em virtude do abandono do escravizado

Autoridades:

Juiz de Direito: Teófilo Pereira da Silva

Juiz de Órfãos: Balduino Soares Branco

Escrivão: Sebastião de Campos Cordeiro

Curador: Pedro Miguel Ignácio Pereira

Local: Cidade de Abaeté, Comarca de Pitangui

Recurso judicial: art. 76 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872; Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 06.05.1881

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207212

Palavras-chave: cível, Lei do Ventre-Livre; abandono de escravizado.

### **27/02/1883 - 200988**

“Contrato para a indenização de valor de escravos, por acordo” entre Francisco Borges Moreira e o seu escravizado Raimundo, por ter prestado serviços a Martinho Álvares da Silva Contagem, no intuito de ser de libertado após quatro anos de trabalho

Autoridades:

Juiz Municipal de Órfãos: Balduino Soares Branco

Escrivão: Sebastião de Campos Cordeiro

Local: Cidade de Abaeté, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: -  
Data final: 28.02.1883  
Tamanho: 7 páginas  
Referência documental: TJMG\_Abaeté\_200988

Palavras-chave: cível; contrato de trabalho; indenização; ação de liberdade.

#### **05.09.1888 - 201450**

“Tutela e contrato de soldada do menor Antônio, filho de Maria ex-escrava de Ernesto Pereira Salles”

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Joaquim Antonio Rodrigues  
Curador Geral dos Órfãos: Herculano Alves de Sousa  
Escrivão: Sebastião de Campos Cordeiro  
Tutor: Martinho Ribeiro Álvares da Silva  
Local: Cidade de Abaeté  
Recurso judicial: -  
Data final: 05.09.1888  
Tamanho: 7 páginas  
Referência documental: TJMG\_Abaeté\_201450

Palavras-chave: cível; soldada; tutela; estigma; ex-escrava.

#### **05.11.1888 - 203400**

“Tutela do menor Inácio de 14 anos, filho de Delfina de tal”, ex-escravizada de Francisco Maria da Silva

Autoridades:

Juiz de Direito: Lidio Alerano Bandeira de Mello  
Juiz dos Órfãos: Joaquim Antonio Rodrigues  
Curador Geral dos Órfãos: Herculano Alves de Sousa  
Escrivão: Sebastião de Campos Cordeiro; Antonio Alves de Souza  
Tutor: João Henriques Ferreira da Cruz  
Local: Santa Maria, Cidade de Abaeté  
Recurso judicial: -  
Data final: 05.09.1888  
Tamanho: 18 páginas  
Referência documental: TJMG\_Abaeté\_203400

Palavras-chave: cível; tutela; estigma; ex-escravizada.

### 30.09.1890 - 203418

“Tutela do menor José, oito anos de idade, filho de Maria, ex-escrava de Antônio Ignacio Ribeiro e pai incógnito”

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Joaquim Antonio Rodrigues

Curador Geral dos Órfãos: Herculano Alves de Sousa

Escrivão: Sebastião de Campos Cordeiro

Tutor: Antônio Nunes da Silva

Local: Cidade de Abaeté

Recurso judicial: -

Data final: 03.10.1890

Tamanho: 4 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_203418

Palavras-chave: cível; tutela; estigma; ex-escravizada.

### 5.1.3 Documentos criminais

#### 15.05.1858 - 207028

“Traslado dos autos crimes *ex-officio* contra Manoel José Soares e Adão africano, pela morte feita ao Lino Mendes Soares”, condenados a galés perpétuas, o processo correu em grau de apelação ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro

Autoridades:

Desembargador do TRRJ: Lourenço José Ribeiro, Dom José d’Assis Mascarenhas

Serventuário do TRRJ: Lourenço Manoel Botelho de Moraes Sarmento

Juiz de Direito: Frederico Augusto Álvares da Silva

Juiz de Órfãos: Jacinto Álvares da Silva

Juiz Municipal: Manoel Alves de Sousa

Juiz de Paz: João Pereira de Sousa

Delegado: Manoel de Magalhães Gomes

Subdelegado: Manoel Alves de Sousa

Escrivão: Paulo Mariano de Moura, Pedro Leite de Faria, Antônio José Machado de Andrade, Bernardino Rodrigues de Sousa, Paulo Marciano de Moura

Curador: Joaquim Antônio Gomes da Silva

Local: Distrito da Morada Nova, Vila das Dores do Indaiá, Comarca do Indaiá; Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Corte Imperial

Recurso judicial: -

Data final: 27.01.1878

Tamanho: 80 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207028

Palavras-chave: criminal; homicídio; pena de galés; apelação; Congo; TRRJ.

Observação: O réu passou a ser nomeado “Adão Galés”, associando a pena sofrida ao seu sobrenome.

### **16.08.1864 - 202271**

Processo-crime que Domingos Fonseca é acusado do assassinato com uso arma de fogo em Roque, escravo de Pedro Pereira de Araújo Caldas

Autoridades:

Juiz Municipal: Luiz Gonzaga da Fonseca, José Ribeiro da Silva, Antônio José Gonçalves  
Subdelegado: Pedro Alves de Sousa

Escrivão: Jacinto José da Silva Penna, Luis Joaquim da Silva Basto

Local: Distrito da Marmelada, Termo da Vila de Dores, Comarca do Indaiá

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 18.04.1874

Tamanho: 28 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_202271

Palavras-chave: criminal; galés; homicídio; arma de fogo.

### **09.01.1860 - 205257**

“Sentença-crime em grau de apelação (Tribunal da Relação do Rio de Janeiro) passada *ex-officio* contra o réu Francisco crioulo, para cumprir a pena que foi condenado (galés perpétuas)” referente ao homicídio de Pedro Francisco da Silva, “barbaramente” assassinado

Autoridades:

Desembargador do TRRJ: D. Manoel de Assis Mascarenhas, José Florêncio de Araújo Soares

Escrivão do TRRJ: José Joaquim de Azevedo Coutinho

Escrivão: Jacinto José da Silva Penna

Local: Distrito da Marmelada, Termo da Vila de Dores, Comarca do Indaiá, Corte do Rio de Janeiro

Recurso judicial: arts. 35, 192 (grau médio) e 255 do Código Criminal

Data final: 25.10.1864

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_205257

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés perpétua; TRRJ; arma branca.

### **01.08.1871 - 202494**

“Sumário de culpa que se procede nesta subdelegacia do Distrito da Marmelada a ofício de justiça sobre a morte de Bento, escravizado de Inês, por José Pereira”

Autoridades:

Juiz de Direito: Sabino d’Almeida Lustosa

Juiz Municipal: João Roberto de Heredia Mendes Ribeiro, Luiz Gonzaga Pereira da Fonseca, Argemiro Itajubá

Subdelegado: Francisco Fernandes da Rocha, Honório Ricardo de Oliveira, Ernesto Tavares dos Santos

Escrivão: Antonio Ancelmo da Fonseca, José Bernardes de Souza, Antônio José Machado de Andrade, Leopoldino Machado de Andrade

Local: Freguesia do Senhor do Patrocínio da Marmelada, Termo da Vila de Dores do Indaiá, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: art. 193 (grau médio) do Código Criminal

Data final: 01.04.1908

Tamanho: 84 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_202494

Palavras-chave: criminal; homicídio.

### **20.05.1876 - 203183**

Processo-crime contra Querino Cardoso de Carvalho, acusado do homicídio de seu escravizado, Manoel

Autoridades:

Juiz de Direito: Silvino Soares de Mello, Francisco de Paula Prestes Pimentel

Juiz Municipal: Luiz Gonzaga Pereira da Fonseca, José Ribeiro da Silva, Antônio José Gonçalves

Subdelegado: Joaquim José da Silva Netto

Escrivão: Francisco de Paula Moreira Zica, Antonio Anselmo da Fonseca, Joaquim Alves de Andrade, Antônio José Machado de Andrade

Local: Santo Antonio dos Tabões, Distrito de Dores da Marmelada, Comarca do Pitangui; Cidade de Abaeté

Recurso judicial: arts. 16, 192, 193 do Código Criminal

Data final: 05.02.1879

Tamanho: 96 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_203183

Palavras-chave: criminal; homicídio; arma branca.

### **12.09.1878 - 203744**

“Petição e documentos oferecidos por Luciano Antônio Veloso, pedindo e obteve alvará de soltura de um escravo de nome Manoel” — o suplicante defende que Manoel não cometeu o crime de assassinato de Roberto de tal, e sim o escravizado Justiniano na comitiva que rumava de São Paulo para Pitangui

Autoridades:

Juiz de Paz: José Baptista Lopes Vieira

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade

Escrivão de Paz e Tabelião: Joaquim Pedreira Jequitibá

Local: Cidade de Abaeté, Comarca de Pitangui

Recurso judicial: art. 148 do Código Criminal

Data final: 16.09.1878

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_203744

Palavras-chave: criminal; homicídio; prisão arbitrária; tropeiro.

### **13.07.1878 - 201577**

Processo-crime a respeito do homicídio de Sabino, escravizado de Antônio Coelho Ferreira, sendo os acusados: José Coelho Ferreira e Antônio Coelho Ferreira

Autoridades:

Juiz de Direito: José Antônio Saraiva Sobrinho

Juiz Municipal: Antônio José Gonçalves, Silvino Soares de Mello, Balduino Soares Branco

Delegado: Teófilo Ezequiel de Oliveira Campos

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade

Local: Cidade de Abaeté, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: arts. 16, § 6º (agravante) e 193, do Código Criminal;

Data final: 09.11.1883

Tamanho: 170 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_201577

Palavras-chave: criminal; homicídio de escravizado.

### **08.11.1878 - 203280**

Processo-crime contra Francisco, escravizado de Francisco Coelho Ferreira, acusado de agressão física a Francisco Rosa e pelo assassinato de Genoveva Maria da Conceição

Autoridades:

Juiz de Direito: José Pedro de Sá Pereira

Juiz Municipal: Antônio José Gonçalves, José Ribeiro da Silva, Luiz Gonzaga Pereira da Fonseca

Delegado: Ignácio de Oliveira Campos, Teófilo Ezequiel de Oliveira Campos

Subdelegado: João Pereira de Souza Junior

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade, Lino José de Couto

Curador: Felicissimo Pereira da Silveira

Local: Distrito da Morada Nova, Termo da Vila de Dores da Marmelada, Freguesia de Nossa Senhora do Soneto da Morada, Cidade de Abaeté, Comarca do Pitangui,

Recurso judicial: arts. 37, 60, 194 e 195 do Código Criminal

Data final: 22.11.1878

Tamanho: 125 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_203280

Palavras-chave: criminal; homicídio; agressão física.

### **28.08.1881 - 201398**

Processo-crime referente ao homicídio de Belchior, escravizado de Jerônimo Ferreira da Cruz, sendo o acusado Honório, escravizado de Francisco Gonçalves de Melo

Autoridades:

Juiz de Direito: Teófilo Pereira da Silva, Epaminondas Bandeira de Mello

Juiz Municipal: Balduino Soares Branco

Juiz de Paz: Manoel Ferreira Alvares da Silva

Subdelegado: Antônio Gonçalves da Rocha

Escrivão: Antonio José Machado de Andrade, Francisco Soares de Faria Branco, Joaquim Alves de Andrade

Curador: Modesto Pires Ribeiro

Local: Cidade de Abaeté, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: arts. 55, 179, 188, 193 do Código Criminal

Data final: 01.03.1882

Tamanho: 129 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_201398

Palavras-chave: criminal; homicídio de escravizado.

### **26.09.1881 - 202817**

Processo-crime e “auto de corpo de delito feito em Camilo”, em que Tiburcio é suspeito do assassinato, ambos escravizados pertencentes a Vicente da Costa Gontijo

Autoridades:

Juiz de Direito: Theophilo Pereira da Silva

Juiz Municipal: Balduino Soares Branco

Juiz de Paz: Manoel Ferreira Alvares da Silva

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade, Francisco Soares de Faria Branco, Joaquim Alves de Andrade

Delegado: Theophilo Ezequiel de Oliveira Campos

Subdelegado: Flávio da Costa Valle, Antônio Gonçalves da Rocha

Curador: Ignácio de Oliveira Campos

Local: Cidade de Abaeté, Comarca de Pitangui

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 10.06.1882

Tamanho: 149 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_202817

Palavras-chave: criminal; assassinato de escravizado; desobediência.

Observação: No processo, consta que Camilo e o escravizado Manoel Henrique receberam ordens para amarrar o escravizado Tiburcio como punição por desobediência. Não aceitando o castigo, Tiburcio esfaqueou Camilo, matando-o.

### **24.05.1882 - 207421**

Execução da sentença aplicada a Tibúrcio, escravizado de João Roberto de Heredia Mendes Ribeiro, condenado à pena duzentos açoites

Autoridades:

Juiz Municipal: Balduino Soares Branco

Escrivão: Joaquim Alves de Andrade

Local: Cidade de Abaeté, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: arts. 60 e 193 do Código Criminal

Data final: 30.08.1882

Tamanho: 13 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_207421

Palavras-chave: criminal; execução de pena; açoites.

Observação: Relacionado ao Processo 202817.

### **27.05.1882 - 202684**

Processo-crime a respeito do homicídio de Bento, escravizado de José do Egito Ribeiro, sendo esse o acusado pelo delito

Autoridades:

Juiz de Direito: Teófilo Pereira da Silva

Juiz Municipal: Balduino Soares Branco

Subdelegado: Manoel Alves do Prado

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade, Belchior da Silva Cordeiro, Joaquim Alves de Andrade, Francisco Soares de Faria Branco

Local: Distrito de Morada Nova, Arraial da Nossa Senhora do Loreto da Morada, Cidade de Abaeté, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: arts. 55 e 194 do Código Criminal

Data final: 16.11.1882

Tamanho: 110 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_202684

Palavras-chave: criminal; homicídio de escravizado; violência senhorial.

### **19.12.1887 - 201463**

Processo-crime a respeito da morte da “ingênua Madalena, filha de Catarina e Joaquim, escravos de Francisco de Ávila Freire”, cujo corpo foi encontrado no leito do Córrego Bonito

Autoridades:

Juiz de Paz: José da Costa Gontijo Neto

Delegado: Teófilo Ezequiel de Oliveira Campos, João Correa de Souza

Subdelegado: Antônio Alves de Souza e Silva

Escrivão: José de Moraes Pessoa, Antônio José Machado de Andrade

Local: Distrito de Santo Antônio dos Tiros, Cidade de Abaeté, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: -

Data final: 04.04.1888

Tamanho: 49 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_201463

Palavras-chave: criminal; homicídio; autoextermínio; castigos.

Observação: No inquérito, consta que estava grávida supostamente do afilhado da sua escravocrata, Maria Carolina, que teria punido-a com correadas antes de seu sumiço.

### **28.08.1888 - 202465**

Processo-crime movido por Francisco, ex-escravizado do Barão de Indaiá (Antônio Zacarias Álvares da Silva) pela agressão sofrida por Antônio Roque Pereira na Fazenda Santana

Autoridades:

Juiz de Direito: José Gonçalves de Sousa, Joaquim Ignácio Nogueira Penido

Juiz Municipal: Joaquim Antônio Rodrigues, Silverio Alves de Souza

Delegado: João Correa de Sousa

Escrivão: Antonio José Machado de Andrade, Pedro Correa de Sousa

Local: Cidade de Abaeté, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: art. 18 do Código Criminal

Data final: 01.12.1888

Tamanho: 87 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_202465

Palavras-chave: criminal; agressão; aristocracia.

### **02.10.1888 - 202395**

Processo-crime contra Gervásio, ex-escravizado de “Pedro Martins Borges pelo crime de ofensas físicas graves feitas em Antônio Mendes Pereira de Souza, movido por ciúmes de uma rapariga”

Autoridades:

Juiz de Direito: José Jacinto de Azevedo Baeta, Sabino de Almeida Lustosa

Juiz Municipal: Inácio Joaquim de Oliveira, Joaquim Antonio Rodrigues, Alfredo Alves Pequeno, Argemiro Itajubá

Subdelegado: João Ignacio Ferreira

Escrivão: Antônio José Machado de Andrade, Maurício de Aquino e Mello, Francisco Soares Machado, Antônio Alves de Souza

Local: Distrito do Canastrão, Cidade de Abaeté, Comarca do Pitangui

Recurso judicial: art. 205 do Código Criminal

Data final: 21.01.1908

Tamanho: 92 páginas

Referência documental: TJMG\_Abaeté\_202395

Palavras-chave: criminal; agressão física; crime passional.



*Comarca de*  
*Além - Paraíba*

## 5.2 Comarca de Além Paraíba

### 5.2.1 Contexto histórico e administrativo

A região atual do município de Além Paraíba desenvolveu-se essencialmente após a criação do Porto Novo de Cunha, no início do século XIX, e tornou-se uma importante rota de escoamento de produtos por se localizar na divisa entre as capitânicas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O povoado surgiu por volta de 1811, quando foram destinados terrenos para a construção da igreja de São José do Paraíba pelo alferes Maximiano Pereira de Souza. Nesse contexto, Além Paraíba pertencia à Comarca do Rio das Mortes (Arquivo Público Mineiro, 1812).

Em virtude do Decreto Regencial, de 14 de julho de 1832, foi “criada a freguesia de São José d’Além Paraíba, subordinada à diocese do Rio de Janeiro” (Brasil, 1832b). Em 1897, no entanto, por meio do decreto pontifício de 16 de julho, a freguesia foi alterada para o bispado de Mariana. O primeiro decreto ocorreu em consonância com a modificação significativa na divisão eclesiástica do Império, elevando diversos curatos à condição de paróquia, como o de São José do Paraíba, que possuía as filiais, os curatos de Nossa Senhora das Mercês do Ragado e de Santa Rita de Meia Pataca. Nesse momento, a região próxima vivenciava constantes imbróglis referentes aos limites entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, principalmente, nas esferas jurídicas e administrativas, reflexo da instabilidade política do período regencial, como a Sedição de Ouro Preto, de 1833. Nela, os revoltosos contestavam a falta de autonomia de alguns distritos e vila (Barbosa, 1971).

A construção da Estrada de Ferro Leopoldina, iniciada em 1873, gerou o aumento populacional (com a chegada de novos moradores com ofícios referentes ao mundo ferroviário), além de facilitar a partida e chegada tanto de pessoas, quanto de mercadorias. A produção cafeeira também se desenvolveu, sustentada pelo uso da mão de obra escrava. O ano de 1874 foi marcado pela rebelião escrava na fazenda Gironda, que resultou na expulsão dos proprietários e modificou o regime de trabalho. O caso não foi isolado, pois a região ficou marcada por inúmeros pedidos de reforço policial para o controle de rebeliões (Couceiro, 2002).

Em 1880, a freguesia foi desmembrada do Município de Mar de Espanha e elevada à condição de vila sob jurisdição da Comarca de Mar de Espanha. No ano de 1883, São José de Além Paraíba ganhou a categoria de cidade e, ao final do ano de 1890, foi criada a Comarca do Paraíba, cuja composição inicial contava apenas com o Termo de São José de Além Paraíba. Tal ato foi um reflexo do federalismo implantado nos estados brasileiros, de modo a dinamizar o funcionamento da justiça, descentralizando-o (Martins; Soares, 2016).

Em 1891, a denominação da Comarca foi alterada para Além Paraíba e, em 1923, o município de São José de Além Paraíba modificou-se para “Além Paraíba” como

parte do projeto de laicização promovida pelo Estado. Em 1948, a Comarca de Além Paraíba englobava os municípios de Além Paraíba, Pirapetinga e Volta Grande. Pouco tempo depois, em 1953, foi anexado o de Estrela Dalva e, em 1970, Santo Antônio do Aventureiro. A partir de 1988, sofreu por nova mudança e passou a ser composta pelos municípios de Além Paraíba, Santo Antônio do Aventureiro e Volta Grande, situação que se mantém inalterada até então (Martins; Soares, 2016).

## 5.2.2 Documentos cíveis

### 18.11.1882 - 1500478

Autuação referente “a liberdade do escravo Filipe constrangido por Maximiano da Camara e Souza”, sendo “vítima da escravidão” pela falha na sua matrícula

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Escrivão: José Agostinho Gomes de Mello

Local: Vila de São José d’Além Paraíba, Sant’Anna do Pirapetinga

Recurso judicial: Lei de 7 de novembro de 1831

Data final: 18.12.1882

Tamanho: 4 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500478

Palavras-chave: cível; Lei Feijó; ação de liberdade; abolicionismo.

### 07.05.1883 - 1500391

Ação de alforria de Atanásio, “filho legítimo de Jeremias Profeta do Nascimento”, escravizado de Sebastião José de Castro e Sousa (Francisco Antônio de Almeida, inventariante) por meio de pagamento de pecúlio

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Escrivão: Olimpio Augusto de Magalhães, José Antônio Marques

Curador: Demóstenes da Silveira Lobo

Local: Distrito de São Sebastião da Estrela, Cidade de São José d’Além Paraíba

Recurso judicial: art. 8, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 31.05.1884

Tamanho: 42 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500391

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de alforria; pecúlio.

### **09.06.1883 - 1500474**

Ação de liberdade movida por Pedro, escravizado de Bernardino Leite da Silva, por meio do seu curador Francisco Carlos Brício

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Escrivão: Olímpio Augusto de Magalhães

Local: Distrito de São Sebastião da Estrela, Vila de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 32 da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 01.12.1884

Tamanho: 122 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500474

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; abolicionismo.

### **20.06.1883 - 1500484**

Ação de liberdade movida por Isabel, escravizada de Flora Rita Figueira, em decorrência da falha de sua matrícula, conforme a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Francisco de Paula Tavares

Escrivão: José Agostinho Gomes

Curador: Mariano José de Melo

Local: Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 23.06.1883

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500484

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; falha de matrícula; Lei do Ventre Livre.

### **24.07.1883 - 1500653**

Ação de manutenção de liberdade de Francisco, sua mulher e seus dois filhos ingênuos, Joaquim e Maria, em virtude da sentença que anulou a ação contra a sua família, por Francisco Antônio de Almeida (inventariante de Miguel Alves de Lima), libertado com a condição de prestar serviços por cinco anos

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Escrivão: Olimpio Augusto de Magalhães

Tabelião: José Antônio Marques

Curador: Demóstenes da Silveira Lobo

Local: Distrito de Sant'Anna do Pirapetinga, Distrito de São Sebastião da Estrela, Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 61 do Regulamento n° 51, de 13 de novembro de 1872, art. 4°, § 3°, da Lei de 28 de setembro de 1871

Data final: 08.11.1883

Tamanho: 40 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500653

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; manutenção de liberdade.

### **20.10.1883 - 1500487**

Manutenção de liberdade de Catarina crioula, por ter sido abandonada há mais de dois anos por sua senhora, D. Maria Carolina d'Azambuja Pires

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Escrivão: Olimpio Augusto de Magalhães

Curador: Herculano A. Gomes e Sousa

Local: São Sebastião da Estrela, Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 5°, § 4°, da Lei n° 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 21.08.1884

Tamanho: 58 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500487

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; abandono; Lei do Ventre Livre.

### **17.12.1883 - 1500656**

Arbitramento para alforria de Renovata, “escrava penhorada a Sebastião José de Castro e Souza por Francisco Antônio de Almeida” por meio de pagamento de pecúlio

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Depositário Público: João da Matta Lima

Escrivão: Olimpio Augusto de Magalhães, José Antônio Marques, José Agostinho Gomes de Mello

Curador: Demetrius da Silveira Lobo

Local: Freguesia de São Sebastião José de Castro e Souza, Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: -

Data final: 24.03.1884

Tamanho: 23 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500656

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pecúlio; arbitramento; alforria.

### **05.02.1884 - 1500485**

Ação de liberdade movida por Domingas, escravizada de José Pereira da Cunha, por meio de pagamento de pecúlio indenizatório

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Francisco de Paula Tavares, Veríssimo Antônio da Silveira

Escrivão: Olimpio Augusto de Magalhães, Guilherme Cordovil de Siqueira

Curador: Francisco Carlos Brício

Local: São Sebastião da Estrela, Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 12.11.1885

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500485

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; pecúlio; alforria.

### **17.03.1884 - 1500488**

Ação de liberdade de Maria Rita (Rita Formiga), escravizada de Simplício José Ferreira da Fonseca, por meio de pecúlio indenizatório

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Depositário Público: Manuel Batista Nunes de Sousa

Escrivão: Olimpio Augusto de Magalhães

Curador: Francisco Carlos Brício

Local: Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 4º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 48 do Regimento nº 4.735, de 13 de novembro de 1872

Data final: 31.07.1884

Tamanho: 174 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500488

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre; pecúlio.

Observação: Ao longo do processo, há menções sobre as preparações festivas no Rio de Janeiro para a celebração da abolição da escravatura na província do Ceará.

#### **07.04.1884 - 1500480**

Ação de liberdade de Isidoro preto, que se acha preso na cadeia de Além Paraíba por ter fugido, porém, argumenta que foi abandonado há bastante tempo pelo seu senhor e estava vivendo em casa de Domingos Luiz Marinho

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Escrivão: Olímpio Augusto de Magalhães

Local: Vila de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 24.05.1884

Tamanho: 4 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500480

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; abandono de escravizado.

#### **18.10.1884 - 1500788**

Ação de liberdade de Honorato, escravizado maior de setenta anos, pertencente aos herdeiros de Miguel Alves de Lima, por meio depósito do pecúlio que arrecadou por meio de esmolas

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Escrivão: Olímpio Augusto de Magalhães

Curador: Francisco Carlos Brício

Local: Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 87, § 4º, Cap. 8º do Regimento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 27.10.1884

Tamanho: 5 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500788

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre; esmolar; pecúlio.

#### **24.02.1885 - 1500792**

Ação de liberdade de Maria, escravizada de Augusto José Soares, alegando ser livre conforme as disposições do art. 8º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira

Escrivão: Olimpio Augusto de Magalhães, Guilherme Cordovil de Siqueira

Curador: Francisco Carlos Brício

Local: Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 25.02.1886

Tamanho: 13 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500792

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade.

### **01.10.1885 - 1500467**

Ação de liberdade movida por Eduardo pardo, escravizado de Manoel A. Furtado, por meio do seu curador Miguel Pinto Ribeiro, buscando comprovar o direito de compra da liberdade por pagamento de pecúlio, tendo o escravizado reunido o montante necessário para a sua alforria

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares, Veríssimo Antônio da Silveira

Escrivão: José Agostinho Gomes de Mello, José Martiniano Monteiro Breves, César Augusto Borges de Menezes, Affonso Celso Gomes de Mello, Olimpio Augusto de Magalhães

Curador: Miguel Pinto Ribeiro

Local: Vila de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: -

Data final: 18.11.1885

Tamanho: 56 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500467

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; abolicionismo; alforria; pardo.

### **25.11.1885 - 1500466**

Ação de liberdade de Rita, escravizada de Simplício Francisco da Fonseca, por meio de pagamento de pecúlio indenizatório

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares

Escrivão: Olimpio Augusto de Magalhães, José Antônio Marques

Curador: Francisco Carlos Brício

Local: Cidade de São José d'Além Paraíba, Comarca de Mar de Espanha

Recurso judicial: -

Data final: 22.12.1885

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500466

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; ausência de matrícula; pecúlio.

### **20.04.1886 - 1500476**

Ação de liberdade de Vitória, escravizada de “Alfredo, menor filho de José Leite Teixeira” por meio de pagamento de pecúlio

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira;

Depositário Público: Manoel Batista Nunes de Souza

Escrivão: Juvenal Coelho de Oliveira Penna, João Angelo Coelho

Curador: Demóstenes da Silveira Lobo

Local: Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: -

Data final: 21.12.1886

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500476

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pecúlio.

### **31.08.1886 - 1500481**

Ação de liberdade de Antônia, escravizada de Antonio Pires da Costa Arras, por meio de pagamento de pecúlio

Autoridades:

Juiz Municipal: Carlos da Costa Leal, Francisco de Paula Tavares, Veríssimo Antônio da Silveira

Depositário Público: Manoel Batista Nunes de Souza

Escrivão: Juvenal Coelho de Oliveira Penna, Antônio José Marques, Thomaz Luiz de Jesus

Curador: Pedro Manoel de Toledo

Local: Distrito de Sant'Anna do Pirapitinga, Cidade de São José d'Além Paraíba, Distrito de Barra de São Francisco, Vila do Carmo, Província do Rio de Janeiro

Recurso judicial: arts. 1º, § 1º, § 4º, § 9º, da Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 21.01.1887

Tamanho: 32 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500481

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pecúlio.

### **15.12.1886 - 1500475**

“Ação de liberdade de Maria Antônia parda, pertencente ao espólio do finado Dr. José Joaquim Ferreira Monteiro de Barros”, por meio de pagamento de pecúlio

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira

Depositário Público: Manoel Batista Nunes de Souza

Escrivão: Juvenal Coelho de Oliveira Penna, Francisco José da Silva Bastos

Curador: Francisco Carlos Brício

Local: Distrito de Piratininga, Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: -

Data final: 17.12.1886

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500475

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pecúlio.

### **24.01.1887 - 1500407**

Ação de liberdade de Sebastiana, escravizada de Antônio de Bitencourt e Castro, fundamentada pela ausência de matrícula conforme a Lei nº 3.270, de 28 setembro de 1885

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira

Escrivão: Juvenal Coelho d'Oliveira Penna, Antônio José Marques, Francisco José da Silva Bastos

Curador: Manoel Benício Fontinele

Local: Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 02.04.1887

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500407

Palavras-chave: cível; Lei dos Sexagenários; ação de liberdade; ausência de matrícula; pecúlio.

### **21.02.1887 - 1500489**

“Manutenção de liberdade de Julião, escravo que foi de Lucas Manuel Monteiro de Castro”

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Tavares, Veríssimo Antônio da Silveira

Escrivão: Juvenal Coelho d'Oliveira Penna

Curador: Francisco Carlos Brício

Local: Vila de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 02.02.1887

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500489

Palavras-chave: cível; manutenção; abolicionismo; botequim; idade avançada; sexagenário; Saraiva-Cotegipe.

Observação: Julião foi liberto após a morte de seu senhor, porém, foi preso e enviado para a cadeia por não possuir documentos que comprovem a sua liberdade. Na altura, encontrava-se com oitenta anos, trabalhando como caixa em um botequim e outros serviços leves para a sua idade. Argumenta-se que seria livre também pelo fato da promulgação da Lei do Sexagenário.

### **03.04.1887 - 1500389**

Ação de liberdade do escravizado Satiro, “de propriedade de Ponciano Pereira Junior de Ricões, comerciante do Rio de Janeiro”, pelo intermédio de Francisco de Souza Carvalho por meio de pagamento de pecúlio

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira

Escrivão: Juvenal Coelho de Oliveira Penna, José Gomes de Gouveia

Curador: Francisco de Souza Carvalho

Local: Vila de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: art. 1º e 3º da Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 08.04.1887

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500389

Palavras-chave: cível; Lei do Sexagenário; ação de liberdade; abolicionismo; alforria; pecúlio.

#### **04.04.1887 - 1500483**

“Justificação para a liberdade de Jacinto, escravo de Joaquim de Faria Salgado”, fundamentada por ter sido libertado pelo seu senhor antes de falecer

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo António da Silveira

Escrivão: Juvenal Coelho de Oliveira Penna

Curador: Francisco Carlos Brício

Local: Distrito de Pirapitinga, Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: -

Data final: 30.07.1887

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500483

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; justificação; falecimento; nuncupativo.

#### **03.06.1887 - 1500364**

Ação de liberdade movida por Manoel Cassange, escravizado de Simplício José Ferreira da Fonseca, buscando comprovar sua importação após a promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831

Autoridades:

Juiz de Direito: Francisco Ferreira Dias Duarte

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira, Francisco Cesário de Figueiredo Côrtes Junior, João Rodrigues da Costa

Escrivão: Juvenal Coelho de Oliveira Penna, Antônio José Marques, José Agostinho Gomes de Mello, Manoel Calambau, Leonardo José dos Santos Prazeres, Antônio [Antorino] Condé, Carlos João Leite de Salles, João Salomé Gomes de Souza

Curador: Francisco Carlos Brício, Demosthenes da Silveira Lobo

Local: Cidade de São José d'Além Paraíba, Comarca do Mar de Espanha

Recurso judicial: Lei 7 de novembro de 1831; arts. 32, § 2º, 43 e 47 do Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1871

Data final: 09.06.1888

Tamanho: 38 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500364

Palavras-chave: cível; Lei Feijó; ação de liberdade; abolicionismo; depósito; Cassange; Lei Áurea.

Observação: O processo inicia com a ação de liberdade de Manoel Cassange, porém, dá

continuidade ao processo de número 1500365, no qual é denunciado um possível esquema de corrupção envolvendo autoridades do Serro, Além Paraíba e Guanhães. Isto é, uma família de escravizados foi alforriada pelo fundo de emancipação da Comarca do Serro e foram separados após a venda clandestina do pai para um vigário em Pirapetinga, o qual foi separado de seus filhos menores e mantido em cativeiro por mais 12 anos. Na ação, há o envolvimento dos abolicionistas Francisco Carlos Brício e Demosthenes da Silveira Lobo, para saber mais, ver Fittipaldi (2023). O processo foi interrompido e arquivado em decorrência da Lei Áurea.

#### **18.06.1887 - 1500482**

“Ação de liberdade de Protásio (fula), José (fula), Antônio (fula) e Gustavo (fula), escravos pertencentes ao espólio de Faustino José Rodrigues Campos”, argumentando terem sido traficados após a promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira

Depositário Público: João Celestino Ferreira

Escrivão: Juvenal Coelho de Oliveira Penna, Antônio José Marques, José Agostinho Gomes de Mello, Leonardo José dos Santos Prazeres, José Antônio Marques, Affonso Celso Gomes de Mello, Carlos José Leite de Salles

Curador: Demóstenes da Silveira Lobo, Pedro Manoel de Toledo

Local: Distrito de Pirapitinga, Cidade de São José d’Além Paraíba, Termo de Mar de Espanha

Recurso judicial: Lei 7 de novembro de 1831

Data final: 15.02.1888

Tamanho: 40 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500482

Palavras-chave: cível; Lei Feijó; ação de liberdade; fula; africano.

#### **29.07.1887 - 1500366**

Ação de liberdade de Joaquina, escravizada de Sabino José da Silveira, sustentada pela ausência de matrícula

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira

Escrivão: Juvenal Coelho d’Oliveira Penna

Curador: Demóstenes da Silveira Lobo

Local: Cidade de São José d’Além Paraíba

Recurso judicial: art. 7º do Regulamento nº 9.517, de 14 de novembro de 1885



Data final: 01.08.1887

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500366

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; ausência de matrícula.

### **24.11.1887 - 1500365**

Verificação de liberdade dos escravizados Felipe, Luzia, Pedro e Paulo, que defendem terem sido libertados por meio de testamento de Lucia Fernandes Maciel, porém, vendidos ao padre João Paulo da Silva

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira, Francisco Cesário de Figueiredo Côrtes Junior

Depositário: Manoel Batista Nunes de Souza

Escrivão: Carlos Alfredo Frust, Gustavo Pinto Coelho, José Agostinho Gomes de Mello, Antônio José Marques, Juvenal Coelho de Oliveira Penna, Leonardo Prazeres, Affonso Celso Gomes de Mello

Curador: Antônio Joaquim Barbosa da Silva, Demostenes da Silveira Lobo

Local: Cidade de São Miguel de Guanhões, Cidade de São José d'Além Paraíba Recurso judicial: [Regimento nº 5.135, de 13 de novembro de 1871]

Data final: 18.02.1888

Tamanho: 66 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500365

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; escravização indevida; ausência de matrícula; pardo.

Observação: Documento incompleto, a continuidade da ação encontra-se no processo 1500364.

### **11.03.1888 - 1500479**

“Ação de liberdade de Felipe, Paulo e Pedro, escravos do reverendíssimo vigário Francisco Julio dos Santos”, declarando mesmo após terem sido alforriados pelo fundo de emancipação, continuaram em cativo

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira

Escrivão: Juvenal Coelho de Oliveira Penna

Depositário Público: Manoel Batista Nunes de Souza

Curador: Demóstenes da Silveira Lobo

Local: Distrito de Pirapitinga, Cidade de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: arts. 43 e 47 do Regimento nº 5.135, de 13 de novembro de 1871

Data final: 15.03.1888

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500479

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; escravização; emancipação.

Observação: Essa ação está relacionada aos processos 1500364 e 1500365.

### **21.03.1888 - 1500468**

Ação de liberdade movida por “Miguel africano, escravo de Manoel José de Medeiros”, por meio de seu curador, Antonio Fernandes Werneck, em decorrência da fraude de sua idade em sua matrícula, argumentando ter sido traficada após a promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831

Autoridades:

Juiz Municipal: Veríssimo Antônio da Silveira

Escrivão: Juvenal Coelho de Oliveira Penna, Antônio José Marques

Curador: Antônio Fernandes Werneck Moreira

Local: Vila de São José d'Além Paraíba

Recurso judicial: Lei de 7 de novembro de 1831

Data final: 21.03.1888

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Além-Paraíba\_1500468

Palavras-chave: cível; Lei do Sexagenário; Lei Feijó; ação de liberdade; abolicionismo; alforria; fraude de matrícula.





*Comarca de  
Alfenas*

## 5.3 Comarca de Alfenas

### 5.3.1 Contexto histórico e administrativo

Alfenas localiza-se na região dos vales dos rios Sapucaí, Machado e Verde, outrora habitada por povos indígenas das tradições Tupi-Guarani e Aratu. A invasão da região por colonizadores ocorreu nos últimos anos do século XVIII, com europeus e moradores de outras capitanias em busca de ouro e pedras preciosas. Além disso, o interesse pela exploração da mão de obra escrava indígena motivou expedições que resultaram na interiorização do território mineiro e no extermínio desses povos. Nesse contexto, as terras conquistadas foram divididas em sesmarias e concedidas para sujeitos interessados em construir assentamentos destinados ao abastecimento regional (Ferreira, 1958).

Os historiadores locais apontam que o povoado que deu origem a Alfenas começou a ser formado no início do século XIX, com a doação dos terrenos para a construção da capela de São José e Nossa Senhora das Dores. João Martins de Alfenas e José Martins Alfenas foram consagrados como fundadores e a localidade ficou conhecida como São José e Dores de Alfenas, sob a jurisdição da Comarca do Rio das Mortes (com sede em São João del Rei) (Ayer, 1991).

Em 1830, a administração do povoado estava consolidada ao ponto que o Curato de São José de Alfenas foi elevado à paróquia e a Freguesia de São José de Alfenas foi incorporada ao município de Caldas. A mudança para a categoria de vila ocorreu em 1860, nomeada como Vila Formosa de Alfenas, sob jurisdição da Comarca do Sapucaí. Em 1869, foi elevada à condição de Cidade Formosa de Alfenas, nome que foi mudado para Cidade de Alfenas, em 1871.

Na segunda metade do século XIX, Alfenas transitou pelas Comarcas de Rio Grande (1868), Cabo Verde (1870), Três Pontas (1873) e, por fim, a de Caldas (1876). A Comarca Alfenas foi associada à de Jacuí (1877) até a sua criação efetiva, em 1884. Nesse contexto, era composta pelos termos de Alfenas, Carmo do Rio Claro e Santo Antônio do Machado. No final do século XIX, a Comarca contava apenas com o termo que dá o seu nome (Carvalho, 1922).

Durante a Primeira República, como forma de consolidar o corpo jurídico do Estado de Minas Gerais, algumas comarcas foram alteradas, como é o caso de Alfenas. Em 1925, era formada pelos termos de Alfenas e Areado, fato que permaneceu até 1948. Nesse ano, foi determinado que a Comarca passaria a ser composta pelos municípios de Alfenas, Alterosa e Serrania. Tal situação se manteve até 1970, com a inclusão de Areado (até 1975). Atualmente, a Comarca de Alfenas é composta pelo município homônimo e Serrania (Martins; Soares, 2016).

### 5.3.2 Documentos cíveis

#### 29.09.1846 - 1600939

“Removimento que fez José Ferreira Rocha, com seus filhos órfãos das partes do escravo Teodoro por igual valor nas terras da Fazenda da Palmeira, e outras”

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Cândido Bueno da Costa Júnior

Escrivão: Francisco José de Melo Teixeira

Local: Arraial de São José e Dolores de Alfenas, Termo da Vila de Caldas, Comarca do Rio Sapucaí

Recurso judicial: -

Data final: 30.09.1846

Tamanho: 14 páginas

Referência documental: TJMG\_Alfenas\_1600939

Palavras-chave: cível; remoção; troca de escravizado.

#### 07.12.1860 - 1600936

“Autos de remoção de uma escrava por terras que fazem os órfãos filhos da finada Delfina Maria de Jesus” pelo tutor Antônio Esteves dos Santos em acordo com Luiz Freire de Oliveira

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Bernardo Jacinto de Veiga

Escrivão: Tristão Leite de Meirelles

Local: Freguesia das Alfenas, Termo de Caldas

Recurso judicial: -

Data final: 10.12.1860

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Alfenas\_1600936

Palavras-chave: cível; remoção; troca de escravizada.

#### 20.05.1867 - 1607455

Processo de arrematação em hasta pública dos bens contidos no inventário do finado José Antônio Pereira Leandro, incluindo as escravizadas Francisca, Ana e Maria, cujo montante arrecadado foi utilizado para sanar as dívidas do inventariantes com credores

Autoridades:

Juiz Municipal dos Órfãos: Nicolau Antônio de Barros

Escrivão: João Pedro da Veiga

Curador da Herança: Cândido José Mariano

Local: Vila Formosa de Alfenas, Termo de Caldas

Recurso judicial: -

Data final: 26.07.1867

Tamanho: 66 páginas

Referência documental: TJMG\_Alfenas\_1607455

Palavras-chave: cível; hasta pública; dívidas.

Observação: O documento encontra-se incompleto, começando a partir da folha 55.

**17.05.1874 - 1602689**

“Divisão amigável de escravos entre Joaquim Luiz do Prado e João Luiz do Prado”, sendo eles: José, Valentim, Eduardo, Lúcio, João, Sebastião, Rosa, [Verdianna], Marcelina, Emiliana, Deolinda

Autoridades:

Juiz de Direito: Tristão Antonio Nogueira

Juiz Municipal: Manoel Dias

Escrivão: Venâncio José Franco de Carvalho, Francisco Pimenta Gomes

Local: Cidade de Alfenas, Comarca de Três Pontas

Recurso judicial: -

Data final: 14.07.1874

Tamanho: 10 páginas

Referência documental: TJMG\_Alfenas\_1602689

Palavras-chave: cível; divisão de escravizados; crioulo; africano.

**27.09.1878 - 1600257**

“Soldada e curatela dada ao preto crioulo (libertado) de nome José, de trinta anos e desassisado” mediada pelo curador Antônio Vicente Ferreira

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Vicente Xavier de Toledo

Escrivão: João Pedro da Veiga

Curador: Antônio Vicente Ferreira

Local: Cidade de Alfenas, Comarca de Jacuí

Recurso judicial: -

Data final: 27.09.1878

Tamanho: 4 páginas

Referência documental: TJMG\_Alfenas\_1600257

Palavras-chave: cível; soldada; curatela; transtornos mentais; crioulo.

### **31.03.1879 - 1600254**

“Ação de liberdade requerida pelo Curador Geral dos Órfãos em favor da preta Maria que foi escrava de José Joaquim C[oelho]” alegando ter sido libertada por meio do testamento de seu senhor

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Vicente Xavier de Toledo

Curador Geral dos Órfãos: João Veríssimo de Sousa Nogueira

Depositário: Joaquim de Souza Nogueira

Escrivão: João Pedro da Veiga

Local: Cidade de Alfenas, Comarca de Jacuí

Recurso judicial: -

Data final: 01.04.1879

Tamanho: 4 páginas

Referência documental: TJMG\_Alfenas\_1600254

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; execução de testamento; depósito.





*Comarca de  
Alto do Rio Doce*

## 5.4 Comarca do Alto Rio Doce

### 5.4.1 Contexto histórico e administrativo

A região do Alto do Rio Doce foi inicialmente habitada por indígenas puris e coropós e, mais tarde, por bandeirantes e sesmeiros. A formação do município sede da Comarca de Alto Rio Doce remonta aos meados do século XVIII, quando o alferes português José Alves Maciel chegou à região banhada pelo rio Xopotó — afluente do Rio Piranga, que, em conjunto com o Rio do Carmo, formam o Rio Doce (Ferreira, 1958). Casado com Vicência Maria de Oliveira, Maciel fez uma vultosa doação para a capela dedicada a São José, erguida entre 1764 e 1765, no Morro Seco, em área situada na sesmaria que ele havia obtido anos antes. À época, a capela era filial da Freguesia de Guarapiranga, uma das mais populosas e produtivas do termo de Mariana, então pertencente à Comarca de Vila Rica (Barbosa, 1971).

Os vários núcleos de povoamento que compunham essa freguesia, criada em 1724, adquiriram relevância econômica ao longo dos anos iniciais, principalmente pela expressiva produção de milho, feijão, açúcar e seus derivados, além de fumo e produtos provenientes da pecuária. Tais produtos alimentavam o comércio regional para abastecimento interno e, em especial, para Mariana, Ouro Preto e para a região fluminense (Barbosa, 1971).

Em torno da fazenda de José Alves Maciel, desenvolveu-se o arraial de São José do Xopotó Acima. Em 1832, a capela filial do povoado foi elevada à condição de freguesia, tendo como filiais os curatos de: Espera, Melo do Desterro, Remédios e São Caetano do Xopotó. A partir de 1841, a Freguesia de São José do Xopotó passou a integrar o município de Piranga, criado a partir do desmembramento de Mariana. Em 1865, foi extinto o município de Piranga e, conseqüentemente, a Freguesia de São José do Xopotó foi transferida para Barbacena; três anos mais tarde, voltou a fazer parte da Vila e Município de Piranga, então restaurados.

A Freguesia de São José do Xopotó conquistou sua emancipação em 1890 e foi elevada à categoria de vila com o nome de Alto Rio Doce. A partir desse momento, foram englobadas as freguesias de São José do Xopotó, São Caetano do Xopotó, Nossa Senhora da Piedade da Boa Esperança e Nossa Senhora das Dores do Turvo.

Em 1891, o governo do Estado estabeleceu um foro civil em Alto Rio Doce, sob a condição de que ele fosse anexado ao termo judiciário de Piranga, Comarca de Ponte Nova, e assim permanecesse até que fosse providenciado o cargo de juiz municipal letrado. No mesmo ano, a Comarca de Alto Rio Doce foi criada e constituída do município e termo judiciário de Alto Rio Doce. No ano de 1892, a vila adquiriu foros de cidade.

A Comarca foi suprimida em 1903 e incorporada ao termo judiciário da Comarca de Barbacena, porém, foi restabelecida em 1915, formada somente pelo termo judiciário de Alto Rio Doce. Em 1948, o município de Rio Espera passou a compor a Comarca de

Alto do Rio Doce e, pouco tempo depois, em 1953, foi anexado o município de Cipotânea, configuração que se mantém até os dias atuais (Martins; Soares, 2016).

#### 5.4.2 Documentos criminais

##### 12.05.1838 - 2100939

“Autuação da parte dada pelo inspetor de quartirão da morte feita em uma escrava de Maria Eugênia do Nascimento”, cujo acusado do assassinato é Maximiano, escravizado de José Antônio Pacheco, condenado a galés

Autoridades:

Juiz de Paz: José Alves Moreira

Inspetor do Quartirão: Manoel da Costa Sol

Subdelegado: Antônio Gonçalves Filgueiras

Escrivão: Luiz Maria Teixeira Chaves

Local: Arraial de Nossa Senhora da Piedade da Espera, Freguesia de São José do Chopotó, Município da Leal Cidade de Mariana

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 18.07.1844

Tamanho: 15 páginas

Referência documental: TJMG\_Alto do Rio Doce\_2100939

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés.

##### 15.04.1861 - 2100983

“Processo sumário de crime [assassinato] ou suicídio de Ana rebola participado por seu senhor Luiz Maria Teixeira Chaves e ouvido em prosseguimento a *ex-officio*”

Autoridades:

Juiz Municipal: Benjamim Rodrigues Pereira

Juiz de Paz: José Policarpo da Costa

Subdelegado: Jacob Dornellas da Costa

Escrivão: Luiz Caetano de São José, José Dias dos Reis Santos Gatto

Local: Arraial e Freguesia de Espera, Termo da Vila de Piranga, Comarca de Muriaé

Recurso judicial: -

Data final: 05.10.1862

Tamanho: 32 páginas

Referência documental: TJMG\_Alto do Rio Doce\_2100983

Palavras-chave: criminal; autoextermínio; rebola.

### 13.03.1862 - 2104964

Processo-crime contra João dos Passos Cruz, acusado pela tentativa de homicídio de Ladislau, escravizado de Silveria Pereira de Araújo

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Augusto da Silva Canedo

Juiz Municipal: Benjamim Rodrigues Pereira

Subdelegado: Cândido José Barbosa, Jacob Dornellas da Costa

Escrivão: Luiz Caetano de São José, Felipe Jorge de Barcelos, Camilo de Magalhães Canavezes, Marciano Luis da Silva

Local: Arraial e Freguesia da Espera, Vila do Piranga, Comarca do Muriaé

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 6º e § 15, 34, 80 e 193 (grau máximo) do Código Criminal

Data final: 18.04.1863

Tamanho: 90 páginas

Referência documental: TJMG\_Alto do Rio Doce\_2104964

Palavras-chave: criminal; tentativa de homicídio; absolvido; galés.

### 07.05.1894 - 2104948

Processo-crime a respeito da agressão física contra Antônio Luiz de tal, “ex-escravo” de Francisco Dias Lopes, por José Lucas e José Leocádio, que o teriam agredido com cacetes e foices

Autoridades:

Juiz de Direito: Jaime de Siqueira Castro

Juiz Municipal substituto: Luís José de França e Oliveira. Francisco Bernardo Cardoso

Juiz de Paz: Manoel Arantes Campolina

Delegado: João Augusto Carvalho de Oliveira

Escrivão: Joaquim Francisco de Araújo, Manoel Joel da Silva, Joaquim Teixeira Gonçalves

Local: Distrito de Piedade da Boa Esperança, cidade do Alto do Rio Doce, Comarca do Alto do Rio Doce


Recurso judicial: arts. 39, § 4º, § 5º e § 13 (agravantes), 304 do Código Penal de 1890

Data final: 03.07.1907

Tamanho: 103 páginas

Referência documental: TJMG\_Alto do Rio Doce\_2104948

Palavras-chave: criminal; agressão física; insultos; ex-escravizado; estigma; pós-abolição.



*Comarca de  
Alvinópolis*

## 5.5 Comarca de Alvinópolis

### 5.5.1 Contexto histórico e administrativo

O povoamento de Alvinópolis iniciou-se a partir da descoberta de ouro no rio Gualaxo do Norte pelo sertanista Paulo Moreira da Silva, no começo do século XVIII. A possibilidade de encontrar riquezas minerais na região impulsionou a busca por terras férteis e, por consequência, o estabelecimento de assentamentos de novas famílias colonizadoras. Nesse contexto, foi criado o Arraial de Paulo Moreira, cuja economia se baseava em práticas agrícolas para o abastecimento da região mineradora da Bacia do Rio Doce. Desde a sua fundação, o arraial esteve subordinado, em suas múltiplas esferas de jurisdição (religiosa, administrativa e judicial), à Comarca de Vila Rica. A pedido do fundador do arraial, foi erguida, em 1745, a capela de Nossa Senhora do Rosário.

No século XIX, foi elevada à paróquia no mesmo momento em que o arraial tornou-se Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Paulo Moreira, em 1832. Apesar de ter ganhado força no âmbito administrativo, permanecia subordinada à Comarca de Ouro Preto e, pouco tempo depois, em 1841, ganhou a condição de distrito (Ferreira, 1958).

No final do século XIX, Paulo Moreira passou pelo processo de desenvolvimento administrativo e econômico devido à instalação da indústria têxtil, de modo que, no começo do regime republicano, com o crescimento da freguesia e de sua importância para a região, foi elevada à categoria de vila, em 1891. Concomitantemente, o nome da vila foi alterado para Alvinópolis — fato recorrente após a instauração da República (1889), quando os nomes de santos e personalidades cristãs foram suprimidos — em homenagem a Cesário Alvim, ex-governador de Minas Gerais.

Em 1891, a Comarca de Alvinópolis foi criada com sede na vila de mesmo nome, sendo elevada à categoria de cidade no ano seguinte. Tal situação exemplifica o fortalecimento da justiça durante a Primeira República. No começo do século XX, a Comarca passou por consideráveis mudanças; foi suprimida em 1903 e integrada à de Santa Bárbara até 1915, quando foi restabelecida. Dez anos depois, foi transferida para a Comarca de Ponte Nova até ser novamente instalada em 1928 (Martins; Soares, 2016).

Em 1948, ocorreu uma divisão administrativa e judiciária do Estado, bem como a extinção dos termos. Nesse período, a Comarca de Alvinópolis exercia jurisdição sob os municípios de Alvinópolis e Dom Silvério. A partir de 1953, este último município deixou a Comarca. Tal situação foi alterada em 1970, quando foi novamente anexado. Em 1995, o Município de Sem Peixe foi incluído em sua alçada e, desde então, não houve mudanças (Martins; Soares, 2016).

## 5.5.2 Documentos criminais

### 27.02.1879 - 2300483

Auto de corpo de delito solicitado por Manoel Inácio de Assis Brum a respeito do espancamento sofrido por seu escravizado de nome Elias crioulo

Autoridades:

Juiz de Paz: Antônio Coelho Linhares

Subdelegado: Cândido José Barbosa, Jacob Dornellas da Costa

Escrivão: Francisco Ferreira Mendes

Local: Freguesia de Paulo Moreira, Termo de Mariana

Recurso judicial: -

Data final: 29.02.1879

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Alvinópolis\_2300483

Palavras-chave: criminal; agressão física; espancamento; corpo de delito; crioulo.





*Comarca de  
Andrelândia*

## 5.6 Comarca de Andrelândia

### 5.6.1 Contexto histórico e administrativo

A origem da atual Andrelândia remonta ao período colonial. Um dos marcos de fundação foi a solicitação de André da Silveira e Manoel Caetano da Costa ao bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, em 1749, para a construção da capela de Nossa Senhora do Porto Turvo na região de Turvo Grande e Pequeno, alçada da Freguesia de Aiuruoca. Nesse momento, o arraial estava sob a jurisdição (administrativa, religiosa e judicial) da Comarca do Rio das Mortes.

A capela foi elevada à Freguesia de Nossa Senhora do Porto Turvo em 1832. Após três anos, foi incorporada à recém-criada Vila de Aiuruoca (Ferreira, 1958). Em 1864, a sede da Vila de Senhor dos Passos do Rio Preto foi transferida para o Distrito de Nossa Senhora do Porto Turvo, mudando de denominação para Vila Bela do Turvo e incorporada à Comarca do Paraibuna. Ainda na mesma década, em 1868, a vila foi elevada à condição de cidade e denominada de Turvo. No entanto, dois anos depois, o município foi suprimido e teve sua sede transferida para a Vila do Senhor dos Passos do Rio Preto e logo foi criado o Município de Porto Turvo, incorporado à Comarca de Baependi (Ferreira, 1958).

Em 1873, o município esteve sob jurisdição da Comarca de Barbacena. Contudo, três anos depois foi transferido para a Comarca de Rio Preto. Na mesma década, foi criada a Comarca do Bom Jardim, composta pelos termos de Turvo e Aiuruoca. No período republicano, em 1891, a Comarca do Bom Jardim foi renomeada para Comarca do Turvo e declarada como de primeira entrância. Entretanto, foi suprimida em 1903 quando o Termo do Turvo passou a fazer parte da Comarca de Aiuruoca — restaurada e declarada como de primeira entrância em 1915 (Ferreira, 1958).

A partir de 1930, fixou-se a denominação de Andrelândia em homenagem ao fundador do arraial, André da Silveira, como parte do movimento republicano de secularização do Estado e como forma de condecorar os primeiros colonizadores. Em 1948, a jurisdição da Comarca de Andrelândia abarcava os municípios de: Andrelândia, Bom Jardim de Minas, Carrancas e Francisco Sales. Em 1953, foram incorporados também os de São Vicente de Minas (ex-Francisco Sales), Madre de Deus de Minas (ex-Cianita), Minduri e Piedade do Rio Grande (ex-Arantes).

A jurisdição da Comarca de Andrelândia foi ampliada com a inclusão do Município de Arantina, em 1970. Em contrapartida, o Município de Piedade do Rio Grande foi transferido para a Comarca de Barbacena e o de Minduri para a Comarca de Cruzília. Desde 2008, a Comarca de Andrelândia foi classificada como de primeira entrância, constituída pelos municípios de Andrelândia, Arantina, Bom Jardim de Minas, Carrancas, Madre de Deus de Minas e São Vicente de Minas (Martins; Soares, 2016).

## 5.6.2 Documentos cíveis

### 23.02.1869 - 2803123

Ação cível de José Ribeiro D'Arantes Vale a fim de provar a invalidade das cartas de liberdade dos escravizados, José e Porcina, o requerente argumenta que concedeu as alforrias “fora de suas faculdades mentais” em decorrência dos traumas da Guerra do Paraguai (1864-1870), que havia participado como “voluntário da pátria”

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio José da Silva Nogueira; Custódio Nogueira da Costa

Delegado: Antônio Augusto da Costa Portugal

Subdelegado: João Martins da Silva

Escrivão: Francisco José Teixeira de Andrade, Gustavo Ernesto Pereira da Silva, Candido Alvaro Pereira da Costa, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte, Lucas Antônio Duarte

Curador: Candido Pereira Gustavo, Antônio Agostinho José da Silva, Manoel Patrício da Paixão

Tutor: Severino Candido da Silva

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Paraibuna, Cidade de Boa Esperança, Comarca de Boa Esperança, Distrito de Piedade, Cidade de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: -

Data final: 01.10.1869

Tamanho: 150 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803123

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Guerra do Paraguai; voluntários da pátria; História da Loucura; crioulo; alforria; invalidação de alforria; ação de escravização.

### 30.04.1874 - 2803367

“Requerimento para avaliação de um escravo (Joaquim) pertencente” aos filhos da falecida Brasilina de tal

Autoridades:

Juiz Municipal: Christino José Ferreira

Juiz dos Órfãos: Francisco de Paula Cordeiro de Negreiros Lobato

Curador Geral dos Órfãos: Juvenal de Melo Carramanhos

Escrivão: Antônio José Rodrigues da Silva, Fernando Evaristo Machado de Magalhães, Caetano da Silva Mourão

Tutor: João Gualberto de Carvalho

Local: Cidade de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: -

Data final: 08.06.1876

Tamanho: 28 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803367

Palavras-chave: cível; avaliação; divisão de bens; órfãos.

### **01.10.1874 - 2803331**

“Ação de arbitramento da escrava Paulina de nação, por seu curador, o Dr Joaquim Feijó de Albuquerque Lins”, pertencente ao escravocrata Manoel Ignácio da Silva

Autoridades:

Juiz Municipal: André Martins de Andrade

Depositário: Manoel Teodoro Nogueira

Escrivão: Constantino José de Melo

Curador: Joaquim Feijó de Albuquerque Lins

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Barbacena

Recurso judicial: Regulamento nº 5.135, de 23 de novembro de 1872

Data final: 24.10.1874

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803331

Palavras-chave: cível; africana; pecúlio; arbitramento; liberdade.

### **10.05.1878 - 2803168**

Ação de liberdade de Antônio de nação africana, escravizado de Martiniano Luis Gonçalves, em decorrência do suplicante (maior de setenta anos) sofrer de hérnia visível; e oferece 50\$000, 2 vacas, 2 garrotes, 1 novilha, 20 cabeças de porcos e 40 carros de milho para conseguir a sua liberdade

Autoridades:

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brasil

Escrivão: Antônio Joaquim de Oliveira Mafra

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, arts. 39 e 84 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 10.05.1878

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803168

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre; materialidade; pecúlio; africano.

#### **11.05.1878 - 2800094**

“Ação de liberdade de Máxima”, escravizada de oito anos de idade pertencente a João Pinto Leite, abandonada com idade de um ano e criada por Eleutéria Emerenciana de Azevedo

Autoridades:

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brasil

Depositário: Luiz Ferreira da Silva

Escrivão: Constantino José de Melo, Francisco Teodolino de Oliveira

Curador: João Zuquim de Figueiredo Neves

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: -

Data final: 11.05.1878

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrêlancia\_2800094

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; abandono de menor; crioula.

#### **21.06.1878 - 2803220**

“Ação sumária de liberdade” de Joaquina, escravizada dos herdeiros de Mariano José Pereira: João Pereira da Silva, José Francisco, Sabino Pereira da Silva e Antônio Pereira da Silva; por meio curador Gabriel Pereira de Andrade, alegando abandono

Autoridades:

Juiz de Direito: Miguel Augusto do Nascimento Feitosa

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brasil

Escrivão: Francisco Teodolino d’Oliveira, Constantino José de Melo, Benjamin Augusto dos Santos

Curador: João Zuquim de Figueiredo Neves, Gabriel Pereira de Andrade

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: art. 6º, § 4º, 7º, § 1º, da Lei nº 2.040, de 23 de setembro de 1871, arts. 75, § 4º; 76, 82 e 90, § 2º; do Decreto nº 5.135, de 13 de abril de 1872, art. 63 do Decreto nº 4.824, de 22 de novembro de 1871, art. 19 do Decreto nº 4.835, de 1º de abril de 1871, art. 29 do Decreto nº 5.464, de 12 de abril de 1873

Data final: 18.08.1881

Tamanho: 185 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrêlancia\_2803220

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; abandono de escravizado; Lei do Ventre Livre; crioulo; curatela.

#### **21.06.1878 - 2803044**

“Autuação da cópia dos autos de ação de abandono, requerida por Joaquina, escrava, por seu curador João Zurquim de Figueiredo Neves”

Autoridades:

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Depositário: Gabriel Pereira de Andrade

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira

Curador: João Zuquim de Figueiredo Neves

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: art. 6º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 23.12.1878

Tamanho: 144 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803044

Palavras-chave: cível; abandono de escravizado; ação de abandono; Lei do Ventre Livre.

#### **04.12.1878 - 2803399**

“Ação de liberdade da escrava Bernarda pelo fundo de emancipação requerida pelo Coletor Municipal”, pertencente aos herdeiros do escravocrata João Pereira de Mattos

Autoridades:

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Escrivão: Antônio Joaquim de Oliveira Mafra, Constantino José de Melo

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: arts. 37 e 39 do Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 17.12.1878

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803399

Palavras-chave: cível; fundo de emancipação; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre.

#### **27.12.1879 - 2802863**

“Autuação de uma petição de Faustino, escravo de Marciano Honostorio Teixeira, requerendo para depositar um conto e quatrocentos mil reis, para tratar de sua liberdade”, em vista que o seu proprietário não quer lhe conceder alforria

Autoridades:

Juiz de Direito: Miguel Augusto de Nascimento Feitosa

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Depositário: Luiz Ferreira da Silva

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira

Curador: João Zuquim de Figueiredo Neves

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 23.02.1880

Tamanho: 48 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802863

Palavras-chave: cível; depósito; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre.

### **19.01.1880 - 2803239**

Ação de abandono do ingênuo Francisco, filho da falecida Aureliana, escravizados de Pedro Corrêa Nunes — no processo, ele foi acusado de abandonar a criança desde o seu nascimento, privando-a de alimentação — Severino de Andrade Reis é nomeado o tutor a fim de viabilizar sua educação e meios de sobrevivência

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Cícero Anatholio Vieira do Brazil, João Coelho Gomes Ribeiro

Juiz de Paz: Gabriel Honorato d'Oliveira

Depositário: José Joaquim de Carvalho

Escrivão: Antônio Joaquim de Oliveira Mafra, Francisco Batista Ferreira, Manoel Moreira de Figueiredo, Eduardo Rodrigues Vianna, Manoel Antônio de Mello Mattos

Curador: Francisco José Teixeira de Andrade, Daniel Balbino de Noronha Almeida

Tutor: Severino de Andrade Reis

Local: Freguesia de São Vicente Ferrer, Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim, Arraial de Águas de Caxambu, Cidade de Baependi

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 06.07.1881

Tamanho: 80 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803239

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de abandono; abandono de escravizado; ingênuo.

### **02.03.1880 - 2803148**

“Autos de venda judicial de uma parte da escrava Eugênia e seu filho Felisberto acompanham a mesma escrava dois filhos ingênuos de nomes Afonso e Cesinando”

Autoridades:

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Curador-Geral dos Órfãos: Daniel Balbino de Noronha Almeida

Escrivão: Antônio Joaquim Oliveira Mafra, Benjamim Augusto de Freitas

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 24.03.1880

Tamanho: 14 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803148

Palavras-chave: cível; venda de escravizados; ingênuo.

### **07.02.1881 - 2803384**

Ação de liberdade movida pela “preta Barbosa pertencente a órfã Maria, de quem é tutor Severino Rodrigues da Silva que tendo obtido liberdade de uma parte” pertencente à Joana de tal requer o direito à liberdade conforme a Lei do Ventre Livre

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Escrivão: Antônio Joaquim Oliveira Mafra

Curador: João Zuquim de Figueiredo Neves

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: art. 62 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 11.02.1881

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803384

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; preta; ação de liberdade.

### **11.07.1881 - 2803415**

Ação de liberdade movida por Manoel crioulo, escravizado “pertencente ao espólio da finada D. Leonor Pereira, que há 18 anos tem estado em poder da herdeira D. Ana Zeferina da Silva”, argumenta ser livre por falha na matrícula

Autoridades:

Juiz de Direito: Miguel Augusto do Nascimento Feitosa

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brazil, Antonio Maximo Nogueira Penido, João Augusto Ribeiro Guimarães, Ernesto Braga, Fernando Antônio de Barros

Depositário: Francisco de Alves Nogueira

Escrivão: Antônio Joaquim de Oliveira Mafra, Constantino José de Mello, Manoel Lazaro de Azevedo, Izaias Antonio Teixeira, Ernesto Mendes dos Santos, Francisco Teodolino de Oliveira

Curador: Francisco José Teixeira de Andrade

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Bom Jardim, Cidade de Casa Branca, Província de São Paulo

Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 21.10.1882

Tamanho: 79 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803415

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; depósito; ação de liberdade; falha na matrícula; crioulo.

### **07.10.1881 - 2803408**

Ação de liberdade de Felicidade, por seu curador, Francisco José Teixeira d'Andrade, pertencente ao escravocrata Antônio de Medeiros Galvão por meio de pagamento de pecúlio

Autoridades:

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Depositário: Antônio Pereira d'Andrade

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira, Antônio Joaquim de Oliveira Mafra

Curador: Francisco José Teixeira de Andrade

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Bom Jardim

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 84 do Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1871

Data final: 21.11.1881

Tamanho: 30 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803408

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; pecúlio.

### **12.08.1884 - 2801788**

“Autos de venda judicial dos escravos Domiciano e João pertencentes aos órfãos filhos do finado João Gomes de Carvalho, pelo suplicante, o tutor Francisco José de Carvalho”

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Pacífico José Nogueira, Domingos Teodoro de Mendonça

Curador-Geral dos Órfãos: Daniel Balbino de Noronha Almeida

Escrivão: Antônio Joaquim de Oliveira Mafra, Zotico Marcellino de Carvalho  
Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim  
Recurso judicial: -  
Data final: 19.11.1884  
Tamanho: 14 páginas  
Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801788

Palavras-chave: cível; espólio; venda judicial.

### **27.09.1886 - 2803194**

Ação de liberdade e locação de Martiniana, escravizada do Dr. Domingos Teodoro de Mendonça, por meio prestação de serviços a Francisco Zuquim de Figueiredo Neves no período de três anos para obter a sua alforria

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Alexandre Belfort de Arantes

Escrivão: Antônio Joaquim de Oliveira Mafra

Curador: José Bernardino Alves

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Bom Jardim

Recurso judicial: art. 4º, § 3º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 30.09.1886

Tamanho: 5 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803194

Palavras-chave: cível; alforria, prestação de serviços; Lei do Ventre Livre.

### **5.6.3 Documentos criminais**

#### **12.10.1865 - 2800042**

Processo-crime em grau de apelação ao Tribunal da Relação de Ouro Preto referente à agressão cometida por Serafim, escravizado de Gabriel Ribeiro Salgado, “ao feitor da fazenda de seu senhor, Joaquim José de Oliveira”, ferindo-o gravemente

Autoridades:

Desembargador do TROP: Joaquim Caetano Silva Guimarães, Luiz Gonzaga de Brito Guerra, Viriato Bandeira Duarte, Luis Francisco da Câmara Leal, Manoel Tertuliano Thomaz Henriques

Escrivão do TROP: Antônio de Assis Martins

Juiz de Direito: Manoel de Azevedo Monteiro, Ernesto Augusto Pereira

Juiz Municipal: André Martins de Andrade, José Sebastião Ferreira da Silva

Subdelegado: Fidélis Inácio Botelho, Antônio Luís dos Reis

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira, Antônio José de Morais, Antonio José Pimentel, Francisco Batistas Teixeira, Constantino José de Melo, Joaquim Fabiano Ribeiro, Manoel de Jesus Silveira

Curador: Antônio Rodrigues de Melo, Francisco José Teixeira de Andrade

Local: Distrito do Turvo, Termo da Vila de Aiuruoca, Comarca de Baependi, Comarca de Barbacena, Cidade de Ouro Preto

Recurso judicial: arts. 16, § 4º, § 6º, § 9º e § 10 (agravantes) e 192 do Código Criminal, art. 1º da Lei nº 4, de 10 de junho de 1835

Data final: 11.10.1875

Tamanho: 196 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800042

Palavras-chave: criminal; agressão; tentativa de homicídio; prisão; pena de morte.

### **10.01.1868 - 2800855**

Processo crime movido contra Vicente crioulo, escravizado de Sesinando Ceslao do Carmo, representado pelo curador Antonino Pereira Gustavo Junior, acusado de ter sido “encontrado roubando dinheiro na casa do negociante Francisco Antônio do Espírito Santo”

Autoridades:

Juiz de Direito: Sebastião Gonçalves da Silva

Juiz Municipal: Antônio José da Silva Nogueira

Subdelegado: Fidelis Inácio Botelho, Manoel Pereira e Silva, Joaquim Teodoro da Silva, Domingos Alves Ferreira

Escrivão: Antônio José de Morais, Candido Alvaro Pereira da Costa, Cassimiro Lucio de Oliveira, Francisco José Teixeira de Andrade

Curador: Antonino Pereira Gustavo Junior, José Felipe dos Santos

Local: Vila Bela do Turvo, Comarca do Paraibuna

Recurso judicial: arts. 16, § 14, 269 do Código Criminal, art. 53 da Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841

Data final: 18.03.1870

Tamanho: 125 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800855

Palavras-chave: criminal; furto; crioulo.

### **13.11.1868 - 2800856**

“Auto de interrogatório do escravo Joaquim de nação Congo/Moange, que acha-se preso na Cadeia desta Cidade”, pela razão de sua fuga da casa de Domingos José Marques

Vianna (morador na Corte do Rio de Janeiro), capturado na Freguesia de Santa Rita da Jacutinga

Autoridades:

Escrivão: Francisco José Teixeira d'Andrade, Manoel Gonçalves Vianna, Cândido Álvaro Pereira da Costa

Subdelegado: José de Castro Sampaio Lobo, Manoel Pereira e Silva

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Paraibuna, Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Recurso judicial: -

Data final: 21.12.1868

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800856

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; captura entre fronteiras; Congo; Moange.

Observação: No documento, consta um panfleto impresso relatando a fuga do escravizado.

### **16.12.1868 - 2803263**

“Auto de interrogatório do escravo José Bahia que acha se preso na Cadeia desta Cidade”, em virtude de sua fuga da residência de João Evangelista Pereira

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Paula Ferreira e Costa

Escrivão: Francisco José Teixeira d'Andrade, Fidelis Fortunato de Sousa Carvalho

Subdelegado: José de Castro Sampaio Lobo

Local: Freguesia de São João Nepomuceno, Termo de Lavras do Funil, Cidade do Turvo, Comarca do Paraibuna

Recurso judicial: -

Data final: 21.12.1868

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803263

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; interrogatório; baiano.

### **02.01.1869- 2800859**

“Sumário-crime” movido contra Venância Miguel Baptista da Fonseca e o escravizado Raimundo crioulo, pertencente a Antônio Teodoro da Silva, acusados do homicídio de Manoel Pereira Fonseca

Autoridades:

Juiz de Direito: Francisco de Paula Prestes Pimentel

Juiz Municipal: Antônio José da Silva Nogueira

Subdelegado: Honório Ribeiro de Carvalho, Antônio Ribeiro de Mendonça, Pedro de Alcântara Novais

Escrivão: Francisco José Teixeira d'Andrade, José Izalino Ribeiro de Carvalho, Candido Alvaro Pereira da Costa, Joaquim Fabiano Ribeiro

Curador: Tertuliano de Novais Garcia, José Marques de Moraes

Local: Freguesia de Bom Jardim, Cidade do Turvo, Comarca do Paraibuna

Recurso judicial: arts. 5º, 16, § 2º e § 10 (agravantes), 45 e 192 do Código Criminal, art. 342 do Regulamento nº 120, de 31 de dezembro de 1842

Data final: 06.04.1870

Tamanho: 152 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800859

Palavras-chave: criminal; homicídio; envenenamento; senzala.

Observação: No documento, consta a menção da senzala em que o escravizado vivia.

### **29.09.1872 - 2803260**

“Sumário-crime *ex officio*” contra Jacinto, escravizado de Antônio Garcia de Sousa, acusado pelas agressões físicas causadas em José de nação, do mesmo escravocrata

Autoridades:

Juiz Municipal: André Martins de Andrade

Subdelegado: Honório Ribeiro de Carvalho

Escrivão: Constantino José de Mello, José Isalino Ribeiro de Carvalho

Local: Freguesia do Bom Jardim, Cidade do Turvo, Comarca de Baependi

Recurso judicial: arts. 16, § 1º e § 4º (agravantes), 205 do Código Criminal, art. 42 do Decreto de 22 de novembro de 1871

Data final: 18.05.1874

Tamanho: 38 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803260

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; rixa; nação; africano.

### **25.07.1873- 2803262**

“Processo-crime *ex-officio* contra Félix, escravizado de D. Ana Caetana de Novais”, acusado pelo assassinato de Maria Antônia do Espírito Santo

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel de Azevedo Monteiro

Juiz Municipal: André Martins de Andrade, Francisco de Paula Alves

Subdelegado: Honório Ribeiro de Carvalho

Delegado: Severino Candido da Silva

Escrivão: Constantino José de Melo, José Izalino Ribeiro de Carvalho

Tabelião: Leopoldino Augusto da Silveira Vasconcellos, Antonio Arcanjo Dias Baptista

Local: Freguesia do Bom Jardim, Cidade do Turvo, Comarca de Baependi, Comarca de Barbacena

Recurso judicial: arts. 144, 145, 192 do Código Criminal, arts. 285 e 286 do Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842

Data final: 17.06.1874

Tamanho: 103 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803262

Palavras-chave: criminal; homicídio.

### **30.10.1874 - 2800823**

“Cópia do processo-crime *ex-officio* apelado pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca para o Tribunal da Relação do Distrito”, referente ao crime de agressão com uso de enxada cometido por Serafim, escravizado de Gabriel Ribeiro Salgado, ao feitor Joaquim José Oliveira

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel de Azevedo Monteiro

Juiz Municipal: André Martins de Andrade

Subdelegado: André Martins de Andrade, Fidélis Ignácio Botelho, Antônio Luís dos Reis

Escrivão: Constantino José de Melo, Antônio José Pimentel, Francisco Theodolino de Oliveira, Antônio José de Moraes

Curador: Joaquim Feijó de Albuquerque Lins, Francisco José Teixeira de Andrade

Tutor dos Órfãos: João Gualberto de Carvalho

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Barbacena

Recurso judicial: art. 1º da Lei nº 4, de 10 de junho de 1835

Data final: 26.12.1874

Tamanho: 98 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800823

Palavras-chave: criminal; agressão; resistência; pena de morte; homicídio de feitor.

### **09.04.1874 - 2803256**

Inquérito policial investigativo contra Adão, escravizado de Anastácio Alves Cirino, acusado de iniciar um incêndio da residência de Praxedes Calisto de Carvalho

Autoridades:

Juiz Municipal: André Martins de Andrade

Subdelegado: Honorio Ribeiro de Carvalho, Joaquim Prudêncio de Souza

Escrivão: Joaquim Fabiano Ribeiro, Constantino José de Melo, José Izalino Ribeiro de Carvalho

Local: Freguesia do Bom Jardim, Cidade do Turvo, Comarca de Barbacena

Recurso judicial: -

Data final: 07.08.1874

Tamanho: 53 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803256

Palavras-chave: criminal; investigação; destruição de patrimônio.

### **10.11.1874 - 2800819**

“Sumário-crime a requerimento de Antônio José Ramos contra Tertuliano crioulo, escravo de José Villela dos Reis”, em virtude da agressão sofrida

Autoridades:

Juiz Municipal: André Martins de Andrade

Juiz de Paz: Severino de Andrade Reis

Escrivão: Constantino José de Melo, Francisco Batista Ferreira

Local: Distrito de São Vicente Ferrer, Cidade do Turvo, Comarca de Barbacena

Recurso judicial: arts. 16, § 10 e § 15 (agravante), 78, 201 do Código Criminal

Data final: 14.11.1874

Tamanho: 25 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800819

Palavras-chave: criminal; agressão; crioulo.

### **08.02.1875 - 2800045**

“Processo crime de queixa” movida por Constantino José de Melo contra Manoel Antônio da Costa referente às agressões feitas pelo último a Bonifácio, que teria suplicado para ser comprado por Constantino em virtude dos maus-tratos que sofria

Autoridades:

Juiz de Direito: Chrispim Jacques Bias Fortes

Juiz Municipal: André Martins de Andrade

Escrivão: Francisco Teodolino de Oliveira, Candido José Furtado

Curador: Joaquim Feijó de Albuquerque Lins

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Barbacena

Recurso judicial: arts. 14, § 6º, 16, § 2º, 17, § 2º (agravantes), 201, 205 do Código Criminal

Data final: 14.06.1875

Tamanho: 68 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800045

Palavras-chave: criminal; agressão; violência física; maus-tratos.

Observação: Contém a assinatura de Chrispim Jacques Bias Fortes, futuro presidente de Minas Gerais.

### **03.10.1875 - 2800043**

“Inquérito de testemunhas e auto de corpo de delito feito na escrava (Damiana) de D. Mariana”, encontrada “enforcada nos fundos da horta” de Mariana Zeferina de Souza

Autoridades:

Delegado: Maximiano José de Almeida

Subdelegado: Antônio Luiz dos Reis

Escrivão: Francisco Alves da Silva

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Barbacena

Recurso judicial: -

Data final: 20.12.1876

Tamanho: 13 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800043

Palavras-chave: criminal; autoexterminio; forjado; homicídio; corpo de delito.

### **02.11.1875 - 2800057**

“Sumário-crime *ex officio*” envolvendo Antônio e João, escravizados de Floriano Alves Pedrosa e Joaquim José Barbosa, acusados de “terem assassinado com veneno a João Joaquim, filho de Floriano Alves Pedrosa”

Autoridades:

Juiz de Direito: Ernesto Augusto Pereira

Juiz Municipal: André Martins de Andrade

Delegado: Severino Cândido da Silva, Justino José Correia

Escrivão: Constantino José de Melo, Francisco Xavier Pereira de Novais, Manoel de Jesus Silveira, Francisco Teodolino de Oliveira

Curador: João Zuquim de Figueiredo Neves

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Barbacena, Distrito de Livramento, Cidade da Aiuruoca, Comarca de Baependi

Recurso judicial: arts. 16, § 2º, § 4º, § 9º, § 10, § 11, 17 (agravantes), 192 do Código Criminal

Data final: 20.02.1876

Tamanho: 120 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800057

Palavras-chave: criminal; homicídio; envenenamento.

### **30.06.1876 - 2800050**

“Autuação de uma petição de João Gonçalves Pereira, requerendo a apreensão de três escravos” (Ignácio, Tereza e Joaquim), que por direito de herança estão em posse de seu pai, Mariano José Pereira, requerendo a entrega deles

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto da Silva Braga

Escrivão: Francisco Teodolino de Oliveira, Antonio Joaquim de Oliveira Mafra

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Barbacena

Recurso judicial: arts. 16, § 10 e § 15 (agravante), 78 do Código Criminal

Data final: 11.07.1876

Tamanho: 14 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800050

Palavras-chave: criminal; apreensão; herança.

### **25.11.1877 - 2800645**

“Inquérito policial sobre a morte da preta Jacinta, escrava de José Gomes Romeiro”, cujo cadáver foi encontrado no leito do rio

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto da Silva Braga

Delegado: José Bernardino Alves

Escrivão: Constantino José de Melo

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: -

Data final: 20.11.1877

Tamanho: 21 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800645

Palavras-chave: criminal; autoextermínio; inquérito; afogamento.

### **20.01.1878 - 2800662**

“Auto de exame feito em objetos pertencentes a Constantino José de Mello”, em que seu escravizado, Bonifácio, é acusado de furtar uma caixinha contendo dinheiro e objetos de ouro

Autoridades:

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brasil

Delegado: José Bernardino Alves, Severino Candido da Silva

Escrivão: Francisco Teodolino D’Oliveira

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: -

Data final: 18.06.1878

Tamanho: 66 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800662

Palavras-chave: criminal; furto; intimação de escravizado; materialidade.

### **20.10.1878 - 2800660**

“Autuação de petição de José Antonio de Souza requerendo a captura do escravo Manoel” — consta na investigação que Manoel Joaquim e Manoel Felipe, escravizados de José Baggio Nóbrega, evadiram do cativeiro por causa dos contínuos castigos que sofriam pelo feitor

Autoridades:

Delegado: José Bernardino Alves, José Brandão de Souza

Escrivão: Francisco Teodolino d’Oliveira

Tabelião: Leopoldino Augusto da Silveira Vasconcellos, Antônio Arcanjo Dias Baptista

Local: Cidade do Turvo Minas, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: -

Data final: 07.11.1873

Tamanho: 20 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800660

Palavras-chave: criminal; fuga de escravos; apreensão de escravos; maus-tratos; violência.

### **04.10.1878 - 2800653**

“Sumário-crime *ex-officio*” referente às agressões físicas graves cometidas por Inocêncio contra Francisco, ambos escravizados de João Gualberto de Carvalho

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Xavier Garcia de Almeida

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Juiz de Paz: Pacífico José Nogueira

Subdelegado: Francisco Gonçalves Penha

Escrivão: Francisco Theodolino d'Oliveira, Francisco Baptista Ferreira, Constantino José de Mello

Curador: João Zuquim de Figueiredo Neves

Local: Freguesia de São Vicente Ferrer, Cidade do Turvo, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: art. 203 do Código Criminal

Data final: 11.12.1878

Tamanho: 78 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800653

Palavras-chave: criminal; agressão; rixa; violência física.

#### **14.11.1878 - 2800656**

“Sumário-crime” movido contra André, escravizado de José Francisco da Silva, acusado de efetuar agressões físicas em Joaquina, escravizada de Antônio Vicente da Silva Landim, gravemente espancada e ameaçada

Autoridades:

Juiz Municipal: Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Subdelegado: José Francisco de Mattos

Escrivão: Constantino José de Mello, Zotico Marcellino de Carvalho

Local: Distrito de Bom Jardim, Cidade do Turvo, Comarca do Rio Preto

Recurso judicial: art. 201 do Código Criminal

Data final: 22.11.1878

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800656

Palavras-chave: criminal; espancamento; injúrias; violência física; violência contra mulher.

#### **02.09.1879 - 2803228**

Processo-crime movido por Domingos Domingues contra Daniel, escravizado de Manoel Pereira e Silva, acusado de furtar quinhentos mil réis que se encontravam na gaveta de sua casa

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto da Silva Braga, Cícero Anatholio Vieira do Brasil

Delegado: Severino Candido da Silva

Escrivão: Constantino José de Mello, Francisco Teodolino d'Oliveira, Joaquim de Oliveira Mafra

Curador: Joaquim Feijó d'Albuquerque Lins

Local: Cidade do Turno, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 19.12.1879

Tamanho: 142 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803228

Palavras-chave: criminal; furto.

#### **04.08.1879 - 2801404**

“Autuação de uma petição ao Promotor, requerendo indagações policiais” a respeito do corpo de delito de Rosa, escravizada de Maria Joaquina das Neves

Autoridades:

Juiz de Direito: Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Delegado: Ernesto da Silva Braga, Antônio Pereira de Andrade

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira, Constantino José de Mello

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 27.11.1879

Tamanho: 46 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801404

Palavras-chave: criminal; homicídio; ausência de provas; corpo de delito.

#### **08.07.1879 - 2801467**

Processo-crime contra Maria, escravizada de D. Maria Teobalda de Resende, acusada do homicídio de Teodoro, em resposta à violência doméstica que sofria

Autoridades:

Juiz de Direito: Miguel Augusto do Nascimento Feitosa

Juiz Municipal: Joaquim Feijó d'Albuquerque Lins, Cícero Anatholio Vieira do Brazil

Delegado: Ernesto da Silva Braga

Subdelegado: Manoel Justino de Araújo

Escrivão: Francisco Teodolino de Oliveira, Nicolau de Moura Neves, Constantino José de Mello

Curador: Carlos Cândido de Souza Caié, Francisco José Teixeira d'Andrade, Francisco Cardozo de Mello

Local: Freguesia de Madre de Deus, Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: arts. 16, § 6º e § 15 (agravantes), 95 e 193 (grau máximo) do Código Criminal

Data final: 20.10.1879

Tamanho: 199 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801467

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés; violência doméstica; açoites; pena reduzida; crioulo.

Observação: O processo consta com o testemunho do Antônio Torquato Teixeira, Barão de Ribeirão Vermelho, filho da escravocrata.

#### **16.04.1882 - 2801309**

Sumário-crime contra Bonifácio crioulo, escravizado do tenente coronel Francisco Teófilo dos Reis, acusado de realizar agressões físicas a Modesto, crioulo, escravizado de Joaquim Gonçalves Ribeiro

Autoridades:

Juiz de Direito: Miguel Augusto do Nascimento Feitosa

Juiz Municipal: Domingos Teodoro de Mendonça

Subdelegado: Severino de Andrade Reis

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira, Francisco Batista Ferreira

Curador: Francisco Antonio de Santa Clara, Ernesto da Silva Braga

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: arts. 10, § 4º, 18, § 1º, § 3º, § 4º (agravantes), 95, 201 e 204 do Código Criminal

Data final: 16.05.1882

Tamanho: 157 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801309

Palavras-chave: criminal; agressão; violência física; crioulo; senzala.

#### **30.11.1882 - 2801300**

“Autuação do inquérito policial a respeito da morte do escravo Pedro, do capitão Anastácio Alves Cirino”

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Subdelegado: João Marciano da Silva, José Xavier Soares

Escrivão: Constantino José de Melo, Francisco Alves da Silva

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 30.12.1882

Tamanho: 32 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801300

Palavras-chave: criminal; autoexterminio; fuga; resistência; violência; castigos; tronco.

Observação: Consta no processo que Pedro fugiu da fazenda e, ao ser encontrado, foi castigado no tronco de campanha, em um quarto de despejo. Ao fugir novamente, foi posto dentro do mesmo recinto, encontrado enforcado com uma casca de embira.

### **06.12.1882 - 2802451**

“Cópia do processo-crime contra Silvestre liberto” em grau de apelação para o Tribunal da Relação de Ouro Preto — Silvestre, escravizado de Zeferino José Garcia, é acusado do homicídio do feitor João Sabino e penalizado com o grau máximo do art. 193 do Código Criminal, a ser cumprida na Casa de Detenção da Corte (Rio de Janeiro)

Autoridades:

Desembargador do TROP: Luiz Gonzaga de Brito Guerra, Joaquim Caetano da Silva Guimarães, João Augusto de Pádua Fleury, José Antônio Alves de Brito, Carlos Honório Benedito Ottoni

Juiz de Direito: Miguel Augusto do Nascimento Feitosa

Juiz Municipal: Domingos Theodoro de Mendonça, José Felipe dos Santos, Alexandre Belfort de Arantes, Custódio Nogueira da Costa

Subdelegado: Gabriel Gonçalves Leite

Escrivão: Emílio Antônio Cardoso, Francisco Theodolino de Oliveira, Antônio José Correia, Galdino César de Mello, Fernando Evaristo Machado de Magalhães

Curador: Zeferino José Garcia, Cícero Anatólio Vieira do Brazil

Local: Freguesia de Carrancas, Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim, Cidade de Valença, Província do Rio de Janeiro

Recurso judicial: art. 1º da Lei nº 4, de 10 de junho de 1835 (pena de morte), arts. 16, § 15 (agravante), 95, 193 (grau máximo), 275 e 277 do Código Criminal

Data Final: 09.05.1889

Tamanho: 130 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802451

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés perpétuas; feitor; direito senhorial.

### **20.06.1883 - 2801875**

“Inquérito policial sobre a morte do escravo José do capitão Antônio Pereira de Andrade”, encontrado enforcado no lugar denominado Barrinhas

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto da Silva Braga

Delegado: José Xavier Soares

Escrivão: Constantino José de Melo, Francisco Alves da Silva, Emílio Antônio Cardoso

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 17.01.1887

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801875

Palavras-chave: criminal; agressão; violência física; homicídio; forjamento de crime.

### **06.12.1882 - 2803136**

“Inquérito policial, sobre a morte de João Sabino”, em que Silvestre, escravizado de Zeferino José Garcia, é acusado do crime de homicídio do feitor João Sabino, penalizado com o grau máximo do art. 193 do Código Criminal, a ser cumprida na Casa de Detenção da Corte (Rio de Janeiro)

Autoridades:

Desembargador do TROP: Luiz Gonzaga de Brito Guerra, Carlos Honório Benedito Ottoni, Joaquim Caetano da Silva Guimarães, João Augusto de Pádua Fleury, José Antônio Alves de Brito

Serventuário do TROP: Joaquim Augusto de Oliveira Santos

Juiz de Direito: Miguel Augusto do Nascimento Feitosa

Juiz Municipal: Domingos Theodoro de Mendonça

Juiz de Paz: Antônio José Corrêa

Subdelegado: Gabriel Gonçalves Leite

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira, Antônio José Correia, Galdino Cesar de Mello, Fernando Ernesto Machado de Magalhães

Curador: Zeferino José Garcia, Cícero Anatholio Vieira do Brasil

Local: Freguesia de Carrancas, Cidade do Turvo, Comarca de Bom Jardim, Comarca de Valença

Recurso judicial: art. 16, § 7º (agravante), 95 e 193 do Código Criminal

Data final: 30.10.1883

Tamanho: 205 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803136

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés perpétua; feitor; repressão escravocrata; crioulo.

Observação: Este processo está relacionado ao documento 2802451.

### **10.07.1883 - 2801877**

“Inquérito policial sobre o falecimento de Mariana, escrava de D. Umbelina Querubina da Silva”, moradora na “fazenda e lugar denominado Sesmaria, que morrera repentinamente”

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto da Silva Braga

Delegado: José Xavier Soares

Subdelegado: João Marciano da Silva

Escrivão: Francisco Teodolino de Oliveira, João Batista Nogueira

Local: Cidade do Turvo, Comarca de Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 17.01.1887

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801877

Palavras-chave: criminal; acidente doméstico; morte acidental; congestão.

### **31.08.1883 - 2801878**

Inquérito policial a respeito do incêndio na palhoça de Francisco, escravizado de Manoel Marques Ribeiro, que resultou na morte de Jacinta liberta e do ingênuo Romualdo

Autoridades:

Juiz Municipal: Manoel Pereira e Silva

Subdelegado: José Francisco de Matos

Escrivão: Zotico Marcelino de Carvalho, Constantino José de Mello

Local: Distrito de Bom Jardim, Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 15.04.1883

Tamanho: 20 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801878

Palavras-chave: criminal; acidente; incêndio; palhoça; ingênuo; liberto.

### **21.07.1885 - 2802130**

“Termo de bem viver de Francisca que foi escrava de Domingos Ribeiro da Silva” acusada de ser “vagabunda, vadia, e sultadeira as pessoas publicamente”

Autoridades:

Escrivão: Emílio Antônio Cardoso

Delegado: José Xavier Soares, Ernesto da Silva Braga

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: art. 12, § 2º e § 3º, do Código Criminal

Data final: 17.08.1885

Tamanho: 14 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802130

Palavras-chave: criminal; bem viver; vadiagem; insultos públicos.

### **23.05.1884 - 2802131**

“Inquérito policial sobre a morte de Teresa, escrava que foi de Cassiano Gonçalves Ribeiro”, encontrada morta no seu leito

Autoridades:

Juiz Municipal: Domingos Theodoro de Mendonça

Subdelegado: João Marciano da Silva

Escrivão: Francisco Teodolino d’Oliveira, Francisco Alves da Silva

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: art. 12, § 2º e § 3º, do Código Criminal

Data final: 17.01.1887

Tamanho: 37 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802131

Palavras-chave: criminal; morte natural; inquérito.

### **12.02.1886 - 2802307**

“Auto de corpo de delito feito ao cadáver de Ana, escrava do Capitão Antônio Luiz dos Reis”, encontrada morta na fazenda da Vista Alegre, pendurada por um cipó em uma árvore

Autoridades:

Juiz Municipal: Domingos Teodoro de Mendonça

Delegado: João Xavier Soares

Escrivão: Emílio Antônio Cardoso

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 27.02.1886

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802307

Palavras-chave: criminal; autoexterminio; corpo de delito.

### **16.06.1886 - 2802299**

Sumário-crime referente à morte de Francisco, escravizado de Antônio Moreira da Silva, encontrado morto dentro de um córrego, em que Inácio, “africano liberto, conhecido como Inacinho”, foi acusado do assassinato

Autoridades:

Juiz Municipal: Alexandre Belfort de Arantes, Domingos Teodoro de Mendonça

Delegado: José Xavier Soares, Ernesto da Silva Braga

Subdelegado: Marcelino Alves Ferreira, Antônio Bernardino de Souza Andrade

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira, José da Natividade de Vasconcelos, Emílio Antônio Cardoso, Antônio José Correia

Local: Distrito de Carrancas, cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 6º, § 15 (agravante), 193 do Código Criminal

Data final: 30.10.1886

Tamanho: 99 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_280229

Palavras-chave: criminal; homicídio; arquivamento; africano; liberto.

### **05.01.1887 - 2801371**

“Inquérito Policial sobre a morte de Gabriel, escravo do capitão Manoel Teodoro Pereira”, que, segundo as testemunhas, após se envolver em uma briga com Sofia e espancá-la, foi atingido por um relhada proferida pelo feitor da roça que resultou em sua morte

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto da Silva Braga, Joaquim Theodoro da Silva

Delegado: José Xavier Soares

Subdelegado: Antônio Pereira de Andrade Junior

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira, Francisco Alves da Silva

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 21.02.1887

Tamanho: 38 páginasReferência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801371

Palavras-chave: criminal; tentativa de feminicídio; espancamento; violência contra mulher.

### **17.06.1886 - 2801375**

Sumário-crime em grau de apelação ao Tribunal da Relação de Ouro Preto referente à condenação pelo Tribunal de Júri do escravizado Calixto, pertencente a Antônio Moreira da Silva, pelo homicídio do ex-escravizado Francisco

Autoridades:

Desembargador do TROP: Julio Accioli de Brito, Francisco Leite da Costa Belém, José Ignácio Gomes Guimarães, José Antônio Alves de Britto, Frederico Augusto Alvares da Silva, Aurélio Pires de Figueiredo Camargo

Serventuário do TROP: Henrique Edmundo Renault, Joaquim Augusto de Oliveira Santos

Juiz de Direito: Domingos Theodoro de Mendonça, Severo Mendes dos Santos Ribeiro, Eduardo Leite Ribeiro

Juiz Municipal: Alexandre Belfort d'Arantes, Antonio Ribeiro Penna

Subdelegado: Marcelino Alves Ferreira

Escrivão: Emílio Antônio Cardoso, Francisco Teodolino d'Oliveira, Antônio Joaquim de Oliveira Mafra

Curador: Francisco José Teixeira de Andrade, Ernesto da Silva Braga

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim, Ouro Preto, Comarca de Ouro Preto

Recurso judicial: arts. 16, § 5º e § 15, 49 (agravantes), 193 (grau médio) do Código Criminal

Data final: 01.02.1893

Tamanho: 184 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2801375

Palavras-chave: criminal; apelação; homicídio; galés perpétua.

Observação: Processo relacionado ao 2802299.

### **31.03.1888 - 2802426**

Processo-crime em grau de apelação ao Tribunal da Relação de Ouro Preto referente ao rapto, estupro, ferimentos e homicídio de Jacinta, liberta, cujo suspeito é Romano liberto, conhecido por Cravo

Autoridades:

Desembargador do TROP: Julio Accioli de Brito, José Antônio Alves de Brito, Francisco Leite da Costa Belém, Frederico Augusto Alvares da Silva, Aurélio Pires de Figueiredo Camargo, João Bráulio Moinhos de Vilhena, Julio Barbosa de Vasconcellos

Serventuário do TROP: Henrique Edmundo Renault, Leopoldo A. d' Andrade Costa, Antônio de Assis Martins, Antônio Felipe Dias Ribeiro

Juiz de Direito: Severo Mendes dos Santos Ribeiro

Juiz Municipal: Alexandre Belfort d'Arantes, Eduardo Leite Ribeiro

Juiz de Paz: Galdino Rodrigues Teixeira

Delegado: Joaquim Fito Gonçalves

Subdelegado: Brasileiro Américo José Monteiro

Escrivão: Francisco Teodolino d'Oliveira, Emílio Antônio Cardoso, Francisco Alves da Silva, Manoel José Ferreira d'Almeida

Curador: José Joaquim de Carvalho, Francisco José Teixeira de Andrade

Local: Distrito de Nossa Senhora da Piedade do Rio Grande, Freguesia da Madre de Deus, Município da Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim, Ouro Preto, Comarca de Ouro Preto

Recurso judicial: arts. 192 (grau máximo), 222 e 226 do Código Criminal

Data final: 16.06.1890

Tamanho: 355 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802426

Palavras-chave: criminal; apelação; feminicídio; galés perpétua; estupro.

### **25.01.1899 - 2802776**

Processo-crime contra Galdino da Silva, Maria Derribada, Prudêncio ex-escravo de Joaquim Manoel Andrade e Pedro, filho do dito Prudêncio, que “foram armados de cacetes à casa de Justino, ex-escravo de José Ribeiro Salgado”, a fim de espancá-lo

Autoridades:

Juiz Municipal: Artur Cesar da Silva Lima, Antonio Pereira de Andrade Junior

Delegado: Manoel Teodoro Nogueira

Subdelegado: João Zuquim de Figueiredo Neves

Escrivão: Francisco Alves da Silva, Benjamim Augusto de Freitas, Joaquim de Almeida e Silva

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Turvo

Recurso judicial: arts. 39, § 1º, § 5º, § 8º e § 13 (agravantes), 303 do Código Criminal de 1890

Data final: 18.02.1903

Tamanho: 32 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802776

Palavras-chave: criminal; agressão; estigma; ex-escravo; pós-abolição; ameaças.

#### **05.05.1889 - 2802454**

“Auto de corpo de delito feito em casa de residência de Daniel de tal, cita nesta Cidade do Turvo”, em decorrência de vários pertences terem sido furtados, sendo Vicente, “ex-escravo do tenente Francisco Teodolino de Oliveira”, o principal suspeito

Autoridades:

Juiz Municipal: Evandro Leite Ribeiro

Delegado: Evaristo Antônio Chaves

Subdelegado: Francisco Alves Nogueira

Escrivão: Francisco Alves da Silva, Antônio Joaquim de Oliveira Mafra

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: -

Data final: 09.08.1889

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802454

Palavras-chave: criminal; furto; pós-abolição; corpo de delito; estigma.

#### **27.06.1889 - 2802428**

Queixa *ex-officio* contra Custódio Francisco de Bastos acusado de ofender fisicamente Henriqueta, liberta

Autoridades:

Juiz Municipal: Eduardo Leite Ribeiro

Juiz de Paz: Gabriel Honorato de Oliveira

Delegado: Evaristo Antônio Chaves

Subdelegado: José Eugênio Azevedo Pinto

Escrivão: Francisco Alves da Silva, Antônio Joaquim de Oliveira Mafra, Emilio Antonio Cardozo, Francisco Theodolino de Oliveira

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: arts. 16, § 4º, § 5º, § 6º, § 8º e § 15 (agravantes), 201 do Código Criminal

Data final: 03.12.1889

Tamanho: 59 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802428

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; tentativa de feminicídio; pós-abolição; estigma.

#### **31.10.1891 - 2802793**

Processo crime contra Domingos Teodoro Teixeira acusado de injuriar fisicamente

Anastácia, “mulher de Victorino, ex-escravo de Custódio Bernardo”

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Feijó de Albuquerque Lins

Delegado: José Xavier Soares

Escrivão: Francisco Alves da Silva, Francisco Teodolino d’Oliveira, Antônio Joaquim de Oliveira Mafra

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Bom Jardim

Recurso judicial: arts. 39, § 4º, § 5º, § 7º e § 12 (agravante), 303 e 305 do Código Penal de 1890

Data final: 12.05.1892

Tamanho: 114 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802793

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; tentativa de feminicídio; estigma.

#### **27.04.1892 - 2803226**

Sumário-crime envolvendo Delfino Ferreira e Jacinto, ex-escravizados de D. Tereza Guimarães e outros (Antônio Pereira, Olympio Pião, Filipinho, Severino ex-escravizado de João Gualberto e Emiliana de tal), acusados de profanar cadáveres no cemitério

Autoridades:

Juiz de Paz: Antônio José Corrêa

Escrivão: Emílio Antônio Cardoso, Affonso Celso Ferreira, Cornélio Nunes

Local: Distrito de Carrancas, Cidade do Turvo, Comarca Bom Jardim

Recurso judicial: art. 365 do Código Penal de 1890, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890

Data final: 25.06.1892

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2803226

Palavras-chave: criminal; pós-abolição; profanação de cadáver; estigma.

#### **02.09.1894 - 2800038**

“Auto de corpo de delito feito na pessoa de Amaro, ex-escravo de Teodósia dos Reis”, espancado por Manoel Joaquim Gonçalves

Autoridades:

Juiz Municipal: Arthur César da Silva Lima, Cândido Pereira dos Reis, Joaquim Feijó de Albuquerque Lins, Antonio Pereira de Andrade Junior

Juiz de Paz: Bento José de Novais Moreira

Escrivão: Pedro Antônio de Souza Machado, Augusto Martins Pedrosa Guimarães, Joaquim de Almeida e Silva, Emílio Antônio Cardoso

Local: Distrito de Bom Jardim, Cidade do Turvo, Comarca do Turvo

Recurso judicial: arts. 78, 79, 303 do Código Penal de 1890

Data final: 31.03.1901

Tamanho: 56 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2800038

Palavras-chave: criminal; agressão; estigma; ex-escravo; pós-abolição.

### **23.10.1896 - 2802964**

Processo-crime envolvendo o ex-escravizado João Ignácio, do senhor Sabino Antonio da Silva, acusado de furtar um cavalo no valor de sessenta mil réis de D. Margarida Maria de Jesus

Autoridades:

Juiz Municipal: Arthur Cesar da Silva Lima, Candido Pereira dos Reis

Juiz de Paz: Joaquim de Paula Oliveira

Escrivão: Benjamim Augusto de Freitas, Emílio Antônio Cardoso

Procurador: Joaquim Feijó de Albuquerque Lins

Local: Distrito do Bom Jardim, cidade do Turvo, Comarca do Turvo

Recurso judicial: arts. 39, § 2º (agravante), 330 do Código Penal de 1890

Data final: 08.04.1899

Tamanho: 148 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802964

Palavras-chave: criminal; ex-escravo; estigma; acusação de furto; pós-abolição.

### **08.04.1908 - 2802349**

Processo-crime contra David de tal, ex-escravo do capitão Antônio Luiz dos Reis, acusado de atear fogo na casa de propriedade e residência de João Francisco da Silva

Autoridades:

Juiz de Direito: Garcia Forjaz de Lacerda

Juiz Municipal: Artur Cesar da Silva Lima

Delegado: José Xavier Soares

Escrivão: Francisco Alves da Silva, Joaquim Almeida e Silva, José Ignácio de Almeida

Local: Cidade do Turvo, Comarca do Turvo


Recurso judicial: art. 136 do Código Penal de 1890

Data final: 23.10.1923

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Andrelândia\_2802349

Palavras-chave: criminal; vandalização; estigma; ex-escravo; pós-abolição.



*Comarca de  
Araçuaí*

## 5.7 Comarca de Araçuaí

### 5.7.1 Contexto histórico e administrativo

O início da ocupação do Médio Jequitinhonha, atual cidade de Araçuaí, ocorreu nos primeiros anos do século XVIII. Tal fato deu-se em virtude do desenvolvimento da atividade mineradora no Alto Jequitinhonha, em que fazendas e pequenos povoados começaram a surgir próximos ao Rio Jequitinhonha. A economia local era voltada para a pecuária e agricultura. Em grande medida, a produção de gêneros alimentícios estava voltada para atender às demandas das regiões mineradoras vizinhas. No final do século XVIII para o início do XIX, com o declínio da mineração, ocorreu o fluxo migratório dos residentes para áreas adjacentes, próximas aos entrepostos comerciais.

Nesse contexto, aliados à localização entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí, onde as atividades comerciais eram realizadas em grande parte por canoeiros, o Arraial de Calhau (atual Araçuaí) ganhou corpo. Como consequência, tornou-se ponto de parada para canoeiros e comerciantes. No contexto, a fazenda Boa Vista, propriedade de Luciana Teixeira, era um importante rancho para viajantes, tropeiros e canoeiros. A história oral, bem como a interpretação errônea de Ferreira (1958) e Barbosa (1971), a respeito da passagem de Auguste Saint-Hilaire nessa localidade, conferiram uma visão depreciativa sobre Teixeira, descrevendo-a como uma alcoviteira que abrigava prostitutas fugidas de outros vilarejos, motivo pelo qual teria dinheiro e fama. Entretanto, em nenhuma parte do relato de Saint-Hilaire menciona-se essa prática. Pelo contrário, o naturalista destacou a generosidade e influência na região, que, ao seus olhos, “essa boa mulher cumulou-me atenções”, em um segundo momento, notou

[...] que um sacerdote ali chegara [...] na habitação de minha hospedeira, para assistir o serviço divino, essa boa gente jantou em casa dela: a mesma mesa foi posta e desfeita várias vezes, e os que, depois disso, acharam não ter comido bastante, jantaram, depois confusamente” (Saint-Hilaire, 1975, p. 238 *apud* Rocha, 1993, p. 225).

Dessa maneira, Luciana Teixeira estava mais para uma mulher de influências, cuja riqueza era oriunda da produção de gêneros alimentícios de sua fazenda.

É importante salientar que a região de Araçuaí foi habitada inicialmente por indígenas da etnia boruns, mas que, gradualmente, foram exterminados pelos colonizadores durante a exploração do território em busca de mão de obra escrava. Devido às atividades mineradora e comercial, concomitantes com o aumento de fazendas, observou-se um maior influxo de colonos que passaram a habitar regiões próximas ao Vale do Jequitinhonha. O núcleo do Arraial de Calhau começou a se formar próximo à fazenda Boa Vista, que, no contexto, respondia à Comarca do Serro Frio.

Em 1832, foi criada a Comarca do Jequitinhonha, coincidentemente, mesmo ano da promulgação do Código de Processo Criminal, sendo assim, um reflexo das mudanças no Judiciário brasileiro voltadas para a descentralização das grandes comarcas. No primeiro dia do mês de junho de 1850, o curato de Calhau foi elevado à condição de paróquia. Na mesma década, o arraial foi emancipado e elevado à categoria de vila com a denominação de Araçuaí (1857). Determinou-se que o município compreenderia as paróquias do Calhau, Itinga, Santo Domingos e Salto Grande. No mesmo ano, ocorreu a criação da Comarca de Araçuaí, composta do termo de mesmo nome.

Em 1885, ocorreu a mudança de denominação do município para Cidade do Calhau, mas, em consonância com a Lei nº 3.485, de 4 de outubro de 1887, voltou a ser chamada de Araçuaí. Em 1915, o Termo de Jequitinhonha passou a integrar a Comarca de Araçuaí, em decorrência da supressão da Comarca do Jequitinhonha, que foi restaurada dez anos depois. A partir de 1948, a Comarca de Araçuaí era composta pelos municípios de Araçuaí, Carai, Itinga, Novo Cruzeiro e Virgem da Lapa. Em 1953, Novo Cruzeiro deixou de compor a Comarca. Em contrapartida, Coronel da Murta passou a integrá-la.

Em 1970, foram anexados ao escopo de atuação da Comarca de Araçuaí os municípios de: Itaipé, Padre Paraíso e, novamente, Novo Cruzeiro. Cinco anos depois, Novo Cruzeiro, Carai e Itaipé deixaram de integrar a Comarca. Em 1995, o município Ponto dos Volantes passou a compor a Comarca, sendo distrito-sede. A configuração atual da Comarca de Araçuaí abrange os municípios de Araçuaí, Coronel Murta, Itinga, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa e Padre Paraíso.

### 5.7.2 Documentos cíveis

#### 09.11.1882 - 3402629

“Arbitramento do escravo Vicente pertencente a D. Maria Chagas de Jesus” para ser libertado por meio do fundo de emancipação

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: -

Escrivão: Severino Ferreira de Azevedo, Francisco Zuíno de Souza

Coletor: Manoel Ferreira Paulino

Local: Cidade de Araçuaí

Recurso judicial: -

Data final: 15.12.1882

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Araçuaí\_3402629

Palavras-chave: cível; arbitramento; pardo; fundo de emancipação; alforria.





*Comarca de  
Boa Esperança*

## 5.8 Comarca de Boa Esperança

### 5.8.1 Contexto histórico e administrativo

No final do século XVIII, a atual região de Boa Esperança serviu como rota de bandeirantes, motivados pela busca do ouro e pela captura de indígenas. A ausência de riquezas minerais resultou no assentamento de famílias que se dedicaram à produção de gêneros agrícolas, no intuito de abastecer as regiões adjacentes. O arraial formou-se a partir da doação de terras de José Meireles de Matos e Francisco José da Silva Serrote para a construção da capela em devoção a Nossa Senhora das Dores. Em torno dela, o povoado organizou-se sob o nome de Dores do Pântano e esteve sob a jurisdição da Comarca do Rio das Mortes (Ferreira, 1958).

Em 1813, durante a transição dos períodos colonial para o imperial, houve a elevação à paróquia, à freguesia e a distrito, denominados de Dores da Boa Esperança. Em 1841, a povoação de Três Pontas foi elevada à condição de vila, abrangendo o Distrito de Dores da Boa Esperança. No ano seguinte, a povoação ganhou destaque com a Revolução Liberal ao se inserir no combate “contra os liberais de Dores do Indaiá e localidades vizinhas, que ali se concentraram” (Barbosa, 1971, p. 75), fato que garantiu mais prestígio aos seus moradores. Em 1866, a Freguesia de Dores da Boa Esperança foi elevada à categoria de vila e o município passou a ser composto pelas freguesias de Dores da Boa Esperança, do Aguapé e pelo Distrito de Cristais. Em âmbito jurídico, também passou por mudanças, ao ser incorporada à Comarca do Sapucaí pela mesma lei (Martins; Soares, 2016).

Em 1869, a Vila foi elevada à Cidade e, no ano seguinte, o Termo de Dores da Boa Esperança foi anexado ao de Três Pontas e, seis anos depois, passou a integrar a Comarca de Três Pontas. Em 1890, no contexto de reestruturação do Judiciário, foi determinada a criação de uma comarca composta pelos municípios de Dores da Boa Esperança e do Carmo do Rio Claro, nomeada de Comarca do Sapucaí. No ano seguinte, o nome da Comarca foi alterado para Dores da Boa Esperança. Em 1903, a Comarca de Dores da Boa Esperança foi suprimida e o seu termo foi integrado à Comarca de Três Pontas. Tal situação foi alterada alguns anos depois com a restauração da Comarca. O Termo de Dores da Boa Esperança foi anexado à Comarca de mesmo nome em 1916.

Em 1948, a Comarca de Boa Esperança passou a atuar sobre os municípios de Boa Esperança e Coqueiral e, em 1953, Ilicínea. No ano de 1970, o Município de Guapé foi anexado e retirado no intervalo de cinco anos. Desse modo, os municípios que atualmente compõem a Comarca de Boa Esperança são: Boa Esperança, Coqueiral e Ilicínea.

## 5.8.2 Documentos cíveis

### 25.12.1864 - 7101125

Autuação da petição dos ex-libertos Manoel crioulo, Tereza crioula, Maria de nação e Estevão crioulo, escravizados de Francisco Ferreira de Oliveira, que retornaram à condição de escravizados de Oliveira em decorrência de uma execução movida pelo alferes Francisco da Costa Leal, de modo que os requerentes solicitam a sua liberdade

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Antônio Cândido Rodrigues Neves

Delegado: Antônio Cândido Rodrigues Neves

Escrivão: Luís Gonzaga Pinto, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Curador: Filisbino Antônio da Silva, Joaquim José da Silva

Local: Vila de Dores da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: -

Data final: 29.04.1875

Tamanho: 68 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101125

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; escravização; crioulo; ex-libertos.

### 17.08.1874 - 7101358

“Reclamação sobre classificação dos escravos” de Azarias José de Pádua, Bernardino preto e Tereza preta, anunciados como de 1ª classe dos “futuros libertandos”, visto terem filhos menores e ingênuos, entretanto, com o falecimento das crianças, perderam o direito de libertação

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Joaquim Ferreira da Silva Chaves

Escrivão: Fulgêncio Moreira Maia

Local: Cidade de Boa Esperança, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: art. 27, § 1º do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 17.04.1875

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101358

Palavras-chave: cível; reclassificação de escravizados; libertação; leis abolicionistas.

### 04.12.1874 - 7101319

“Redução de testamento nuncupativo” de Laurinda Candida Ferreira deixando os seus

bens para a escravizada Eva, bem como, concedendo a liberdade aos escravizados: “Graciano crioulo, Maria e seus filhos, Alexandrina e Francisco, Eva e os seus filhos, Eduardo, Teodolina e Jorge”

Autoridades:

Juiz de Direito: Antonio Maximo Nogueira Penido

Juiz Municipal: Severino Eulogio Ribeiro de Rezende

Escrivão: Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Coletor Municipal: José Nogueira de Sá

Curador: Moisés Alves Ramos

Local: Cidade das Dores da Boa Esperança, Cidade de Lavras

Recurso judicial: Lei (Ord. Liv. 4º tit. 80, § 4º), Consolidação das Leis Livres, art. 1.061

Data final: 21.04.1875

Tamanho: 35 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101319

Palavras-chave: cível; testamento; nuncupativo; libertação de escravizados.

### **25.09.1876 - 7100982**

“Requerimento de Aniceto (escravizado de Zeferino José de Mesquita), requerendo sua liberdade”, declarando não ter sido matriculado, o processo tramitou em grau de apelação no Tribunal da Relação de Ouro Preto

Autoridades:

Desembargador do TROP: Luiz Gonzaga de Brito Guerra, Joaquim Caetano da Silva Guimarães

Serventuário do TROP: Henrique Edmundo Renault

Juiz de Direito: Manoel Ignácio de Carvalho Mendonça

Juiz Municipal: Anacleto José dos Santos, Severino Eulogio Ribeiro de Resende

Escrivão: Luiz Gonzaga Pinto, Francisco de Paula Cordovil, Francisco da Costa Ramos, Fulgêncio Moreira Maia, Manoel Estelito da Silveira, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Curador: Antônio Cândido Rodrigues Neves

Local: Cidade da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí, Cidade de Três Pontas, Comarca de Três Pontas, Imperial Cidade do Ouro Preto, Comarca de Ouro Preto

Recurso judicial: art. 19 do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 18.11.1878

Tamanho: 223 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7100982

Palavras-chave: cível; TROP; apelação; Lei do Ventre Livre; abolicionismo; matrícula.

### **10.12.1879 - 7102200**

“Ação de escravidão” referente aos escravizados de Flávio José da Fonseca, Maria, André, Paulino, argumentando terem sido libertos pelos herdeiros, assim como por testamento, porém, mantidos em escravidão pelo testamenteiro

Autoridades:

Juiz Municipal: Anacleto José dos Santos, Francisco da Costa Leal, Antônio Justiniano Monteiro de Queiroz Junior

Curador Geral dos Órfãos: Antônio Cândido Rodrigues Neves

Escrivão: Luiz Gonzaga Pinto, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Curador: Antônio Leopoldino da Silva, João Batista Novais, Azarias José de Pádua, Martiniano Severo de Oliveira, Francisco da Silva Campos Sobrinho

Local: Cidade da Boa Esperança, Comarca de Sapucaí, Cidade de Lavras, Comarca de Lavras

Recurso judicial: art. 179 do Código Criminal

Data final: 28.04.1887

Tamanho: 25 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7102200

Palavras-chave: cível; ação de escravização; testamento.

### **10.07.1882 - 7101264**

“Traslado da ação de liberdade de Benedito e sua mulher (Iria), escravos do major João Evangelista de Magalhães Chaves”, sustentado pela Lei do Ventre Livre

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Justiniano Monteiro

Escrivão: Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Curador: Antônio Cândido Rodrigues Neves

Local: Cidade da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Direito Romano § 112;

Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1832

Data final: 30.08.1883

Tamanho: 74 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101264

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; abolicionismo.

### **07.07.1884 - 7101082**

Ação de liberdade de Benedito e sua mulher, Iria, escravizados do major João Evangelista de Magalhães Chaves, expondo terem acordado a libertação sem ônus, porém, o escravocrata arrependeu-se e além de negá-la, realizou inúmeros castigos

Autoridades:

Juiz de Direito: Antonio Maximo Nogueira Penido

Juiz Municipal: Antônio Justiniano Monteiro de Queiroz Junior

Escrivão: Luiz Gonzaga Pinto

Curador: Antônio Cândido Rodrigues Neves

Local: Distrito de Aguapé, Freguesia de São Francisco de Aguapé, Cidade da Boa Esperança, Comarca de Sapucaí, Cidade de Carmo do Rio Claro, Comarca de Jacuí, Cidade de Passos, Comarca de Jacuí

Recurso judicial: arts. 237 a 244 do Regulamento Comercial nº 737, de 25 de novembro de 1850

Data final: 06.12.1884

Tamanho: 89 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101082

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; castigos; cancelamento de liberdade.

Observação: Possui relação com o documento 7101264.

### **24.05.1886 - 7100225**

Carta precatória referente à ação de liberdade movida por Adão, escravizado de Dominciano Dutra Gouveia, por meio de pagamento de pecúlio

Autoridades:

Juiz de Órfãos: José Cesário Batista Bueno, Antônio Justiniano Monteiro de Queiroz Junior

Escrivão: Domiciano Juvêncio Maia, Raimundo Nato Brasileiro de Oliveira Novais

Depositário: Joaquim Pereira Cardoso

Local: Cidade do Carmo do Rio Claro, Comarca de Jacuí, Cidade de Dores da Boa Esperança, Comarca de Três Pontas

Recurso judicial: art. 3º, § 7º, § 9º da Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, art. 84 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 27.05.1886

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7100225

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; Lei Saraiva-Cotegipe; ação de liberdade; abolicionismo; pecúlio.

### 5.8.3 Documentos criminais

#### 20.03.1868 - 7101394

Processo-crime contra Antônio Julio da Silva acusado de assassinar seu escravizado foragido, Francisco, é exposto que o réu amarrou os braços do escravizado e o forçou a se jogar no rio Pari, culminando em sua morte

Autoridades:

Juiz Municipal: Severino Eulogio Ribeiro de Resende

Subdelegado: Francisco Teixeira Duarte, Manoel Tomás de Oliveira, José Fernandes Martins, José Joaquim de Carvalho

Escrivão: Bernardino José dos Santos, Luiz Gonzaga Pinto, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Local: Distrito de Aguapé, Freguesia de São Francisco do Aguapé, Termo da Vila de Dores da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí, Cidade de Lavras, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 2º, § 4º, § 6º, § 7º, § 9º, § 10 e § 15, 192 do Código Criminal

Data final: 12.05.1876

Tamanho: 106 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101394

Palavras-chave: criminal; homicídio doloso; fuga; resistência; violência senhorial.

#### 14.09.1868 - 7101335

“Traslados dos próprios autos do corpo de delito feito no cadáver do escravo Elias, escravo de João Batista Alves Vilela morador na Freguesia do Espírito Santo dos Coqueiros pertencente a este Termo”

Autoridades:

Delegado: Antônio Cândido Rodrigues Neves

Escrivão: Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Local: Freguesia do Espírito Santo dos Coqueiros, Termo da Vila de Dores da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: -

Data final: 27.09.1868

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101335

Palavras-chave: criminal; corpo de delito; fuga de escravo.

#### **04.04.1869 - 7100088**

Sumário-crime em que Narciso Rodrigues de tal é acusado de assassinar com um tiro de espingarda Domingos crioulo, escravizado de Caetano Pereira de Figueiredo

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel Ignácio de Carvalho Mendonça, Joaquim Barbosa Lima

Juiz Municipal: Severino Eulogio Ribeiro de Rezende

Subdelegado: José Balbino de Assis

Escrivão: Luiz Gonzaga Pinto, Bernardino José dos Santos, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Local: Distrito de Aguapé, Freguesia de São Francisco do Aguapé, Termo de Dores da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 193, 275, 277 do Código Criminal

Data final: 22.11.1877

Tamanho: 102 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7100088

Palavras-chave: criminal; homicídio; arma de fogo; crioulo.

#### **08.08.1870 - 7101185**

Denúncia contra Jonas Antônio Monteiro, Carlos Martino Coelho, José, filho de Francisco José da Silveira Júnior, acusados de tentativa de homicídio a Januário e Joaquim, escravizados de João Pedro Bernardes Caminha, além do sequestro de Domingos de tal

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Ferreira da Silva Chaves

Promotor Público: José Eufrosino Pinto

Delegado: Antônio Cândido Rodrigues Neves

Escrivão: Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Local: Vila de Dores da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 17 (agravantes), 192 (grau máximo), do Código Criminal

Data final: 09.06.1871

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101185

Palavras-chave: criminal; atentado; sequestro; homicídio; galés.

### **03.11.1873 - 7101440**

Sumário-crime contra Raimundo, escravizado do capitão Cândido Ferreira Pacheco, acusado do homicídio de João, escravizado de José Ferreira Pacheco

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Ferreira da Silva Chaves

Subdelegado: Azarias José de Pádua

Escrivão: Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte, Luiz Gonzaga Pinto

Curador: José Luiz Coelho

Local: Cidade de Dores da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 8º e 193 do Código Criminal

Data final: 19.10.1874

Tamanho: 273 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101440

Palavras-chave: criminal; homicídio.

### **06.12.1874 - 7101441**

“Auto de corpo de delito feito na pessoa de Antônio, escravo do reverendíssimo cônego Bernardo Higino Dias Coelho”, juntamente com o libelo acusatório contra Manoel Leonardo da Costa acusado de efetuar agressões físicas

Autoridades:

Juiz Municipal: Severino Eulógio Ribeiro de Resende

Juiz de Paz: Casimiro Antônio Monteiro

Escrivão: Luís Gonzaga Pinto

Local: Cidade de Boa Esperança, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 12, § 2º, 16, § 9º, § 10, § 15 (agravantes), 205 do Código Criminal

Data final: 05.04.1875

Tamanho: 68 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101441

Palavras-chave: criminal; agressão física; ferimentos graves.

### **06.12.1874 - 7101230**

Processo-crime a respeito do assassinato de Umbelina de tal, sendo os réus: Mequelina, Honorata e Romão — durante o julgamento, Bárbara, escravizada de José Ferreira de Brito, tornou-se ré e o seu julgamento resultou na condenação com base no art. 192º (galés perpétua) com o agravante do art. 45, § 1º, do Código Criminal

Autoridades:

Juiz de Direito: Severino Eulógio Ribeiro de Resende, Joaquim Barbosa Lima

Escrivão: Luís Gonzaga Pinto, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Curador: Joaquim José da Silva Alves, José Luiz Coelho

Local: Cidade de Boa Esperança

Recurso judicial: arts. 45, § 1º, 192, 275, 276 e 277 do Código Criminal

Data final: 23.03.1878

Tamanho: 250 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101230

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés perpétua.

Observação: O documento não está completo, começa a partir da folha 69.

#### **08.04.1875 - 7101460**

Processo-crime movido contra Manoel Leonardo da Costa, acusado de cometer agressões físicas em Antônio, escravizado do cônego Bernardo Higino Dias Coelho

Autoridades:

Juiz Municipal: Severino Eulógio Ribeiro de Resende

Escrivão: Luís Gonzaga Pinto

Local: Cidade de Boa Esperança

Recurso judicial: arts. 16, § 4º e § 6º, 205 do Código Criminal

Data final: 23.06.1875

Tamanho: 100 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101460

Palavras-chave: criminal; agressão física; ferimentos graves.

Observação: O documento não está completo, começa a partir da folha 39. Processo relacionado ao 7101441.

#### **18.03.1883 - 7101260**

Sumário-crime contra Joaquim, escravizado de Manoel Alves de Figueiredo, acusado do homicídio doloso de Manuel, ingênuo de sete anos, filho da escravizada de João Alves de Figueiredo

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Justiniano Monteiro de Queiroz Junior, Joaquim Ferreira da Silva Chaves

Delegado: Antônio José de Barbosa Faria  
Escrivão: Luiz Gonzaga Pinto, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte  
Curador: Carlos Bandeira de Gouveia, Casimiro António Monteiro  
Local: Cidade da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí  
Recurso judicial: art. 10, § 1º, do Código Criminal  
Data final: 06.02.1884  
Tamanho: 39 páginas  
Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101260

Palavras-chave: criminal; infanticídio; homicídio doloso.

### **26.09.1883 - 7101436**

Sumário-crime contra Luiz, escravizado de João Pinto, acusado do homicídio de Joaquim, escravizado de José Pereira de Carvalho

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Justiniano Monteiro de Queiroz Junior  
Subdelegado: Antônio Goulart Bueno  
Escrivão: José Bebianno da Silva, Luiz Gonzaga Pinto, José Carlos Correia de Lima  
Curador: Antônio Cândido Rodrigues Neves  
Local: Distrito de Congonhas, Cidade de Dores da Boa Esperança, Comarca de Três Pontas  
Recurso judicial: arts. 18, § 10, e 193 (médio) do Código Criminal  
Data final: 30.05.1884  
Tamanho: 115 páginas  
Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101436

Palavras-chave: criminal; homicídio; assassinato de escravizados; galés.

### **03.01.1886 - 7100887**

Processo-crime contra Emerenciana, escravizada de Antônio José Fernandes, acusada da tentativa de homicídio de seu senhor, sendo indiciada à pena de morte, em consonância com a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835

Autoridades:

Juiz de Direito: Francisco Julio da Veiga  
Juiz Municipal: Antônio Justiniano Monteiro de Queiroz Júnior, Antônio Cândido Rodrigues das Neves  
Delegado: Antônio Augusto da Costa Portugal

Coletor Municipal: José Nogueira de Sá

Escrivão: Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte, Luiz Gonzaga Pinto, João Lopes d'Athaíde

Curador: Carlos Bandeira de Gouveia

Local: Arraial de São Francisco de Aguapé, Cidade das Dores da Boa Esperança, Cidade de Três Pontas

Recurso judicial: art. 7º da Lei nº 4, de 10 junho de 1835

Data final: 21.10.1886

Tamanho: 83 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7100887

Palavras-chave: criminal; homicídio; pena de morte; punição; Lei de 10 de junho de 1835.

### **23.01.1889 - 7101122**

Processo-crime movido contra Graciano, “ex-escravo” do capitão Estanisláo Bernardes de Castro Vinhas, e André, “ex-escravizado” de Antônio Ferreira da Silva Chaves, acusados de terem arrombado o engenho da fazenda do tenente-coronel Antônio Cândido Rodrigues Neves e roubado açúcar

Autoridades:

Presidente do TROP: José Antônio Alves de Brito

Escrivão do TROP: Francisco d'Assis Ferreira Torres, Benedito Tiburcio de Souza, Henrique Edmundo Renault, Francisco Machado

Juiz de Direito: Francisco Julio da Veiga, João Evangelista da Silva Frota, João Ernesto Corrêa, João Baptista Rabello de Campos

Juiz Municipal: Antônio Justiniano Monteiro de Queiroz Junior, Casimiro Antônio Monteiro

Delegado: Elisário de Paiva

Escrivão: Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte, Domingos José Pereira, Francisco Justiniano Goulart, Francisco Quintino da Costa e Silva, Misseno Diocleciano Moreira

Local: Cidade de Dores da Boa Esperança, Cidade de Três Pontas, Cidade de Varginha, Comarca de Três Pontas, Cidade de Ouro Preto, Comarca de Ouro Preto

Recurso judicial: arts. 230, 233, 356 e 409 do Código Criminal

Data final: 30.09.1891

Tamanho: 157 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7101122

Palavras-chave: criminal; furto; estigmatização; apelação; TROP; pós-abolição.

### **06.01.1890 - 7102353**

Processo-crime contra Emerenciano, “ex-escravo” de Antônio Bernardes Xavier, acusado de roubar uma vaca pertencente a Estanislau Bernardes de Castro Rimbras

Autoridades:

Juiz de Direito: João Baptista Rabello de Campos, João Ernesto Correa

Juiz Municipal: Antônio Justiniano Monteiro de Queiroz Júnior, Casimiro António Monteiro

Delegado: Antônio Cândido Rodrigues das Neves

Subdelegado: Manoel Antônio Teixeira

Escrivão: Misseno Diocleciano Moreira, Francisco Justiniano Goulart, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Local: Distrito de Córrego do Campo, Cidade da Boa Esperança, Cidade de Três Pontas, Comarca de Três Pontas

Recurso judicial: art. 257 do Código Criminal

Data final: 09.09.1892

Tamanho: 65 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7102353

Palavras-chave: criminal; furto; ex-escravizado; estigma; pós-abolição.

### **07.04.1891 - 7100939**

Sumário-crime contra Tobias de tal, “ex-escravizado” de Magdalena de tal, acusado de agredir fisicamente José Antônio da Silva, impossibilitando que ele trabalhasse por mais de trinta dias

Autoridades:

Juiz de Direito: João Batista Rabello de Campos, José Ernesto Correa

Subdelegado: Antônio Alves Brasilio

Escrivão: Luiz Ricardo de Souza Rocha, Cândido Hermenegildo da Silva Rodarte

Local: Distrito de Espírito Santo dos Coqueiros, Cidade de Dores da Boa Esperança, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 34, § 1º, § 2º e § 3º, 304 do Código Criminal

Data final: 02.08.1893

Tamanho: 74 páginas

Referência documental: TJMG\_Boa Esperança\_7100939

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; estigma; pós-abolição.





*Comarca de  
Bocaiúva*

## 5.9 Comarca de Bocaiúva

### 5.9.1 Contexto histórico e administrativo

A ocupação da atual região de Bocaiúva por colonizadores iniciou-se nos anos de 1710 e 1720 a partir de pequenas fazendas e assentamentos de sujeitos que visavam à expansão dos negócios, principalmente em decorrência da qualidade da terra que ali encontraram. O mito de criação da cidade tem relação com o aparecimento da imagem do Senhor do Bonfim que foi entendido pelos habitantes locais como uma manifestação de cunho sobrenatural e religioso. O acalorado culto ao santo resultou na construção de uma igreja nas terras doadas por D. Antônia Leite e seu marido, Faustino Pereira Leite, simbolizando o marco de fundação do Curato de Macaúbas devido à proximidade ao rio de mesmo nome. Nesse contexto, o arraial estava sob jurisdição da Comarca do Serro Frio (Ferreira, 1958).

Em 1832, o Curato de Macaúbas foi atrelado ao de Formigas e, logo em seguida, foi criada a Freguesia do Senhor do Bonfim. Em 1846, a paróquia do Senhor do Bonfim foi suprimida e incorporada à Matriz de Nossa Senhora, situação que foi revertida em 1850. No ano de 1873, foi determinada a elevação à vila e o município recebeu o nome de Jequitai com sede no Arraial do Senhor do Bonfim (Martins; Soares, 2016). Estabeleceu-se que seria composto pelas freguesias de Senhor do Bonfim e Olhos d'Água, do Distrito de São João Batista da Terra Branca, da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas da Barra do Rio das Velhas. No mesmo período, foi definido que o Município de Jequitai pertenceria à Comarca do Jequitai e, em 1881, foi elevado à categoria de Vila do Jequitai (Martins; Soares, 2016).

Em 1890, foi estabelecida a denominação de Vila Nova do Jequitai e, no mesmo ano, foi alterada para Bocaiúva, em homenagem ao republicano e então ministro de relações exteriores do governo da época, Quintino Bocaiúva. No ano seguinte, foi criada a Comarca de Bocaiúva, composta pelo termo homônimo. Entretanto, ocorreu a sua supressão (1903) e o Município de Bocaiúva passou a integrar a Comarca de Montes Claros (Ferreira, 1958).

A restauração da Comarca aconteceu em 1915. No ano seguinte, o Termo de Bocaiúva passou a pertencer novamente à Comarca de Bocaiúva. Em 1926, a Comarca foi instalada e passou por algumas mudanças até se estabelecer como classificação de segunda entrância. A partir de 1970, era composta pelos municípios de: Bocaiúva, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont. Tal situação manteve-se até 1995, quando foram acrescentados os municípios de Guaraciama e Olhos d'Água. De tal modo, a sua composição mantém-se até os dias atuais (Martins; Soares, 2016).

## 5.9.2 Documentos cíveis

### 29.10.1882 - 7302617

Justificação de liberdade movida por Vicente e Celestina, escravizados de Maria Magdalena da Silva Souto, que teria concedido a liberdade deles no leito de morte

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Gabriel Nunes de Azevedo, Manoel Lázaro da Cruz, Simão Ribeiro dos Santos

Escrivão: Carlos Dias de Lima, Luís Gonçalves Ferreira

Curador: José Coelho de Araújo

Local: Distrito do Barreiro, Distrito de Olhos d'Água, Cidade de Jequitaiá, Comarca de Montes Claros

Recurso judicial: -

Data final: 14.04.1888

Tamanho: 32 páginas

Referência documental: TJMG\_Bocaiúva\_7302617

Palavras-chave: cível; alforria; ação de liberdade; nuncupativo; leito de morte.

### 05.11.1886 - 7302361

Ação de liberdade de Maria, escravizada de D. Maria da Silva Leal Sorte, alegando ter uma parte sua alforriada por D. Francisca da Silva Maia e Antonio da Silva Maia, não sendo matriculada por Leal Sorte, sustentando sua liberdade pela Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Manoel Lázaro da Cruz

Escrivão: Luís Gonçalves Ferreira, João Luís de Miranda, Justiniano Luis de Miranda

Depositário: Antônio J. Leite (Dediano)

Curador: José Itapirú de Cupertino

Local: Cidade de Jequitaiá

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 10.02.1887

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Bocaiúva\_7302361

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; ausência de matrícula; Lei do Ventre Livre.

#### **25.04.1887 - 7302360**

Ação de liberdade de Pio africano, escravizado de D. Lusía Pereira da Fonseca, motivada por ter sido “exportado de seu país para o território brasileiro como escravo no domínio da Lei de 7 de novembro de 1831, que aboliu o tráfico da malfadada raça do suplicante”

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Manoel Lázaro da Cruz

Escrivão: Luís Gonçalves Ferreira, João Luís de Miranda

Curador: Francisco de Medeiros Fonseca

Local: Cidade de Jequitaiá, Comarca de Montes Claros

Recurso judicial: Lei de 7 de novembro de 1831

Data final: 30.04.1887

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Bocaiúva\_7302360

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei Feijó; proibição do tráfico; africano.

#### **30.04.1887 - 7302405**

Requerimento de Vicente e Celestina, ex-escravizados da ré D. Maria Madalena da Silva Souto, acusada de rasgar as cartas de liberdade e registrar os libertos na Coletoria de Montes Claros

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Manoel Lázaro da Cruz

Escrivão: Inácio da Costa Botelho Pinto, Luís Gonçalves Ferreira

Curador: José Coelho de Araújo

Reverendo: Francisco Neto Carneiro

Local: Distrito de Olhos d'Água, Cidade de Jequitaiá, Comarca de Montes Claros

Recurso judicial: -

Data final: 28.05.1887

Tamanho: 4 páginas

Referência documental: TJMG\_Bocaiúva\_7302405

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; escravização; cartas suprimidas.

#### **22.06.1878 - 73070326415**

Arrolamento dos bens de “Marcelino, escravo do Congo”, pertencente ao vigário José Maria Versiani, casado com a forra Joana de Medeiros, possuindo como herdeiro, Fidelis, escravizado do padre Nasario Dias Alves

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Brás Bernardino Loureiro Tavares, Luis Ribeiro da Silva

Depositário: José Maria Versiani

Escrivão: José Rodrigues Prestes Júnior, Luis Gonçalves Ferreira

Curador: Felipe Pereira de Amorim, José Maria Versiani

Local: Cidade de Montes Claros

Recurso judicial: Decreto nº 2.433, de 15 de junho de 1859

Data final: 21.02.1887


Tamanho: 53 páginas

Referência documental: TJMG\_Bocaiúva\_73070326415

Palavras-chave: cível; arrolamento de bens; inventário de escravizado.

Observação: Por se tratar de um inventário de escravizado, optou-se por incluí-lo no guia.





*Comarca de  
Bom Sucesso*

## 5.10 Comarca de Bom Sucesso

### 5.10.1 Contexto histórico e administrativo

A atual região de Bom Sucesso começou a ser colonizada no início do século XVIII, nas proximidades da capela dedicada à Nossa Senhora do Bom Sucesso. De acordo com a tradição oral, a construção do templo iniciou-se como consequência do cumprimento da promessa feita por um governador. Na ocasião, ao transitar pela região, sua esposa entrou em trabalho de parto e ele pediu graças para que o parto fosse bem-sucedido. A veracidade de tal narrativa é questionável, todavia, Jurandyr Ferreira, ao escrever a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, em 1958, afirma que pesquisas posteriores comprovaram a presença de Antônio Luiz de Távora, Governador da Capitania de São Paulo e Conde de Sarzedas, na região, em torno de 1736 (Ferreira, 1958).

No entanto, são escassas as fontes que corroboram com as informações sobre a colonização de Bom Sucesso. A população estabeleceu-se em 1754, conforme foi observado na provisão redigida por Jerônimo Dias Camelo de Vasconcelos, informando a necessidade do estabelecimento de tabelião no Arraial da Campanha do Rio Grande. Na transição do século XVIII para o XIX, a denominação Arraial do Bom Sucesso passou a ser utilizada em documentos oficiais, estabelecendo-se como pertencente ao Termo de São José, Comarca do Rio das Mortes (com sede em São João del Rei) (Barbosa, 1971).

O arraial localizava-se na colina da Serra do Bom Sucesso, às margens do Rio Pirapetinga, e as terras férteis se mostraram propícias para atividades agrícolas. Na ocasião, o cultivo de café, fumo, cana, cereais e outros produtos foi desenvolvido para a exportação, para o abastecimento de regiões próximas (Mourão, 1905). No início do século XIX, o arraial presenciou vertiginoso desenvolvimento, e a Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso foi elevada à condição de paróquia em 1825 (Martins; Soares, 2016).

Em levantamento populacional realizado em 1830, é possível atestar o crescimento do povoado. Isso porque o Arraial de Bom Sucesso possuía 145 fogos (famílias), pouco menos que a Vila de São José, que reunia 158 fogos (Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897). O crescimento populacional impulsionou a busca por instituições judiciais e administrativas. Todavia, os habitantes de Bom Sucesso encontravam dificuldades em recorrer à Câmara Municipal de São José, que se localizava a cerca de 15 léguas (aproximadamente 72 km) de distância. Desse modo, aliados à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, foi redigida uma petição em 1832, para que o arraial fosse elevado à condição de vila (Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1912). Tal fato não ocorreu de imediato, uma vez que o arraial foi incorporado ao Município de Oliveira (1850). Uma nova mudança de jurisdição aconteceu em 1866, quando a freguesia foi atrelada ao Município de São João del Rey (Martins; Soares, 2016).

A criação do Município de Bom Sucesso foi formalizada em 1872, atrelada à jurisdição da Comarca do Rio das Mortes. No ano seguinte, ocorreu a elevação da vila à

categoria de cidade com o termo pertencente à Comarca de Oliveira (anteriormente, do Rio Lambari). O termo de Bom Sucesso foi reintegrado à Comarca do Rio das Mortes em 1880 e, seis anos depois, foi movido para a Comarca do Rio Sapucaí. A criação da Comarca do Bom Sucesso aconteceu em 1891 e anos depois foi integrada à de Lavras (1903). Em 1915, a Comarca de Bom Sucesso foi restaurada, composta do termo homônimo. Em 1948, a partir da reforma jurídica administrativa, que extinguiu os termos, a Comarca passou a ser composta pelos municípios de Bom Sucesso, Santo Antônio do Amparo e São Tiago. A partir de 1970, o Município de Ibituruna foi anexado. Em 2001, atuava sob os municípios de Bom Sucesso e Ibituruna. Posteriormente, em 2008, Santo Antônio do Amparo foi anexado, situação que se mantém até os dias atuais (Martins; Soares, 2016).

### 5.10.2 Documentos cíveis

#### 02.04.1863 - 8004072

Ação de liberdade movida por Francisco, escravizado do major Francisco Ferreira Rodrigues (pai), alegando ter sido alforriado por Maria Bernarda de Jesus há vinte e um anos, porém mantido em cativeiro por seu pai

Autoridades:

Presidente da Câmara: Fortunato Ribeiro Campos, Antônio Felisberto Vivas

Juiz de Direito: Miguel Augusto do Nascimento Feitosa

Juiz de Órfãos: Sidnei Monteiro dos Santos, João Baptista Pimentel Lustosa

Depositário: Bento Gonçalves Castanheira

Escrivão: Amâncio Gonçalves Castanheira, Francisco Felisbino de Vasconcelos, Antônio José Rodrigues da Silva, Antônio Rodrigues Pinto Coelho, Francisco Evaristo de Machado de Magalhães, Antônio Cândido da Silva, Prudêncio José Gomes, Vicente de Paula Lopes, Manoel Moreira da Cruz

Curador: Juvenal de Melo Amarantes, Martinho de Freitas Mourão

Local: Distrito de Bom Sucesso, Cidade de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes, Cidade de Oliveira, Cidade de Bom Sucesso, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: arts. 4º; 3º e 5º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 02.09.1879

Tamanho: 98 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8004072

Palavras-chave: cível; alforria; ação de liberdade; crioula; cativeiro; parental.

#### 09.04.1878 - 8002451

Ação de liberdade movida por Fabrício, escravizado de Ana Cândida de São José, por meio de pagamento de pecúlio indenizatório por prestação de sete anos de serviço à João

Borges Campos, que financiou o valor necessário para a sua alforria

Autoridades:

Juiz de Direito: José Joaquim Fernandes Torres

Juiz de Órfãos: Sidney Monteiro dos Santos

Ouvidor Geral dos Órfãos: Amâncio Gonçalves Castanheira

Coletor Municipal de São João d'El Rey: Fabrício José de Jesus

Curador Geral dos Órfãos: Tobias Rafael Lopes Cançado

Escrivão: Amâncio Gonçalves Castanheira, José Carlos de Souza Zequinha

Local: Cidade de Bom Sucesso, Comarca do Rio Sapucaí, Cidade de São João del Rei, Cidade de Lavras

Recurso judicial: arts. 4º, § 3º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 61 do Decreto nº 5.135, 13 de novembro de 1872

Data final: 14.03.1879

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8002451

Palavras-chave: cível; alforria; pecúlio; contrato de trabalho; pardo; prestação de serviços.

### **28.06.1878 - 8001933**

“Relação dos escravos libertados em audiência do Juiz de Órfãos do Bom Sucesso, no dia 29 de novembro de 1879, pela respectiva quota do fundo de emancipação”

Autoridades:

Presidente da Câmara Municipal: Francisco Ferreira Rodrigues Junior

Juiz dos Órfãos substituto: Sidnei Monteiro dos Santos

Juiz Municipal: José Antônio Teixeira Júnior

Coletor Municipal: Joaquim Machado da Silva Netto

Escrivão: Vicente de Paula Lopes

Local: Cidade de Oliveira, Cidade de Bom Sucesso, Comarca de Sapucaí

Recurso judicial: arts. 28, 33, do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 27.06.1882

Tamanho: 21 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8001933

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação; libertos.

### **28.01.1882 - 8000589**

Registros cíveis de falecimento e alforria de escravizados do município de Bom Sucesso

Autoridades:

Juiz Municipal: Procópio Pinto Campos

Escrivão: Gustavo Carlos de Souza, José Carlos de Souza Zequinha, Vicente de Paula Lopes

Local: Arraial de Nossa Senhora das Mercês da Água Limpa, Distrito de São Tiago, Cidade do Bom Sucesso, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: art. 1º, § 3º, do Regulamento nº 9.517, de 28 de março de 1885, Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 03.04.1886

Tamanho: 25 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8000589

Palavras-chave: cível; registros; alforrias; falecimentos.

### **24.03.1883 - 8001095**

“Petição de reclamação da escrava Reginalda pertencente a José Maria de Lucca, representada por seu curador (Carlos Candido de Sousa Cahé)” por ter “sido prejudicada na classificação para alforria pelo de fundo de emancipação”

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Leopoldino Cabral de Melo

Juiz dos Órfãos substituto: Procópio Pinto Campos

Juiz Municipal: José Antônio Teixeira Júnior

Coletor Municipal: Joaquim Machado da Silva Netto

Escrivão: Amâncio Gonçalves Castanheira, José Carlos de Sousa Zequinha, Vicente de Paula Lopes

Curador: Carlos Cândido de Sousa Cahé

Local: Distrito de São Tiago, Cidade do Bom Sucesso, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: art. 34 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 05.04.1883

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8001095

Palavras-chave: cível; fundo de emancipação; alforria; classificação; matrícula.

### **31.03.1883 - 8002112**

“Sentença cível em grau de apelação (Tribunal da Relação de Ouro Preto) passada em

favor do escravo Marcos contra D. Francolina Deolinda Gomes” referente à liberdade concedida em testamento nuncupativo de José Miguel Carlos de Sousa, mas negada por D. Francolina

Autoridades:

Desembargador do TROP: Luiz Gonzaga de Brito Guerra, José Ignácio Gomes Guimarães

Escrivão do TROP: Antônio Felipe Dias Ribeiro, Joaquim Augusto d’Oliveira Santos

Juiz Municipal e dos Órfãos: Procópio Pinto Campos, Leopoldino Cabral de Mello

Coletor Municipal: Joaquim Machado da Silva Netto

Depositário: Miguel Pereira Sampaio

Escrivão: Francisco Felisbino de Vasconcellos, José Carlos de Souza Zequinha, Amâncio Gonçalves Castanheira, Vicente de Paula Lopes

Curador: José Bernardo Cardoso, João Nephatalino Machado de Moraes

Local: Cidade de Bom Sucesso, Comarca do Rio das Mortes, Imperial Cidade de Ouro Preto

Recurso judicial: art. 7º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 31.05.1883

Tamanho: 53 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8002112

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; testamento; nuncupativo.

#### **27.04.1883 - 8003173**

“Contrato de prestação de serviço que faz a escrava Custódia (pertencente a Antônio Gomes Ferreira à Castanheira e Castro) para obter sua liberdade”

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Procópio Pinto Campos

Coletor: Carlos José Bernardes

Escrivão: Antônio Carlos Teixeira de Carvalho

Local: Cidade do Bom Sucesso, Cidade de Oliveira, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: -

Data final: 06.05.1885

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8003173

Palavras-chave: cível; emancipação; prestação de serviços; contrato.

#### **13.07.1885 - 8003174**

“Arbitramento para a liberdade do escravo Pedro, pertencente a Antônio Ferreira da

Silva”, movida pelo curador Gustavo Carlos de Souza, em que o escravizado argumenta ter o pecúlio necessário para a compra de sua liberdade, mas impedido pelo valor excessivamente alto estipulado pelo escravocrata

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Procópio Pinto Campos

Escrivão: Antônio Carlos Teixeira de Carvalho

Depositário: Joaquim Bernardino de Alvarenga

Curador: Gustavo Carlos de Souza

Local: Cidade de Bom Sucesso, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: art. 2º e 4º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 15.07.1885

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8003174

Palavras-chave: cível; alforria; ação de liberdade; arbitramento.

### **28.09.1885 - 8003177**

“Arbitramento da escrava Victalina, pertencente a Nominato Gonçalves da Silva”, movido por sua mãe, Mafalda, solicitando a nomeação de curador (Octávio Carlos de Sousa) e depositário (Joaquim Gonçalves da Costa)

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Procópio Pinto Campos

Depositário: Joaquim Gonçalves da Costa

Escrivão: Antônio Carlos Teixeira de Carvalho

Curador: Octavio Carlos de Sousa, José Joaquim Moreira de Moraes

Local: Cidade de Bom Sucesso, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: art. 84 do Decreto n.º 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 05.10.1885

Tamanho: 31 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8003177

Palavras-chave: cível; alforria; ação de liberdade; arbitramento; pecúlio.

### **06.10.1885 - 8003175**

“Arbitramento da escrava Paulina pertencente aos órfãos Beralda, Joaquim, Joana, Rita, Ana, filhos de Aureliano Machado da Silva”, solicitando nomeação de curador e depositário para realizar o pagamento de pecúlio de sua liberdade

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Procópio Pinto Campos

Coletor de Oliveira: Carlos José Bernardes

Coletor de Bom Sucesso: Joaquim Machado da Silva Netto

Depositário: Tobias Rafael Lopes Cançado

Escrivão: Antônio Carlos Teixeira de Carvalho, Amancio Gonçalves Castanheira, José Carlos de Souza Zequinha, Vicente de Paula Lopes

Curador: Octávio Carlos de Sousa

Local: Cidade do Bom Sucesso, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: art. 84 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, art. 4º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 17.05.1886

Tamanho: 33 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8003175

Palavras-chave: cível; emancipação; arbitramento; pecúlio; curador.

#### **24.11.1885 - 8003178**

“Arbitramento do escravo Eduardo, pertencente a Pedro Teodoro de Carvalho”, referente a sua ação de liberdade negada pelo seu senhor

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: José Alves Villela

Juiz dos Órfãos de São João del Rey: Carlos Baptista de Castro

Juiz de Órfãos substituto: Procópio Pinto Campos

Juiz Municipal: José Antônio Teixeira Júnior

Coletor Municipal: Joaquim Machado da Silva Netto

Escrivão: Amâncio Gonçalves Castanheira, Antônio Carlos Teixeira de Carvalho, Vicente de Paula Lopes, Francisco Evaristo Machado de Magalhães, José Carlos de Souza Zequinha

Curador: Joaquim Bernardino de Alvarenga

Local: Cidade do Bom Sucesso, Comarca do Rio das Mortes, Distrito de Conceição da Barra, Distrito de Santa Rita do Rio Abaixo, Cidade de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: art. 84 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 18.03.1886

Tamanho: 66 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8003178

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; arbitramento.

### **07.05.1886 - 8001665**

Ação de liberdade de Sebastião crioulo, escravizado de D. Maria Carolina de São José, por meio de pagamento de pecúlio indenizatório

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Manoel de Araújo

Juiz dos Órfãos: José Alves Vilella

Juiz Municipal de São João d'El Rey: José Martins Bastos

Escrivão: Amâncio Gonçalves Castanheira, Luiz Antônio Quental, José Carlos de Souza Zequinha, Caetano da Silva Mourão, Vicente de Paula Lopes

Curador: Francisco Augusto da Cunha, Antônio Moreira da Silva

Local: Cidade do Bom Sucesso, Cidade de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 04.02.1891

Tamanho: 69 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8001665

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; emancipação; pecúlio.

### **07.07.1887 - 8002216**

“Licença requerida por Adão, ex-escravo de D. Maria Ambrosina de Sant’Anna para procurar a sua subsistência onde lhe convier” por “achar-se ainda forte e incitado de poder trabalhar e viver por si”

Autoridades:

Juiz de Órfãos: José Alves Vilella

Curador Geral dos Órfãos: Tobias Rafael Lopes Cançado

Escrivão: Amâncio Gonçalves Castanheira

Local: Cidade do Bom Sucesso, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 11.08.1887

Tamanho: 10 páginas

Referência documental: TJMG\_Bom Sucesso\_8002216

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; emancipação; licença.





*Comarca de  
Bonfim*

## 5.11 Comarca de Bonfim

### 5.11.1 Contexto histórico e administrativo

Anteriormente à colonização portuguesa, o território de Bonfim foi ocupado pelos indígenas denominados cataguases. No final do século XVII, a região começou a ser colonizada por integrantes da bandeira de Fernão Dias, que saíram de São Paulo com o intuito de aprisionar indígenas para a escravização, bem como impulsionados pela busca de riquezas minerais. Alguns integrantes da expedição optaram pelo estabelecimento na região a fim de cultivar alimentos e criar animais para alimentar o comércio interno, especialmente para o abastecimento das regiões mineradoras que viviam o auge da exploração aurífera (Ferreira, 1958).

O clima temperado, as nascentes de água e a fertilidade do solo foram fatores importantes para que agricultores se estabelecessem na região do Alto do Paraopeba. Entre eles estavam Manoel Teixeira Sobreira e Manoel Machado, que receberam sesmarias na região de Bonfim, onde futuramente foi desenvolvido o povoado denominado como Arraial da Rocinha. Em 1750, Sobreira tornou-se um dos homens mais abastados da Capitania de Minas Gerais e foi responsável pela importação de uma imagem do padroeiro de Setúbal, em Portugal, para a recém-erguida capela consagrada a Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim. Por esse motivo, o Arraial da Rocinha foi renomeado para Bonfim, subordinado à Comarca de Vila Rica — posteriormente, Ouro Preto (Ferreira, 1958).

No período imperial, o arraial passou por grande desenvolvimento econômico e administrativo. Em 1836, Bonfim foi considerado o terceiro povoado mais populoso do Distrito de Congonhas do Campo, fato que contribuiu para a elevação à condição de vila e município em 1839. No ano de 1860, a Vila do Bonfim passou a ser denominada de Cidade do Bonfim do Paraopeba e transitou entre comarcas diferentes, como a do Pará (1850), Indaiá (1855), Paraopeba (1870), Ouro Preto (1871), Queluz (1872), Pará (1875), Entre Rios (1878), até que, em 1891, foi criada a Comarca de Bonfim (Martins; Soares, 2016).

A dificuldade da consolidação jurídica se manteve até final do século XIX e apenas durante o período republicano foi criada a Comarca de Bonfim, constituída apenas pelo município homônimo. Entretanto, em 1903, a comarca foi suprimida e o município foi integrado ao de Entre Rios. A Comarca do Bonfim foi restabelecida em 1915, abrangendo apenas o Termo de Bonfim (Martins; Soares, 2016).

Em 1948, a Comarca de Bonfim passou a ser composta pelos municípios de Bonfim, Belo Vale, Brumadinho, Crucilândia e Itaguara. A situação foi alterada em 1953, quando permaneceram apenas os municípios de Bonfim e Crucilândia. Em 1970, o Município de Piedade dos Gerais foi incorporado e, em 1995, o de Rio Manso. Desde então, a jurisdição da Comarca de Bonfim permanece inalterada (Martins; Soares, 2016).

### 5.11.2 Documentos cíveis

#### 15.04.1842 - 8107770

Libelo de cobrança de dívida movido por “Francisco Dias Soares na qualidade de senhor de seu escravo Paulo” a fim de pagar as dívidas contraídas por seu escravizado com Francisco José de Sampaio

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Nogueira Penido

Escrivão: Fortunato José de Melo, Antônio Manoel da Silveira

Local: Arraial de Nossa Senhora das Dores da Conquista, Termo da Vila do Senhor do Bonfim do Paraopeba, Comarca da Imperial Cidade de Ouro Preto

Recurso judicial: -

Data final: 09.03.1842

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8107770

Palavras-chave: cível; clareza de dívida; libelo; ação de cobrança; prêmio anual.

#### 24.10.1887 - 8101390

“Autuação de um ofício do Coletor Municipal com um quadro dos escravos sexagenários do trimestre dos meses de Julho, Agosto e Setembro”

Autoridades:

Juiz Municipal: Esperidião Zamiro de Souza Lopes

Coletor: José Olímpio Nogueira Penido

Escrivão: Francisco José da Silva Campos, Emygdio Ferreira Dornas

Local: Cidade de Bonfim, Comarca de Entre Rios

Recurso judicial: art. 11, § 3º e § 4º, do Regulamento nº 9.517, de 16 de novembro de 1885, Lei nº 3.270, 28 de setembro de 1885

Data final: 15.11.1887

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8101390

Palavras-chave: cível; Lei do Sexagenário; leis abolicionistas; libertação; abolição.

### 5.11.3 Documentos criminais

#### 18.10.1839 - 8106880

“Auto de corpo de delito no morto Manoel Rosa crioulo em *ex-officio*”, cujo acusado do

assassinado (com uso de um machado) é João africano, escravizado do capitão Francisco Vaz de Oliveira

Autoridades:

Juiz Municipal dos Órfãos: José Inácio Nogueira Penido, João Francisco Alves Contagem  
Juiz de Paz: Matias Alves Pereira

Escrivão: João Machado Neto, Joaquim José Vaz de Oliveira, Manoel Dias da Silva

Local: Arraial de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, Freguesia do Senhor do Bonfim, Termo da Real Vila de Queluz, Comarca de Ouro Preto, Cidade do Bonfim do Paraopeba

Recurso judicial: art. 192 do Código Criminal

Data final: 16.02.1863

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8106880

Palavras-chave: criminal; galés; homicídio; arma branca; africano; condenado.

### **30.05.1841 - 8108972**

“Auto de corpo de delito feito [perda] morte que procede o Juiz de Paz suplente Matias Alves Pereira em *ex-officio* de Justiça: feito no morto Anastácio crioulo, escravo de D. Ana Rodrigues: morador no Gril”, cujo acusado do crime é Silvano crioulo, “escravo que foi do finado sargento-mor Manoel Caetano, do distrito de Brumado”

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfão: Antônio Nogueira Penido, João Alves de Brito

Juiz de Paz: Matias Alves Pereira

Delegado: Antônio Nogueira Penido

Subdelegado: José Ferreira Gomes, Domingos Nunez Duarte

Escrivão: João Machado Neto, Joaquim José Vaz de Oliveira, Manoel Rodrigues Roza

Local: Arraial e Freguesia de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, Termo da Vila de Queluz, Comarca do Ouro Preto, Vila do Bonfim do Paraopeba, Comarca do Ouro Preto

Recurso judicial: -

Data final: 16.03.1844

Tamanho: 15 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8108972

Palavras-chave: criminal; corpo de delito; homicídio; crioulo.

### **17.06.1854 - 8107105**

Processo-crime movido por Domitila Valeriana Rodrigues a respeito do desaparecimento de sua escravizada, Luiza africana, sendo João Dias da Silva e José Leite os acusados

do delito de vendê-la

Autoridades:

Juiz de Direito: José Ignácio Nogueira Penido

Juiz Municipal e dos Órfãos: José Manoel de Campos, Silviano Mendes da Cunha

Subdelegado: Elias Pereira Viega

Escrivão: Francisco de Paula Oliveira, Casimiro Rodrigues Estorninho

Local: Distrito do Brumado, Termo da Vila do Bonfim do Paraopeba, Comarca da Imperial Cidade do Ouro Preto

Recurso judicial: arts. 265, 268 e 269 do Código Criminal

Data final: 20.06.1855

Tamanho: 47 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8107105

Palavras-chave: criminal; furto; galés; africana; venda ilegal de escravizados; violência contra a mulher.

#### **01.02.1866 - 8108872**

“Requerimento do alferes João Francisco Antunes para precatória geral a fim ser preso seu escravo que se acha fugido por nome Miguel crioulo”

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: José Joaquim Batista Leite

Escrivão: Joaquim José Vaz de Oliveira, Antônio Olegário Carlos de Andrade, Cândido Pinto Octávio, Antônio Francisco Fonseca

Local: Arraial de Itatiaiuçu, Cidade do Bonfim do Paraopeba, Comarca de Ouro Preto

Recurso judicial: -

Data final: 01.02.1866

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8108872

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; resistência; crioulo.

#### **28.02.1866 - 8105110**

“Portaria do Delegado para de autuar a fim de se proceder auto de corpo de delito no paciente José [Maria], escravo de Zacarias Antunes”, uma vez que “se achava fugido e procurando quem o comprasse que já não podia sofrer tanto castigo” por parte do escravocrata em questão

Autoridades:

Juiz: -

Delegado: José Joaquim Batista Leite

Escrivão: Cândido Pinto Octávio

Curador: Manoel Bernardes da Cunha Cassão

Local: Arraial de Rio Manso, Cidade do Bonfim do Paraopeba, Comarca de Ouro Preto

Recurso judicial: -

Data final: 24.10.1866

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8105110

Palavras-chave: criminal; corpo de delito; tortura; fuga; agressões físicas.

### **09.10.1866 - 8105108**

“Petição de Graciano de Souza Pinto requerendo interrogatório de um escravo, Adão, que se acha recolhido na cadeia desta Cidade a fim de pelo interrogatório verificar-se se é o escravo de quem ele é senhor”, alegando ser Graciano de Sousa Pinto

Autoridades:

Juiz: -

Delegado: Francisco José Parreiras

Escrivão: Cândido Pinto Octávio

Local: Arraial da Conquista, Distrito do Rio Manso, Cidade do Bonfim do Paraopeba, Comarca de Ouro Preto

Recurso judicial: -

Data final: 09.10.1866

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8105108

Palavras-chave: criminal; interrogatório; fuga de escravo; crioulo.

### **28.06.1868 - 8100187**

“Requerimento do tenente Manoel Bernardes da Cunha Cassão a fim de repassar mandado para prisão do escravo Clemente em que o suplicante tem mais da 8ª parte do seu valor” em virtude do inventário de D. Ludovina Maria de Jesus, o escravizado se recusou a trabalhar para o escravocrata em questão

Autoridades:

Juiz: -

Delegado: José Ignácio Nogueira Penido

Escrivão: Joaquim José Vaz de Oliveira

Local: Cidade do Bonfim do Paraopeba, Comarca do Rio Pará, Distrito da Conquista

Recurso judicial: -

Data final: 22.02.1869

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8100187

Palavras-chave: criminal; mandado; crioulo; forro; divisão de escravizado.

### **17.05.1869 - 8107330**

“Cópia” do processo-crime contra João crioulo, “pertencente aos herdeiros do referido finado José Esteves da Cruz”, é acusado de furto de dinheiro e objetos da casa de Germano Pereira da Silva e condenado a oito anos de galés

Autoridades:

Desembargador do TRRJ: José Tavares Bastos, Manoel José de Freitas Travassos

Serventuário do TRRJ: Porfírio Cândido de Assis Araújo

Juiz de Direito: Gabriel Caetano Guimarães Alvim

Juiz Municipal: Inácio José da Silva Malta, José Inácio Nogueira Penido, José Joaquim Baptista Leite

Juiz de Paz: Antônio de Pádua Ribeiro

Subdelegado: Francisco Elias Antonio de Moraes

Escrivão: Manoel Ribeiro da Costa Guimarães Ataíde, Joaquim José Vaz de Oliveira, Joaquim José da Silva Campos

Curador: Francisco Ribeiro de Carvalho, Joaquim Ignácio Nogueira Penido

Local: Arraial da Capela Nova do Desterro, Cidade do Bonfim do Paraopeba, Comarca do Rio Pará, Cidade de Oliveira, Leal e Heroica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Recurso judicial: arts. 16, § 3º, § 4º, § 16 (agravantes), 269 (grau máximo) do Código Criminal

Data final: 16.08.1873

Tamanho: 108 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8107330

Palavras-chave: criminal; furto; invasão de domicílio; galés; apelação; TRRJ.

### **11.10.1871 - 8100192**

Processo-crime contra Francisco Nunes Cardoso acusado de homicídio de Severino africano, escravizado do “finado José Pinto Rodrigues Lara”, após Severino ter tirado satisfação com Cardoso sobre as “pancadas” que dera em sua esposa

Autoridades:

Desembargador do TRRJ: Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, Francisco Balthazar

da Silveira, José Antônio Magalhães Castro, José Tavares Bastos, Antonio Francisco de Azevedo, Luis de Assis Mascarenhas, Viriato Bandeira Duarte

Serventuário do TRRJ: Porfírio Cândido de Assis Araújo

Juiz de Direito: Quintiliano José da Silva, Antônio Joaquim de Souza Paraíso, Manoel Gomes Tolentino

Juiz Municipal: Francisco Romualdo de Moraes, José Inácio Nogueira Penido, Joaquim Ignácio Nogueira Penido

Delegado: Domingos da Silva Alves, José Joaquim de Andrade Rezende

Subdelegado: Lino Antonio de Moraes

Escrivão: Joaquim José Vaz de Oliveira, José Clemente de Figueiredo, Domingos José de Freitas, Ernesto Pereira da Silva, Joaquim Gonçalves Costa, Cândido Pinto Octávio

Local: Distrito do Rio do Peixe, Cidade do Bonfim do Paraopeba, Comarca do Ouro Preto, Cidade de Ouro Preto, Comarca de Ouro Preto, Cidade de São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes, Cidade do Rio de Janeiro, Cidade de Queluz, Comarca de Queluz

Recurso judicial: arts. 16, § 4º, § 6º e § 12 (agravantes), 192 (grau máximo) e 449 do Código Criminal

Data final: 17.06.1873

Tamanho: 144 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8100192

Palavras-chave: criminal; galés; absolvido; agressão; homicídio; tentativa de feminicídio.

Observação: Contém descrições dos ritos realizados para a execução que ocorreu no dia 28.04.1845.

### **25.11.1871 - 8108339**

“Carta do Dr. José Inácio Nogueira Penido dirigida a esta delegacia para prisão de seu escravo Sebastião Arruda, e outros” relatando a presença no Distrito de Santana de um “foco de desordens onde há ajuntamento de escravos e rapazes vadios em casa de meretrizes escandalosas, especialmente uma crioula, viúva de Valentim”

Autoridades:

Delegado: José Joaquim de Andrade Resende

Escrivão: Joaquim José Vaz de Oliveira

Local: Cidade de Bonfim, Comarca de Ouro Preto

Recurso judicial: -

Data final: 27.11.1871

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8108339

Palavras-chave: criminal; ordem de prisão; prostituição, vadiagem; bem-viver.

### **18.02.1872 - 8108749**

Processo-crime contra Florêncio José da Silva, “escravo que foi de José Francisco dos Anjos”, acusado do homicídio de João Sabino, indiciado ao art. 192 (grau máximo)

Autoridades:

Juiz de Direito: José Joaquim Baeta Neves

Juiz de Direito suplente: Manoel Gomes Tolentino, Angelo Caetano de Sousa Cousseiro

Juiz Municipal: Joaquim Ignacio Nogueira Penido, Alexandre José da Costa Valente

Juiz Municipal suplente: Francisco Romualdo Morais, Ignácio José da Silva Malta

Subdelegado: Fortunato Antônio Coelho

Escrivão: Joaquim José Vaz de Oliveira, Cândido Pinto Octavio, Manoel Ribeiro da Costa Guimarães Ataíde, Manoel Dias da Silveira

Local: Arraial de Capela Nova do Desterro, Cidade do Bonfim, Comarca de Queluz, Cidade de Queluz, Comarca de Queluz

Recurso judicial: arts. 16, § 2º, § 3º, § 4º e § 8º (agravantes), 192 do Código Criminal

Data final: 04.04.1876

Tamanho: 165 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8108749

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés; absolvido; feitiçaria; alforriado.

### **22.04.1873 - 8100202**

Processo-crime contra Joaquim Pereira de Resende, acusado da tentativa de assassinato do escravizado, de nome Pedro, que se encontrava fugido, indiciado à pena de galés perpétuas, porém, absolvido do crime

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel Gomes Tolentino; Angelo Caetano de Souza Campeiro

Juiz Municipal e dos Órfãos: Joaquim Ignácio Nogueira Penido

Juiz Municipal substituto: Ignacio José da Silva Malta, Francisco Romualdo de Morais

Delegado: José Joaquim de Andrade Rezende, Manoel Dias da Silveira

Subdelegado: Severiano da Silva Leão Silva

Escrivão: Zeferino José da Silva, Cândido Pinto Otávio, Joaquim José Vaz de Oliveira

Local: Arraial de Nossa Senhora das Dores da Conquista, Cidade do Bonfim do Paraopeba, Comarca de Queluz, Cidade de Queluz, Comarca de Queluz

Recurso judicial: arts. 16 (agravante), 34, 193 (grau máximo) do Código Criminal

Data final: 04.03.1876

Tamanho: 137 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8100202

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés; absolvido; fuga.

### 07.02.1874 - 8108819

Processo-crime contra Joaquim da Fonseca pardo (escravizado de Antônio Teixeira), acusado de assassinar Antônio cabra, escravizado do capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva, acusado de invasão à domicílio seguido de homicídio

Autoridades:

Juiz de Direito: José Joaquim Baeta Neves, Angelo Caetano de Souza Campeiro

Juiz de Direito suplente: Antônio Rodrigues Pereira, Alexandre José da Costa Valente

Juiz Municipal: Joaquim Ignácio Nogueira Penido, Felipe Gabriel de Castro Vasconcellos, Jacintho Dias da Silva, Carlos José Augusto de Oliveira, Alexandre José da Costa Valente

Juiz Municipal suplente: Francisco Romualdo de Moraes, Ignácio José da Silva Malta

Delegado: João José de Salles, José Joaquim de Andrade Rezende

Escrivão: Joaquim José Vaz de Oliveira, Cândido Pinto de Octávio, Domingos José de Freitas, Manoel Dias da Silveira, Florencio Augusto da Silva

Curador: Emílio José de Sousa Maciel; Camilo Augusto Maria de Brito

Local: Cidade de Bonfim do Paraopeba, Comarca de Queluz, Cidade de Queluz, Comarca de Queluz, Cidade de Sabará, Comarca de Sabará

Recurso judicial: arts. 18, § 1º, § 2º, § 3º, 35, 193 do Código Criminal

Data final: 21.11.1876

Tamanho: 149 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8100189

Palavras-chave: criminal; cabra; galés; absolvido; legítima defesa; pardo; tropeiros.

Observação: Por envolver tropeiros, as inquirições ocorreram na Vila de Sete Lagoas, Comarca de Sabará, em decorrência da distância entre o Arraial de Santa Quitéria, local de residência das testemunhas, e a cidade de Bonfim, onde ocorreu o crime. O processo consta com a assinatura do Barão de Queluz (folha 63).

### 25.01.1876 - 8105287

Processo-crime contra Jerônimo (escravizado de Manoel José de Andrade), Modesto José

Rodrigues, Miguel Mendes Pinto, Julio Mendes Pinto e Francisco Pedro de Andrade acusados de agredir (cacetadas) feitas a Joaquim Camilo Mendes

Autoridades:

Juiz Municipal e de Direito interino: Alexandre José da Costa Valente

Juiz Municipal substituto: José Ignácio José da Silva Malta

Subdelegado: Francisco Tristão de Mendonça

Escrivão: Cândido Pinto Octávio, Antônio de Araújo Lima Coxa

Local: Arraial de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, Cidade de Bonfim, Comarca de Queluz, Comarca do Pará, Comarca de Entre Rios

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 8º, § 12, § 15, § 17 (agravante), 205 do Código Criminal

Data final: 24.01.1879

Tamanho: 77 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8105287

Palavras-chave: criminal; agressão física.

### **25.08.1876 - 8104930**

Processo-crime contra Maria Rita da Anunciação, Antônio Ramos dos Santos e João crioulo (escravizado da ré), acusados de agredir e espancar Firmina Ramos de Queirós, causando-lhe ferimentos graves

Autoridades:

Juiz de Direito: José Joaquim Baeta Neves

Juiz Municipal: Alexandre José da Costa Valente, Francisco Romualdo de Moraes, Angelo Caetano de Souza Cousseiro

Delegado: José Joaquim de Andrade Rezende

Escrivão: Joaquim José Vaz de Oliveira, Candido Pinto Octávio, Manoel Dias da Silveira

Curador: Emilio José de Sousa Maciel

Local: Cidade de Bonfim, Comarca de Queluz

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 8º, § 9º, § 13, § 14, § 15 e § 17 (agravante), 201 do Código Criminal

Data final: 05.04.1877

Tamanho: 155 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8104930

Palavras-chave: criminal; agressão física; absolvido; tortura; agressão à mulher; violência contra a mulher.

### **13.06.1877 - 8104926**

Processo-crime contra Pedro, escravizado de Alexandro Pinto Brandão, pelo porte de arma de fogo

Autoridades:

Juiz Municipal: Alexandre José da Costa Valente, Ignácio José da Silva Malta

Escrivão: Candido Pinto Octavio, Antônio Cândido Rodrigues Rabelo, Felisbino Severino

da Fonseca Pinto, Joaquim José de Vaz de Oliveira

Curador: Emilio José de Sousa Maciel

Local: Arraial do Itatiaiuçu, Cidade de Bonfim, Comarca do Pará

Recurso judicial: arts. 16, § 4º e § 8º (agravante), 297 (grau máximo) do Código Criminal, art. 12, § 3º, da Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871

Data final: 30.01.1880

Tamanho: 88 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8104926

Palavras-chave: criminal; porte de arma; afiançado.

### **08.11.1879 - 8104918**

“Auto de exumação e delito” a respeito do assassinato de Antônio, escravizado de Emerenciana de tal, cujo suspeito é um escravizado de Julio Teixeira da Cunha

Autoridades:

Juiz Municipal: Esperidião Zamiro de Sousa Lopes, Francisco Romualdo de Moraes, Antonino José da Silva Vieira

Delegado: Antônio Lourenço da Cunha, João José de Salles

Subdelegado: João Alves de Brito

Escrivão: José Pereira de Carvalho, Joaquim José Vaz de Oliveira

Local: Arraial de Santa Anna do Paraopeba, Cidade do Bonfim, Comarca de Entre Rios

Recurso judicial: -

Data final: 31.06.1880

Tamanho: 51 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8104918

Palavras-chave: criminal; homicídio; exumação.

### **30.10.1880 - 8107862**

Processo-crime contra Caetano Baeta Neves e o seu escravizado, Vitalino, acusados “pelo tiro dado na porta de Gervásio José Parreiras”

Autoridades:

Juiz de Direito: Esperidião Zamiro de Souza Lopes

Juiz Municipal: Antonino José da Silva Vieira

Delegado: João José de Salles

Escrivão: Cândido Pinto Octávio, Joaquim José Vaz de Oliveira

Curador: Manoel Antônio de Campos

Local: Cidade de Bonfim, Comarca de Entre Rios

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º e § 6º (agravante), 193 do Código Criminal

Data final: 19.04.1881

Tamanho: 71 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8107862

Palavras-chave: criminal; tentativa de homicídio; arma de fogo; absolvido.

#### **14.03.1888 - 8104414**

Processo-crime movido pela Justiça contra Teodosino Teixeira da Cunha, acusado pela tentativa de homicídio de Lourenço liberto

Autoridades:

Desembargador do TROP: Francisco Leite Costa Belém

Escrivão do TROP: Henrique Edmundo Renault

Juiz de Direito substituto: Epaminondas Zamiro de Souza Lopes

Juiz Municipal: Epaminondas Zamiro de Souza Lopes

Juiz de Paz: Inácio Moreira da Silva

Delegado: Fortunato Justiniano de Moraes

Escrivão: José Barbosa da Cunha, Cândido Pinto Octavio, Epaminondas Serrano Pires

Local: Distrito de Sant'Ana do Paraopeba, Cidade de Bonfim, Comarca de Entre Rios

Recurso judicial: art. 192 do Código Criminal

Data final: 26.09.1888

Tamanho: 102 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8104414

Palavras-chave: criminal; tentativa de homicídio; absolvido; pós-abolição; liberto.

Observação: Lourenço foi o escravizado de Delfino Vieira da Silva.

#### **08.04.1888 - 8108893**

Sumário-culpa contra Antônio Brás de Almeida, acusado do homicídio de Rafael, escravizado de Francisco Tristão de Mendonça

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel Pereira Teixeira

Juiz Municipal: Esperidião Zamiro de Souza Lopes

Subdelegado: Teotônio Ferreira Gomes

Escrivão: Mezencio Neres da Cunha, Cândido Pinto Octavio, Francisco d'Anunciação Teixeira Coelho, Epaminondas Serrano Pires, José Marques da Silveira Junior

Local: Arraial de Nossa Senhora da Piedade das Gerais, Cidade de Bonfim, Comarca de

Entre Rios

Recurso judicial: arts. 15, 16, § 4º (agravantes), 193 do Código Criminal

Data final: 30.03.1894

Tamanho: 73 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8108893

Palavras-chave: criminal; homicídio; arma branca; galés; absolvido.

### **13.04.1888 - 8108891**

Processo-crime contra Januário de Macedo, Gabriel de Macedo, Roberto de Macedo Francisco Menino e José Menino, acusados pelo espancamento do “octogenário” Antônio, africano, escravizado que foi de Antônio Augusto de Oliveira

Autoridades:

Juiz Municipal: Esperidião Zamiro Souza Lopes

Juiz Municipal substituto: José Augusto Teixeira de Souza

Subdelegado: Eduardo Romualdo de Moraes, Ernesto Ferreira da Cunha

Escrivão: Cândido Pinto Octávio, Antônio Machado Guimarães, Guilherme Thomas Vilela, Epaminondas Serrano Pires, Francisco d’Anunciação Teixeira Coelho

Local: Distrito de Santa Luzia do Rio Manso, Cidade de Bonfim, Comarca de Entre Rios, Distrito de Santa Cruz das Águas Claras, Cidade de Bonfim, Comarca de Entre Rios

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 5º, § 6º, § 8º e § 17 (agravante), 201 do Código Criminal

Data final: 02.04.1889

Tamanho: 44 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8108891

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; violência contra idoso; absolvidos; africano.

### **20.12.1897 - 8105321**

Processo-crime contra Gustavo da Costa Guimarães e Antônio de tal, “ex-escravo” de Alexandre da Costa Guimarães, acusados de ferir gravemente João Nogueira da Silva

Autoridades:

Juiz de Direito: Filisberto Milagres

Juiz Municipal e de Direito: Esperidião Zamiro de Souza Lopes

Juiz Municipal substituto: Lucas Pereira Mendes

Subdelegado: Vicente Ferreira da Silva

Escrivão: João Luiz de Freitas, Guilherme Thomaz Vilela, Gregório de Sousa Macedo

Local: Distrito de Rio Manso, Cidade de Bonfim, Comarca de Entre Rios

Recurso judicial: arts. 3º, § 1º, 2º e 3º, 13, 18, § 1º, 39, § 8º, 303 do Código Criminal de 1891

Data final: 25.06.1898

Tamanho: 68 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8105321

Palavras-chave: criminal; agressão física; ex-escravizado; estigma.

### **09.01.1912 - 8107273**

Investigação policial contra Quirino, “que foi escravo do município de Entre Rios, que exerce a profissão de feiticeiro, curandeiro, mandraqueiro”

Autoridades:

Juiz Municipal: Jacinto Pereira

Escrivão: Ovídio Carlos de Andrade, João Luiz de Freitas, Gregorio de Souza Macedo

Local: Distrito de Piedade dos Gerais, Cidade de Bonfim Comarca de Bonfim, Cidade de Entre Rios, Comarca de Bonfim

Recurso judicial: art. 158 do Código Criminal de 1891

Data final: 19.10.1918

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Bonfim\_8107273

Palavras-chave: criminal; curandeirismo; estigma; pós-abolição.

Observação: Conforme a citação: “abusando completamente dos poderes das autoridades, promovendo intrigas a ponto de haver tentativa de assassinatos. Acusado de medicar uma mulher que havia se ferido com uma garrafa no lugar Curralinho, essa mulher veio a falecer dias depois. É considerado valentão, desordeiro, acolhedor de criminosos, denunciado por falsificar atestados em Bonfim, criminoso na Mata da Estação do Rochedo, em Leopoldina. Ajuntou com um primo de nome Miguel, fugitivo, após abusar de uma menor de idade”.





*Comarca de  
Caeté*

## 5.12 Comarca de Caeté

### 5.12.1 Contexto histórico e administrativo

A segunda metade do século XVII foi marcada pelas primeiras bandeiras que adentraram o interior do atual território brasileiro em busca de riquezas minerais. A primeira expedição na atual região de Caeté foi registrada em Carta Régia de 1664 e atesta a descoberta das Minas dos Cataguases e dos Sertões do Caeté. No período de transição para o século XVIII, Antônio Rodrigues Arzão e Bartolomeu Bueno de Siqueira foram responsáveis por dar continuidade à exploração de pedras e metais preciosos.

Em 1701, a bandeira do sargento-mor Leonardo Nardez Sisão adentrou nos arredores, uma extensa mata — *caeté*, terminologia do tupi antigo —, encontrando veios auríferos, que condicionou no enraizamento do topônimo (Ferreira, 1958). Nas margens de um ribeiro, estabeleceu-se um povoamento, atraindo cada vez mais exploradores. Em 1704, o arraial apresentou significativo crescimento populacional. No mesmo ano, foi iniciada a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que antecede a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso (Ferreira, 1958). No mesmo período, a região de Caeté foi cenário de disputas em relação à posse das minas recém-descobertas, situação que resultou na Guerra dos Emboabas (1707). O conflito envolveu bandeirantes paulistas (que almejavam direitos sobre o ouro descoberto) e portugueses. Com a derrota dos primeiros, a Coroa portuguesa aprimorou meios para controlar a exploração de ouro, como, por exemplo, por meio da criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (Romeiro, 2008).

Em 1711, as primeiras comarcas e vilas foram instaladas e o governador, Dom Braz Balthazar da Silveira, elevou o Arraial de Caeté à condição de Vila Nova da Rainha de Caeté, compondo a Comarca do Rio das Velhas. As Cartas Régias de 1714 recomendaram ao governador o estabelecimento da cobrança do quinto do ouro por bateia (utensílio utilizado para separar minerais de sedimentos), gerando insatisfação popular e resultando no Levante das Bateias, coibido pela Coroa. Durante o período colonial, a Vila Nova da Rainha de Caeté manteve destaque na produção aurífera, mas, aos poucos, entrou em decadência. A situação foi alterada com a produção de outros insumos naturais e artificiais, como a cerâmica (Ferreira, 1958).

No século XIX, a abdicação de Dom Pedro I foi elemento catalisador para a eclosão de conflitos e disputas políticas em diversas partes do Império. Na Província de Minas Gerais, desde 1831, o clima de embate entre os grupos “exaltados” e “caramurus” — que questionavam a Regência — e dos “moderados” - que a apoiavam, intensificou-se, culminando na Revolta da Fumaça. A insatisfação da elite de Caeté, influente na região, deu-se pela perda ou estagnação nos cargos de poder local. Na ocasião, o partido denominado “caramóveis”, formado por militares, comerciantes portugueses e burocratas, saiu às ruas protestando contra a Regência (Andrade, 2022). Em represália

à participação de políticos da Vila Nova da Rainha de Caeté na Revolta da Fumaça, a sua condição de vila foi suprimida e incorporada à Freguesia de Itabira do Mato Dentro (Resolução de 30 de junho de 1833). A restauração aconteceu apenas em 1840, com a denominação de Vila de Caeté, integrando a Comarca de Piracicava (Martins; Soares, 2016).

As divergências entre o Partido Conservador e o Partido Liberal tornaram-se mais latentes após o imperador D. Pedro II ter assumido o trono em 1840, que resultou na centralização do poder monárquico pelos conservadores. Insatisfeitos, os liberais deram início à Revolução Liberal de 1842, cujo objetivo era a diminuição da atuação do Partido Conservador. Na ocasião, criou-se um governo interino em Minas Gerais, com capital em Barbacena, sob o comando de Teófilo Otoni e, em São Paulo, com capital em Sorocaba, sob liderança do Padre Feijó. O movimento envolveu 20 municípios mineiros, entre eles, Caeté, que resistiu aos comandos das tropas de José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, o Barão de Cocais. O movimento foi reprimido poucos meses depois (Ferreira, 1958).

Em 1865, a Vila de Caeté foi elevada à condição de cidade e, um ano depois, foi transferida da Comarca do Rio das Velhas para a do Sabará. Ao longo do período imperial, esteve sob diferentes jurisdições, como as Comarcas de Piracicava (1840, 1851), do Rio das Velhas (1841, 1870, 1883), do Sabará (1866), de Santa Bárbara (1878), até a criação da Comarca de Caeté, em 1891, no período republicano (Martins; Soares, 2016).

No início do século XX, a Comarca de Caeté foi suprimida e o município passou a compor a Comarca de Belo Horizonte. A restauração da Comarca de Caeté ocorreu em 1915, composta pelo município homônimo. A partir de 1970, foram incorporados à Comarca os municípios de José de Melo (hoje, Nova União) e Taquaraçu de Minas, condição que se mantém até os dias atuais (Martins; Soares, 2016).

### 5.12.2 Documentos cíveis

#### 06.09.1873 - 4501636

Libelo cível movido por José Lucas Tavares a respeito da escravizada Rita, pertencente aos seus filhos José, Maria, Francisca, Deolinda e Carolina, a fim de provar que não foi omissa na matrícula da escravizada e, assim, contestar a sua liberdade

Autoridades:

Juiz de Direito: Frederico Augusto Álvares da Silva

Juiz dos Órfãos: Remigio Silveira de Faria de Oliveira

Escrivão: Manoel Rodrigues Franco, Cândido José Martins de Alvarenga, Caetano Alves Pinto

Curador: José Coelho Linhares, Eugênio Ricardo Varella da Fonseca, José Antônio de Magalhães e Silva

Local: Arraial do Morro Vermelho, Cidade do Caeté, Comarca do Rio das Velhas, Cidade de Sabará

Recurso judicial: art. 4º, § 6º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 81, § 3º do Regimento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, art. 19 do Decreto nº 4.835, de 17 de dezembro de 1871

Data final: 06.04.1876

Tamanho: 118 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4501636

Palavras-chave: cível; libelo; falha de matrícula; escravização.

### **17.11.1879 - 4501643**

“Processo de arbitramento e indenização de liberdade de escrava [Ana] designada pela sorte, na forma da Lei”, pelo fundo emancipatório, conforme a classificação dos escravos a serem libertos, de tal forma que Emilia Carolina das Chagas requer o pecúlio indenizatório

Autoridades:

Juiz de Direito: Frederico Augusto Álvares da Silva

Juiz Municipal: Manoel Antônio da Fonseca Melo

Escrivão: Caetano Alves Pinto

Local: Cidade do Caeté, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: art. 37 do Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 01.03.1880

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4501643

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; fundo emancipatório; arbitramento.

### **5.12.3 Documentos criminais**

#### **07.08.1843 - 4501870**

Processo-crime (fragmento) contra José, Anamias e Joaquim (crioulos), acusados do homicídio de Luiz Fernandes Guimarães, que resultou na condenação dos réus à pena de morte

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Gomes Cândido

Juiz Municipal: Quintiliano Martins da Costa

Escrivão: Eugênio Ricardo Varela da Fonseca

Curador: Quintiliano José da Silva

Local: Vila de Caeté, Comarca do Rio das Velhas, Ouro Preto

Recurso judicial: arts. 39, 40, 41, 43 do Código Criminal

Data final: 22.05.1854

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4501870

Palavras-chave: criminal; homicídio; pena de morte; crioulo.

Observação: O processo começa na folha 102.

### **16.07.1851 - 4500698**

“Traslado de queixa contra Manoel crioulo, escravo de Luiz Rodrigues Câmara Sete, e João Ferreira Coelho” acusado de agressão sofrida à esposa de Pedro Antônio Botelho

Autoridades:

Desembargador do TRRJ: Albino José Barbosa de Oliveira, Manoel Paranhos da Silva Velozo

Escrivão do TRRJ: Cândido Porfírio de Assis Araújo

Juiz Municipal: Policeno da Costa Pacheco

Subdelegado: Manoel Gomes de Gouveia

Escrivão: Victorino Xavier de Gouveia, Caetano Alves Pinto

Local: Arraial da Conceição do Rio Acima, Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caeté, Comarca do Piracicava, Corte do Rio de Janeiro

Recurso judicial: arts. 78, 121, 209, 201 do Código Criminal

Data final: 27.09.1852

Tamanho: 81 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500698

Palavras-chave: criminal; tentativa de feminicídio; TRRJ; crioulo; agressão à mulher.

### **20.05.1853 - 4501204**

Petição de D. Rosa Angélica Gomes de Araújo contra Luís José da Costa, acusado de furto de sua escravizada, Florinda

Autoridades:

Presidente da Câmara Municipal: José Fernandes Pereira Guimarães

Escrivão: Caetano Alves Pinto

Local: Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Caeté, Comarca do Piracicava

Recurso judicial: -

Data final: 22.05.1854

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4501204

Palavras-chave: criminal; roubo de escravizado; queixa.

### **27.08.1853 - 4500272**

Recurso-crime de João Coelho da Silva Grilo contra o capitão Eugênio Ricardo Varela da Fonseca pela falsa acusação que teria feito contra o requerente pelo crime de ajudar, excitar ou aconselhar escravizados a insurgir

Autoridades:

Juiz de Direito: Pantaleão José da Silva Ramos

Juiz Municipal: Policeno da Costa Pacheco

Escrivão: Caetano Alves Pinto

Local: Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caeté, Comarca do Piracicava

Recurso judicial: arts. 115, 144, 169, 235, 263 do Código Criminal

Data final: 29.04.1856

Tamanho: 83 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500272

Palavras-chave: criminal; acusação; insurreição de escravizados; influência; crime de insurreição.

### **04.11.1858 - 4500282**

Sumário de culpa movido pelo guarda-mor Manoel Pinto Moreira contra D. Maria Joaquina dos Santos e os seus escravizados, na figura de Floriano, acusados de perseguições e danos causados à sua roça

Autoridades:

Juiz de Direito: Elias Pinto de Carvalho, Caetano de Souza Telles Guimarães

Escrivão: José Hygino dos Passos, Antônio Ferreira de Paula, Caetano Alves Pinto

Subdelegado: José Amâncio Pinto

Curador: José Antônio de Magalhães e Silva

Local: Arraial de Taquaraçu, Termo de Caeté, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: arts. 109, 208, 266 e 297 do Código Criminal

Data final: 30.08.1862

Tamanho: 76 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500282

Palavras-chave: criminal; danos ao patrimônio; conspiração; perseguição.

### **02.01.1859 - 4500700**

Processo-crime contra Francisco pardo, escravizado de Antônio Vieira de Castro, acusado de agressão ao seu senhor, causando ferimentos graves, e indiciado à pena de morte, em consonância com a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835

Autoridades:

Juiz de Direito: Elias Pinto de Carvalho

Juiz Municipal: Antônio Borges de Miranda, Caetano de Souza Telles Guimarães

Subdelegado: Antônio Homem Júnior, Joaquim Baptista Peregrino

Escrivão: José Hygino dos Passos, Caetano Alves Pinto, Antônio Ferreira de Paula

Curador: Jacinto Dias da Silva

Local: Arraial de Taquaraçu, Termo da Vila do Caeté, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: arts. 1º e 3º da Lei nº 4, de 10 de junho de 1835

Data final: 27.11.1869

Tamanho: 36 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500700

Palavras-chave: criminal; punição; atentado ao senhor; pena de morte; leis coibitivas; pardo.

### **18.02.1861 - 4500673**

“Traslado dos autos-crimes em que é parte o Promotor Público, por parte da Justiça contra o réu Ezequiel, escravo do alferes Firmino Antonio de Lima, que vão os próprios autos para a apelação para o Tribunal da Relação do Distrito e Corte do Rio de Janeiro”, condenado à pena de galés (vinte anos) pelo crime de homicídio à Modesto Batista de Aguiar

Autoridades:

Juiz de Direito: Elias Pinto de Carvalho

Juiz Municipal: Caetano de Sousa Telles Guimarães

Escrivão: Antônio Pereira de Paula, Caetano Alves Pinto

Curador: João Evangelista Pinheiro, Eugênio Ricardo Varella da Fonseca

Local: Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caeté, Comarca do Rio das Mortes

Recurso judicial: arts. 34 e 193 do Código Criminal

Data final: 24.09.1861

Tamanho: 84 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500673

Palavras-chave: criminal; galés; homicídio; TRRJ; apelação.

### **09.08.1862 - 4500805**

Processo-crime contra Eduardo cabra, escravizado de Ana Antunes, acusado de agredir fisicamente sua mulher, Maria Joana, que, em detrimento dos ferimentos, acabou falecendo

Autoridades:

Juiz Municipal: Caetano de Sousa Telles Guimarães, Inácio Antônio de Assis Martins, Elias Pinto de Carvalho, Sebastião Pereira da Silva

Subdelegado: José Amâncio Pinto

Escrivão: Caetano Alves Pinto, José Hygino dos Passos, José Felipe Xavier, Antônio Pereira de Paula

Curador: Manoel Marques da Rocha

Local: Arraial de Taquaraçu, Vila do Caeté, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: -

Data final: 05.02.1863

Tamanho: 66 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500805

Palavras-chave: criminal; feminicídio; agressões físicas; cabra; violência contra a mulher.

### **10.12.1862 - 4500357**

Processo-crime contra Valeriano cabra, escravizado da viúva (Rita Cassia Moreira) e herdeiros do finado capitão Antônio Soares Dinis Moreira, acusado de agredir e assassinar o feitor Antônio Martins dos Anjos, resultando na sua condenação à pena de morte

Autoridades:

Juiz Municipal: Caetano de Sousa Teles Guimarães, Inácio Antônio de Assis Martins, Elias Pinto de Carvalho

Subdelegado: José Amâncio Pinto Moreira

Escrivão: Caetano Alves Pinto, José Higino dos Passos, Antônio Ferreira de Paula, Felício Augusto César

Curador: Manoel Marques da Rocha

Local: Arraial do Taquaraçu, Termo da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caeté, Comarca do Rio das Velhas, Corte do Rio de Janeiro, Freguesia de Lagoa Santa, Freguesia de Santa Luzia

Recurso judicial: art. 1º da Lei nº 4, de 10 de junho de 1835

Data final: 21.06.1870

Tamanho: 87 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500357

Palavras-chave: criminal; homicídio de feitor; pena de morte; galés; TRRJ; cabra; leis coibitivas.

### 30.08.1868 - 4500917

Sumário de culpa a respeito das graves ofensas físicas recebidas por Belchior, escravizado da viúva de Manoel José Machado, cujo acusado é João da Mota, escravizado de Elias de Siqueira Queirós

Autoridades:

Juiz Municipal: Elias Pinto de Carvalho, José Amâncio Pinto Moreira

Subdelegado: José Amâncio Pinto Moreira, Francisco Cláudio Ferreira Torres, José Julio Affonso dos Santos Lages, Francisco de Assis Pinto

Escrivão: Caetano Alves Pinto, Francisco Avelino Homem, Antonio Augusto Homem, Elisiário Augusto Soares

Curador: Francisco Avelino Homem, João Evangelista Pinheiro

Local: Arraial de Taquaraçu de Cima, Arraial de Roças Novas, Cidade do Caeté, Comarca do Sabará, Arraial de Jaboticatubas, Cidade de Santa Luzia, Cidade da Itabira do Mato Dentro, Comarca do Sabará

Recurso judicial: art. 14, § 2º, do Código Criminal

Data final: 14.01.1871

Tamanho: 172 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500917

Palavras-chave: criminal; agressão física.

### 19.11.1869 - 4501187

“Traslado do processo crime *ex officio* contra o réu Silvestre escravo, e outro condenado (Manoel Patrício de Magalhães preto forro) pelo Júri da Cidade de Caeté”, acusado do homicídio de seu senhor, José Caetano Pinto, ambos condenados a pena de galés

Autoridades:

Ministro da Justiça: José Martiniano de Alencar

Diretor do Ministério da Justiça: André Augusto de Padua Fleury

Deputado Geral: Diogo de Vasconcellos, J. D. Coelho

Juiz Municipal: José Amâncio Pinto, Elias Pinto de Carvalho, Antônio Borges de Miranda

Subdelegado: João Urias Pereira Bacelete, Silvino Pereira da Fonseca

Escrivão: Caetano Alves Pinto, Joaquim Olimpio Pessoa, Licino Rodrigues Frois, João Evangelista da Silva, Antônio da Silva Mello, José Jerônimo Moreira

Curador: José Quintiliano Rodrigues Cruz, Eugênio Ricardo Varella da Fonseca, Joaquim Luis de Cerqueira, João Evangelista Pinheiro

Local: Arraial de Roças Novas, Cidade do Caeté, Comarca do Sabará, Comarca do Rio



das Velhas, Cidade do Sabará, Comarca do Rio das Velhas, Vila do Curvelo, Cidade do Rio de Janeiro

Recurso judicial: art. 101, § 8º, da Constituição do Império, art. 2º do Decreto nº 2.566, de março de 1860, art. 192 do Código Criminal

Data final: 10.01.1873

Tamanho: 172 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4501187

Palavras-chave: criminal; homicídio de senhor; galés; sentença; coibição.

### **18.06.1870 - 4500992**

“Sentença-crime para cumprimento da pena (de galés) imposta pelo Júri desta Cidade” contra Valeriano cabra, escravizado dos herdeiros do finado capitão Antônio Soares Dinis

Autoridades:

Juiz Municipal: Caetano de Sousa Teles Guimarães, Inácio Antônio de Assis Martins, Elias Pinto de Carvalho

Subdelegado: José Amâncio Pinto

Escrivão: Caetano Alves Pinto, José Hygino dos Passos

Curador: Manoel Marques da Rocha

Local: Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caeté, Comarca do Rio das Velhas, Rio de Janeiro

Recurso judicial: art. 1º da Lei nº 4, de 10 de junho de 1835

Data final: 20.06.1870

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500992

Palavras-chave: criminal; homicídio de feitor; galés; sentença; cabra.

Observação: Esse processo possui relação com o 4500357.

### **13.11.1871 - 4500341**

“Traslado do processo de queixa de Joaquim Moreira Sabino contra Maria das Dores e José, escravo de D. Constança Angélica dos Santos Lima, que vai o próprio processo para apelação do queixoso para o Tribunal da Relação da Corte e Distrito do Rio Janeiro”, referente aos danos causados no rego que conduzia água para o moinho do suplicante

Autoridades:

Desembargador do TRRJ: Luís de Assis Mascarenhas, Francisco Soares Bernardes de Gouvêa

Serventuário do TRRJ: Porfirio Cândido de Assis Araújo

Juiz de Direito: Elias Pinto de Carvalho

Juiz Municipal: Joaquim de Vasconcelos Teixeira da Mota, José Amâncio Pinto Moreira

Subdelegado: Francisco Claudio Ferreira Torres

Escrivão: Caetano Alves Pinto, Manoel Rodrigues Franco, Elisiário Augusto Soares, Antônio Ferreira de Paula, José Antônio de Magalhães e Silva, Silvério Augusto de Lima

Local: Arraial de Taquaraçu, Cidade de Caeté, Comarca do Rio das Velhas, Cidade de Sabará, Comarca de Sabará, Leal e Heroica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Recurso judicial: arts. 228, 230, 239, 254, 301 e 302 do Código Criminal

Data final: 11.11.1872

Tamanho: 153 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500341

Palavras-chave: criminal; danos ao patrimônio; TRRJ; água; propriedade privada.

### **06.05.1876 - 4501050**

“Sentença-crime e passada *ex officio* de Justiça a fazer da mesma contra Gregório crioulo, escravo de José Augusto dos Santos para cumprimento da pena, na forma ao adiante”, acusado de assassinato de Cândida de tal

Autoridades:

Juiz Municipal: Emílio Pereira da Silva Grilo, Frederico Augusto Álvares da Silva

Escrivão: Caetano Alves Pinto

Subdelegado: Antônio d'Oliveira Maya, Francisco Alves dos Santos Júnior

Curador: João Evangelista Pinheiro

Local: Arraial de Jaboticatubas, Cidade do Caeté, Comarca do Rio das Velhas, Arraial de Taquaraçu, Cidade do Caeté, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 5º, § 6º (agravantes), 70, 192 do Código Criminal

Data final: 11.07.1876

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4501050

Palavras-chave: criminal; homicídio; açoites; crioulo; de tal; violência contra a mulher.

### **22.11.1880 - 4500377**

“Autuação a uma portaria do Dr. Juiz Municipal desta Cidade (Caeté), para exame cadavérico na pessoa de Pedro africano”, com suspeita de envenenamento

Autoridades:

Juiz Municipal: Manoel Antônio da Fonseca Melo

Escrivão: Manuel Rodrigues Franco

Local: Cidade do Caeté, Comarca do Rio das Velhas


Recurso judicial: -

Data final: 11.12.1880

Tamanho: 21 páginas

Referência documental: TJMG\_Caeté\_4500377

Palavras-chave: criminal; envenenamento; exumação.



*Comarca de  
Camanducaia*

## 5.13 Comarca de Camanducaia

### 5.13.1 Contexto histórico e administrativo

A colonização da região do Rio Jaguari teve início no século XVIII em decorrência da corrida do ouro, porém, os primeiros assentamentos surgiram após a bandeira vinda da Capitania de São Paulo, cuja rota da expedição passava por imediações próximas. Uma nova divisão entre as capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo começou a ser discutida por seus representantes e pela Coroa, conforme o Assento de Junta de 12 de outubro de 1765. Essa posterior divisão provocou conflitos entre mineiros e paulistas na região do Rio Camanducaia. Nessa altura, “São Paulo ficou sem Governador, por ausência de D. Luiz Mascarenhas, e os Governadores de Minas se quiseram introduzir nas referidas terras, apoderando-se de alguns descobertos de ouro chamados de Santa Anna do Sapucahy, Ouro Fino, e Camanducaia” (Conselho da Fazenda, 1765, p. 219), situação que acirrou a tensão entre as duas capitanias.

Uma das primeiras menções encontradas sobre Camanducaia é o ofício de 15 de abril de 1766, quando José Correia da Silva emitiu um parecer negativo ao governador da Capitania de São Paulo. O documento tratava-se de uma petição de tutela feita por Maria Cesária de Andrade Rosa Valente, natural e moradora em Camanducaia, na capitania de Minas Gerais. Em outra carta, datada de 29 de abril de 1768, Cláudio Furquim de Almeida informa ao governador Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão que, em seu distrito de Camanducaia, foi preso Ignácio Alvez Nantiny, desertor da Praça de Santos. Por essa mesma missiva, temos os primeiros indícios de que nessa época havia atuação judicial em Camanducaia, porém, sob jurisdição da Capitania de São Paulo. Tal fato demonstra que a disputa pela região ainda não estava consolidada pelos mineiros.

As notícias dos achados de ouro em Camanducaia foram atrativas para famílias que outrora moravam em Jaquary (atual Jaguariúna), uma vez que, na missiva datada de 28 de julho de 1770, por José Leme da Silva a Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, então governador da Capitania de São Paulo, é informado sobre esse processo de mudança. Isto é, a busca por riquezas sempre foi um agente motivador das migrações de indivíduos pelo território. A respeito do topônimo de origem Tupi, não há consenso sobre o significado do termo “Camanducaia”. Na perspectiva de Daniel de Carvalho, o vocábulo significa feijão cru; Carl von Martius traduz como feijão sadio; para Silva Pontes, “fava picante ao paladar”; e Francisco Freire Alemão, “queimada para caçar” (Carvalho *apud* Barbosa, 1971, p. 96).

O crescente interesse dos mineiros pela região de Camanducaia continuou crescendo, ao ponto de resultar em conflitos. Na carta do coronel Francisco Pinto Rego ao governador de São Paulo, em 30 de outubro de 1771, é informado sobre sua partida da Vila de Jaguary para conter os avanços das tropas mineiras pelo Rio Camanducaia. Tal situação aponta que a tensão entre paulistas e mineiros continuava existindo mesmo

após a Guerra dos Emboabas (1708-1709), em grande parte, ao direito de exploração das jazidas auríferas, sendo assim um testemunho de que a configuração atual do estado de Minas Gerais é o fruto de conflitos e negociações que aconteceram desde o período colonial. Em 1775, a capela do Arraial do Camanducaia foi elevada à condição de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Camanducaia, sob jurisdição da Comarca do Rio das Mortes.

No século XIX, a freguesia foi incorporada ao Município de Pouso Alegre pelo Decreto de 13 de outubro de 1831. A situação gerou insatisfação entre a população, que, em 1833, inflamada pela Sedição Militar (conhecida como Revolta do Ano da Fumaça), ocorrida naquele ano, demandou soluções a fim de controlar a arbitrariedade dos juizes de Pouso Alegre. Na ocasião, foram alegadas incompetência e demora da Câmara Municipal em atender as demandas dos moradores, ocasionando o movimento pela elevação à vila. Como consequência, em 7 de setembro de 1833, o arraial se autoproclamou Vila Carolina, independente de Pouso Alegre.

A notícia não foi bem aceita pelo Estado Imperial, que passava por várias revoltas em suas províncias, dado o enfraquecimento do poder monárquico, que, à época, era comandado por regentes. Entretanto, tal situação foi suprimida, conforme noticiou o jornal *O sete d'abril*, que

Pouso Alegre deve vestir-se de luto e todos os seus arredores, sem excetuar Camanducaia, perseguido por duvidar da onipotência do intrigante mór de Pouso Alegre [...] os habitantes de Camanducaia tem sido processados, presos, condenados e desterrados, porque não tem a devida condescendência com os Decretos de Pouso Alegre, e até porque tem procurado sacudir o jugo daquela Vila, porque, em verdade, insuportável é a administração da Justiça, a Municipal (Cajueiro, 1835, p. 4).

O governo imperial deu fim à Vila Carolina, que retornou à denominação de Camanducaia. A instabilidade na relação entre o povoado e o município de Pouso Alegre permaneceu durante os anos seguintes até que, pela Lei nº 171, de 23 de março de 1840, Camanducaia foi finalmente elevada à vila, sob a denominação de Vila do Jaguari, incorporada à Comarca de Sapucaí quando instalada em 3 de maio de 1842.

Em 1855, a Comarca do Jaguari (futuramente denominada de Camanducaia) foi criada, composta por Jaguari, Itajubá, Pouso Alegre e pelo termo de São José do Paraíso. Em 1868, a Vila foi elevada à condição de cidade e acrescentou-se brevemente o Termo de Caldas assim como o de Ouro Fino. Em 1876, alterou-se a denominação da Comarca para Rio Jaguari, desmembrando o termo de Itajubá. A Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870, criou a Comarca de Cabo Verde, transferindo-lhe o termo de Caldas e incorporando o de Ouro Fino para a Comarca do Jaguari. Posteriormente, o termo de Ouro Fino foi suprimido junto da vila pela Lei nº 1.997, de 14 de novembro de 1873,

revogando a Lei nº 1.740, de 8 de outubro de 1870. Em 1876, a Lei nº 2.273, de 8 de julho, alterou a denominação da comarca para Rio Jaguari e criou a Comarca do Itajubá, desmembrando o termo de mesmo nome da comarca.

Na última década do Império do Brasil, a Lei nº 2.683, de 30 de novembro de 1880, criou a Comarca do Paraíso, composta pelos termos de São José do Paraíso e Jaguari. Na década seguinte, o termo do Jaguari foi transferido da Comarca do Paraíso para a de Cambuí, criada em 1880. Durante a reforma do sistema judiciário feita pela Nova República, a Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, transferiu novamente o termo do Jaguari, dessa vez retornando para a comarca de mesmo nome.

Em 1915, Santa Rita da Extrema foi incluída à Comarca de Jaguari, decisão revogada quando o Termo de Extrema foi anexado ao de Camanducaia, que, desde 1930, passou a usar a sua antiga denominação. Em 1948, foi acrescentado o Município de Munhoz. Até os anos de 1970, a Comarca era composta por: Camanducaia, Itapeva, Extrema e Toledo (os dois últimos mantidos por apenas cinco anos), situação que se mantém inalterada até os dias atuais (Martins; Soares, 2016).

### 5.13.2 Documentos cíveis

#### 14.02.1859 - 87801582

“Auto de arrematação da escrava Benedita crioula, para pagamento das dívidas do casal da finada Maria do Carmo e Silva” por Francisco Antônio Pinto

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Evaristo Ferreira da Veiga

Escrivão: Manoel Carlos de Carvalho

Local: Vila do Jaguari

Recurso judicial: –

Data final: 10.05.1859

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801582

Palavras-chave: cível; arrematação; dívidas; crioula.

#### 16.02.1859- 87801357

“Auto de arrematação do escravo Lourenço” usado para pagamento da dívida de Maria

Lopes da Costa com Francisco Rodrigues Barbosa por seu procurador Antônio de Almeida Gouveia Prata

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Policarpo Rodrigues da Silveira, Felizardo Pinheiro de Campos Muller

Escrivão de órfãos: Manoel Carlos de Carvalho, Luiz Carlos de Carvalho  
Curador da suplicante: Elias Carlos de Carvalho  
Local: Vila do Jaguari  
Recurso judicial: -  
Data final: 28.06.1864  
Tamanho: 43 páginas  
Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801357

Palavras-chave: cível; arrematação de escravizado.

Observação: O escravizado foi arrematado por Rafael Mariano de Oliveira pela quantia de quinhentos e sessenta e dois mil réis.

### **07.05.1861 - 87801580**

“Auto de arrematação da escrava Benedicta pertencente aos herdeiros do finado Manoel César de Oliveira”, avaliada em um conto duzentos e cinquenta mil reis por João Bueno de Moraes

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: José Antônio Alves, Policarpo Rodrigues da Silveira  
Escrivão: Manoel Carlos de Carvalho  
Local: Vila do Jaguari  
Recurso judicial: -  
Data final: 25.06.1861  
Tamanho: 9 páginas  
Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801580

Palavras-chave: cível; arrematação; herança; divisão; avaliação.

### **13.05.1861- 87800958**

“Autos de arrematação do escravo Francisco pertencente ao evento, a requerimento de Antônio de Almeida Gouvea Prata”, fugido há sete anos e preso em outubro de 1860 — durante a ação, Manoel Joaquim da Silva alega ser proprietário do escravizado de nação benguela

Autoridades:

Juiz Municipal: Policarpo Rodrigues da Silveira, Felizardo Pinheiro de Campos Muller  
Escrivão: Carlos Celestino de Carvalho e Mello, João Carneiro de Moraes Ribas, Antônio José da Cunha  
Local: Vila do Jaguari, Comarca de Jaguari, Distrito de Varginha, Cidade de Três

Pontas, Comarca do Rio Verde

Recurso judicial: -

Data final: 10.07.1867

Tamanho: 65 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87800958

Palavras-chave: cível; arrematação; fuga; nação; benguela; bens de evento.

### **05.08.1861 - 87805737**

“Arrematação do escravo fugido José Cambinda a requerimento de José Bernardo de Oliveira Borges”, que encontra-se há quase um ano na cadeia de Jaguari, sendo assim, bens de evento — o requerente solicita a venda em hasta pública

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Policarpo Rodrigues da Silveira

Escrivão: José Bento Pereira Cardozo, Carlos Celestino de Carvalho e Mello

Local: Vila de Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 13.12.1861

Tamanho: 42 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87805737

Palavras-chave: cível; arrematação; bens de evento; fuga de escravizado; hasta pública; Cambinda.

### **18.10.1866 - 87801578**

“Autos cíveis” movido por D. Maria Umbelina de Almeida solicitando licença para a venda da escravizada Balbina, no intuito de pagar as dívidas do finado Francisco Antônio de Almeida Barroso, sendo a escravizada avaliada em um conto duzentos mil réis

Autoridades:

Juiz dos Órfãos substituto: Bento Gomes de Escobar

Escrivão: Luis Carlos de Carvalho

Local: Vila do Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 29.10.1866

Tamanho: 9 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801578

Palavras-chave: cível; dívidas; avaliação; quitação.

#### **04.05.1869- 87801047**

“Auto de depósito” movido por Joaquim Gonçalves dos Santos, fabriqueiro da Igreja Matriz, em razão da doação de escravizados feita por D. Rita Maria do Espírito Santo, em seu testamento, para a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Cidade do Jaguari, sendo eles: João Francisco e Antônio de Sá, depositados em poder do capitão João Cândido Ferreira

Autoridades:

Juiz Municipal e Provedor de Capelas: João Cândido Ferreira

Escrivão e Tabelião: João Carneiro de Moraes Ribas

Local: Cidade do Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 10.03.1870

Tamanho: 28 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801047

Palavras-chave: cível; escravizados da Igreja; depósito; testamento.

#### **24.07.1869- 87801579**

“Autos de arrematação do escravo Joaquim a requerimento de João Carneiro de Moraes Ribas” que foi arrolado no inventário do finado Francisco José de Paula, avaliado em duzentos e cinquenta mil réis

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Maximiano Augusto de Barros Cobra

Escrivão: Luis Carlos de Carvalho

Local: Cidade de Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 10.09.1869

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801579

Palavras-chave: cível; arrematação; inventário; herança.

#### **15.06.1875 - 87803906**

“Libelo cível em ação de escravidão” de João Paulo Lima, representado pelo curador Rafael Mariano de Oliveira Ribas, em decorrência das alegações de João Pedro Celestino e Joaquim Francisco Barbosa, que teriam herdado o escravizado de sua finada mãe, Leonor Maria de Oliveira, porém, os requerentes não matricularam o escravizado conforme previsto no Decreto nº 4.835, de 1 de abril de 1871

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim de Lima Miranda Couto, João Luiz d’Avelar

Escrivão: João Carneiro de Moraes Ribas

Curador: Rafael Mariano de Oliveira Ribas

Local: Cidade do Jaguari

Recurso judicial: art. 19, § 1º e § 2º, do Decreto nº 4.835, de 1º de abril de 1871

Data final: 10/09/1877

Tamanho: 94 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87803906

Palavras-chave: cível; ação de escravidão; escravização; herança; ausência de matrícula

### **20.05.1876 - 87800245**

Libelo cível em ação de escravidão movida por D. Vitoriana Maria de Almeida, viúva de Manoel Pereira da Fonseca, em nome de seus filhos e genros contra os escravizados: Francisco, Ignácio, Flora e suas filhas Sebastiana e Januária, representados pelo seu curador Manoel Claudino da Silva, no intuito de contestar as respectivas liberdades

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim de Lima Miranda Couto

Escrivão: João Carneiro de Moraes Ribas, Francisco Xavier de Salles

Curador: Manoel Claudino da Silva

Local: Cidade e Comarca do Jaguari

Recurso judicial: art. 19, § 1º, § 2º, do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 87, § 2º, do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 20.10.1877

Tamanho: 68 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87800245

Palavras-chave: cível; ação de escravidão; libelo; matrícula.

### **19.08.1876 - 87801268**

“Justificação” movida por Agostinho africano, representado pelo curador e advogado José Rodrigues Froes de Ornelas, com autorização de um dos herdeiros do seu falecido senhor, Manoel de Moraes Barbosa, no intuito de provar que foi importado depois da Lei de 7 de novembro de 1831

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim da Lima de Miranda Couto

Escrivão: João Carneiro de Moraes Ribas

Local: Cidade do Jaguari

Recurso judicial: art. 1º da Lei 7 de novembro de 1831

Data final: 13.09.1876

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801268

Palavras-chave: cível; Lei Feijó; alforria; leis abolicionistas; africano; ação de liberdade.

### **02.07.1877- 87806497**

“Autos de arrematação do escravo Caetano a requerimento de Maria Luiza Pereira”, como tutora de seus filhos José e Orestes, requerendo avaliação e autorização para vender o escravizado, uma vez que ele “se acha em idade avançada de mais de 50 anos, vale muito menos de quando foi inventariado”

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Joaquim de Lima Miranda Couto, Rafael Mariano de Oliveira Ribas

Escrivão: Luis Carlos de Carvalho, Antônio Ernesto de Souza

Curador: Rodolpho de Almeida Gouvêa Prata

Local: Cidade de Jaguari, freguesia do Cambuí

Recurso judicial: -

Data final: 07.11.1880

Tamanho: 38 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87806497

Palavras-chave: cível; arrematação; herança; avaliação.

### **19.09.1877 - 87804312**

“Autos de arrematação dos escravos Adão e Joana”, escravizados de Joaquim de Oliveira Sobrinho e outros herdeiros, em grau de apelação ao Tribunal da Relação de Ouro Preto

Autoridades:

Desembargador do TROP: Luiz Gonzaga de Brito Guerra, João da Silva Guimarães, Bandeira Duarte

Escrivão do TROP: Henrique Edmundo Renault

Juiz dos Órfãos: Joaquim de Lima Miranda Couto

Escrivão: Luis Carlos de Carvalho, Antonio de Almeida Gouvea Prata, Francisco Cândido de Brito Lambert

Depositário: Luiz Carlos de Carvalho

Local: Cidade de Jaguari, Termo de Jaguari, Freguesia de Cambuí, Imperial Cidade de Ouro Preto, Comarca de Ouro Preto

Recurso judicial: -

Data final: 26.10.1884

Tamanho: 123 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87804312

Palavras-chave: cível; TROP; arrematação; herança; divisão.

### **23.11.1881 - 87805345**

Petição de D. Mariana Emilia da Silva requisitando o recebimento da quantia de cem mil réis e seus juros que a mesma depositou no Cofre de Órfãos, em auxílio ao fundo de emancipação, em favor do escravizado José

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Antônio Almeida Gouvea Prata

Local: Cidade do Jaguari

Recurso judicial: Lei nº 231, de 13 de novembro de 1841

Data final: 20.01.1888

Tamanho: 5 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87805345

Palavras-chave: cível; pecúlio; fundo de emancipação; ação de liberdade.

### **13.12.1883 - 87802484**

Inventário judicial de Antônio africano, liberto, escravizado que foi do finado Jerônimo Soares Gomes, pelo inventariante João Ribeiro da Costa

Autoridades:

Juiz Municipal: José Tavares da Cunha Mello

Juiz Procurador: Francisco José Lourenço

Escrivão: João Carneiro de Moraes Ribas

Local: Cidade de Jaguari;

Recurso judicial: -

Data final: 04.08.1885

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87802484

Palavras-chave: cível; inventário; africano; liberto; bens.

### **10.05.1884 - 87801590**

Ação de liberdade de Lúcio, escravizado do falecido capitão José Dias de Moraes Lemos, representado pelo advogado Bento Gomes d'Escobar, alegando não possuir matrícula, desse modo, é liberto em virtude do Regimento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Autoridades:

Juiz de Direito: José Tavares da Cunha Mello

Escrivão: João Carneiro de Moraes Ribas, Joaquim Marianno Campos do Amaral,

Local: Cidade de Jaguari

Recurso judicial: art. 2º, § 87, do Regimento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 12.11.1884

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801590

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; ausência; matrícula.

### **02.07.1885 - 87805192**

“Alvará de levantamento de dinheiro da Coletoria” — Luiz Teixeira, escravizado de Eleodora Maria da Silva (espólio de Maria Victória da Silva), por meio do advogado Francisco de Escobar, que entrou com a quantia de cinquenta mil réis para o fundo de emancipação e requer o repasse do dito alvará e juros, utilizando meios próprios e não pelo fundo de emancipação, mas por liberdade particular

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Antônio de Almeida Gouvea Prata, (Estelita) Severiano de Toledo Ribas Junior

Local: Cidade do Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 21.10.1887

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87805192

Palavras-chave: cível; fundo de emancipação; pecúlio; alvará.

### **27.09.1886 - 87801591**

“Auto de acordo sobre o valor do escravo Bernardo” pertencente a Francisco Silverio Pereira Simões para ser liberto pelo fundo de emancipação

Autoridades:

Juiz Municipal: José Moreira Brandão Castello Branco Filho

Escrivão: João Carneiro de Moraes Ribas

Local: Freguesia de Cambuí, Cidade e Termo do Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 16.12.1886

Tamanho: 5 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801591

Palavras-chave: cível; fundo de emancipação; avaliação; alforria.

### 24.02.1887 - 87801040

“Depósito dos escravos Eva e Benedito” — em razão da ação movida por Camila, africana, a fim de provar por meio de documentos ser livre, assim como os seus filhos Eva e Benedito, que estavam em poder dos herdeiros de Francisco José da Silva, uma vez que tanto Camila e Clemente (falecido), pais dos escravizados, foram importados para o Brasil após a Lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o tráfico de africanos

Autoridades:

Juiz Municipal: José de Moreira Brandão Castelo Branco Filho

Escrivão: João Carneiro Moraes Ribas, Estelito Severiano de Toledo Ribas Junior

Curador: Benjamim Guilherme de Macedo

Depositário: Higino de Oliveira

Local: Cidade de Jaguari, Freguesia de Cambuí

Recurso judicial: Lei de 7 de novembro de 1831

Data final: 12.05.1887

Tamanho: 34 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801040

Palavras-chave: cível; Lei Feijó; depósito de escravizados; africana.

### 5.13.3 Documentos criminais

#### 11.02.1842 - 87806754

“Autos crimes que a *ex officio* mandou proceder o Juiz de Paz, Aureliano Furquim de Almeida, pela existência de quatro (bestas), e três escravos em poder de Joaquim Rodrigues Nunes” cuja procedência é de suspeita de roubo

Autoridades:

Juiz de Paz: Aureliano Furquim de Almeida, Joaquim de Araújo Ramos

Escrivão: Januário Antônio Carneiro

Local: Distrito de Camanducaia, Vila de Pouso Alegre, Comarca de Sapucaí  
Recurso judicial: arts. 116, 257, 269 do Código Criminal  
Data final: 24.05.1848  
Tamanho: 30 páginas  
Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87806754

Palavras-chave: criminal; furto.

### **26.09.1842 - 87806605**

“Autos-crimes sobre a morte e ferimento feito em Joaquim Lopes do Prado e outros”, cujo acusado é Simão, escravizado de Luís Gonzaga Vilaça, posteriormente, condenado à morte em consonância com o art. 192 do Código Criminal

Autoridades:

Desembargador do TRRJ: Antônio Rodrigues Fernandes Braga  
Juiz de Direito: José Inocêncio de Campos, José Bernardo de Loyolla  
Juiz Municipal: José Ferreira Goyos de Mello  
Subdelegado: Antônio Teixeira Goyos  
Escrivão: João Batista de Alcântara, José Alves Barroso, Carlos Celestino de Carvalho Mello, Carlos José de Paiva  
Local: Vila de Jaguari, Comarca do Sapucaí  
Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 5º, § 14 (agravante), 192 do Código Criminal  
Data final: 05.02.1848  
Tamanho: 79 páginas  
Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87806605

Palavras-chave: criminal; galés; crioulo; pena de morte.

### **09.10.1843 - 87806758**

Autos-crimes contra Simão, escravizado de Luiz Gonzaga Vilaça, acusado de evadir da prisão da Vila de Jaguari e ferir o comandante da guarda da cadeia, Wadislau Pereira de Carvalho com um canivete

Autoridades:

Juiz Municipal: -  
Delegado: José Ferreira Goyos Mello  
Escrivão: Carlos Celestino de Carvalho Mello, Antônio de Almeida Gouveia  
Local: Vila de Jaguari, Comarca do Sapucaí  
Recurso judicial: -  
Data final: 09.10.1843

Tamanho: 5 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87806758

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; agressão física; arma branca.

Observação: Relacionado aos processos 87802038 e 87806605.

### **13.06.1844 - 87803283**

Processo-crime a respeito do arrombamento e fuga de presos da cadeia da Vila de Passos, sendo eles: José da Bomba Francisco Campinas, João Ribeiro e Simão, escravizado de Luiz Gonzaga Vilaça, a ação discorre sobre os principais suspeitos de tal ato, incluindo o comandante Sebastião José Pereira

Autoridades:

Juiz de Direito substituto: Antônio Almir Barreto

Juiz Municipal: José Ferreira Goyos e Mello

Delegado: Aureliano Furquim de Almeida

Escrivão: Carlos Celestino de Carvalho Mello

Local: Vila de Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 125 e 126 do Código Criminal

Data final: 12.10.1844

Tamanho: 93 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87803283

Palavras-chave: criminal; fuga de presos; motim.

### **27.10.1845 - 87802993**

“Autos-crimes” de Luiz crioulo, escravizado de Jacinto José Pereira Fonseca, acusado pelo crime de agressão a João da Silva, representado pelo curador nomeado Martinho Vieira Silva

Autoridades:

Juiz de Direito interino: Aureliano Furquim de Almeida

Juiz Municipal: Manoel Gomes Guimarães

Subdelegado: José Marques de Souza Gouveia, Antônio José da Silva Areias

Escrivão: Carlos Celestino de Campo Mello, Vicente Marques de Oliveira

Local: Vila de Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 137, 204 do Código Criminal

Data final: 25.05.1848

Tamanho: 38 páginas

Referência documental: TJMG\_\_Camanducaia\_87802993

Palavras-chave: criminal; crioulo; absolvido; violências físicas; autodefesa.

**05.09.1846 - 87802981**

Processo-crime contra Joaquim de nação, escravizado de Clara de Souza (Clara de tal) acusado pelo homicídio de Furtuozo José da Silva

Autoridades:

Juiz Municipal: Vicente Bueno da Costa, Manoel Ferreira de Carvalho

Subdelegado: Manoel Theodoro da Silveira Franco, Francisco Ribeiro de Sá, Antônio José da Silva Areias

Escrivão: João de Oliveira Campos, Raphael Mariano de Oliveira Ribas, Carlos Celestino de Carvalho e Mello

Local: Vila do Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: art. 192 do Código Criminal

Data final: 15.09.1872

Tamanho: 97 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87802981

Palavras-chave: criminal; condenado; nação; africano; de tal.

**09.03.1847 - 87803443**

“Autos de corpo de delito feito na pessoa de Agostinho, escravo de Bernardo Joaquim da Silva Guimarães” que faleceu após ser ferido por um tiro disparado por José, escravizado de Antônio Felisberto Nogueira, de onze anos, que brincava com uma pistola; o menor foi recolhido a cadeia por cinco dias

Autoridades:

Juiz de Direito: Julião Florencio Mayer

Juiz Municipal: Vicente Bueno da Costa

Subdelegado: Claudino José Pereira, Manoel Theodoro da Silveira Franco

Escrivão: João de Oliveira Campos, Carlos Celestino de Carvalho e Mello

Local: Vila do Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 25.03.1847

Tamanho: 34 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87803443

Palavras-chave: criminal; homicídio doloso; crioulo; menor.

### **05.03.1847 - 87802989**

Autos-crimes movido por Bárbara de Paula de Oliveira contra José Francisco de Paula acusada pelo furto do escravizado Ignácio crioulo

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocêncio de Campos

Juiz Municipal: Manoel Gomes Guimarães, Francisco Ribeiro de Sá

Subdelegado: Antonio Joze da Silva [Areias]

Escrivão: Vicente Marques de Oliveira, Carlos Celestino de Carvalho e Mello

Local: Distrito de Cambuí, Termo e Vila do Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 257, 269 do Código Criminal

Data final: 24.08.1850

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87802989

Palavras-chave: criminal; furto de escravizado; crioulo.

### **31.08.1847 - 87803444**

Processo-crime movido por Joaquim Luciano da Silva a respeito dos ferimentos causados por Felício, escravizado de João Francisco de Almeida, condenado pelo Júri a duzentos açoites

Autoridades:

Juiz Municipal: Manoel Gomes Guimarães

Subdelegado: Francisco Ribeiro de Sá

Escrivão: João de Oliveira Campos, Carlos Celestino de Carvalho e Mello

Local: Vila de Jaguari, Comarca do Sapucaí, Vila de Santa Rita

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 9º (agravantes), § 34, 205, 222, 236, 237 do Código Criminal

Data final: 21.10.1850

Tamanho: 95 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87803444

Palavras-chave: criminal; açoites; arma branca; agressão física; tentativa de homicídio.

### **04.10.1847 - 87806678**

“Autos-crimes” contra Antônio Rodrigues de Mattos, acusado de vender Francisco liberto, mulato, ex-escravizado de José Joaquim de Moraes; a denúncia ocorreu por meio de uma carta anônima e por falta de provas não foi condenado

Autoridades:

Juiz Municipal e Delegado: Manoel Gomes Guimarães

Juiz Municipal: Joaquim Floriano de Araújo Cintra

Escrivão: Antônio Honório de Souza Macedo

Local: Vila do Jaguari, Distrito de Cambuí, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: -

Data final: 06.05.1848

Tamanho: 49 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87806678

Palavras-chave: criminal; ex-escravizado; menor; denúncia; liberto; mulato.

### **31.07.1848 - 87802038**

“Processo-crime sobre o roubo de escravos em que a Justiça é autora”: Joaquim Francisco, Bernardino de Souza, Januário José Franco e Germano José Francisco foram acusados pelo furto do escravizado Manoel, pertencente a João Luís; que foi vendido para João Lourenço pela quantia de seiscentos mil reis

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocêncio de Campos

Juiz Municipal: Maximiano Augusto de Barros Cabra

Subdelegado: Francisco Ribeiro de Sá

Escrivão: João de Oliveira Campos, Carlos Celestino de Carvalho e Mello, João Carneiro de Moraes Ribas

Local: Vila do Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 97, 98, 269 do Código do Criminal, Decreto nº 138, de 15 de outubro de 1837

Data final: 30.07.1870

Tamanho: 228 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87802038

Palavras-chave: criminal; pena de galés; furto de escravizado.

Observação: O réu Francisco Bernardino foi condenado à pena máxima do art. 269 do Código Criminal (oito anos de galés), após a apelação. sua pena foi reduzida a um ano, cumprida em Ouro Preto. Joaquim Francisco foi absolvido e os demais não foram julgados por terem evadido da cadeia.

### **26.09.1848 - 87802042**

“Processo-crime por ferimentos em que a Justiça é autora” contra Vicente Lopes de

Souza a respeito das agressões físicas a Manoel, escravizado de D. Rita Maria do Espírito Santo, condenado a um mês de prisão e pagamento de multa

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocêncio de [Campos]

Juiz Municipal: Manoel Gomes Guimarães

Subdelegado: Francisco Ribeiro de Sá

Escrivão: João de Oliveira Campos, Carlos Augusto Celestino de Carvalho e Mello

Local: Vila de Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: art. 201 do Código Criminal

Data final: 24.12.1849

Tamanho: 65 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87802042

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; violência.

### **27.05.1849 - 87802974**

“Autos-crimes” de João Corrêa de Oliveira, esfaqueado por Batista José de Lorena — no processo revela-se que Bernardino José de Lorena e seu filho, Batista José de Lorena, estavam envolvidos no roubo de escravizados, fato que resultou na prisão dos mesmos

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Delegado: José Ferreira Goyas e Mello, Antônio Felisberto Nogueira

Escrivão: Carlos Celestino de Carvalho e Mello, Joaquim Roberto Alves

Local: Vila do Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: art. 269 do Código Criminal, Decreto nº 138, de 15 de outubro de 1837

Data final: 02.03.1850

Tamanho: 144 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87802974

Palavras-chave: criminal; furto; agressão.

### **02.06.1855 - 87804456**

“Autos-crimes” movido por Prudente Pires Monteiro em razão do furto de seus escravizados, José “pedreiro” e Joaquim, sendo os acusados: Bernardo José da Lorena e Batista José de Lorena

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: Antônio Gomes Pinto Pedroso

Escrivão: Joaquim Zeferino Ferreira, Luiz (Gonzaga) de Faria, Carlos Celestino de Carvalho Mello, Policarpo Caetano Gomes da Faria, Ignacio Gomes, João Batista Borges, Luiz Gonzaga de Faria, Francisco Pereira da Costas Rodrigues

Delegado de Polícia: João Cândido Ferreira

Subdelegado: Manoel Francisco do Espírito Santo, Cesarino Ferreira de Almeida, José Monteiro de Britto, João Constantino de Oliveira

Local: Vila do Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: art. 269 do Código Criminal

Data final: 01.06.1861

Tamanho: 162 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87804456

Palavras-chave: criminal; furto de escravizados; tráfico; crime organizado.

### **23.04.1857 - 87804457**

Sumário-culpa contra Francisco, escravizado de D. Maria Bernardina de Jesus, acusado pelas agressões físicas graves a João, escravizado de Antonio Manoel Lopes

Autoridades:

Juiz de Direito: Antonio Candido da Rocha

Juiz Municipal: Policarpo Rodrigues da Silveira

Juiz de Paz: Bento Gomes de Escobar

Subdelegado: Cesário Ferreira de Almeida

Escrivão: Joaquim Zeferino Ferreira, João Baptista de Braga

Curador: Antônio de Almeida Gouvêa

Local: Vila do Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 6º e § 12 (agravantes), 205 do Código Criminal

Data final: 01.06.1861

Tamanho: 116 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87804457

Palavras-chave: criminal; agressões física.

### **30.09.1858 - 87804451**

Processo-crime contra Antônio, escravizado de Jeremias José de Farias, acusado pelas agressões físicas a Getúlio, escravizado de Antônio José Alves, o réu foi condenado e preso

Autoridades:

Juiz Municipal: Policarpo Rodrigues da Silveira

Subdelegado: Cezarino Ferreira de Almeida

Escrivão: Carlos Celestino de Carvalho Mello, João Baptista Borges, Policarpo Caetano Gomes de Faria, José Luiz de Vasconcellos, Joaquim Zeferino Ferreira, Antônio Marques Figueiredo, Luiz Rodrigues de Miranda

Curador: Antônio de Almeida Gomes

Local: Vila de Jaguari, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: art. 194 do Código Criminal

Data final: 01.06.1864

Tamanho: 106 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87804451

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; rixa.

### **25.11.1858 - 87804454**

Sumário-culpa contra Maria Custódia, vulgarmente conhecida como “Maria grande” ou “Maria crioula”, mulher de Adão, escravizado de D. Clara, viúva de José Vieira da Silva, acusada pelas ofensas físicas a Ana Manoela

Autoridades:

Juiz Municipal: Policarpo Rodrigues da Silveira

Delegado: João Cândido Ferreira

Subdelegado: Cesário Ferreira de Almeida

Escrivão: João Batista Borges, Carlos Celestino de Carvalho Mello, Joaquim Zeferino Ferreira, Policarpo Caetano Gomes de Faria, Luiz Rodrigues de Miranda, Antonio Marques Figueiredo

Local: Vila do Jaguari

Recurso judicial: art. 201 do Código Criminal

Data final: 16.04.1861

Tamanho: 85 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87804454

Palavras-chave: criminal; agressão; crioula; pejorativo.

### **21.04.1860 - 87801688**

“Sentença-crime para a execução da pena imposta ao réu condenado Floriano, escravo (que foi) de José Alves da Aparecida” e pertencente a Francisco Antonio Pinto, em grau de apelação ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, condenado pelo crime de agressão física com arma branca a Ignácio Alves de Almeida, durante a “limpa do milho”

Autoridades:

Desembargador do TRRJ: Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, Francisco Queirós Coutinho Matoso da Câmara

Escrivão do TRRJ: Porfírio Cândido de Assis Araújo

Juiz Municipal: Policarpo Rodrigues da Silveira

Escrivão: Carlos Celestino e Mello, Porfírio Cândido de Assis Araujo

Local: Vila do Jaguari

Recurso judicial: arts. 16, § 2º (agravante), 201, 207 do Código Criminal

Data final: 09.01.1861

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801688

Palavras-chave: criminal; TRRJ; sentença; agressão física; arma branca; apelação.

### **18.09.1867- 87800834**

Petição movida por Amaro Rodrigues da Silva a respeito de seu escravizado José de nação ou José Congo, de idade entre cinquenta a setenta anos, que fugiu da sua residência e foi preso na cadeia da Vila do Jaguari

Autoridades:

Juiz Municipal: Américo Brasiliense de Almeida Mello

Delegado: José Gomes Pinto Pedroso

Subdelegado: Francisco de Paula Xavier de Toledo

Escrivão: João Carneiro de Moraes Ribas, Francisco Luis de Abreu Medeiros

Local: Vila e Comarca do Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 18.09.1867

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87800834

Palavras-chave: criminal; Congo; fuga; nação.

### **03.12.1867 - 87802604**

Denúncia-crime movida por José Inocêncio de Godoi, morador da Cidade de Campinas, Província de São Paulo, relatando ao procurador Joaquim Ortiz de Camargo a fuga do escravizado Eduardo crioulo, encontrado na Freguesia de Cambuí

Autoridades:

Juiz Municipal: Floriano de Camargo Campos

Delegado: Antônio Henrique de Araújo Cintra, José Gomes Pinto Pedroso, José Rodrigues (F.), João Baptista Roiz da Silva Junior

Escrivão: João Carneiro de Moraes Ribas, José Henrique de Pontes, José Manoel de Cerqueira Cezar, Francisco de Paula Fernandes São Thiago, José Rodrigues Ferraz do Amaral

Local: Freguesia de Cambuí, Vila e Comarca de Jaguari, Cidade de Campinas, Província de São Paulo

Recurso judicial: -

Data final: 05.02.1868

Tamanho: 45 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87802604

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; entre províncias; resistência.

Observação: O escravizado relata ter fugido com Miguel, escravizado de D. Jacinta Angélica de Moraes.

### **30/09/1868 - 87800829**

“Auto de corpo de delito *ex officio* feito no escravo (Adão) do Capitão João (Theodoro da Silveira) de Noronha, encontrado morto, cujo réu não foi identificado

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Delegado: José Rodrigues Fróes de Ornelas

Escrivão: João de Carneiro de Moraes Ribas

Local: Cidade do Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 10.07.1869

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87800829

Palavras-chave: criminal; corpo de delito; homicídio; citação.

### **04.10.1870 - 87801020**

“Auto de corpo de delito que se procedeu no cadáver do preto Antônio, escravo de José Manuel” — o Oficial de Justiça, Joaquim Antônio da Silva, réu, confessou que o crime foi cometido por autodefesa, uma vez que ao cumprir o mandado de prisão de Antônio, este evadiu da cadeia da Cidade e resistiu a intimação, ameaçando-o com uma espingarda

Autoridades:

Juiz Municipal: Manoel Ferreira de Carvalho

Delegado: José Rodrigues Fróes de Ornellas, Elias Carlos de Carvalho

Subdelegado: Joaquim Quintino da Fonseca

Escrivão: Francisco Xavier Salles, João Carneiro de Moraes Ribas

Local: Cidade do Jaguari, Freguesia de Cambuí

Recurso judicial: arts. 118, 182, 193 do Código Criminal

Data final: 06.06.1871

Tamanho: 72 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801020

Palavras-chave: criminal; evasão de escravizado; homicídio; autodefesa; preto; repressão institucional.

### **01.12.1872 - 87806036**

Auto de corpo de delito a respeito dos ferimentos de Ventura, escravizado de D. Claudiana Zeferina da Silveira

Autoridades:

Juiz Municipal: José Rodrigues Froes de Ornellas

Juiz de Paz: João Corrêa Machado

Escrivão: Francisco Paes de Brito, Carlos Celestino de Carvalho Mello

Local: Cidade de Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 30.09.1873

Tamanho: 9 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87806036

Palavras-chave: criminal; corpo de delito; agressões.

### **01.01.1873 - 87801014**

“Auto de corpo de delito e de perguntas feito no ofendido Firmino Antonio da Silva, filho de José da Silva de Oliveira”, sendo os acusados: Albino e João mulato, escravizados de Antônio José Rodrigues

Autoridades:

Juiz Municipal: José Rodrigues Fróes de Ornellas, Idelfonso de Assis Pinto, Antônio Ferreira Goyos

Subdelegado: Antonio Januario do Rego Dantas

Escrivão: João Carneiro de Moraes Ribas, Policarpo Caetano de Faria

Local: Cidade de Jaguari, Comarca do Sapucaí, Freguesia de São José de Toledo, Termo



e Comarca de Jaguari

Recurso judicial: -

Data final: 04.02.1875

Tamanho: 50 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87801014

Palavras-chave: criminal; agressão física; mulato; corpo de delito.

#### **04.05.1876 - 87806288**

Processo-crime contra José Romano, escravizado do tenente Felix Evangelista da

Silveira Noronha, acusado pelas agressões físicas graves a Antônio de Camargos, feitor de Félix Evangelista da Silveira Noronha

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim de Luna Miranda Couto, Eduardo José de Moura

Delegado: Joaquim Zeferino Ferreira

Escrivão: Lourenço Antônio da Fonseca, João Carneiro de Moraes Ribas, Joaquim Pereira Sanches Galeão, Carlos Celestino de Carvalho e Mello

Local: Cidade e Termo do Jaguari

Recurso judicial: art. 1º da Lei nº 4, de 10 de junho de 1835, arts. 16, § 4º (agravantes), 18, § 1º, § 3º, § 5º, § 6º, § 7º, § 8º do Código Criminal

Data final: 12.04.1877

Tamanho: 135 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87806288

Palavras-chave: criminal; agressão física; crime contra feitor; coibição.

#### **02.04.1879 - 87806260**

Processo-crime contra Pedro, escravizado de João Luiz Brandão, acusado de apunhalar com uma faca Joaquim de Oliveira Braga, no processo são citados Francisco Xavier dos Santos e Roque, escravizado de Luiz Ribeiro de Lima

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: Francisco Candido de Brito Lambert

Subdelegado: José Gomes Cruz

Escrivão: Antônio Ernesto de Souza, Antônio José Dias Coelho

Local: Curato do Bom Retiro, Freguesia de Campo Místico, Comarca de Jaguari

Recurso judicial: art. 111 do Código Criminal

Data final: 21.12.1879

Tamanho: 51 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87806260

Palavras-chave: criminal; agressão física; arma branca; tentativa de homicídio.

### **22.05.1891 - 87806515**

“Autos-crimes e auto de corpo delito” em José Prata, ex-escravizado de Antônio de Almeida Gouvêa Prata, agredido por Evaristo de tal com um canivete

Autoridades:

Juiz Municipal: João Ferreira Machado

Delegado: Frederico Hoth

Escrivão: Aureliano Carlos de Carvalho, Manoel José do Nascimento

Local: Cidade de Jaguari

Recurso judicial: -


Data final: 01.09.1891

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Camanducaia\_87806515

Palavras-chave: criminal; corpo de delito; ex-escravo; estigma; pós-abolição; arma branca; de tal.





*Comarca de  
Cambuí*

## 5.14 Comarca de Cambuí

### 5.14.1 Contexto histórico e administrativo

Localizado no extremo sul de Minas Gerais, o atual Município de Cambuí serviu de rota de acesso dos bandeirantes que partiam de Itapira (São Paulo) em busca de riquezas minerais das recém-descobertas “Minas do Ouro”, em especial, os arraiais consolidados nas margens dos rios Sapucaí e Verde. A ocupação da região também está relacionada com a fertilidade do solo, que serviu como atrativo para a formação de pequenos povoados e núcleos rurais que se engajaram em atividades pecuárias e agrícolas (Ferreira, 1958). A respeito da etimologia de Cambuí, existem duas interpretações: a primeira, de origem tupi-guarani, significa “água leitosa (*cambí* - leite e *í* - água)”; a segunda, “planta ou fôlha que se desprende (*myrtaceae*)”. De todo modo, um reflexo da importância da fauna e flora local para a criação de topônimos durante o período colonial.

Em 1831, o capitão Francisco Soares de Figueiredo foi responsável por iniciar o movimento para construção de uma capela consagrada a Nossa Senhora do Carmo, que operou de maneira irregular até a autorização régia de D. João VI, em 1814. Todavia, a localização da capela foi considerada inadequada e, por consequência, realocada. Em 1834, foi declarada a ermida capela curada pelo diocesano Cônego José Bento Leite Ferreira de Melo, contribuindo para o assentamento de novos moradores em seu entorno (Ferreira, 1958).

No ano de 1850, o Curato de Cambuí, ligado ao Município de Jaguari, foi elevado à paróquia, compreendendo também o Curato de Capivari. Somente em 1889, o distrito foi elevado à vila, com o nome de Cambuí. A Comarca de Cambuí, por sua vez, foi criada um ano depois, composta dos termos de Jaguari e de Cambuí. Em 1890, a Comarca foi classificada de primeira entrância e, no ano seguinte, Jaguari deixou de pertencer à respectiva Comarca. No ano de 1892, a Vila de Cambuí foi elevada à categoria de cidade e, como consequência da desocupação do cargo de juiz de direito, a Comarca foi suprimida e o município de mesmo nome anexado à Comarca de São José do Paraíso (Martins; Soares, 2016).

A Comarca de Cambuí foi restaurada no ano de 1915. Um ano depois, o Termo de Cambuí passou a integrá-la novamente. Em decorrência da Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, que modificou a divisão administrativa e judiciária do Estado (extingiram-se os termos judiciários), em 1953, os municípios de Bom Repouso e Córrego do Bom Jesus passaram a integrar a Comarca juntamente com o Município de Cambuí. Em 1995, o município de Senador Amaral foi anexado à Comarca, que, desde então, não passou por novas modificações (Martins; Soares, 2016).

### 5.14.2 Documentos cíveis

#### 12.01.1897 - 10603276

“Autos de tutela” da “órfã Eva, filha de Isabel, ex-escrava”, nomeando como tutor Joaquim Antônio Pedro

Autoridades:

Juiz de Direito: João Capistrano Ribeiro d’Alckmin

Escrivão: Fernando Carlos Pereira Guimarães

Tutor: Joaquim Antonio Pedro

Local: Vila do Cambuí, Comarca de Cambuí

Recurso judicial: -

Data final: 31.07.1898

Tamanho: 10 páginas

Referência documental: TJMG\_Cambuí\_10603276

Palavras-chave: cível; soldada; tutela; estigma; ex-escrava.

### 5.14.3 Documentos criminais

#### 02.02.1892 - 10602169

Processo-crime contra José Mina, “filho de Teresa Mina, ex-escravo de Maria César”, por “não exercitar profissão alguma em que ganhe a vida a não ser furtando galinhas e outros objetos e trazendo em sobressalto a paz das famílias”

Autoridades:

Juiz de Direito: Afonso da Silva Brandão

Juiz Municipal: Antônio José de Brito Lambert

Juiz de Paz: João Corrêa Machado, Antônio Marques Figueiredo

Escrivão: Ricardo José Pereira, Antônio Cândido Duarte, Justiniano Alves Pereira

Subdelegado: José Vilhena Granado

Local: Vila do Cambuí, Comarca de Cambuí

Recurso judicial: art. 399 do Código Criminal de 1890

Data final: 13.07.1894

Tamanho: 55 páginas

Referência documental: TJMG\_Cambuí\_10602169

Palavras-chave: criminal; furto; estigma; ex-escravo; Mina; pós-abolição; vadiagem; bem viver.

### 23.11.1897 - 10602798

Processo-crime contra Fernando Parisi, acusado pelas constantes agressões à pessoa de Maria Benedita de tal, de idade de oitenta anos

Autoridades:

Juiz de Direito: João Capistrano Ribeiro d'Alckmin

Juiz Substituto: Augusto de Albuquerque Cabral de Vasconcelos

Escrivão: José Alexandre de Moraes, Astolpho Hermógenes de Moraes

Delegado: José Luís Padilha

Local: Vila do Cambuí, Comarca de Cambuí

Recurso judicial: arts. 39, § 4º, § 5º e § 17 (agravantes), 303 do Código Criminal de 1890

Data final: 07.07.1898

Tamanho: 52 páginas

Referência documental: TJMG\_Cambuí\_10602798

Palavras-chave: criminal; agressão física; violência ao idoso; preta; criada; pós-abolição.



*Comarca de  
Campo Belo*

## 5.15 Comarca de Campo Belo

### 5.15.1 Contexto histórico e administrativo

A região atual de Campo Belo foi habitada por indígenas denominados pelos colonizadores por Cataguases, que foram capturados e exterminados durante as bandeiras do final do século XVII. Nesse processo de interiorização da colônia, à medida que se adentrava no sertão, pequenas paragens para pousos de tropeiros e paulistas eram construídas nos caminhos instaurados. Nesse contexto, o povoado de Ribeirão de São João surgiu como ponto de apoio para as regiões mineradoras, mas também de tropeiros que seguiam para o interior de Minas Gerais. Em 1783, o nome do arraial foi alterado para Senhor Bom Jesus do Campo Belo, sob jurisdição da Comarca do Rio das Mortes (Ferreira, 1958).

A nomenclatura “Campo Belo” está cercada por lendas oriundas da oralidade dos seus moradores. A mais popular remonta ao século XVIII, quando a sublime natureza dominava o horizonte da região, motivando o sargento-mor Romão Fagundes do Amaral a proferir as palavras “que campo belo!” ao chegar no local. A nomenclatura, então, passou a servir como referencial para futuros viajantes que cruzavam a região. A prática dos colonizadores à época em nomear e registrar novas terras baseava-se em identificar formações rochosas, acidentes geológicos, anomalias naturais, ou associar nomes de santos (Ferreira, 1958). Dessa maneira, é provável que as vastas matas e os montes da região tenham servido de inspiração para a nomeação do Arraial de Senhor Bom Jesus do Campo Belo.

O crescimento do pequeno arraial resultou na sua elevação à freguesia pelo Alvará de 24 de setembro de 1818, em virtude da prosperidade que vivenciava. Trinta anos depois, pela Lei Provincial nº 373, de 9 de outubro de 1848, foi alterada para vila, pertencendo à Comarca do Rio Grande. Em 1850, a condição de vila foi suprimida e anexada à de Tamanduá. No ano de 1876, a sua antiga condição foi restaurada e a Vila do Senhor Bom Jesus do Campo Belo passou a pertencer à Comarca do Lambari (Martins; Soares, 2016).

Entre 1881 e 1884, os distritos de Cristais e de Porto dos Mendes foram incluídos no âmbito jurisdicional de Campo Belo. O ano de 1884 foi importante para a Vila de Campo Belo, sendo elevada à categoria de cidade, aumentando a sua atuação administrativa. Em 1891, em consonância com os novos ares da República, foi criada a Comarca de Campo Belo, constituída pelo município que lhe dá o nome. Em 1903, o Termo de Piumhi foi anexado, permanecendo até 1915 (Martins; Soares, 2016).

Em 1948, a jurisdição da Comarca de Campo Belo abrangia os municípios de Campo Belo e Cristais. Em 1953, o Município de Santana do Jacaré foi anexado e, por um curto espaço de tempo, Candeias (1970-1988), também, houve a inclusão de Aguanil

(1970). Desse modo, a configuração da Comarca permanece inalterada até os dias atuais (Martins; Soares, 2016).

### 5.15.2 Documentos criminais

#### 13.06.1884 - 79522042017

Processo crime a respeito do homicídio de Clodino crioulo, cujo acusado é José Soares Teixeira (José Eufrásio), condenado à pena de galés (grau máximo)

Autoridades:

Juiz Municipal: Irineu Francisco da Silva

Subdelegado: Saturnino Alves Vilela

Escrivão: João Teixeira de Magalhães Leite, Antônio Francisco da Silva, Eusébio Francisco de Mendonça, José de Alvarenga Massote

Local: Vila de Campo Belo, Comarca do Rio Lambari

Recurso judicial: arts. 16, § 4º, § 6º, § 12 e § 15 (agravante), 192 (grau máximo) do Código Criminal

Data final: 07.12.1922

Tamanho: 72 páginas

Referência documental: TJMG\_Campo Belo\_79522042017

Palavras-chave: criminal; homicídio; crioulo; galés.

#### 18.03.1885 - 79431112017

Processo-crime contra Ignácio africano, liberto, e Firmino, escravizado, de Celestino José de Avilar, acusados pelos ferimentos com arma de fogo em Gustavo Mathias de Paiva e Antônio Martins Fontes

Autoridades:

Juiz de Direito: Ulisses Furtado de Souza

Juiz Municipal: Irineu Francisco da Silva

Delegado: Quintiliano Furtado da Silveira

Escrivão: Benjamin Franklin Ovídio Bruzzi, Manoel Teixeira de Magalhães Leite Sobrinho

Curador: Joaquim José da Silva (Barbosa), Celestino José de Avilar

Local: Vila de Campo Belo, Comarca do Lambari

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 17 (agravante), 193 (grau máximo), 275 e 334 do Código Criminal

Data final: 17.12.1885

Tamanho: 169 páginas



Referência documental: TJMG\_Campo Belo\_79431112017

Palavras-chave: criminal; tentativa de homicídio; galés; fuga; africano; Mina; resistência; persuasão.

Observação: Conforme citação: “Ignácio Africano dizia aos vizinhos que nunca deixaria seu enteado (Firmino) sair de sua companhia, instruindo-lhe ideias de libertação, e até promovendo a maneira de uma sociedade a fim de trabalharem juntos”.

#### **10.06.1885 - 78334732017**

Inquérito policial a respeito do homicídio de Joaquina, em que sua senhora, Cornélia Olímpia de São José, é acusada de assassinato e ocultação de cadáver

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Delegado: João Mariano de Faria Pereira, Cândido Pinto de Andrade, João José da Silva Cambraia

Escrivão: Ernesto Durval Pereira Gaivões, Manoel Teixeira de Magalhães Leite Sobrinho, Antônio Felipe da Silva, José Coutinho de Barros

Local: Cidade da Formiga, Cidade de Campo Belo, Comarca do Rio Lambari

Recurso judicial: art. 192 do Código Criminal

Data final: 01.02.1886

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Campo Belo\_78334732017

Palavras-chave: criminal; homicídio; ocultação de cadáver; homicídio de escravizada; violência senhorial.

#### **23.01.1886 - 78771172017**

Carta precatória para o delegado de polícia do Termo e Cidade de Formiga a respeito do assassinato da escravizada Joaquina, cuja ré é sua senhora Cornélia Olímpia de São José

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Delegado: Antônio Thomaz Barbosa Machado, João José da Silva Cambraia

Escrivão: Ernesto Durval Pereira Gaivões, Manoel Teixeira de Magalhães Leite Sobrinho

Local: Cidade da Formiga, Cidade de Campo Belo, Comarca do Rio Lambari

Recurso judicial: -

Data final: 12.06.1888

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Campo Belo\_78771172017

Palavras-chave: criminal; homicídio; ocultação de cadáver.

Observação: Esse documento possui relação com o 78334732017.

### **21.08.1886 - 60753452017**

Cópia do auto de corpo de delito feito em Joaquim, escravizado de João Custódio Pereira, indiciado no art. 192 do Código Criminal, “gravemente ferido pela escolta que o prendeu no Distrito de Cana Verde”

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Barros Lima Monte Raso

Delegado: João José da Silva Cambraia

Escrivão: Manoel Teixeira de Magalhães Leite Sobrinho

Local: Vila de Campo Belo, Comarca do Rio Lambari

Recurso judicial: art. 192 do Código Criminal

Data final: 21.08.1886

Tamanho: 13 páginas

Referência documental: TJMG\_Campo Belo\_60753452017

Palavras-chave: criminal; corpo de delito; violência policial; galés.

### **12.12.1889 - 79449322017**

Processo-crime em grau de apelação contra Sebastião, “ex-escravo” de Joaquim Simão, acusado pelo roubo de um boi de Joaquim Luiz da Costa Maia, tendo “distribuído as carnes para os seus parentes, e o couro, para que não deixasse o crime vestígio”

Autoridades:

Desembargador do TROP: Júlio Jacintho Alves de Brito, Vasconcelos, Braulio

Juiz de Direito: Felisberto Soares de Gouvêa Horta

Juiz Municipal: Francisco de Barros Lima Monte Raso, Cândido Teofilo da Silva

Delegado: José Martins Pereira Lopes

Subdelegado: Antonio Basilio Neves

Escrivão: Manoel Teixeira de Magalhães Leite Sobrinho, Agostinho Antônio Tavares, Homero Alves Pereira, Antonio Francisco da Silva

Curador: José Procópio de Abreu Carvalho

Local: Vila de Campo Belo, Comarca do Rio Lambari

Recurso judicial: art. 257 do Código Criminal de 1830, arts. 330, 331, § 1º e § 4º, do

Código Criminal de 1890

Data final: 14.04.1891

Tamanho: 134 páginas

Referência documental: TJMG\_Campo Belo\_79449322017

Palavras-chave: criminal; TROP; estigma; ex-escravo; furto de animal.

### **25.10.1890 - 606962722017**

Cópia do processo-crime contra “Zeferino crioulo, escravo que foi de Saturnino Alves Vilela”, acusado pela tentativa de homicídio a Francisca, “ex-escrava de Manuel Rodrigues Neves”

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco de Barros Lima Monte Raso, Cândido Teófilo da Silva

Subdelegado: Saturnino Alves Vilela, Alfredo Guimarães Ulisses de Castro

Escrivão: Manoel Teixeira de Magalhães Leite

Local: Cidade de Campo Belo

Recurso judicial: art. 19, 2ª parte da Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, art. 203 do Código Criminal

Data final: 04.11.1890

Tamanho: 45 páginas

Referência documental: TJMG\_Campo Belo\_606962722017

Palavras-chave: criminal; homicídio; ex-escravo; estigma; pós-abolição.

### **11.02.1891 - 60134182017**

Processo-crime contra Salviano, “ex-escravo de Joaquim José de Trindade, pelo crime de um roubo praticado em Candeias”, na casa de Francisco Gonçalves Rosa

Autoridades:

Juiz de Direito: Caetano Augusto da Gama Cerqueira

Juiz Municipal: Francisco de Barros Lima Monte Raso, Cândido Teófilo da Silva

Subdelegado: João Afonso Lamounier do Nascimento, José Primeiro Vilela

Escrivão: Manoel Teixeira de Magalhães Leite Sobrinho, Francisco de Paula Teixeira, Fileto Alves Vilela, Modesto Gonçalves Cota

Local: Cidade de Campo Belo

Recurso judicial: arts. 356 e 358 do Código Criminal de 1890

Data final: 19.12.1891

Tamanho: 54 páginas

Referência documental: TJMG\_Campo Belo\_60134182017

Palavras-chave: criminal; roubo; ex-escravo; estigma; pós-abolição.

**08.07.1891 - 73582582017**

Processo-crime *ex-officio* contra Orozimbo de tal acusado pela tentativa de homicídio a Sabino liberto por meio de facadas e agressões físicas

Autoridades:

Juiz Municipal: Cândido Teófilo da Silva

Juiz de Paz: Francisco da Motta Leonel

Delegado: Rosklím Cândido da Silva Gomide

Subdelegado: José Primeiro Villela

Escrivão: Manoel Teixeira de Magalhães Leite Sobrinho, Modesto Gonçalves Cota

Local: Freguesia de Candeias, Cidade de Campo Belo

Recurso judicial: art. 304 do Código Criminal de 1890


Data final: 15.09.1891

Tamanho: 41 páginas

Referência documental: TJMG\_Campo Belo\_73582582017

Palavras-chave: criminal; liberto; de tal; agressão física; estigma; pós-abolição.





*Comarca de  
Carmo do Paranaíba*

## 5.16 Comarca do Carmo do Paranaíba

### 5.16.1 Contexto histórico e administrativo

A região de Carmo do Paranaíba começou a ser colonizada no início das expedições rumo ao Oeste, que tinham o intuito de encontrar novas jazidas minerais, após a diminuição da atividade aurífera. Desde os finais do século XVII, a localização foi compreendida como estratégica, uma vez que estava próxima das rotas para os garimpos em Paracatu, proporcionando a formação de pousos. O solo fértil, propício para a agricultura, e o desenvolvimento da pecuária foram fundamentais para o estabelecimento de estruturas de apoio aos tropeiros e sertanejos, que, aos poucos, consolidou-se, formando um arraial (Ferreira, 1958).

Os primeiros habitantes, Francisco Antônio de Moraes e Elias de Deus Vieira, após desavenças políticas no Arraial do Campo Grande, fixaram-se na região por volta de 1835. Na ocasião, foi construída uma capela que deu origem ao Arraial de Nossa Senhora da Ponte de Terra, que, nesse período, estava sob a jurisdição da Comarca de Paracatu. Em 1846, foi criado o Distrito Novo do Carmo, incorporado à Freguesia de São Francisco das Chagas do Campo Grande. Quatro anos depois, a capela foi transferida para a de Santo Antônio dos Patos, situação revertida após três anos, até ser novamente transferida em 1870, quando foi elevada à freguesia e transferida para o Município de Araxá. Em 1876, a sede da Vila de São Francisco das Chagas do Campo Grande foi transferida para o Arraial Novo do Carmo, elevado à Vila do Carmo do Paranaíba. Apesar da instalação tardia da vila, o Termo do Carmo do Paranaíba pertencia à Comarca do Paranaíba, transferido para a de Santo Antônio dos Patos, em 1878 (Martins; Soares, 2016).

A Comarca do Carmo do Paranaíba foi instituída em 1891, composta pelo município homônimo e o Termo de Piumhi, porém, foi suprimida em 1903. Dessa forma, o Termo do Carmo do Paranaíba foi transferido para a Comarca de Patos. A Comarca foi restabelecida em 1915, composta pelos municípios de São Gotardo e Carmo do Paranaíba. No ano de 1970, algumas comarcas foram suprimidas e os municípios de Rio Paranaíba e Arapuá foram anexados à Comarca do Carmo do Paranaíba. A conformação foi revertida em 1975, com o restabelecimento das comarcas. Atualmente, a Comarca de Carmo do Paranaíba é constituída pelo município de mesmo nome (Martins; Soares, 2016).

### 5.16.2 Documentos criminais

#### 10.12.1884 - 14300306

“Auto de corpo de delito feito a requerimento de Dona Leonor Luiza de Oliveira em sua escrava Joana” em decorrências dos espancamentos sofridos

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Subdelegado: Manoel Cardoso da Costa, Secundino José de Bessa

Escrivão: Simão da Silva Pinto, Gabriel da Silva Pereira Rosenda, Antonio Jose Machado de Andrade

Local: Freguesia de São Sebastião do Pouso Alegre, Termo da Cidade de Pitangui

Recurso judicial: -

Data final: 22.05.1885

Tamanho: 27 páginas

Referência documental: TJMG\_Carmo do Paranaíba\_14300306

Palavras-chave: criminal; espancamento; agressões físicas; corpo de delito; agressão à mulher.

### **12.09.1889 - 14301250**

Processo-crime em grau de apelação ao Tribunal da Relação de Ouro Preto contra Amaro de tal, acusado pelo homicídio de seu irmão, Bernardo de tal

Autoridades:

Desembargador do TROP: Augusto Olinto, Fernandes Torres

Juiz de Direito: Francisco José da Silva Ribeiro

Juiz Municipal e de Direito: João Nepomuceno de Faria Pereira

Juiz Substituto: Joaquim Silverio Pereira, Joaquim Modesto Cardozo de Menezes

Subdelegado: Francisco Amaro de Marins

Escrivão: Valeriano Ferreira Barboza, Manoel Antônio de Oliveira, Antônio Alves de Lima, José Antonio Borges

Local: Distrito de São Francisco das Chagas do Campo Grande, Cidade do Carmo do Paranaíba, Comarca de Patos

Recurso judicial: arts. 16, § 4º e § 16 (agravantes), 193 (grau máximo) do Código Criminal

Data final: 03.12.1892

Tamanho: 127 páginas

Referência documental: TJMG\_Carmo do Paranaíba\_14301250

Palavras-chave: criminal; homicídio; estigmatização; galés; TROP; absolvido.

### **02.06.1913 - 14300608**

Processo-crime contra Antônio Pulqueira de tal, acusado pelo homicídio “de seu inimigo, Severiano, ex-escravo de Antônio Alves Francisco, desfechou contra este um tiro de espingarda, produzindo ofensas físicas”

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Subdelegado: Venâncio José de Castro

Escrivão: José Carolino de Siqueira

Local: Cidade do Carmo do Paranaíba, Pimentas, Comarca do Paranaíba, Arraial de São Gotardo


Recurso judicial: -

Data final: 21.07.1913

Tamanho: 130 páginas

Referência documental: TJMG\_Carmo do Paranaíba\_14300608

Palavras-chave: criminal; homicídio; estigma; ex-escravo; de tal.



*Comarca de  
Cataguases*

## 5.17 Comarca de Cataguases

### 5.17.1 Contexto histórico e administrativo

A formação territorial do Município de Cataguases está relacionada à figura de Guido Thomaz Marlière e ao projeto civilizador do Brasil, principalmente, no momento de transição de colônia para reino e, depois, império. O projeto, por sua vez, não era novo. Desde o período pombalino (1750-1777), foram criadas leis com o intuito de promover a inserção dos povos nativos nas atividades econômicas e estruturas socioculturais da colônia, o que foi retomado no alvorecer do século XIX, pelas mãos de Marlière (Stephan; Soares; Ribeiro, 2012).

De origem francesa, o coronel comandante da Terceira Divisão Militar do Rio Doce foi enviado para Minas Gerais com o intuito de prover ações de aproveitamento econômico e “apaziguamento” dos indígenas no leste de Minas (Stephan; Soares; Ribeiro, 2012). Em 1814, Guido Marlière foi autorizado a iniciar a construção de uma estrada transpassando a Zona da Mata Mineira. Idealizada em 1818, a estrada partiria do Presídio de São João Batista, atual Visconde do Rio Branco, estendendo-se até Campo dos Goytacazes. Durante esse processo, Marlière recebeu a doação de terras próximas ao Ribeirão do Meia Pataca pelo sargento Henrique José de Azevedo, a fim de edificar uma capela dedicada à devoção de Santa Rita, que se tornou um atrativo e, como resultado, foi criado o Arraial de Santa Rita do Meia Pataca (Aguiar, 2022). O povoado prosperou em curto espaço de tempo, em maio de 1826, “constavam 38 fogos (famílias) de brasileiros e vários indígenas coroados, coropós e puris”, como apresentado pelo jornal *O Universal*, de Ouro Preto, publicado em 7 de julho do mesmo ano (*O Universal*, 1828, p. 1).

O primitivo arraial permaneceu em constante crescimento, apresentando, em 10 anos, uma população de 120 fogos (Arquivo [...], 1838). Em 1851, o curato foi elevado à condição de paróquia e instituiu-se a freguesia de mesmo nome, que incluía os curatos de São Francisco de Assis do Capivara e Nossa Senhora da Conceição do Laranjal. Em 1864, a recém-criada freguesia foi anexada ao Município de Ubá, sob jurisdição da Comarca de Muriaé (Martins; Soares, 2016).

O desenvolvimento agrícola transformou o Arraial do Meia Pataca em um grande produtor e exportador de café na década de 1870, de tal modo que a povoação adquiriu a condição de Vila de Cataguases, em 1875 (Silva, 1908). O novo topônimo, por sua vez, não fazia referência direta ao grupo indígena que habitava os arredores, trata-se de um desejo do coronel José Vieira, que, na sua infância, brincava no riacho dos Cataguases, que banhava a fazenda pertencente a seu pai (Ferreira, 1958).

O ano de 1877 foi o marco de instalação do Município de Cataguases, vinculado à Comarca de Leopoldina, que, em 1881, foi elevado à categoria de cidade. No mesmo período, foi instaurada a Comarca de Cataguases, composta apenas pelo termo de mesmo nome (desmembrado da Comarca de Leopoldina). Em constante desenvolvimento,

Cataguases foi descrita por Arthur Silva, em seu “breve esboço histórico do município”, como um dos ornamentos do Estado de Minas Gerais. Isto é, a cidade era vista como um grande exemplo do desenvolvimento na Zona da Mata Mineira, tornando-se um vasto centro comercial pela produção e exportação de café que escoava pela Estrada de Ferro Leopoldina (Silva, 1908), não à toa esse discurso progressista, visto que para o recente regime republicano, cujo lema assentava-se sobre o progresso. Nesse contexto, o café, também, era uma das principais bases econômicas do país, fato que fundamentava o seu cultivo e valorização.

Durante a Primeira República, os termos que estavam sob a jurisdição da Comarca eram os de Cataguases e Miraiá, este último, incorporado em 1925, não ficando por mais de 10 anos. No século XX, a agropecuária desenvolveu-se em paralelo com a indústria têxtil, a Fábrica de Fiação e Tecelagem Cataguases teve forte influência no desenvolvimento da cidade. A situação foi reforçada a partir dos anos de 1940, a partir da criação da Companhia Industrial Cataguases, tornando-se a maior fonte de renda do município, exportando não apenas para outros estados como também países. Anteriormente, a Comarca de Cataguases passou a ter jurisdição sobre os municípios Astolfo Dutra (1953) e, a partir dos anos de 1970, Dona Euzébia, Itamarati de Minas e Santana de Cataguases, situação que se mantém intacta até os dias atuais (Martins; Soares, 2016).

### 5.17.2 Documentos cíveis

#### 14.11.1877 - 15301055

Ação de liberdade de Joaquim benguela, escravizado do capitão João Rodrigues Barbosa Primo, em decorrência de não ter sido matriculado

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: João Ribeiro da Fonseca Viana

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, José Ferreira Oliveira Guimarães

Depositário: Antônio Bento Peixoto

Curador Antônio Gonçalves Pinto Lara Junior

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final 24.01.1878

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15301055

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; benguela; preto; ausência de matrícula.

### **10.12.1877 - 15301053**

Ação de liberdade de Jeremias africano, pertencente aos herdeiros da finada D. Maria Barbosa Soares pelo curador Antônio José da Silva, por ter sido importado após a Lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o tráfico de escravizados

Autoridades:

Juiz de Direito: Miguel Augusto do Nascimento Feitosa

Juiz dos Órfãos: João Ribeiro da Fonseca Viana, Luís Vieira Resende e Silva

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: art. 1º da Lei de 7 de novembro de 1831

Data final: 18.03.1878

Tamanho: 65 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15301053

Palavras-chave: cível; Lei Feijó; ação de liberdade; alforria; africano.

### **18.02.1878 - 15301054**

Ação de liberdade movida pela menor Badina parda, escravizada de D. Ana Custodia do Sacramento, por meio do advogado Manoel Rodrigues de Massena, alegando ter sido liberta após o falecimento da escravocrata, porém, mantida em cativeiro pelo inventariante

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Luís Vieira de Resende Silva, Lima Viana de Resende e Silva

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: art. 4º, § 5º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 09.04.1878

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15301054

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; alforria; parda.

### **21.03.1878 - 15312052**

“Cartas de liberdade” concedidas pelo Juízo dos Órfãos dos seguintes indivíduos: Flaviana, Maria, Dionisia, escravizadas do espólio de D. Ana Custodia do Sacramento, e de Justina, escravizada de Martins José de Avelar

Autoridades:

Juiz de Órfãos: João Ribeiro da Fonseca Vianna, Joaquim Maria de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Vila de Cataguases, (Comarca de Ubá)

Recurso judicial: -

Data final: 05.02.1885

Tamanho: 5 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312052

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; carta de liberdade; alforria; registro de óbitos;

### **18.06.1878 - 15302508**

Justificação de Antônio preto, africano, escravizado da finada Rosa de Jesus, alegando ter cumprido o acordo que havia feito com sua senhora para alcançar sua liberdade, porém, encontrava-se escravizado por Peregrini Rodrigues Pereira

Autoridades:

Juiz Municipal suplente: Francisco Antônio Soares

Escrivão: Leopoldino Antonio da Fonseca

Local: Distrito de Capivara, Termo de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 19.06.1878

Tamanho: 9 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302508

Palavras-chave: cível; justificação; ação de liberdade; preto; africano; prestação de serviços.

### **12.05.1879 - 15302233**

“Agravado de instrumento” para a remoção do depósito de Olímpia, escravizada de Sebastião José dos Reis da casa de seu curador, João Patrício de Moura, por viver amasiada em casa de Francisco crioulo, descumprindo as orientações de Moura

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Cesário de Faria Alvim

Juiz Municipal: Joaquim de Carvalho Drumond

Escrivão: Leopoldino Antônio da Fonseca

Depositário: Antônio Gonçalves Pinto Lara Junior, Eduardo Augusto Delfim

Curador: João Patrício de Moura e Silva, Antônio José da Silva

Local: Vila de Cataguases

Recurso judicial: art. 81, § 2º, do Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 05.07.1879

Tamanho: 46 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302233

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; remoção de depositário; amasiada; crioulo.

### **30.05.1879 - 15308162**

“Ação de manutenção de liberdade” movida por Militão, residente do Arraial do Brejo com sua mulher Luzia e seus filhos Mariana, Antônio, Deslinda, Manoel, José e Ana, alegando que “se acham na posse mansa e pacífica de sua liberdade há mais de cinco anos”, sendo questionada por Francisco Alves Dutra

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim de Carvalho Drumond

Escrivão: Antônio Delfim Silva

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 03.06.1879

Tamanho: 14 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308162

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; família; manutenção de liberdade.

### **12.02.1880 - 15310741**

Ação de liberdade de Hortência Augusta Carolina de Lacerda, escravizada de José Augusto Pereira de Lacerda e penhorada a Antônio Alves Ferreira, por meio de pagamento de pecúlio no valor de seiscentos e cinquenta réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Fernando Pinheiro de Souza Tavares, Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Leopoldino Antônio da Fonseca, José Francisco (Bernhaus), Augusto Leopoldino da Silva, Antônio Januário de Miranda Carneiro

Curador: João Carneiro de Aguiar

Local: Cidade de Cataguases, Cidade de Leopoldina, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 18.05.1885

Tamanho: 56 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15310741

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pecúlio; penhora.

### **11.08.1880 - 15307186**

Execução de sentença cível em grau de apelação passada a favor de José Vieira de Resende e Silva contra os escravizados Estevão e Generosa, representados pelo curador, Dr. Francisco Augusto da Cunha, que buscavam comprovar suas liberdades dadas por José Antônio Henriques

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim de Carvalho Drummond

Escrivão: Leopoldino Antônio da Fonseca, Jacintho Marcos Passeado, Francisco Augusto Martins de Freitas

Curador: Francisco Augusto da Cunha

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 29.07.1880

Tamanho: 74 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15307186

Palavras-chave: cível; TROP; ação de liberdade; carta de liberdade; apelação.

### **11.08.1880 - 15307191**

“Apreensão do menor Clemente”, filho de Luiz Antônio Pinto, que, estando em poder de Julio Emilio da Cruz, “não o quer entregar-lhe amigavelmente e continua maltratando em serviços superiores às suas forças e espancando-o constantemente”

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Antônio Pinto Peixoto;

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva;

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 22.02.1881

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15307191

Palavras-chave: cível; alforria; carta; infância; agressão a menor; maus-tratos; perfilhação; escravização.

Observação: Na ação, consta a carta de alforria de Clemente (em que a materialidade

é passível de atenção pelas marcas de uso) em que menciona ser filho de Idalina (escravizada de José Antônio Antunes) e Luiz Pinto Ribeiro, cuja liberdade foi concedida pelo fato do pai ter sido feitor do referido escravocrata.

#### **24.11.1880 - 15303732**

Agravo de instrumento da libertanda Olímpia, ex-escravizada de Sebastião José dos Reis, que, por meio do curador, Antônio José da Silva, solicitava a troca de depositário, alegando ausência por alguns meses em razão de uma viagem com sua família

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim de Carvalho Drummond, Antônio José Alves Ramos

Depositário: João Patrício de Moura e Silva, Antônio José da Silva

Escrivão: Leopoldino Antônio da Fonseca, José Francisco Bernhaus

Curador: Antônio José da Silva

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 19.04.1880

Tamanho: 72 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15303732

Palavras-chave: cível; ex-escravizada; libertanda; agravo; depositário; mudança de responsável; ilegalidade de depósito; maus-tratos; castigos físicos.

Observação: Processo relacionado ao 15302233 e contém o relato que, durante o trâmite jurídico, a escravizada sofreu maus-tratos, sendo “correntada de ferros”, “barbaramente castigada”, além de “ser mantida em tronco”.

#### **13.08.1880 - 15312084**

“Depósito de escravos” pertencentes à Ordem Carmelita, em consonância com a Lei Carmelita de 8 de dezembro de 1871, “para serem mantidos em suas liberdade os escravos de nome: Joaquim Manoel (pequeno), Laurindo, Henriques, Florença, Julia, Victoria, Mathildes, Laurinda, Bertanha, Custódia”, além não terem sido matriculados e estarem em poder de Prudêncio Augusto Brandão

Autoridades:

Juiz Municipal: José Antônio Saraiva Sobrinho

Curador Geral: Lourenço José Pereira Bastos

Escrivão: Leopoldino Antônio da Fonseca, Aureliano Lopes de Faria, Antônio Pinto Moreira

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: Lei de 8 de dezembro de 1871 da Ordem Carmelita

Data final: 25.08.1881

Tamanho: 10 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312084

Palavras-chave: cível; carmelitas; Igreja; alforria; opúsculo; Reforma de 1877; abolicionismo.

Observação: Consta no processo um exemplar do opúsculo *Homens livres reduzidos a escravidão*: artigos publicados na Reforma em 1877, que traz, compilados pelo “Amigo Dedicado A. F.”, os artigos de autoria do padre André de Santa Maria Luna, que defendia a libertação dos escravizados da Ordem Carmelita, ao mesmo tempo em que expõe a riqueza dela, fruto do trabalho escravo. O opúsculo foi impresso pela Typographia Esperança, no Rio de Janeiro, em 1879.

#### **24.03.1881 - 15312097**

“Depósito para a liberdade da parda Rita” feito pelo empreiteiro de trabalhos, Jacinto Moreira Ramalho, no valor de um conto e trezentos mil réis, para que a escravizada de João Patrício de Moreira e Silva conquiste a sua liberdade

Autoridades:

Juiz Municipal e de Órfãos: José Antônio Saraiva Sobrinho

Escrivão: Leopoldino Antônio da Fonseca, Jacinto Marcos Passeado

Local: Termo e Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: art. 4º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 01.04.1881

Tamanho: 15 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312097

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; doação; pecúlio; alforria; parda; depósito

#### **24.08.1882 - 15304418**

“Autuação de uma petição e documentos do advogado Manoel Rodrigues de Massena, fazendo cessão do mesmo documento em favor da escrava Eugênia, de Joaquim Xavier Pimenta”, a fim de garantir pecúlio indenizatório para o seu senhor

Autoridades:

Juiz Municipal suplente: Arsênio Tolentino Pestana

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Jacinto Marcos Passeado

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá



Recurso judicial: -

Data final: 22.09.1882

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15304418

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; pecúlio.

### **18.05.1883 - 15311863**

“Liberdade com a cláusula de prestação de serviços” de Manoel, roceiro de cinquenta e dois anos, solteiro, escravizado de Pedro Moreira de Souza pelo valor de trezentos e sessenta e quatro réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Maria de Barros Oliveira Lima, Antônio Augusto Lima, José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda Carneiro, Antônio Delfim Silva, Cirilo Diocleciano Passeado, Constâncio Thomaz de Oliveira, Antônio Carlos da Costa Carvalho

Curador: Joaquim de Freitas Malta

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: arts. 4º, 5º, 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 29.03.1887

Tamanho: 57 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311863

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; pecúlio; alforria; emancipação.

### **28.06.1883 - 15313707**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Catarina, escravizada de Feliciano Vieira de Resende e Silva

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 11.02.1884

Tamanho: 32 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15313707

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação; arbitramento.

Observação: Documento deteriorado.

### **21.06.1883 - 15308915**

Ação executória movida pelo Banco do Brasil, representado por Venâncio José de Oliveira Lisboa, sobre a penhora dos bens de Nicolau Alves Ferreira e sua mulher D. Francisca Angélica Ferreira em decorrência de dívidas, de modo que dezessete escravizados foram postos em hasta pública pelo requerente

Autoridades:

Desembargador do TROP: Luiz Gonzaga de Brito Guerra, Joaquim Caetano da Silva Guimarães

Juiz de Direito: Antônio Cesário de Faria Abreu

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Leopoldino Antônio da Fonseca, Antônio Delfim Silva, Francisco Pereira Barros Sobrinho Almeida, Augusto Leopoldino da Silva, José Francisco (Bernhaus)

Curador: José Eufrosino Ferreira de Brito

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina, Comarca de Ubá

Recurso judicial: Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.06.1862

Tamanho: 189 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308915

Palavras-chave: cível; TROP; Banco do Brasil; Lei do Ventre Livre; escravidão institucional; crioulo; africano; pardo; crioulo; cobrança de dívidas.

Observação: No decorrer da ação, os escravizados solicitam a liberdade em decorrência de cartas de liberdade que foram concedidas a eles por seus proprietários, de tal forma que foram libertados no final do processo. Vale ressaltar que grande parte dos escravizados era africana, provavelmente importada após a Lei Feijó.

### **28.06.1883 - 15302994**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Manoela, de idade de trinta e três anos, casada e cozinheira, escravizada de D. Ana Antonia de Jesus

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Cesário de Faria e Alvim

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passado, Antônio Delfim Silva, João Evangelista da Fonseca,

Francisco Augusto Martins de Freitas, Cirillo Deocleciano Passeado

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 21.01.1884

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302994

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação; arbitramento.

### **28.06.1883 - 15303004**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Vitoriana, de idade de quarenta e três anos, casada com um homem liberto, escravizada de Ovídio Alves Lopes

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Francisco Augusto Rodrigues de Freitas, João Rodrigues de Rezende Martins, Francisco Augusto Martins Freitas

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Ubá, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 40 e 42 do Decreto nº 5.131, de 13 de Novembro de 1872, art. 44 do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 06.08.1884

Tamanho: 55 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15303004

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação; Lei do Ventre Livre.

### **28.06.1883 - 15303005**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Matilde, de idade de vinte e quatro anos, costureira, escravizada de D. Rosa Maria de Jesus Norte

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Leopoldino Antônio da Fonseca, Generoso Antônio Tavares

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 12.05.1884

Tamanho: 25 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15303005

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação.

### **28.06.1883 - 15302995**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Emiliana, de cinquenta e um anos, lavadeira, escravizada de João Apolinário Ribeiro, com quem era casada

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Camilo de Figueiredo

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Júnior, Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Augusto Leopoldino da Silva, Francisco Augusto Martins Freitas, Leopoldino Antonio da Fonseca, José Francisco (Bernhaus), Antônio Januário de Miranda Carneiro

Curador: Joaquim de Carvalho Drumond

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 42 do Decreto nº 5.131, de 13 de novembro de 1872, Decreto nº 4.835, de 1 de dezembro de 1871

Data final: 02.08.1884

Tamanho: 31 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302995

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; fundo de emancipação; arbitramento; pecúlio.

### **28.06.1883 - 15303007**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Sebastião, de idade de trinta e nove anos, roceiro, casado, escravizado de Marcos Dias dos Reis Coutinho

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Júnior, Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima, Cirilo Deocleciano Passeado

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Leopoldino Antônio da Fonseca

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 21.01.1884

Tamanho: 21 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15303007

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; fundo de emancipação; arbitramento.

### **28.06.1883 - 15305971**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Constança preta, de idade de trinta e quatro

anos, cozinheira e casada com o liberto Daniel, escravizada de Joaquim Vieira da Silva Resende

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 21.01.1884

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15305971

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; fundo de emancipação; alforria

### **28.06.1883 - 15305972**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Maximiano preto, de idade de 29 anos, roceiro, escravizado de Antônio Gomes de Oliveira Serapião

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Cesário de Faria Alvim

Juiz Municipal: Joaquim Moreira Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Leopoldino Antônio da Fonseca

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 21.01.1884

Tamanho: 43 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15305972

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; fundo de emancipação; Lei Saraiva-Cotegipe.

### **08.08.1883 - 15302990**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Custódia, de idade de quarenta e um anos, costureira, solteira, escravizada que foi matriculada como pertencente a Antônio José Pinto e transferida a Olimpio, órfão do finado Domingos José da Silva Pinto, por sentença de partilha

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Tutor dos Órfãos: Pedro Antonio da Silva Pinto

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 12.05.1884

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302990

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; leis abolicionistas; fundo de emancipação.

### **08.08.1883 - 15313709**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Adão e Luíza, pertencentes aos órfãos Leopoldino, Domingos, José, Carolina e Antônio, filhos de Manoel Rodrigues do Nascimento

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Leopoldino Antônio da Fonseca

Tutor dos Órfãos: Pedro Antonio da Silva Pinto

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 03.06.1884

Tamanho: 62 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15313709

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; leis abolicionistas; fundo de emancipação; herança.

### **08.08.1883 - 15302991**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Camilo, de idade de sessenta e um anos, roceiro e, sua esposa, Rosária, de idade de sessenta anos, cozinheira; escravizados de João Almeida Belém, Duarte Antônio de Araújo e o órfão João Pernes de Miranda

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Augusto Leopoldino da Silva, Jacinto Marcos Passado, Carlos Delfim Silva, Francisco Augusto Martins de Freitas, Leopoldino Antonio da Fonseca, José Francisco Bernhaus, Antônio Januário de Miranda Carneiro

Curador: Joaquim de Carvalho Drumond

Local: Termo e Cidade de Cataguases, Comarca Ubá

Recurso judicial: arts. 42 e 40 do Regulamento nº 5.131, de 13 de novembro de 1872

Data Final: 02.08.1884

Tamanho: 59 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302991

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; fundo de emancipação; órfãos.

**08.08.1883 - 15302993**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Adão, lavrador de idade de trinta e seis anos, escravizado de José Geraldo de Souza

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Coletor: Carlos Delfim Silva

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: art. 42 do Regulamento nº 5.131, de 13 de novembro de 1872, Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 21.01.1884

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302993

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; fundo de emancipação; alforria; matrícula de escravizado.

**16.08.1883 - 15306976**

“Traslado de um auto de ação de liberdade” de Marcelino preto, crioulo, escravizado de D. Carolina Maria do Espírito Santo, viúva do falecido Miguel Ribeiro do Vale

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Leopoldino Antônio da Fonseca, Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Antônio Januário de Miranda Carneiro, Augusto Leopoldino da Silva

Curador: Antônio D. Maria (Carolino) dos Santos, Manoel Rodrigues Massena

Tutor: Luiz Vieira de Rezende e Silva

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 09.11.1885

Tamanho: 48 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15306976

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; crioulo; escravo; preto.

**24.10.1883 - 15310744**

Ação de liberdade de Manoel, escravizado de Antônio José dos Prazeres, em que alega

ter sido importado para o Brasil após a proibição do tráfico negreiro, conforme consta em sua matrícula

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Augusto Leopoldino da Silva, Leopoldino Antônio da Fonseca, Antonio Januario de Miranda Carneiro

Curador e Depositário: Luiz Vieira de Resende e Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: Lei de 7 de novembro de 1831

Data final: 06.07.1885

Tamanho: 89 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15310744

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; abolicionismo; Lei Feijó; africano.

### **29.10.1883 - 15303008**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Felicia, de idade de trinta e sete anos, casada, cozinheira, escravizada pertencente ao espólio de João Francisco de Medeiros e sua mulher D. Ana Rosa de Jesus

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Coletor: João Alves de Souza

Escrivão: Jacinto Marcus Passeado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina, Comarca de Ubá

Recurso judicial: Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 11.02.1884

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15303008

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; ação de liberdade; fundo de emancipação; matrícula de escravizado.

### **20.11.1883 - 15302989**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Luzia, de idade de dezessete anos, cozinheira e casada, escravizada de D. Ana Antonia de Anunciação

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Cesário de Faria Alvim

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antonio Delfim Silva, Francisco Augusto Luiz de Freitas, João Evangelista da Fonseca

Coletor Municipal: Carlos Delfim Silva

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 42 do Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 21.01.1884

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302989

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; leis abolicionistas; fundo de emancipação.

### **26.11.1883 - 15308910**

“Contas de tutela”: nomeação do tutor José Gabriel de Barros para o menor João, filho de Sebastiana liberta, intermediada pelo curador José Barros Rodrigues

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Curador: José Barros Rodrigues

Tutor: José Gabriel de Barros

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 22.12.1883

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308910

Palavras-chave: cível; tutela; menor; liberta.

### **26.12.1883 - 15313706**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Veríssimo, escravizado de Ana Antônia de Jesus, pelo valor de um conto e quatrocentos mil réis

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Cesário de Faria Oliveira

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Curador: José Barros Rodrigues

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 21.01.1884

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15313706

Palavras-chave: cível; alforria; emancipação.

Observação: Documento deteriorado.

### **15.10.1884 - 15311815**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Francisco, escravizado de quarenta e seis anos, pertencente a José Carvalho de Abreu pelo valor de um conto de réis, Francisco era casado com Joaquina, escravizada de D. Joaquina de Carvalho Drummond

Autoridades:

Juiz Municipal: Manoel Fortunato Ribeiro

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda Carneiro

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: arts. 39 e 42 do Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 26.02.1885

Tamanho: 28 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311815

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; fundo de emancipação; alforria.

### **15.10.1884 - 15311929**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Antônio, escravizado pertencente ao capitão Marcos Antônio de Carvalho Amorim

Autoridades:

Juiz Municipal: Manoel Fortunato Ribeiro

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 20.10.1884

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311929

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação.

Observação: Documento incompleto.

### **16.10.1884 - 15311932**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Joaquina, de idade de trinta e cinco anos, solteira, escravizada de Joaquim de Carvalho Drummond

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima, Manoel Fortunato Ribeiro

Escrivão: Antônio Januário de Miranda Carneiro, Jacinto Marcos Passeado, José Francisco Bernhaus

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro 1871, arts. 40 e 42 do Regimento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 26.02.1885

Tamanho: 48 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311932

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; fundo de emancipação; alforria.

### **04.02.1885 - 15312088**

Ação de liberdade de Maria crioula, e seus dois filhos Edwirges e Francisco, escravizados dos herdeiros de João Francisco dos Santos Pitta

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Maria de Barros Oliveira Lima, José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Antônio Januário de Miranda Carneiro, Antônio Delfim Silva

Curador: Manoel Rodrigues de Massena, Gama Cerqueira, Antônio de Oliveira Serapião, Luiz Vieira

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: arts. 1º, 5º, 7º da Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 01.04.1887

Tamanho: 107 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312088

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; ação de liberdade; alforria; emancipação; crioula.

### **23.03.1885 - 15311816**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de José Congo, escravizado de Francisco José Gonçalves, pelo valor aproximado de setecentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Curador: José da Fonseca Ramos

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 4º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 17.06.1885

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311816

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; emancipação; ação de liberdade; alforria; pecúlio; Congo.

### **23.03.1885 - 15311903**

Pecúlio para a liberdade de Manoel, escravizado de Pedro Antônio Furtado, avaliado em setenta mil réis e pagos pelo fundo de emancipação

Autoridades:

Juiz: -

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Curador: Francisco Avelino Guimarães

Local: Termo e Cidade de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 03.09.1886

Tamanho: 9 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311903

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; fundo de emancipação; alforria; pecúlio.

### **31.03.1885 - 15312105**

“Pecúlio para liberdade” de Joaquim, escravizado de Manoel Cândido da Costa, avaliado em sessenta mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 15.09.1885

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312105

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; pecúlio.

### **12.04.1885 - 15312059**

“Autuação de uma petição em que a escrava Honorata de Manoel Pereira do Amarante quer constituir pecúlio para sua liberdade”, a escravizada relata que reuniu o montante de duzentos mil réis por meio de doações e serviços prestados em dias santos e aos domingos

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Curador: Manoel Rodrigues de Massena

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: -

Tamanho: 4 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312059

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pecúlio; emancipação; brecha camponesa; negociação.

### **17.04.1885 - 15307610**

Arbitramento para a liberdade de Joaquim, escravizado de Manoel Cândido da Costa, afirmando ter o pecúlio necessário para conquistar sua liberdade, solicita sua avaliação

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Antônio Januário de Miranda Carneiro, Jacinto Marcos Passeado, José Francisco Bernhaus

Curador: Joaquim de Carvalho Drumond

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca Leopoldina

Recurso judicial: art. 4º, § 2º, da Lei nº 2.040, 28 de setembro de 1871

Data final: 31.08.1885

Tamanho: 56 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15307610

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; depósito; pecúlio.

#### **25.06.1885 - 15312104**

“Pecúlio para liberdade - Autuação da portaria do Dr. Juiz dos Órfãos para a fim de ser intimado Custódio José Fernandes [...] para o pecúlio do escravo Claudino”, obtido por meio venda de mantimentos

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Custódio José Fernandes, Jacinto Marcos Passeado

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca Leopoldina

Recurso judicial: art. 53 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 31.08.1885

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312104

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; pecúlio; mantimentos; espancamento; fuga.

Observação: Durante a ação, o escravizado fugiu para a fazenda do pai de seu senhor e foi espancado por seus escravizados. O documento encontra-se deteriorado.

#### **05.08.1885 - 15312000**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Ana, de idade de cinquenta e sete anos, cozinheira e casada, escravizada de Pedro Antônio Furtado, avaliada em quinhentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Carlos Delfim da Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 26.01.1886

Tamanho: 30 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312000

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; alforria; fundo de emancipação; arbitramento de liberdade; leis abolicionistas.

### **05.08.1885 - 15312001**

Alforria pelo fundo de emancipação de David preto, de sessenta e dois anos, escravizado de João Pedro Lessa, avaliado em duzentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Lima, Antônio Januário de Miranda Carneiro

Escrivão: Carlos Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: [2?].01.1886

Tamanho: 21 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312001

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; emancipação; ação de liberdade; alforria; fundo de emancipação.

### **05.08.1885 - 15311933**

“Alforria pelo fundo de emancipação de Bernardo”, de idade de cinquenta e três anos, roceiro, casado, escravizado do advogado Antônio Gomes d’Oliveira Serapião

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima, José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda Carneiro

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Regulamento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 18.02.1887

Tamanho: 21 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311933

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; fundo de emancipação; alforria.

### **07.08.1885 - 15311914**

Alforria pelo fundo de emancipação de Delmira preta, de idade de trinta e seis anos, que prestava serviços domésticos como escravizada de Ernesto Corrêa Netto, matriculada na capital da Bahia, avaliada em seiscentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Carlos Delfim Silva, Antônio Januário de Miranda Carneiro

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 03.02.1886

Tamanho: 37 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311914

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; fundo de emancipação; pecúlio; ação de liberdade; preta; leis abolicionistas.

### **07.08.1885 - 15312057**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Adão preto, de idade de vinte anos, mineiro, casado, escravizado do alferes Antônio Rodrigues da Fonseca, avaliado em oitocentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 03.02.1886

Tamanho: 38 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312057

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; fundo de emancipação; alforria; pecúlio.

### **01.10.1885 - 15308225**

“Entrega de ingênuo: Autuação do ofício do Delegado de Polícia deste termo para a fim de ser dado destino ao ingênuo José, filho da escrava Andreza”, pertencente à finada D. Bernarda Francisca Barboza se que encontrava em poder de Francisco Soares Barbosa, o menor foi entregue a Frederico Luiz Machado, que se encarregou da educação do menor

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Juiz de Órfãos: Antônio Fernandes Moreira

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Francisco Augusto Martins de Freitas  
Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina  
Recurso judicial: art. 65 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872  
Data final: 18.04.1884  
Tamanho: 32 páginas  
Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308225

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ingênuo; menor.

### **12.10.1885 - 15312082**

Requerimento de Honorata preta, de idade de dezenove anos, solteira, escravizada de Manoel Pereira Amarante, solicitando a apreensão e depósito a fim de mover uma ação de liberdade por meio de pagamento de pecúlio no valor de seiscentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima  
Escrivão: Antônio Januário de Miranda, Antônio Januário de Miranda Carneiro  
Curador: Manoel Rodrigues Massena;  
Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina  
Recurso judicial: -  
Data final: 05.11.1885  
Tamanho: 12 páginas  
Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312082

Palavras-chave: cível; emancipação; pecúlio; ação de liberdade.

### **21.11.1885 - 15311817**

“Pecúlio para liberdade: autuação da petição de Cândido, escravo de Manoel Silverio Affonso, em que se apresenta a quantia de quantia de cem mil réis, como pecúlio para a sua liberdade”

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior  
Escrivão: Jacinto Marcos Passeado  
Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina  
Recurso judicial: -  
Data final: 19.09.1887  
Tamanho: 12 páginas  
Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311817

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; fundo de emancipação; alforria; pardo.

### **05.11.1885 - 15311998**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Manoel, preto, de idade de trinta e nove anos, roceiro, escravizado de Pedro Antônio Furtado, casado com Ana, escravizada do mesmo senhor

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 26.01.1886

Tamanho: 44 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311998

Palavras-chave: cível; pecúlio; ação de liberdade; alforria; fundo de emancipação.

Observação: No documento, é informado que o escravizado estava acumulando pecúlio pela Coletoria a fim de ser libertado futuramente.

### **12.12.1885 - 15312106**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Inácio preto, de idade de cinquenta e nove anos, roceiro, escravizado de Francisco Gabriel de Lacerda, avaliado em duzentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Coletor: Carlos Delfim Silva

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 26.01.1886

Tamanho: 34 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312106

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; roceiro; fundo de emancipação.

### **25.12.1885 - 15311904**

“Pecúlio para liberdade: Autuação da petição de Severiano, escravo de Joaquim Henriques da Matta em que se apresenta a quantia de cem mil réis como pecúlio para a sua liberdade”

Autoridades:

Juiz de Órfãos suplente: Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 07.05.1886

Tamanho: 9 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311904

Palavras-chave: cível; pecúlio; ação de liberdade; alforria.

### **12.03.1886 - 15312162**

“Portarias e ofícios e documentos com a relação dos Sexagenários” que serão libertos no dia 14 de abril de 1886, em decorrência da Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Autoridades:

Juiz de Órfãos suplente: Antônio Fernandes Medina

Coletor: Carlos Delfim da Silva

Escrivão: Rômulo Moreira de Albuquerque

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, art. 11, § 3º e § 4º, do Regimento nº 9.517, de 14 de outubro de 1885

Data final: 01.04.1886

Tamanho: 28 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312162

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; sexagenários; depósito; arrolamento; abolicionismo.

Observação: Constam arrolados os nomes de cento e cinco libertandos a serem apresentados ao Juízo dos Órfãos.

### **14.04.1886 - 15311912**

“Documentos assentados na audiência de 14 de abril de 1886 com relação a escravos de 60 a 65 anos e maior de 65 anos” - p. 165

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Ernesto Avelino Guimarães

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, art. 11, § 3º e § 4º, do Regimento nº 9.517, de 14 de outubro de 1885

Data final: 14.04.1886

Tamanho: 176 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311912

Palavras-chave: cível; carta de liberdade; leis abolicionistas.

Observação: Trata-se de documentos referentes à intimação do Juízo de Órfãos para que se apresentem escravizados maiores de sessenta anos para o recebimento das cartas de liberdade. São listados aproximadamente cinquenta escravizados aptos, bem como o óbito de muitos deles. O documento possui relação com o de número 15312162.

#### **14.04.1886 - 15302981**

Autuação de requerimento para a liberdade de Paulina preta, escravizada de Lino Coutinho de Miranda Jordão, em consonância com a Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Fernandes Medina, José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 17.02.1887

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302981

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; ação de liberdade; alforria.

#### **14.04.1886 - 15302983**

“Autuação do requerimento de audiência e documentos de D. Eliza Josefina [Augusta] de Castro Monteiro que reclama o engano havido na idade de sua escrava Eva relacionada pela Coletoria a fim de ser liberta pela Lei de 28 de setembro de 1885, como maior de 60 anos”

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Cirilo Deocleciano Passeado, Antonio Delfim Silva, Aureliano Lopes de Faria

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 02.06.1886

Tamanho: 15 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302983

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; ação de escravização; leis abolicionistas.

#### **14.04.1886 - 15302982**

“Autuação do requerimento de audiência e documentos de D. Joana Clara Monteiro de Castro reclamando sobre o engano havido na idade com que foi relacionado o seu escravo Atanásio pela coletoria desse Município a fim de ser liberto com maior de sessenta e cinco anos”

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Antônio Fernandes de Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Aureliano Lopes de Faria, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 29.05.1886

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302982

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; Lei do Sexagenários; ação de liberdade; leis abolicionistas.

#### **14.04.1886 - 15313708**

Autuação do requerimento de audiência e documentos movida por Bernardo Tolentino Cisneiro da Costa Reis a respeito dos erros cometido na libertação de Bernardina, matriculada erroneamente e libertada pelo fundo de emancipação

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Antônio Fernandes de Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Aureliano Lopes de Faria, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885

Data final: 27.05.1886

Tamanho: 21 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15313708

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; escravização; erro de matrícula; mercado interno; escravizadas de outras províncias.

Observação: Documento deteriorado.

### **05.06.1886 - 15311999**

“Alforria - Autuação de uma petição e documentos em que o advogado Manoel Rodrigues de Massena requer carta de liberdade para Emiliana, escrava de Feliciano Vieira de Rezende e Silva”, viúva do coronel José Vieira de Resende e Silva, por meio de pagamento de pecúlio no valor de seiscentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Francisco Augusto Martins de Freitas, Carlos Delfim da Silva, Afonso Henrique Vieira Rezende

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 8º, § 9º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 15.06.1886

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311999

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; pecúlio; carta de liberdade; leis abolicionistas.

### **12.06.1886 - 15307477**

“Liberdade com a cláusula de prestação de serviços: Autuação da petição e documentos que Rosendo José da Costa requer a nomeação de curador e depositário ao escravo Antônio para este contratar serviços para indenização da quota de seu valor”, matriculado em nome de Domiciano Esteves dos Santos

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Juiz de Órfãos suplente: João Ribeiro da Fonseca Vianna

Coletor: Carlos Delfim Silva

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Cirilo Deocleciano Passeado, José Dias Mendes

Curador: Benjamin Bonifácio de Souza Guerra, Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima, Antônio Gomes de Oliveira Serapião

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 4º, § 3º e § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, arts. 179 e 180 do Código Criminal, art. 62 e 85 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 17.01.1887

Tamanho: 151 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15307477

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; fundo de emancipação; prestação de serviços; crioulo.

#### **18.06.1886 - 15301062**

“Pecúlio para liberdade: autuação da petição em que Constantino, escravo de Belisário Alves Ferreira, pede guia para entrar com a quantia de trinta mil réis para a Coletoria como pecúlio para sua liberdade”

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15301062

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pecúlio; fundo de emancipação.

#### **28.06.1886 - 15312002**

“Pecúlio para liberdade - Autuação da petição em que Francisco Inácio, escravo de João Antônio de Araújo Porto, requer guia para entrar para a coletoria desta Cidade com a quantia de cem mil réis como pecúlio para sua liberdade”

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888

Data final: 18.05.1888

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312002

Palavras-chave: cível; pecúlio; ação de liberdade; emancipação; Lei Áurea; aplicação.

Observação: Em decorrência da Lei de 13 de maio de 1888, o suplicante requer reaver o dinheiro depositado na coletoria com juros, uma vez que não será mais necessário para alcançar sua liberdade.

### **28.07.1886 - 15302979**

“Autuação de uma petição e documentos em que Francisco mina, pertencente ao espólio do finado João Francisco de Medeiros, requer o depósito da quantia de oitocentos mil réis para sua liberdade”

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Cirillo Diocleciano Passeado

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 02.12.1886

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302979

Palavras-chave: cível; fundo de emancipação; sexagenário; Lei Saraiva-Cotegipe; mina.

### **16.09.1886 - 15303541**

Execução de sentença em grau de apelação ao Tribunal da Relação de Ouro Preto referente à ação de liberdade de Olímpia preta, matriculada com trinta e quatro anos, após o seu depósito por pecúlio ter sido considerado nulo pelo Juiz de Direito, favorecendo o requerente, Sebastião Pereira

Autoridades:

Desembargador do TROP: Luís Gonzaga de Brito Guerra, Quintiliano José da Silva, Joaquim Caetano e Silva Guimarães

Escrivão do TROP: Antônio Felipe Dias Ribeiro

Juiz de Direito: Antônio Cesário de Faria Alvim

Juiz Municipal: Manoel Fortunato Ribeiro, Belizário Alves Ferreira

Escrivão: Leopoldino Fonseca Olimpio, Caetano Antunes Draguino (?) e Sá

Advogado: Manoel Rodrigues Massena

Curador: Antônio José da Silva, Antônio Manoel Fortunato Ribeiro

Local: Termo de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: art. 57 da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 17.09.1880

Tamanho: 58 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15303541

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de escravidão; pecúlio; TROP; apelação.

### **29.09.1886 - 15300498**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Jeronima preta, de idade de vinte e quatro

anos, escravizada de Antônio Gomes de Oliveira Serapião, avaliada em quatrocentos e cinquenta mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 20 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15300498

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; fundo de emancipação; alforria; pecúlio.

### **29.09.1886 - 15311997**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Ana, escravizada de Joaquim Henriques da Malta, avaliada em trezentos e cinquenta mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho, Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda, Francisco Augusto Martins de Freitas, Antônio Januário de Miranda Carneiro, Cirilo Deocleciano Passeado

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 08.03.1887

Tamanho: 23 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311997

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; fundo de emancipação; pecúlio; ação de liberdade.

### **29.09.1886 - 15312058**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Simplício, escravizado de Lino de Araújo Toledo, avaliado em oitocentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda Carneiro, Carlos

Delfim da Silva, José Francisco Bernhaus

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 25 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312058

Palavras-chave: cível; alforria; ação de liberdade; pecúlio; fundo de emancipação; leis abolicionistas; Lei do Ventre Livre.

### **29.09.1886 - 15311946**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Adão preto, de idade de vinte e um anos, escravizado de Francisco Pereira de Souza, avaliado em setecentos e cinquenta mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda Carneiro, Francisco Augusto Martins de Freitas, Carlos Delfim Silva, José Francisco Bernhauss

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 19.02.1887

Tamanho: 31 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311946

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação; pecúlio; ação de liberdade; preto; leis abolicionistas; Lei do Ventre Livre.

### **29.09.1886 - 15311902**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Escolástica, escravizada de João Antônio da Silva Pinto, avaliada em seiscentos e cinquenta mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Júnior, Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Francisco Augusto Martins de Freitas

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311902

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; fundo de emancipação; Lei do Ventre Livre.

### **29.09.1886 - 15302984**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Inês, casada com Manoel José Germano, homem livre, escravizada de José Pereira Leite, avaliada em seiscentos e setenta e cinco mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Júnior, Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda Carneiro, Carlos Delfim Silva

Curador: Antônio Gomes de Oliveira Serapião

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 11.04.1889

Tamanho: 21 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302984

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; fundo de emancipação; leis abolicionistas; Lei do Ventre Livre.

### **29.09.1886 - 15300497**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Constantino, de idade de trinta e dois anos, cozinheiro, escravizado de Belizário Alves Ferreira, avaliado em trezentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Juiz de Órfãos: Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 23.03.1887

Tamanho: 34 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15300497

Palavras-chave: cível; emancipação; prestação de serviços; Lei do Ventre Livre.

**29.09.1886 - 15302988**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Sebastião, de idade de trinta e oito anos, escravizado de Antônio Gomes de Oliveira

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Juiz Municipal suplente: Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Francisco Augusto Martins de Freitas

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 14 páginas;

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302988

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação; Lei do Ventre Livre.

**29.09.1886 - 15312003**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Guilherme, escravizado de Antônio Delfino Silva, avaliado em novecentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Carlos Delfim Passeado, Jacinto Marcos Passeado, Januário de Miranda de Carneiro, José Francisco Bernhaus

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312003

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; fundo de emancipação; Lei do Ventre Livre.

**29.09.1886 - 15312005**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Galdina preta, de idade de quinze anos, casada com um homem liberto que se encontrava escravizada por Antônio Gomes de Oliveira

Serapião, avaliada em seiscentos e cinquenta mil réis

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim [Camilo] de Figueiredo

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Júnior, Capitão Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Francisco Augusto Martins Freitas, Eufaldino Viana de [Faria], Constânico Thomaz Oliveira

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312005

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; alforria; fundo de emancipação; leis abolicionistas.

### **29.09.1886 - 15302987**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Sebastiana, de idade de dezessete anos, casada, roceira, escravizada de Francisco Soares Henriques Vieira, avaliada em seiscentos e setenta e cinco mil réis

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Canuto de Figueiredo

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior, [Zalaino] Vieira de Freitas

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Francisco Augusto de Freitas

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 08.03.1887

Tamanho: 15 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302987

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação; Lei do Ventre Livre.

### **29.09.1886 - 15302986**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de José preto, de idade de vinte e um anos, casado, roceiro, escravizado de Antônio Gomes de Oliveira Serapião, avaliado em novecentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Juiz Municipal suplente: Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva, Francisco Augusto Martins de Freitas, Galdino Vieira de Freitas, Constancio Thomaz de Oliveira

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302986

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; fundo de emancipação; pecúlio; Lei do Ventre Livre; abolicionismo.

### **30.09.1886 - 15302985**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Maria Rita preta, de idade de cinquenta e cinco anos, escravizada de Luís Vieira de Rezende Silva, avaliada em trezentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda Carneiro

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302985

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação; abolicionismo; Lei do Ventre Livre.

### **30.09.1886 - 15312060**

“Alforria pelo fundo de emancipação” de Maria Jacinta, de idade de trinta anos, escravizada de José Machado de Miranda, avaliada em quatrocentas e cinquenta mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Januário de Miranda Carneiro, Carlos

Delfim Silva, Francisco Augusto Martins de Freitas

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 3º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 42 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 28.02.1887

Tamanho: 18 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312060

Palavras-chave: cível; alforria; fundo de emancipação; pecúlio; ação de liberdade; abolicionismo; Lei do Ventre Livre.

### **09.11.1886 - 15312004**

“Ação de abandono de escravo” movida por Máximo, casado com Rita, que alega ter sido abandonado por Francisco José Gonçalves por sofrer morfeia

Autoridades:

Juiz Municipal e de Órfãos: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado;

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 76 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 04.04.1887

Tamanho: 25 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15312004

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; abandono; negligência; morfeia.

### **15.11.1886 - 15302980**

“Autuação da petição de curador geral interino dos Órfãos em que pede providências em cerca do sexagenário Boaventura, ex-escravo de Manoel Afonso Rodrigues”, uma vez que possui idade para ser liberto, porém, estava mantido em cativo

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Antônio Fernandes Medina, José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Francisco Augusto Martins de Freitas, Carlos Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 2.040, 28 de setembro de 1871

Data final: 07.03.1887

Tamanho: 23 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302980

Palavras-chave: cível; alforria; ação de liberdade; leis abolicionistas, lei do sexagenário; ex-escravo; Lei do Ventre Livre; escravização; cativoiro.

### **06.03.1887 - 15301056**

Ação de liberdade de Tereza e Benedita, escravizadas de Fabião Joaquim Ferreira, em decorrência de não terem sido matriculadas

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Francisco Augusto Martins de Freitas, Ernesto Avelino Guimarães

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 87, § 2º, do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 27.08.1887

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15301056

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; ausência de matrícula.

### **17.03.1887 - 15300496**

“Pecúlio para liberdade: Autuação da petição de Gaudêncio Manoel da Conceição escravo de José Joaquim Pereira Torres, em que o mesmo pede guia para depositar na Coletoria a quantia de duzentos mil réis como pecúlio para sua liberdade”

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Manoel Gomes da Silva

Local: Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888

Data final: 27.03.1887

Tamanho: 10 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15300496

Palavras-chave: cível; Lei Áurea; pecúlio; alforria; abolição.

Observação: Ao longo da ação, Gaudêncio solicita reaver o dinheiro depositado com os respectivos juros, uma vez que foi liberto com a promulgação da Lei Áurea.

### **20.05.1887 - 15308409**

Ação de liberdade de Honório preto, escravizado de Antônio Flávio da Silva, em decorrência de ter sido matriculado com a declaração de filiação desconhecida, “se é desconhecida, ele é exporto” e por isso deveria ser considerado livre em consonância com a Lei do Ventre Livre

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Augusto Lima

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Ernesto Avelino Guimarães, Antônio Januário de Miranda Carneiro, Francisco Augusto Martins de Freitas, José Francisco [Bernhaus]

Depositário: Fortunato Gomes da Silva

Curador: Manoel Rodrigues Massena

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, arts. 4º e 5º do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871, Decreto nº 9.517, de 14 de novembro de 1885

Data final: 04.07.1888

Tamanho: 67 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308409

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; Lei Áurea; ação de liberdade; alforria; abolicionismo; Lei Saraiva-Cotegipe.

Observação: A ação é finalizada com a promulgação da Lei Áurea.

### **19.06.1887 - 15311959**

“Pecúlio para liberdade - Autuação da petição de Clara, escrava de Antônio David Alves Ferreira que pede guia para depositar na Coletoria desta Cidade a quantia de quarenta mil réis, como pecúlio para sua liberdade”

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Curador: José Alves da Silva

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 09.07.1887

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311959

Palavras-chave: cível; pecúlio; ação de liberdade; alforria; emancipação; cozinheira.

### **22.06.1887 - 15301603**

“Autuação de uma petição e documentos da liberta Balbina parda”, de idade de quarenta e três anos, a ex-escravizada de Manoel Fortunato Ribeiro solicita documentos para comprovar sua liberdade pela ausência de matrícula

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Francisco Augusto Martins de Freitas, Carlos Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 21.06.1887

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15301603

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; ação de liberdade; parda; abolicionismo; ausência de matrícula; liberta.

### **29.08.1887 - 15308411**

Ação de liberdade de Isabel, casada com Honório, de idade de vinte e sete anos e escravizada de Antônio Flávio da Silva em decorrência de falha na matrícula, uma vez que as informações apresentadas são falsas

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Antônio Januário de Miranda Carneiro, Francisco Augusto Martins de Freitas

Depositário: Fortunato Gomes da Silva

Curador: José de Freitas

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: art. 8º do Decreto nº 9.517, de 14 de novembro de 1885

Data final: 27.10.1887

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308411

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; falha de matrícula; ação de liberdade; inconsistência de informações.

### **31.08.1887 - 15300499**

“Liberdade com cláusula de serviço do suplicante Joaquim, escravo de Idelfonso Moreira

de Faria e Silva por seu curador, Dr. Joaquim de Carvalho Drummond”, pelo acúmulo de quinze mil réis oriundos do seu trabalho em roças

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 31.08.1887

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15300499

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; cláusula de serviço, alforria, pecúlio; leis abolicionistas; brecha camponesa.

### **03.09.1887 - 15301195**

“Relação de escravizados que completaram a idade de sessenta anos do bimestre de julho a setembro de 1885”

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Antônio Januário de Miranda Carneiro

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, art. 10 do Decreto de 12 de abril de 1832

Data final: 21.10.1887

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15301195

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; ações de liberdade; sexagenário; leis abolicionistas.

### **27.09.1887 - 15308413**

Requerimento de liberdade de Maria, escravizada de Marcos Leite de Almeida, solicitando nomeação de curador e depositário

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Coletor: Francisco Soares Valente Vieira

Escrivão: Antônio Januário de Miranda Carneiro, Francisco Augusto Martins Freitas

Local: Cidade e Termo de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 28.09.1887

Tamanho: 10 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308413

Palavras-chave: cível; liberdade; requerimento.

#### **04.10.1887 - 15308410**

Ação de liberdade de Graciana, escravizada de Antônio Francisco dos Santos, alegando não ter sido matriculada

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Antônio Januário de Miranda Carneiro, Francisco Augusto Martins de Freitas

Curador: Manoel José Azevedo Silva

Local: Cidade e Termo de Cataguases

Recurso judicial: art. 1º, § 7º, da Lei nº 3.270, de 28 de fevereiro 1885

Data final: 16.11.1887

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308410

Palavras-chave: cível; Lei Saraiva-Cotegipe; alforria; lei abolicionista; ausência de matrícula.

#### **06.10.1887 - 15301057**

Ação de liberdade de João pardo, escravizado de D. Carlos Alberto Teixeira Leite, em decorrência de falha de matrícula, uma vez que foi matriculado com filiação desconhecida e justifica ser livre “porque a Lei de 28 de setembro de 1871 só considera escravo o de naturalidade brasileira nascido de ventre escravo”

Autoridades:

Juiz de Direito: Antonio Augusto de Lima

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Francisco Augusto Martins de Freitas, Galdino Vieira de Freitas

Depositário: Antonio Gomes de Oliveira Serapião, João Duarte Ferreira

Curador: Antônio Alves Cordeiro, Luis Vieira de Rezende e Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, Decreto nº 5.135, de 12 de novembro de 1872



Data final: 04.06.1888

Tamanho: 104 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15301057

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; abolição; Lei Áurea; Lei do Ventre Livre; pardo.

Observação: A ação é suspensa com a promulgação da Lei Áurea.

### **27.11.1887 - 15306924**

“Traslado dos autos de ação de liberdade de Cândido Lopes Rocha”, escravizado de D. Custódia e dos herdeiros de Justino Lopes Rocha, movida em razão de ter sido liberto pelo seu senhor em leito de morte

Autoridades:

Juiz Municipal: Fernando Pinheiro da Silva Tavares

Escrivão: Leopoldino Antônio da Fonseca, José Francisco Bernhauss

Curador: Américo Lobo Leite Pereira

Local: Cidade de Leopoldina, Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 02.08.1877

Tamanho: 134 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15306924

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; nuncupativo; alforria.

### **12.12.1887 - 15308412**

Ação de arbitramento para liberdade de Genoveva, escravizada de Antônio Flávio da Silva, uma vez que o cálculo de quatrocentos mil reis foi considerado excessivo pela requerente

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: João Franklin de Ataíde

Curador: Antônio Gomes de Oliveira Serapião

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 28.09.1888

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308412

Palavras-chave: cível; arbitramento; ação de liberdade; inflação de valor.

### **09.01.1888 - 15303558**

“Tutela: autuação da promoção do Curador geral interino para a fim de ser dado tutor ao menor Manoel [de quinze anos], filho da liberta Gertrudes”, tutelado por Arsênio Tolentino Pestana

Autoridades:

Juiz de Órfãos suplente: Manoel Dias Souza

Escrivão: Jacintho Marcos Passeado

Tutor: Arsênio Tolentino Pestana

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 05.10.1888

Tamanho: 15 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15303558

Palavras-chave: cível; ação de tutela; tutela de filho de escravizados.

### **28.02.1888 - 15302543**

Manutenção de liberdade de Moisés, ex-cativo de D. Heduvirges Joaquina da Silva, que se encontrava escravizado pelo major Vicente Ribeiro da Silva Vasconcelos que o vendeu para o capitão João Baptista Martins

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Antônio Delfim Silva

Curador: Ernesto Peregrino do Nascimento

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 29.03.1888

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302543

Palavras-chave: cível; manutenção de liberdade; crioulo; carta de liberdade; escravização; escravizado.

### **16.03.1888 - 15303091**

Ação de liberdade dos libertos José e Vicente, que alegam ter sido escravizados indevidamente por Francisco Machado Martins Tostes

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Antônio Januário de Miranda Carneiro, Francisco Augusto Martins de Freitas  
Depositário: Manoel Rodrigues de Massena  
Curador: Antônio Gomes de Oliveira Serapião  
Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina  
Recurso judicial: Decreto nº 3.353, de 13 de maio de 1888  
Data final: 29.05.1888  
Tamanho: 10 páginas  
Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15303091

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei Áurea; abolicionismo; escravizado; ex-escravo.

#### **11.04.1888 - 15303090**

Ação de liberdade de Hipólito, “preto, casado com mulher liberta”, escravizado de João Antônio de Campos, que argumenta não ter sido matriculado na Coletoria

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Júnior, José Alves Vilela  
Escrivão: Antônio Januário de Miranda Carneiro, Francisco Augusto Martins de Freitas, Afonso Júlio de Miranda, Vicente de Paula Lopes  
Local: Cidade e Termo de Cataguases, Bom Sucesso  
Recurso judicial: -  
Data final: 21.05.1888  
Tamanho: 14 páginas  
Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15303090

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; ausência de matrícula.

#### **04.06.1888 - 15311822**

“Tutela: Autuação da Promoção do Curador geral para o fim de ser dado tutor aos menores Felicidade e Manoel, filhos da liberta Sebastiana, ex-escrava de Francisco Antônio Teixeira”

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior  
Juiz de Paz: Maurício Murgel  
Escrivão: Jacinto Marcos Passeado  
Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina  
Recurso judicial: -  
Data final: 16.01.1890  
Tamanho: 30 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311822

Palavras-chave: cível; tutela; ex-escravo; pós-abolição.

### **02.07.1888 - 15302542**

“Autuação da petição e três documentos de Agostinho e Manoel ex-escravos de Julião Fernandes Campos para o fim de levantar da Coletoria a quantia de cento e vinte mil réis com que constituíram pecúlio para suas liberdades”, por terem sido libertos pela Lei Áurea

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Curadores: Benjamin Bonifácio de Souza Queiroz, Antônio Caetano Rodrigues de Barros

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888

Data final: 02.07.1888

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302542

Palavras-chave: cível; Lei Áurea; libertos; pecúlio; fundo de emancipação; ex-escravos.

### **23.11.1889 - 15302978**

“Autuação da petição e documento de Domingas Roza Messias, [ex-escrava de D. Rosa Messias de Jesus] em que requer o levantamento da quantia de vinte mil reis e seus juros, que tem na Tesouraria como pecúlio para sua liberdade”

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Antônio Delfim Silva

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 18.12.1889

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302978

Palavras-chave: cível; pecúlio para liberdade; pós-abolição.

### **09.09.1890 - 15305024**

“Autuação da promoção do Curador geral interino dos órfãos para a fim de ser dado um tutor ao menor Domingos [doze anos] filho da liberta Francisca”

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Astolpho Dutra Nicácio

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, Cirilo Deocleciano Passeado

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 09.09.1890

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15305024

Palavras-chave: cível; filhos de escravizados; indigente; tutela.

### **09.05.1891 - 15311960**

“Tutela: autuação da promoção do Dr. Curador geral para a fim de ser dado um tutor ao menor Domingos [de sete anos] filho da liberta Benta, ex-escravizada de Matheus José Lopes”

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Astolfo Dutra Nicácio, Mauricio Murgel

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 18.08.1891

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311960

Palavras-chave: cível; menor; ex-liberta; tutela; filho de escravizada.

### **26.08.1891 - 15308823**

“Tutela: autuação da petição de Benta liberta, ex-escrava de Matheus José Lopes, a fim de ser dado tutor a seus filhos”, nomeando-se Manoel Silveira de Souza

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Astolpho Dutra Nicacio

Juiz: Manoel Silveira de Souza Junior

Escrivão: José de Azedias Pereira

Local: Cidade de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 28.08.1891

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308823

Palavras-chave: cível; nomeação de tutor; liberta; filhos de escravizadas.

### **29.07.1892 - 15307841**

Solicitação de Francisco Gabriel de Lacerda Júnior, tutor da órfã Arsênia, filha da liberta Glicéria para o casamento da tutelada com Joaquim Vicente de Moraes

Autoridades:

Juiz de Direito: José Maria de Campos Cordeiro

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado

Tutor: Francisco Gabriel de Lacerda Junior

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 05.04.1894

Tamanho: 28 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15307841

Palavras-chave: cível; casamento; tutela; filhos de escravizados.

### **18.09.1895 - 15308862**

“Autuação de um offício do Juiz de Paz do Distrito de Santo Antônio de Muriaé para o fim de ser dado tutor ao menor Jorge, filho da liberdade Margarida”, nomeando-se João Baptista Vassali”

Autoridades:

Juiz substituto: Eduardo Eugenio Santos Barroca

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, José de Almeida Kneipp

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina, Distrito de Santo Antônio do Muriaé

Recurso judicial: -

Data final: 21.02.1905

Tamanho: 36 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15308862

Palavras-chave: cível; filhos de escravizados; tutela de menores; soldada.

### **18.03.1896 – 15302203**

Soldada do menor José, filho dos finados José e Maria libertos, por João Carlos de Mello, acordando-se o valor de dez mil reis mensais

Autoridades:

Desembargador do TRE: João Braulio F. Rabelo

Escrivão do TRE: Antônio Felipe Dias Ribeiro

Juiz de Direito: Felipe Gabriel de Castro Vasconcelos

Juiz de Paz: Maurício Murgel

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, José de Almeida Knneip, Antônio Felipe Dias Ribeiro

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Cataguases

Recurso judicial: art. 101 da Lei nº 105, de 24 de junho de 1894, art. 669, § 9º, do Regimento nº 737, de 25 de novembro de 1850

Data final: 26.02.1908

Tamanho: 123 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15302203

Palavras-chave: cível; tutor; soldada; pós-abolição; Tribunal da Relação do Estado.

### **14.05.1896 - 15307818**

Ação de soldada de Elias, de quatro anos, filho da finada Magdalena, ex-escravizada de Pedro Rodrigues Xavier da Silva Chaves, movida por José Vieira da Silva Resende, acorda-se o depósito mensal de oito mil réis no cofre do Juízo de Órfãos até que o menor alcance a maioridade

Autoridades:

Juiz de Direito: Felipe Gabriel de Castro Vasconcelos

Juiz substituto: Eduardo Eugenio Dantas Barroca

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, José de Almeida Kneipp

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 11.04.1910

Tamanho: 31páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15307818

Palavras-chave: cível; ação de soldada; contrato; menor; ex-escravo; estigma.

### **22.09.1896 - 15305407**

“Soldada: Autuação da procuração do Escrivão a fim de ser dado em soldada o menor José,

filho da natural da liberta Raimunda, já falecida”, ex-escravizada de D. Ana Joaquina Martins da Costa, definindo-se o pagamento do salário de doze mil reis por Francisco da Costa Cruz até a maioridade

Autoridades:

Juiz de Direito: Maurício Murgel, Felipe Gabriel de Castro Vasconcellos

Juiz Substituto: Elpídio Martins Casabranca

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, José de Almeida Kneipp

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 25.07.1903

Tamanho: 86 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15305407

Palavras-chave: cível; soldada; pós-abolição.

### **15.12.1897 - 15311598**

“Autuação de uma petição do Dr. Antônio Vieira de Resende pela qual se propõe a tomar em soldada os menores Rosalina [oito anos], e Jorge [sete anos], aquela filha da liberta Joaquina e este da liberta Felicidade”

Autoridades:

Juiz Direito: Felipe Gabriel de Castro Vasconcelos, Alfredo Ribeiro

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, José de Almeida Kneipp

Tutor: Joaquim Moreira de Barros Oliveira Lima

Local: Cidade e Comarca de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 28.09.1900

Tamanho: 23 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15311598

Palavras-chave: cível; soldada; abandono de menor; pós-abolição.

### **17.10.1898 - 15307521**

“Soldada: autuação da promoção do doutor promotor da Justiça para a fim de serem dados de soldada os menores Joaquim, filho natural da liberta Maria, já falecida e Manoel, filho dos finados José dos Santos e sua mulher”, os serviços foram contratados por Antônio Januário Alves “para que não fiquem em abandono”, firmando-se o pagamento de quatro mil réis mensais para cada até que atingissem a idade de doze anos

Autoridades:

Juiz de Direito: Felipe Gabriel de Castro Vasconcelos

Juiz de Paz: Francisco de Paula

Escrivão: Jacinto Marcos Passeado, José de Almeida Kneipp

Tutor *Ad-hoc*: Benjamim Bonifácio de Souza Guerra

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 12.12.1910

Tamanho: 88 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15307521

Palavras-chave: cível; soldada; tutor; locação de serviços; pós-abolição.

### 5.17.3 Documentos criminais

Observação: Em decorrência da fragilidade de grande parte dos documentos recolhidos da Comarca de Cataguases, que demanda tratamento e ações contra o ataque de fungos, parte dos documentos de cunho criminal ainda não foi cadastrada. Nesse sentido, foi arrolada uma pequena porcentagem do que se encontra disponível para acesso.

#### 09.01.1858 - 15305286

Processo-crime contra Manoel Baiano, José crioulo e Hermenegildo José Cardoso Abranches, acusados pelas agressões físicas graves com o uso de faca e espingarda

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Francisco de Faria, Antônio de Cerqueira Lima

Juiz Municipal: Joaquim Antônio de Alencar

Juiz Municipal dos Órfãos: João de Chagas Lobato

Delegado: Luiz Lobo Leite Pereira

Escrivão: Carlos Silva Pinheiro, José Francisco Mendes, José Felipe Corrêa

Local: Vila de Leopoldina

Recurso judicial: arts. 34, 16, § 6º (agravante), 193, 204, 205 do Código Criminal

Data final: 03.09.1908

Tamanho: 151 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15305286

Palavras-chave: criminal; galés; ofensas físicas; crioulo; baiano.

Observação: Em primeiro momento, os réus foram condenados a pena de galés, porém, foram absolvidos pelo fato de o processo ter prescrito.

#### **06.04.1862 - 15305291**

Sumário de culpa *ex-officio* de Caetano de nação, escravizado de Januário José Rodrigues, acusado pelas agressões físicas ao seu senhor, bem como, em Galdina Joana de Jesus e Romualda (esposa e filha)

Autoridades:

Juiz de Direito: João Olavo Cruz de Andrada

Juiz Municipal: C. Jacob

Subdelegado: Antônio Vieira de Resende Silva, Francisco Joaquim de Resende

Escrivão: José Ferreira de Carvalho, José Francisco Mendes

Local: Arraial e Distrito de Santo Antônio do Muriaé

Recurso judicial: art. 201 do Código Criminal, art. 1º da Lei de 10 de junho de 1835

Data final: 03.09.1908

Tamanho: 38 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15305291

Palavras-chave: criminal; nação; agressão; menor; prescrito; violência; direito senhorial; violência à mulher.

#### **27.04.1873 - 15305289**

Exame cadavérico em Tobias pardo, filho de Eva, escravizados de Antônio Vieira da Silva Rezende, encontrado morto debaixo do monjolo

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Carlos Gonçalves Lima, Abelardo Pereira Paiva, Rui de Miranda

Subdelegado: Joaquim Jeri Gonçalves

Local: Distrito de Santo Antônio de Muriaé

Recurso judicial: -

Data final: 24.03.1911

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15305289

Palavras-chave: criminal; pardo; acidente; necropsia.

#### **21.07.1875 - 15305982**

“Traslado do processado nesta instância extraído da apelação-crime número cento e vinte cinco - terceira classe - apelante o Juízo a favor do réo Norberto escravo, pela gravidade de pena, e apelada a Justiça”, acusado pelo homicídio de João José Barroso, marido de D. Carlota Rachel de Sousa Lima



Autoridades:

Desembargador do TROP: Luiz Gonzaga de Brito Guerra, Pinto de Carvalho

Escrivão do TROP: Francisco de Paula Fernandes Rabelo, Damasco Breves dos Santos

Juiz Municipal: -

Escrivão: Antônio de Assis Martins

Local: Curvelo, Comarca de Leopoldina, Ouro Preto

Recurso judicial: art. 192 do Código Criminal

Data final: 21.07.1875

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15305982

Palavras-chave: criminal; TROP; apelação; homicídio; arma de fogo; crime passional; incompleto.

### **11.09.1882 - 15304417**

“Autuação de uma petição e documentos de Camilo Gonçalves Pacheco pedindo a entrega de seu escravo Francisco”, que foi capturado e depositado na cadeia da Vila de Cataguases

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Carlos José Leite de Sales

Delegado: Manoel Dias Coelho

Local: Vila de Cataguases, Comarca de Ubá

Recurso judicial: -

Data final: 12.09.1882

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15304417

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; depósito.

### **10.05.1886 - 15309107**

Termo de declaração do Inspetor do 8º Quarteirão e o interrogatório feito a José, filho de Augusto e Agostinha, escravizado do tenente Luiz Januário Ribeiro

Autoridades:

Juiz Municipal: Capitão Antônio Fernandes Medina

Escrivão: Antônio Januário de Miranda Carneiro, Manoel Teixeira da Fonseca Vasconcellos Junior

Subdelegado: Eduardo de Freitas Malta

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 07.08.1886

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15309107

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; homicídio; crime forjado.

Observação: Consta no depoimento que o réu fugiu em decorrência “dos maus-tratos e castigos de seu senhor por causa da colheita de café”. Ademais, José expõe que foi obrigado por Francisco Ribeiro, irmão de seu senhor, a cometer o assassinato de Gregório, pardo, escravizado da viúva de João Ribeiro Bruno, e, em seguida, forjar um cena de suicídio.

### **03.09.1887 - 15306082**

“Auto de perguntas ao escravo [José] Tibúrcio de Andrade [Reis], pertencente a Urbano Ottoni d’Andrade Resende”, acusado de homicídio

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho Junior

Escrivão: Antônio Delfim Silva, Salathiel Fernandes Lima

Delegado: Joaquim Pereira de Mello

Local: Cidade e Termo de Cataguases, Comarca de Leopoldina

Recurso judicial: -

Data final: 06.11.1887

Tamanho: 35 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15306082

Palavras-chave: criminal; interrogatório; homicídio.

Observação: O escravizado foi inocentado por se tratar de “falsas acusações” e solto da prisão.

### **14.01.1889 - 15306891**

Auto de prisão em flagrante de Luiz de tal, escravizado de Joaquim Ferreira Campos Reimão, realizado na estação de Estrada de Ferro de Leopoldina por ter rompido o lacre de um vagão carregado de mercadorias

Autoridades:

Juiz Municipal: José Maria Vaz Pinto Coelho

Escrivão: Francisco Pereira Ramos Sobrinho, Antônio Januário de Miranda

Subdelegado: Joaquim Ferreira Campos

Local: Cidade de Cataguases

Recurso judicial: -

Data final: 24.01.1889

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15306891

Palavras-chave: criminal; tentativa de furto; Estrada de Ferro Leopoldina.

### **25.02.1889 - 15304925**

“Autuação de uma portaria do doutor Juiz de Direito, para ser conduzido por ordem de *habeas corpus* o réu Raimundo” ex-escravizado de Joaquim Moreira de Faria Sobrinho

Autoridades:

Juiz de Direito: Francisco Ferreira Dias Duarte

Escrivão: Antônio Delfim Silva

Local: Cidade de Cataguases, Comarca de Leopoldina


Recurso judicial: art. 13, § 4º, da Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, art. 344 do Código do Processo Criminal, art. 193 do Código Criminal

Data final: 25.02.1889

Tamanho: 20 páginas

Referência documental: TJMG\_Cataguases\_15304925

Palavras-chave: criminal; interrogatório; *habeas corpus*; homicídio; arma branca.



*Comarca de  
Conceição do Mato Dentro*

## 5.18 Comarca de Conceição do Mato Dentro

### 5.18.1 Contexto histórico e administrativo

O atual município de Conceição do Mato Dentro, região central de Minas Gerais, localiza-se no lado oriental da Serra do Cipó, na Cordilheira do Espinhaço, patrimônio natural e cultural do Brasil. O território foi originalmente ocupado por indígenas vulgarmente chamados de “botocudos”, em referência a utilização dos botoques (adornos colocados nas orelhas e lábios). A região atraiu colonizadores no início do século XVIII, como o caso da expedição comandada pelo coronel Antônio Soares Ferreira, que partiu de Sabará em 1701. A busca pelas lavras auríferas no Ivituruí ou Serro Frio, bem como o aprisionamento de indígenas foram catalisadores para conflitos, uma vez que, nesse contexto, os indígenas não apenas defendiam seu território, como também a própria liberdade frente à escravização praticada pelos bandeirantes.

Por um lado, a notícia da presença de ouro foi fator central para o rápido povoamento da Capitania de Minas Gerais, gerando a formação de arraiais e vilas. Por outro, provocou a dizimação de indígenas (pelas “guerras justas” ou por doenças infecciosas) e a sua fuga para o interior da capitania (Corrêa, 2022). Em 1702, os bandeirantes chegaram às nascentes de um curso d’água, que ficou conhecido como ribeirão de Santo Antônio. Após a partilha das lavras, arraiais desenvolveram-se em torno das capelas de Nossa Senhora Aparecida (Arraial de Córregos), Nossa Senhora da Conceição (Arraial de Conceição) e Nossa Senhora do Pilar (Morro do Pilar). Desses três, o de Conceição se destacou pelo desenvolvimento, tanto pelo clima agradável, quanto pela elevada presença de ouro. Por isso, foi elevado à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em 1709. Em decorrência do aumento populacional e da expansão territorial, em 1750, foi elevado a distrito, inicialmente atrelado à Comarca do Sabará e, posteriormente, à Comarca do Serro Frio (1842), em consonância ao desenvolvimento interno da região (Ferreira, 1958).

Os pedidos para elevação à vila foram atendidos apenas no período imperial, conforme o art. 2º da Lei Provincial nº 171, de 23 de março de 1840, passando a se chamar Vila de Conceição. Em 1876, foi criada a Comarca do Rio Santo Antônio, sem ligação com a antiga comarca de mesmo nome, compreendendo os municípios de Conceição do Serro e o de São Miguel de Guanhões (anexado em 1876). Alguns anos depois, o último foi transferido para a Comarca do Serro, que foi reincorporado à do Rio Santo Antônio em 1886, até ser transferido para a Comarca do Rio Doce pelo Decreto nº 35, de 4 de abril de 1890 (Martins; Soares, 2016).

No período republicano, no mesmo ano da transferência de São Miguel de Guanhões para a Comarca do Rio Doce, o Decreto nº 202, de 9 de outubro de 1890, anexou o município de Santana dos Ferros à Comarca do Rio Santo Antônio. Ainda no mesmo ano, o Decreto nº 255, de 28 de novembro, criou a Comarca de Ferros, desmembrando o

Município de Santana dos Ferros, que, a partir da Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891, passou a ser denominada de Comarca de Conceição do Serro (Martins; Soares, 2016).

O município de Ferros foi anexado novamente à Comarca de Conceição do Serro em 1903, quando a Comarca de Ferros foi suprimida até ser restaurada em 1915. Na década seguinte, tanto o município, quanto a Comarca tiveram uma nova mudança na denominação para Conceição. Durante a Era Vargas, foi novamente alterada a denominação do município e da Comarca para Conceição do Mato Dentro. Com a reforma do sistema judiciário em 1948, a fim de estabilizar as comarcas, os termos judiciários foram extintos, dividindo a administração judiciária em comarcas e distritos. Nesse contexto, a Comarca de Conceição do Mato Dentro era composta pelo município homônimo e por Dom Joaquim (Martins; Soares, 2016).

A partir de 1970, a Comarca era composta por: Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Congonhas do Norte, Dom Joaquim (incorporado após a supressão da comarca de mesmo nome), Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto. Em 1988, os municípios de Santo Antônio do Rio Abaixo e de São Sebastião do Rio Preto foram transferidos para a Comarca de Santa Maria do Itabira. A Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, estabeleceu que a Comarca de Conceição do Mato Dentro seria classificada como primeira entrância composta por um juiz e, em 2014, os municípios de São Sebastião do Rio Preto e Santo Antônio do Rio Abaixo foram incorporados à Comarca de Conceição do Mato Dentro até a instalação da Comarca de Santa Maria do Itabira (Martins; Soares, 2016).

### 5.18.2 Documentos cíveis

#### 12.07.1838 - 17503061

Ação de manutenção de liberdade de “Manoel crioulo, com assistência de seu curador, o advogado Martiniano Lázaro Costa, (hoje falecido), curador Domingos Augusto de Carvalho”, o ex-escravizado de Isabel da Silva Almeida, relata que, após o falecimento de sua senhora, teve a liberdade suprimida por Antônio da Costa Teixeira, herdeiro da falecida.

Autoridades:

Juiz de Direito: João Salomé Queiroga

Juiz Municipal: João Nepomuceno de Almeida

Juiz de Paz: Domingos Afonso Pereira Chaves

Escrivão: Feliz Francisco Siqueira, Joaquim Pio Costa

Curador: Martiniano Lázaro Costa, Domingos Augusto de Carvalho

Local: Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, Termo e Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 21.02.1842

Tamanho: 178 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503061

Palavras-chave: cível; crioulo; alforria; ação de liberdade; escravização.

### **18.09.1838 - 17506114**

Libelo de cobrança em que Antônio da Costa Teixeira solicita a Joaquim José Ribeiro Figueira o pagamento pelo jornais do escravizado Manoel crioulo, alugado por dois anos

Autoridades:

Juiz Municipal: José Nepomuceno de Almeida

Juiz de Direito: João Salomé Queiroga

Juiz de Paz: Tenente Francisco de Paula Lages

Escrivão: João Nepomuceno de Almeida, Basílio Fernandes Pinto

Local: Cidade do Serro, Arraial de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, Termo da Vila do Príncipe, Comarca do Serro Frio

Recurso judicial:-

Data final: 20.03.1841

Tamanho: 45 folhas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506114

Palavras-chave: crioulo; dívida; jornais; empréstimo de escravo; fuga de escravizado.

Observação: O documento contém relato de que o escravizado fugiu da posse de seu senhor e solicitou ser comprado por Joaquim José Ribeiro Figueira. Esse processo é relacionado ao 17503061.

### **03.11.1849 - 17508491**

Requerimento de Modesto de Paula Santos Barbosa contestando a compra de Libério (oficial de ferreiro), escravizado de Modesto Batista dos Santos, avaliado em oitocentos mil réis, uma vez que este sofria de enfermidades crônicas, ocultas no momento da aquisição, e assim solicita indenização

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: Rafael de Mattos Santos e Carvalho

Depositário: Bento Alves de Lima

Escrivão: Francisco Honório dos Santos

Local: Vila de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 21.01.1850

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508491

Palavras-chave: cível; anulação de compra; enfermidade; ferreiro; indenização.

Observação: Documento incompleto.

#### **05.02.1853 - 17505624**

Testamento de Eufemia Maria da Silva que concedendo liberdade a seus escravizados após sua morte, sendo eles: Joaquim e sua mulher Ricarda (ambos de origem africana) e seus filhos Manoel, Messias, Antônio, Joaquina e Marciliano

Autoridades:

Juiz Municipal: José Joaquim de Araújo Soares Filho

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 15.12.1854

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505624

Palavras-chave: cível; testamento; alforria; africano; crioulo.

#### **22.08.1853 - 17504580**

Ação de libelo movida pelo capitão Hermógenes Pereira de Aguiar e sua mulher, D. Joana Gonçalves Campos, e seus herdeiros contra os escravizados: Teresa, Rita, Maria, Ana Joaquina, José, Sebastiana, Antônio, Joaquim, Fermiana, Eufrásia, João, Manoel, José, José, Francisco, Pedro, Maximiano, Francisco, Rafael, Loureana, Felisberto, Rofino, Vicência, Pedro, Camilo, Bento, Pio, Antônio Sebastião, Isabel e Hilário, escravizados do falecido Manoel Francisco Braga, no intuito de provar que são os legítimos senhores deles

Autoridades:

Juiz Municipal: José Joaquim de Araújo Soares Filho

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 24.02.1854

Tamanho: 20 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504580

Palavras-chave: cível; cabra; conga; pardo; ação coletiva; herança.

### **08.06.1857 - 17508513**

“Ação de proclamação de liberdade de Rafael pardo, por curador o solicitador Joaquim Manoel Ferreira” escravizado por Rafael de Mattos Paixão, o libertando afirma ter sido doado por sua antiga proprietária, D. Francisca Quitéria de Assis, com a condição de ser alforriado após o pagamento de quinhentos mil réis por seu pai

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Juiz de Paz: Antônio Ferreira de Aguiar

Escrivão: Francisco Honório dos Santos, José Celestino Ferreira

Local: Cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 23.11.1857

Tamanho: 44 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508513

Palavras-chave: cível; proclamação de liberdade; alforria; pardo.

### **26.06.1857- 17502022**

Auto de avaliação de escravos pertencentes aos herdeiros da finada Dona Anna de Sá Moraes de quem ficou viúvo Manoel de Aguiar Pamploria, são eles: Anna crioula de sessenta anos, Anna de onze anos, Eduviges de vinte nove anos, Constância de oito meses, Manoel, de trinta e um anos e Ricardo, de treze anos de idade

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Doutor Ernesto Pio dos Mares Guia

Escrivão: José Bento de Oliveira, José da Cunha Ferreira Rabello

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial:-

Data final: 16.07.1857

Tamanho: 56 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502022

Palavras-chave: cível; avaliação de escravos; venda de escravos.

### **25.08.1859 - 17502713**

“Libelo cível de proclamação de liberdade” de Maria preta, africana, que alega ter

sido liberta pelo seu senhor Casemiro José dos Santos antes de sua morte, porém, que permanecia em cativeiro por José Martins da Cruz e D. Donata Cassemira dos Santos, herdeiros do falecido

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Oliveira, Ernesto Pio dos Mares Guia

Juiz de Paz: Brasilino Raimundo Ferreira da Costa

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Francisco Honório dos Santos

Curadores: Aureliano José Lessa, Domingos Martins de Oliveira, Joaquim Manoel Ferreira

Local: Cidade de Nossa Senhora da Conceição do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 12.11.1864

Tamanho: 42 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502713

Palavras-chave: cível; proclamação; liberdade; alforria; africana; nuncupativo; escravização.

### **11.10.1865 - 17508509**

“Proclamação de liberdade de Venâncio de Figueiredo”, pardo, escravizado do falecido capitão Joaquim José de Figueiredo, contra “Pedro Gonçalves por cabeça de sua mulher D. Maria, Vicente de Araújo Silva por cabeça de sua mulher D. Francisca e outros herdeiros do falecido”, argumentando ter pago diferentes quantias ao seu senhor para conquistar sua liberdade

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Carlos Monteiro Moura

Juiz de Paz: Joaquim Nunes Coelho

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moura

Local: Cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 01.12.1865

Tamanho: 23 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508509

Palavras-chave: cível; proclamação de liberdade; alforria; herança; pecúlio.

### **18.04.1870 - 17508444**

“Proclamação de liberdade de Luiza”, filha natural de José Pereira de Souza Chaves e

Rosa, crioula, ambas escravizadas de Romão Gonçalves Chaves (avô da menor), José Pereira solicita a perfilhação, bem como a alforria de sua filha, negada por seu pai

Autoridades:

Juiz Municipal: José Cristiano Stockler de Lima

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Juvencio Policarpo Moreira

Curador: Antônio Ferreira de Souza Maia

Local: Cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 17.05.1870

Tamanho: 20 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508444

Palavras-chave: cível; proclamação; liberdade; menor; crioula; perfilhação; direito familiar.

Observação: Constam, na ação, argumentos passíveis de atenção, como a do requerente José Pereira de Souza Chaves, que, em suas palavras, apontou “que, por fragilidade humana, teve Rosa, crioula, [...] uma filha de nome Luzia, de oitenta dias idade”; ou o relatado pelo curador e advogado a respeito de Romão Gonçalves Chaves, “que, surdo às vozes da natureza, e tendo em pouca consideração os laços do próprio sangue, negou-se a princípio a reconhecer a liberdade de Direito de sua neta [...] e agora a exige dizendo ser sua escrava”.

#### **27.04.1871 - 17502355**

“Ação de proclamação de liberdade” de Maria parda e seus filhos menores Manoel, Delfim e Henriqueta contra a viúva e os herdeiros do capitão Fidelis Gonçalves Couto, é relatado que Maria, casada com Boaventura Couto Machado, era filha de Úrsula, escravizada do capitão

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Sebastião José Ferreira, Antônio Augusto de Oliveira

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Curador: Antônio Augusto de Oliveira

Local: Distrito das Dores, Termo e Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 28.06.1871

Tamanho: 28 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502355

Palavras-chave: cível; proclamação de liberdade; parda; História da Família; casamento.

### **22.08.1871 - 17502032**

Ação cível de proclamação de liberdade de Casimira Rabelo Leite, escravizada de Luiz Rabelo Leite, que relata ter recebido carta de liberdade passada em leito de morte por seu senhor (mediante o acordo que haviam firmado: nascimento de três filhos escravizados), no entanto, sua liberdade foi desconsiderada por Hermenegildo de Moraes Machado, irmão e herdeiro do finado

Autoridades:

Juiz Municipal e de Órfãos: Antônio Carlos Monteiro de Moura

Juiz Municipal substituto: Belchior Ferreira Braga

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moreira, Francisco Honório dos Santos

Curador: Joaquim Moreira Ferreira

Local: Cidade de Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 01.04.1864

Tamanho: 160 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502032

Palavras-chave: cível; proclamação de liberdade; escravidão indevida; direito de herança; acordo verbal; negociações; nuncupativo.

Observação: Casimira narra que teve cinco filhos, todos homens, e foram libertos por Luiz Rabelo Leite.

### **02.10.1871 - 17504827**

“Autuação do interrogatório feito aos escravos Maximiano da Costa e Joana Africana da Costa, presos na cadeia desta cidade”, capturados e presos como bens de evento, seguida pelas suas ações de liberdade, com a justificativa de não terem sido arrematados em hasta pública

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: José Camilo Ribeiro Campos

Juiz Municipal: Joaquim Bento de Oliveira

Escrivão: Francisco José Candido de Oliveira, Matheus da Costa Fonseca

Curador: Antônio Ferreira de Souza Maia

Local: Cidade da Conceição, Comarca de Piracicaba

Recurso judicial: art. 6º, § 4º, da Lei de nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 10.09.1871

Tamanho: 61 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504827

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; fuga; maus-tratos; alforria; africanos; bens vagos; bens de evento.

Observação: No relato, os escravizados apontam que pertenciam à Maria Hipólita de Jesus, viúva de José da Costa Cruz, moradores no engenho da Boa Vista, no recôncavo da Bahia. O motivo da fuga deu-se em consonância dos castigos e maus-tratos da senhora.

### **10.03.1873 - 17503262**

Ação de retificação e desistência da procuração de Felipe africano, liberto, ex-escravizado do finado Antônio João de Freitas Carvalho Drummond, concedida a Manoel de Drummond para verificar a legalidade de sua escravização, alegando ter servido por vinte e quatro anos

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Moreira Nogueira Penido

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Procurador: João Baptista Carvalho Drummond

Local: Distrito de Itambé, Termo e Cidade da Conceição, cidade de Itabira do Mato Dentro

Recurso judicial: -

Data final: 28.03.1873

Tamanho: 31 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503262

Palavras-chave: cível; africano; liberto; revogação; alforria; escravização ilegal; jornais.

### **26.03.1857 - 17508511**

Ação de liberdade de Antônio pardo, escravizado de Bento Rafael de Matos, avaliado em quinhentos mil réis, por meio de pagamento de pecúlio indenizatório

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Escrivão: Francisco Honorio dos Santos

Curador: Joaquim Manoel Ferreira

Local: Cidade de Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 22.05.1857

Tamanho: 56 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508511

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pardo; alforria; pecúlio.

### **21.09.1875 - 17500223**

“Autuação de uma petição de Salvador Corrêa de Lacerda, que requer o depósito do escravo Simão, filho de Sebastiana, pertencente ao cidadão José Martins de Oliveira Brito”, alegando ser considerado livre em decorrência da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Carlos Monteiro de Moura

Juiz de Órfãos substituto: Severo Fernandes Dias

Escrivão: Francisco José Cândido de Oliveira, Juvencio Policarpo Moreira

Curador: Antônio de Ávila Santos

Local: Cidade de Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 27.11.1875

Tamanho: 30 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17500223

Palavras-chave: cível; depósito; crioula; Lei do Ventre Livre.

### **01.05.1876 - 17504826**

Ação de proclamação de liberdade movida por Raimundo Luiz Pereira, escravizado que foi da finada da D. Maximiana Vilarina de Freitas e casado com Bárbara cabra, escravizada dos herdeiros de Lionel Pires de Oliveira, expondo que esta foi abandonada por eles há mais de um ano e deveria ser considerada livre

Autoridades:

Juiz de Órfãos: Alferes João Frederico Vieira Costa

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Francisco José Cândido de Oliveira, Matheus da Costa Fonseca, Juvêncio Policarpo Moreira

Curador: Joaquim Francisco da Silva

Local: Cidade de Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 6º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 76 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 13.03.1877

Tamanho: 137 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504826

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; alforria; cabra; abandono; negligência senhorial.

### **06.05.1876 - 17508560**

“Ação de proclamação de liberdade” de José pardo, forro, alegando ter sido criado por Floriano Martins Pereira e tendo este falecido, requer os herdeiros, em especial D. Catarina Carlota Emília, declará-lo pertencente aos bens de seu pai, em decorrência de que o seu assento de batismo não foi localizado

Autoridades:

Juiz Municipal: João Frederico Vieira Costa, Antônio Figueiredo Ataíde

Depositário: Antônio Ávila dos Santos

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Juvencio Policarpo Moura, Fernando José de Heredia

Curador: Antônio de Ávila Santos, Antônio Ferreira de Sousa Maia, José Teodoro de Sousa Lima

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca de Santo Antônio

Recurso judicial: art. 81 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 22.10.1881

Tamanho: 179 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508560

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; proclamação de liberdade; forro; escravização indevida; patriarcalismo.

### **05.06.1877 - 17507633**

Ação de liberdade de Ana, escravizada de Joaquim da Silva Pereira e Ana Gonçalves, que relata ter sido alforriada por seu senhor em leito de morte com a condição que servisse sua esposa enquanto vivesse, após o falecimento da senhora, aciona a justiça para ser liberta

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde

Depositário: Leopoldino Augusto de Oliveira

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Curador: Joaquim Soares Maciel Junior

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 08.10.1887

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507633

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; nuncupativo; morfeia.

### **11.05.1878 - 17505545**

“Ação de proclamação de liberdade” movida por Isaac, Maria, Benedita, Julia e Ismael, que são réus Augusto Heleodoro dos Santos e sua mulher Dona Antônia de Jesus Almeida; os escravizados afirmam que, em 1863, quando a senhora era solteira, foi firmado um acordo que previa a concessão de suas alforrias mediante a prestação de serviços por vinte e cinco anos, porém, após casar-se com o dito senhor e em decorrência de dívidas contraídas, foram penhorados

Autoridades:

Juiz Municipal dos Órfãos: Alferes João Frederico Vieira Costa

Escrivão: Matheus de Costa da Fonseca, Juvêncio Policarpo Moreira

Curador e advogado: Joaquim Francisco da Silva

Local: Arraial de São Domingos do Rio do Peixe, Cidade dada Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 91 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 25.11.1879

Tamanho: 50 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505545

Palavras-chave: cível; alforria; carta de liberdade; penhora; direito servil; prestação de serviço.

Observação: Conforme o art. 91 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, os serviços ou acordos prévios são intransferíveis. Desse modo, os escravizados não podem ser arrolados como bens de penhora.

### **05.07.1878 - 17508494**

“Ação sumária de liberdade” de Manoel pardo e Maria parda, pertencentes à falecida D. Catarina Carlota Emília, os escravizados relatam que a senhora havia acordado de os libertarem após sua morte

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto Ataíde

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moreira

Depositário: Pompeu de Souza Ribeiro

Curador: João Pereira Malaquias

Local: Distrito de Itambé do Mato Dentro, Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 06.07.1878



Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508494

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; pardo; nuncupativo.

#### **10.07.1878 - 17505224**

“Ação de proclamação de liberdade” de Dario pardo, escravizado de Francisco Teixeira de Oliveira, que reivindica seu direito afirmando ter sido liberto durante a vida do seu senhor, porém, foi mantido em cativeiro por seus herdeiros

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto Ataíde, [José Joaquim Ferreira Rabelo] - Barão do Serro

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moreira, Matheus da Costa Fonseca, Raphael Vieira Braga; Francisco Felipe Santiago

Curador: Antônio Ferreira de Souza Maia

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 10, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º do Decreto nº 4.129, de 28 de março de 1868

Data final: 18.05.1880

Tamanho: 81 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505224

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pardo; carta de liberdade.

#### **04.07.1879 - 17502021**

Manutenção de liberdade de Vicência crioula, escravizada do espólio de Amancio da Silva Guimarães, afirmando que, desde março de 1873, iniciou o pagamento de seu pecúlio indenizatório ao seu senhor, e, após a morte deste, requer sua liberdade por não ter sido matriculada

Autoridades:

Juiz de Direito: Caetano Augusto da Gama Cerqueira

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moreira, João Alves de Oliveira

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 56 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, art. 4º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 19 do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 22.08.1879

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502021

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; alforria; manutenção de liberdade; crioula; pecúlio; espólio.

#### **05.01.1881 - 17502912**

“Ação de manutenção de liberdade” de Tomázia e Vitalina, escravizadas do falecido José Evaristo Ferreira, expondo que tiveram cartas de liberdade registradas em cartório, mas, posteriormente, rasgadas por Jerônimo Vila Verde, herdeiro do finado, e solicitam cópias delas, no intuito de serem libertadas do cativoiro

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto Ataíde

Juiz Municipal e dos Órfãos: João Coelho Lages

Escrivão: Matheus de Costa Fonseca, Juvêncio Policarpo Moreira

Depositário: Miguel Accacio Pinto

Curador: Bento Joaquim de Oliveira

Local: Cidade da Conceição do Serro do Frio, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 15.01.1881

Tamanho: 167 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502912

Palavras-chave: cível; supressão de carta; alforria.

#### **10.01.1881 - 17508502**

“Ação de arbitramento” de Rita crioula, de idade de sessenta e dois anos, avaliada em duzentos mil réis

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto Ataíde

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Juvêncio Policarpo Moreira, Ernesto Candido Moreira

Curador: Honório Pires de Oliveira

Local: Cidade da Conceição do Serro do Frio, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 4º, § 2º, da Lei de nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 84 do Regimento nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 23.12.1882

Tamanho: 70 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508502

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; arbitramento; crioula.

### **17.08.1882 - 17502640**

“Ação de proclamação de liberdade” de José, Raimundo, Camilo e Benedita, escravizados da falecida D. Clara Maria da Conceição, relatando que a senhora havia deixado testamento que garantia suas alforrias após a prestação de vinte e cinco anos de serviço, porém, encontram-se em poder de José Joaquim de Meneses e dos herdeiros de D. Florinda Antônia de Avelar

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Serapião de Carvalho, João Baptista de Carvalho Drummond, Manoel L. Procópio

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, José Martins Fontes

Curador: Honório Pires de Oliveira

Local: Cidade da Conceição do Serro do Frio, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 96 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, art. 4º, § 5º, da Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1884

Data final: 05.11.1884

Tamanho: 111 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502640

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; escravização indevida; testamento; prestação de serviços.

### **04.12.1882 - 17505629**

“Ação de arbitramento” de Luzia parda, escravizada de Ricardo Moreira Neto, a fim de ser avaliada para dar início ao seu processo de liberdade mediante pagamento de pecúlio arrecadado por esmolas

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Serapião de Carvalho

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Curador: Antônio Augusto de Ataíde, Reginaldo Pires de Oliveira

Local: Cidade da Conceição do Serro do Frio, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 05.12.1882

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505629

Palavras-chave: cível; arbitramento; alforria; pecúlio; ação de liberdade; esmolar.

### **01.12.1883 - 17507617**

“Requerimentos autuados” de Joana Joaquina da Silva, viúva de Francisco Ferreira,

requerendo a anulação da carta de liberdade concedida à Maria crioula, alegando ter sido embriagada e coagida por Jerônimo José de Azevedo e Silvéria de tal, filhos da escravizada

Autoridades:

Juiz Municipal: José Joaquim de Araújo Soares Filho

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 07.12.1853

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507617

Palavras-chave: cível; anulação de liberdade; embriaguez; crioula; coação.

### **24.01.1884 - 17508232**

“Ação sumária de liberdade” de José crioulo, escravizado de Jerônimo da Cunha Menezes, por meio de pagamento de pecúlio do fundo de emancipação no intuito de poder casar-se com Maria de tal

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Serapião de Carvalho, José Cristiano Stockler de Lima, Caetano Augusto da Gama Cerqueira

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Curador: Agostinho José Ferreira Andrada

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Rio do Santo Antônio

Recurso judicial: art. 10, § 15, do Decreto nº 8.946, de 16 de maio de 1883

Data final: 24.01.1884

Tamanho: 84 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508232

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pecúlio; fundo de emancipação.

### **03.09.1884 - 17505613**

Ação de liberdade de Maximiano, escravizado de D. Maria Pacífica do Carmo Mendanha, afirmando que, mesmo tendo pagado o pecúlio de sua liberdade no valor de duzentos mil réis, não havia obtido alforria

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde, Bernardino do Nascimento Moura

Escrivão: Ernesto Cândido Moreira;

Coletor: João Pereira Malaquias, Francisco Corrêa de Miranda

Curador: Antônio de Ávila Santos

Local: Cidade de Conceição, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 4º, § 1º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 4º, § 3º, da Lei nº 3.279, de 28 de setembro de 1872, art. 3º do Decreto nº 9.577, de 14 de novembro de 1885, arts. 49 e 57 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 07.04.1888

Tamanho: 37 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505613

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; alforria; pecúlio.

### **15.07.1886 - 17507611**

Ação de liberdade de Marcos, escravizado de D. Maria Profira de Câmara, viúva de Joaquim José de Araújo, em razão de ter sido abandonado por sua senhora

Autoridades:

Juiz Municipal: Bernardino do Nascimento Moura

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, João Avelino de Souza Carlota

Curador: Honório Pires de Oliveira

Local: Arraial de Nossa Senhora do Porto de Guanhões, Cidade de Conceição

Recurso judicial: *Código de Latina libertate Tollenda*: Lei 4º, § 5º, *Código de bons libertor et jure patron*, art. 6º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 21.08.1886

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507611

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; abandono.

### **09.06.1887 - 17501106**

Ação de liberdade de Pedro, escravizado de D. Rita Norberta de São Salvador, em que afirma que a dita senhora havia acordado conceder a alforria mediante a prestação de serviços até sua morte, porém, após seu falecimento, foi mantido como escravizado por Miguel Arcanjo Ribeiro para pagar dívidas contraídas por sua senhora, sendo transferido novamente para Sebastião da Silva Maia, filho da falecida, requerendo que o mesmo escravizado continue em cativeiro

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, João Alves de Oliveira  
Curador: Joaquim Soares Maciel Junior  
Local: Freguesia de Itambé  
Recurso judicial: -  
Data final: 17.06.1887  
Tamanho: 9 páginas  
Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17501106

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; prestação de serviços; escravização indevida.

Observação: O documento encontra-se incompleto.

### **5.18.3 Documentos criminais**

#### **12.07.1831 - 17502347**

Libelo-crime acusatório movido por João de Sousa Ferreira contra Francisco Antônio Alves de Araújo, Luis crioulo (escravizado), Marcelino José da Cunha, Manoel Jacome do Espírito Santo, Honorato Dias, Manoel Lopes, Antônio Benguela escravizado de José Felix de Araújo, Pedro Cabinda, escravizado de Salviano Alves, acusados de terem invadido a sua propriedade com espingardas, facões, facas de ponta e porretes e proferido vários danos

Autoridades:

Desembargador: Antônio da Costa Pinto, Antônio José Vicente

Juiz de Paz: João Coelho de Magalhães, José Coelho da Rocha

Escrivão: Joaquim Pio Costa, Antônio Moreira de Castro, Jorge Benedito Ottoni, Domingos José Augusto de Carvalho

Local: Distrito de São Miguel e Almas, Vila do Príncipe, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 16.11.1832

Tamanho: 136 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502347

Palavras-chave: criminal; dano ao patrimônio; benguela; cabinda; crioulo.

#### **15.04.1844 - 17508338**

Processo-crime contra Antônio crioulo, Vicente e Jacinto africano, de nação, acusados de homicídio de seu senhor Antônio Lucas Teixeira de Leão e condenados à pena de morte

Autoridades:

Presidente da Província: Quintiliano José da Silva

Juiz de Direito: Luís Antônio Barbosa, João Paulo dos Santos Barreto, João Salomé de Queiroga

Juiz Municipal: Francisco de Paula Lages

Delegado: José Justino Ribeiro de Carvalho

Subdelegado: Antônio Joaquim Leite

Curador: João Pereira Malaquias

Escrivão: Possidônio de Souza Borges, José Bento de Oliveira, Francisco Honório dos Santos

Local: Arraial de Santo Antônio do Rio Abaixo, termo da Vila da Conceição, Comarca do Serro Frio, Imperial Cidade de Ouro Preto

Recurso judicial: art. 1º da Lei de 10 de junho de 1835

Data final: 28.06.1847

Tamanho: 151 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508338

Palavras-chave: criminal; crioulo; africano; pena de morte; leis repressivas; Lei de 1835; senhor de escravizado.

Observação: O réu Antônio Vicente de Araújo foi absolvido do crime, mesmo sendo o mandante.

#### **08.04.1846 - 17508220**

Processo-crime movido por José Lopes da Silva contra Francisco Vieira da Costa, Francisco Acassio de Souza, Francisco Euzébio da Costa e Lázaro de tal, escravizado de D. Ana Pereira da Conceição, acusados de invadirem a sua propriedade armados querendo que “suplicante entregasse umas cabeças de gado que outrora pertenceram a Jerônimo da Costa”

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel Francisco da Costa Pinto, José Inocência de Campos

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Oliveira

Subdelegado: Joaquim José Farnese

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Mariano José Guedes, Gregório Coelho Barbosa, José Bento de Oliveira, Francisco Honório dos Santos

Local: Cidade da Conceição do Serro

Recurso judicial: art. 3º da Lei de 26 de outubro de 1831

Data final: 27.01.1858

Tamanho: 96 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508220

Palavras-chave: criminal; de tal; arma de fogo; ausência de licença; crime organizado.

**20.08.1846 - 17505209**

Processo-crime movido por Joaquim Gordiano Teixeira do Nascimento contra Zeferino, escravizado de Manoel Maria, acusado pelo sequestro e defloramento de sua filha menor de idade

Autoridades:

Juiz Municipal: Joaquim Caetano da Silva

Subdelegado: Joaquim Alves Pacheco

Escrivão: Francisco Joaquim de Carvalho Costa, Matheus da Costa Fonseca, Aureliano Antônio Vieira

Local: Distrito de Nossa Senhora do Porto, Freguesia de São Miguel e Almas, Termo da Vila de Conceição do Mato, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 219, 226 e 227 do Código Criminal

Data final: 11.11.1869

Tamanho: 23 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505209

Palavras-chave: criminal; sequestro; estupro de vulnerável; defloramento; rapto.

**20.09.1847 - 17505261**

Processo-crime contra João crioulo, escravizado de Maria Gomes, acusado pelo homicídio de José Maria, condenado a galés perpétua

Autoridades:

Juiz Municipal e Delegado: Ernesto Pio dos Mares Guia

Delegado: Francisco de Paula Lagos, José Justino Ribeiro de Carvalho

Escrivão: José Bento de Oliveira, Matheus da Costa Fonseca, Aureliano Antônio Vieira

Local: Vila da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: art. 16, § 1º, § 6º (agravante), 193 (grau máximo) do Código Criminal

Data final: 11.09.1858

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505261

Palavras-chave: criminal; galés; homicídio; arma branca; crioulo.

### 30.01.1848 - 17501785

Sumário de culpa *ex-officio* contra os réus Antônio Ferreira da Costa, Lino Ferreira da Costa, D. Maria Bárbara e seus filhos João, Joaquim e José Baptista de Andrade, Manoel Ramos, Domingos africano (escravizado que foi do finado Padre Francisco) e outros acusados por ajuntamento ilícito que causaram roubos e danos na plantação de Clemente Lopes da Cruz

Autoridades:

Juiz Municipal e de Órfãos: José Joaquim de Araújo Soares, Ernesto Pio dos Mares Guia  
Subdelegado: Francisco Martins de Oliveira

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Passidoro de Souza Borges, Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro Frio

Recurso judicial: arts. 207, 209, 266, 269, 270, 285 do Código Criminal

Data final: 04.12.1853

Tamanho: 88 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17501785

Palavras-chave: criminal; ajuntamento ilícito; roubo; danos ao patrimônio; africano; alforriado.

### 23.02.1848 - 17505259

“Sumário que mandou fazer o major Luciano Batista dos Santos, delegado da Polícia desta Vila da Conceição, Comarca do Serro, ao arrombamento da Cadeia para conhecer os delinquentes”, sendo Claudina crioula acusada de facilitar a fuga dos presos

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Antônio da Silva Pereira

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Delegado: Luciano Baptista dos Santos, José Joaquim de Araújo Soares Filho

Escrivão: José Bento de Oliveira Junior, Francisco Honório dos Santos, Matheus da Costa Fonseca

Local: Vila da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 34, 123 e 124 do Código Criminal

Data final: 02.03.1859

Tamanho: 57 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505259

Palavras-chave: criminal; crioula; fuga; arrombamento de cadeia; evasão de prisão.

#### **20.04.1848 - 17505257**

Processo-crime contra Antônio da Silva Barbosa, acusado pelas agressões físicas e tentativa de homicídio de Casimiro cabra, escravizado de Manoel Rodrigues de Miranda

Autoridades:

Juiz de Direito: José Ignacio Accioli de Vasconcellos, Pedro Caetano Sanches de Moura

Juiz Municipal: Antônio da Silva Pereira, Bento Alves Gondim

Delegado: José Joaquim de Araújo Soares Filho, Domingos Manoel de Albuquerque

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Simão da Silva Pereira Lins

Local: Vila da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 2º, § 2º (agravante), 193, 205 do Código Criminal, art. 3º da Lei de 26 de outubro de 1831

Data final: 12.02.1852

Tamanho: 136 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505257

Palavras-chave: criminal; galés; cabra; tentativa de homicídio; agressões físicas.

#### **04.11.1848 - 17505252**

Processo-crime contra Cândido e João cabra, escravizados de Modesto Batista dos Santos, acusados pelas agressões físicas na pessoa de Manoel Domingos Ferreira

Autoridades:

Juiz de Direito: Pedro Caetano Sanches de Moura

Juiz Municipal e de Órfãos: Bento Alves Gondim

Juiz de Paz: João Batista dos Santos

Delegado: José Joaquim de Araújo Soares Filho

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Local: Arraial de São Domingos do Rio do Peixe, Termo da Vila da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 8º, § 14, § 15, § 17 (agravante). 205 do Código Criminal

Data final: 04.08.1849

Tamanho: 92 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505252

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; cabra.

### **27.01.1850 - 17503034**

Processo-crime contra o réu Felix pardo, escravizado do tenente Euzebio Nunes Coelho acusado pelo homicídio de Renovato crioulo, escravizado de Manoel Nunes Coelho

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocência de Campos

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Subdelegado: Joaquim Gonçalves Ferreira Junior, Joaquim Domingues da Silva

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, José Ricardo Pereira de Assis

Curador: Antônio Ferreira de Sousa Maia

Local: Arraial de São Miguel e Almas, cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 289 e 295 do Regulamento de 31 de janeiro de 1842, art. 193 do Código Criminal

Data final: 24.07.1857

Tamanho: 62 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503034

Palavras-chave: criminal; homicídio; pardo; crioulo; galés, assassinato de escravizado.

### **22.08.1851 - 17507956**

“Autos de justificação feita por parte de João José Freire, morador no Distrito de Cana Verde do Município da Vila da Oliveira desta Província, a fim de receber o escravo Jacob crioulo, preso na cadeia desta Vila” após o escravizado ter evadido da casa suplicante

Autoridades:

Juiz de Paz: José Moreira dos Alvarenga

Delegado suplente: Joaquim José de Oliveira

Escrivão: João Pereira Malaquias, Matheus da Costa Fonseca

Local: Distrito de Cana Verde, Vila da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 15.12.1863

Tamanho: 21 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507956

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; crioulo; venda; escravo evadido.

### **08.02.1852 - 17504311**

Processo-crime contra Manoel Ferreira de Amorim, José Lisardo Pessoa, José Bento de tal e Francisco crioulo, escravizado de D. Ana Teixeira da Rocha, acusados pela tentativa de homicídio a João Luis Rodrigues de Moura, gravemente ferido por um tiro

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocêncio de Campos

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Matheus da Costa Fonseca

Subdelegado: Joaquim José de Oliveira

Local: Distrito de Santo Antônio do Rio Abaixo, cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 14, 15, 16, § 4º, § 7º, § 8º, § 12, § 17, 192 do Código Criminal, art. 1º da Lei de 10 de junho de 1835

Data final: 25.11.1858

Tamanho: 141 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504311

Palavras-chave: criminal; crioulo; de tal; tentativa de homicídio; galés; arma de fogo; punição; lei coibitiva.

### **08.11.1853 - 17506230**

Processo-crime contra Sabino cabra, escravizado do finado reverendíssimo vigário José Xavier de Castro e Joana Vieira, viúva de Romão Cardozo, acusado pelo assassinato deste

Autoridades:

Juiz Municipal: José Joaquim de Araújo Soares Filho, Ernesto Pio dos Mares Guia

Escrivão: Felix Francisco Siqueira, Matheus da Costa Fonseca, Aureliano Antônio Vieira

Subdelegado: Luis Jozé dos Santos, Domingos Pereira Mares

Local: Arraial de Nossa Senhora do Pillar do Morro, Cidade de Conceição do Serro, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 8º, § 10, § 17, 192 do Código Criminal

Data final: 10.07.1867

Tamanho: 35 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506230

Palavras-chave: criminal; galés; homicídio; cabra.

### **23.07.1855 - 17503955**

Sumário de culpa *ex-officio* contra Manoel crioulo, escravizado de D. Francisca Maria da Luz, viúva de Adriano Soares Vianna, acusado e condenado à pena de morte pelo assassinato de José Soares Vianna

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inácio Avila de Vasconcelos

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Subdelegado: Bento José Ferreira

Escrivão: Francisco Honório dos Santos, Aureliano Antônio Vieira, Matheus da Costa Fonseca

Curador: José Bento Cândido de Oliveira

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: art. 1º da Lei de 10 de junho de 1835, art. 1º, § 3º, 3º do Código Criminal

Data final: 24.11.1858

Tamanho: 118 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503955

Palavras-chave: criminal; crioulo; pena de morte; assassinato; homicídio; crime contra senhor; Lei de 1835.

### **03.05.1856 - 17503029**

Sumário de culpa *ex-officio* contra Miquelina crioula, escravizada de Antônio Joaquim dos Santos, acusado pelas agressões físicas feitas com um machado ao seu senhor

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocêncio de Campos

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Delegado: José Joaquim d'Araújo Soares Filho, Ariel Augusto Teixeira Limba

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Francisco Honório dos Santos

Curador: Antônio Ferreira de Souza Maia

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: Lei de 10 de junho de 1835, arts. 16, § 1º, § 6º, § 13 e § 15 (agravantes), 94 e 60 do Código Criminal

Data final: 23.08.1876

Tamanho: 80 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503029

Palavras-chave: criminal; ofensas físicas; crioula; crime contra senhor; arma branca; Lei de 1835; tentativa de homicídio.

Observação: A escravizada foi presa na cadeia da Cidade de Mariana, faleceu cumprindo a pena.

### **16.09.1856 - 17506670**

“Processo-crime de tentativa de morte” de Joaquim Malaquias de tal, Manoel inocente,

filho de Manoel da Purificação Figueiredo, e Felipe, escravizado de D. Maria Honda da Assunção, cujo acusado é Eleutério crioulo, escravizado de Elias Baptista de Melo

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel Francisco de Freitas, José Inocêncio de Campos

Juiz Municipal: Antônio Carlos Monteiro de Moura

Subdelegado: João Justiniano Ferreira, Luís Pereira da Costa

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Antônio Ferreira da Costa, Aureliano Antônio Vieira

Local: Arraial e Distrito de São Domingos do Rio do Peixe, Cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: art. 342 do Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842, arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 8º e § 12, 17, § 4º (agravantes), 34, 192 (grau máximo) do Código Criminal

Data final: 07.04.1863

Tamanho: 109 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506670

Palavras-chave: criminal; crioulo; tentativa de homicídio.

### **27.07.1857 - 17501773**

Sumário de culpa *ex-offício* de Matheus Borba, escravizado de Jerônimo Jorge da Silva Sá, acusado de efetuar ferimentos com uma foice em Antônio

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Ernesto Pio dos Mares Guia

Subdelegado: Francisco de Assis Moraes

Escrivão: Hermenegildo Reis Figueiredo Vidal, Matheus da Costa Fonseca, Aureliano Antonio Vieira

Local: Arraial de Itabi, Cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 15, 16, § 6º, § 15 (agravantes), 205 do Código Criminal

Data final: 07.12.1858

Tamanho: 33 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17501773

Palavras-chave: criminal; agressão física; arma branca.

### **18.05.1858 - 17501777**

Sumário de culpa do réu Serafim, escravizado de Rosa Gonçalves, acusado pelo homicídio de José Gonçalves dos Santos

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Delegado: Ernesto Pio dos Mares Guia

Escrivão: Francisco Honório dos Santos, Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: art. 3º da Lei de 26 de outubro de 1831, arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 9º, § 10 e § 15, 17, § 4º (agravantes), 192 (grau médio) do Código Criminal

Data final: 16.10.1858

Tamanho: 49 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17501777

Palavras-chave: criminal; homicídio.

### **27.06.1858 - 17504304**

Sumário culpa *ex-offício* do réu Jeremias Alves da Silva, acusado de ofender fisicamente Manoel crioulo

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocêncio de Campos

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Delegado: Ernesto Pio dos Mares Guia

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Francisco Honório dos Santos

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 4º, § 6º (agravante), 18, § 4º, 201 do Código Criminal

Data final: 04.02.1859

Tamanho: 54 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504304

Palavras-chave: criminal; crioulo; ofensa em escravizado; agressões físicas.

### **19.08.1858 - 17508568**

Sumário de culpa de Domingos Pereira Lemos acusado da tentativa de homicídio de Paulo, escravizado do alferes Jorge Benedito Ferreira

Autoridades:

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Escrivão: Aureliano Antônio Viana

Subdelegado: Domingos Pereira Mares, Luís José dos Santos

Local: Cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 18, § 8º, 34, 201, 207, 208, 236, 297 do Código Criminal combinado com a Lei de 26 de outubro de 1831, art. 301 do Regimento de 31 de janeiro de 1842

Data final: 10.02.1879

Tamanho: 136 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17508568

Palavras-chave: criminal; tentativa de homicídio; menor de idade.

### **19.09.1858 - 17507022**

Sumário-crime acusatório contra Manoel Africano Coelho, escravizado que foi de Antônio Rodrigues Castro, acusado de realizar ameaças a Clemente Francisco de Paiva

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocêncio de Campos

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Juiz Municipal e dos Órfãos: Antônio Augusto de Oliveira

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Matheus da Costa Passeado, Francisco Honório dos Santos, Ezequiel Pires de Oliveira, [Dalcillino] dos Santos Mafra

Local: Distrito de Nossa Senhora do Porto de Guanhões, Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Serro

Recurso judicial: art. 207 do Código Criminal, art. 3º da Lei de 20 de outubro de 1831

Data final: 04.04.1860

Tamanho: 42 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507022

Palavras-chave: criminal; africano; ameaça; arma branca; africano.

### **30.09.1858 - 17504302**

Processo-crime de Paulo crioulo, escravizado do alferes Jorge Benedito Fonseca, acusado de promover desordem, barulho, injúrias e ameaças a Domingos Pereira Lemos

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocêncio de Campos

Subdelegado: Luiz José dos Santos

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, José Antônio Vieira

Curador: Jorge Benedito Ferreira

Local: Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Morro, Cidade da Conceição do Serro

Recurso judicial: arts. 207, 208, 232, 233, 236, § 4º, do Código Criminal

Data final: 29.11.1858

Tamanho: 118 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504302

Palavras-chave: criminal; crioulo; desordem; ameaças.

### 03.09.1859 - 17507018

“Sumário de culpa criminal” de Joaquim cabra, e Crecencio crioulo, escravizados de Veríssimo Joaquim de Souza, acusados do crime de homicídio do dito senhor

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocência de Campos

Juiz Municipal e de Órfãos: Antônio Augusto de Oliveira

Juiz de Paz e Subdelegado: Manoel Candido Marques

Delegado: Francisco de Paula Pereira Lages

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Antônio de Souza Pimenta, Matheus da Costa Fonseca

Curador: Ernesto Pio dos Mares Guia, Antônio Ferreira de Souza Maia

Local: Arraial da Paraúna, Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: art. 192 do Código Criminal, art. 1º da Lei de 10 de junho de 1835

Data final: 05.11.1861

Tamanho: 150 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507018

Palavras-chave: criminal; cabra; crioulo; homicídio de senhor; galés; Lei de 1835.

Observação: Joaquim foi condenado a galés e faleceu na cadeia.

### 02.07.1860 - 17506982

“Sumário de culpa *ex-officio*” de Flora de tal, crioula, acusada de efetivar lesões corporais em Antônia de tal

Autoridades:

Juiz de Paz: Luis Ferreira da Encarnação

Escrivão: Francisco Ferreira da Costa. Aureliano Antônio Vieira

Subdelegado: Bento José Ferreira

Local: São Domingos do Rio do Peixe

Recurso judicial: art. 205 do Código Criminal

Data final: 16.02.1861

Tamanho: 27 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506982

Palavras-chave: criminal; crioula; de tal; lesão corporal.

### 03.09.1860 - 17506981

Processo-crime contra Francisco crioulo, escravizado de D. Quitéria, acusado de agressões

físicas graves que resultaram na morte de Sebastião cabra, escravizado do Dr. Joaquim Caetano da Silva Guimarães

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocêncio de Campos

Juiz Municipal: Ernesto Pio dos Mares Guia

Juiz Municipal e dos Órfãos: Belchior Ferreira Braga

Delegado: José Thomás de Aquino

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, João Pereira Malaquias

Local: Vila da Conceição do Serro, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 1º (agravante), 192 e 193 do Código Criminal

Data final: 05.06.1878

Tamanho: 92 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506981

Palavras-chave: criminal; crioulo; cabra; galés; ofensas físicas.

Observação: O réu foi condenado à pena de galés e faleceu em 1878, na Cidade de São João del Rei.

### **13.12.1861 - 17506367**

Sumário de culpa *ex-officio* contra Rogério, escravizado de Modesto José Soares, acusado de homicídio de Manoel, escravizado de Inês

Autoridades:

Juiz Municipal: Pedro Caetano Sancho de Moura, Belchior Ferreira Braga

Escrivão: Francisco Ferreira da Costa, Francisco Honório dos Santos Peixoto, Aureliano Antônio Vieira

Subdelegado: Bento José Ferreira

Local: Arraial de São Domingos do Rio do Peixe

Recurso judicial: arts. 16, § 4º, § 6º (agravantes), 193 do Código Criminal

Data final: 01.05.1862

Tamanho: 36 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506367

Palavras-chave: criminal; crioulo; homicídio.

### **07.03.1862 - 17504662**

Processo-crime contra D. Ernestina de tal, Claudina (filha), Claudina, Jerônimo de tal, Pedro crioulo, (escravizado) e outros, movido por Honório Pires de Oliveira, em que relata que escravizada arrematada em praça pública, de nome Bárbara, crioula, evadiu-



se de seu poder e se refugiou na casa de D. Ernestina (sua antiga proprietária), de modo que os réus impediram que o suplicante a recuperasse

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Antônio Carlos Monteiro de Moura

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Francisco Honório dos Santos

Delegado: Joaquim Bento de Oliveira

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 12.11.1864

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504662

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; praça pública; resistência; crioulo.

### **12.06.1862 - 17500715**

Processo crime contra Pedro crioulo, escravizado de D. Quiteria Maria de Santa Ana, acusado de tentativa de defloramento de uma menor, filha de Rafael de tal

Autoridades:

Juiz de Direito: José Inocência de Campos

Juiz Municipal: Antônio Carlos Monteiro de Moura

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Antônio José de Sousa, Juvencio Policarpo Moreira

Delegado: Militão Teixeira de Leão

Local: Cidade de Conceição do Serro

Recurso judicial: arts. 60, 219 e 223 do Código Criminal

Data final: 15.07.1864

Tamanho: 102 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17500715

Palavras-chave: criminal; defloramento; condenação; pena de açoites; menor.

Observação: O réu foi condenado à pena de cinquenta açoites e obrigado a usar ferro no pescoço durante seis meses.

### **09.02.1863 - 17505942**

Processo-crime contra Fidelis, escravizado de Ana Nunes Ferreira, acusado da tentativa de assassinato de Alexandrina de tal, ameaçando-a com uma foice

Autoridades:

Juiz de Direito: João Salomé Queiroga

Juiz Municipal e dos Órfãos: Antônio Carlos Monteiro de Moura

Juiz Municipal: José Christiano Stockler de Lima

Subdelegado: Joaquim Gonçalves Campos, Constancio Barbosa da Silva Diogo

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Antônio José de Souza, Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 4º e § 8º (agravante), 34, 192 do Código Criminal

Data final: 17.11.1867

Tamanho: 82 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505942

Palavras-chave: criminal; tentativa de homicídio; arma branca; absolvido.

### **01.07.1863 - 17501092**

“Inquirição de testemunhas na ação de libelo em que são autores o capitão João Vieira Braga e outros a favor destes em que são réus D. Cândida Irene Araújo e outros”, acusados de maus-tratos aos escravizados: Tereza e seus filhos Augusto, Josefino, Eva e João

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Carlos Monteiro de Moura, José Christiano Stockler de Lima, Antônio Teixeira de Aguiar

Delegado: Antônio da Silva Pereira

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Juvencio Policarpo Moreira, Francisco Coelho Souza

Curador: Antônio Ferreira de Souza Maia

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: -

Data final: 15.06.1867

Tamanho: 126 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17501092

Palavras-chave: criminal; maus-tratos; crioula; libelo; divisão de bens.

Observação: O documento se inicia na página 59.

### **04.07.1865 - 17507266**

Sumário-culpa *ex-officio* contra Bernardo Rodrigues da Costa, africano liberto, Sebastião, Antônio, Moreira, crioulos, escravizados de D. Francisca Florizela Martiliana, acusados

da tentativa de homicídio do policial Manoel Rodrigues no momento de apreensão dos respectivos acusados

Autoridades:

Juiz de Direito: João Salomé Queiroga, Miguel Augusto do Nascimento Feitosa

Juiz Municipal: José Christiano Stockler de Lima, Antônio Carlos Monteiro de Moura

Subdelegado: Jeronimo Augusto da Silva

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Francisco Ferreira da Costa, Juvêncio Policarpo Moreira

Local: Arraial de São Domingos do Rio do Peixe, Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 34, 35, 193 do Código Criminal

Data final: 20.10.1870

Tamanho: 130 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507266

Palavras-chave: criminal; africano, crioulos; ofensas físicas; apreensão; força policial.

#### **24.11.1865 - 17504966**

Sumário-culpa *ex-officio* contra João crioulo, acusado do homicídio de Pedro africano, ambos escravizados de Mathias Sanches Brandão

Autoridades:

Juiz Municipal: Stockler de Lima, Antônio da Silva Pereira

Subdelegado: José Martins Santana, Francisco Ferreira Leão, Zeferino Marcal de Fonseca

Escrivão: Bernardo Sanches Brandão, José Manoel Barreto, Juvêncio Policarpo Moreira

Local: Arraial de Congonhas, Termo da Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Serro

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 06.05.1867

Tamanho: 45 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504966

Palavras-chave: criminal; africano; homicídio de escravizado.

#### **18.12.1865 - 17504924**

Processo-crime a respeito dos ferimentos causados em Francisco crioulo, escravizado de Quitéria da Costa

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Carlos Monteiro de Moura

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade de Nossa Senhora da Conceição, Comarca do Serro Frio, Cidade de Diamantina

Recurso judicial: -

Data final: 21.03.1866

Tamanho: 9 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504924

Palavras-chave: criminal; agressão; corpo de delito de escravizado.

### **23.09.1866 - 17504174**

Processo-crime contra Fortunato Vieira Braga, José Manoel Pereira e Delfim, escravizado de Manoel Dias Teixeira, acusado do homicídio de Miguel africano, escravizado de Joaquim Ferreira da Costa, espancado na noite de São Pedro

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: João Pereira Malaquias

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, José de Araújo Silva, Antônio de Araújo Silva, Juvêncio Policarpo Moreira

Subdelegado: Paulo Luis Pinto, Joaquim Paulo de Lacerda

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º e § 17 (agravantes), 192 do Código Criminal

Data final: 30.07.1868

Tamanho: 104 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504174

Palavras-chave: criminal; homicídio; africano; espancamento.

### **10.09.1866 - 17506748**

“Sumário de culpa *ex-officio*” contra João, escravizado de Adriano Soares Viana, Boaventura crioulo, escravizado dos herdeiros de Manoel Luis Pereira Costa, acusados da tentativa de homicídio em Bernardo Silviano dos Santos em decorrência de agressões físicas

Autoridades:

Juiz Municipal: José Christiano Stockler de Lima

Escrivão: Bento Fernandes Maciel, Aureliano Antônio Vieira, Francisco Coelho Lopes

Subdelegado: José Francisco Soares

Local: Distrito de São Domingos do Rio do Peixe, Cidade de Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 8º, § 14, § 15 e § 17 (agravante), 192 do Código Criminal



Data final: 10.06.1867

Tamanho: 45 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506748

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; crioulo; condenado.

### **20.01.1867 - 17506530**

“Sumário culpa a *ex-offício* contra Adão crioulo, escravo de D. Maria da Rocha” acusado de roubo e ofensas físicas a Joaquim da Silva Azevedo

Autoridades:

Juiz Municipal: José Christiano Stockler de Lima

Subdelegado: Joaquim Paulo de Lacerda

Escrivão: José de Araújo Silva, Juvêncio Policarpo Moura, Aureliano Antônio Vieira

Local: Arraial de Itambé, Termo e Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 5º, § 6º, § 15, § 17, § 5º (agravante), 207, 272 do Código Criminal

Data final: 28.11.1867

Tamanho: 41 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506530

Palavras-chave: criminal; roubo; crioulo; ofensas físicas.

### **08.04.1867 - 17502746**

Processo crime contra Joaquim Alves da Silva acusado de realizar ofensas físicas que levaram à morte de sua escravizada Raimunda crioula

Autoridades:

Juiz de Direito: João Salomé Queiroga

Juiz Municipal e dos Órfãos: José Christiano Stockler de Lima, João Pereira Malaquias, José Coelho Lages

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, José de Araújo Silva, Matheus da Costa Fonseca

Subdelegado: Joaquim Paulo de Lacerda, Joaquim Fernandes das Mercês

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 6º, 17, § 2º, § 5º (agravantes), 193 do Código Criminal

Data final: 30.09.1868

Tamanho: 80 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502746

Palavras-chave: criminal; violência físicas; castigos; crioula; violência senhorial.

### **09.09.1867 - 17505065**

“Justificação vinda do Juiz Municipal da Cidade do Juiz de Fora” a respeito do requerimento do capitão Severino José Henriques por seu procurador Francisco da Silveira Pereira para receber e conduzir Cabral, crioulo, escravizado que se acha preso na cadeia de Juiz de Fora por ter fugido de sua fazenda

Autoridades:

Juiz Municipal: Felisberto Soares de Gouvêa Horta

Delegado de polícia: João Pereira Malaquias

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Eduardo Henrique de Andrade Braga, Quintiliano José de Oliveira

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro, Juiz de Fora

Recurso judicial: -

Data final: 09.09.1867

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505065

Palavras-chave: criminal; escravo evadido; fuga de escravizado; crioulo; resistência.

### **18.02.1868 - 17502752**

Processo-crime contra Modesto dos Santos Moreira e Pedro, escravizados de Venâncio dos Santos Moura, acusados de executar ofensas físicas em Antônio Gomes da Fonseca

Autoridades:

Juiz de Direito: João Salomé Queiroga

Juiz Municipal e dos Órfãos: Christiano Stockler de Lima

Delegado: Antônio da Silva Pereira

Subdelegado: Honório Pires de Oliveira

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Juvencio Policarpo Moura, João Pereira Malaquias, Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: art. 206 do Código Criminal, arts. 301 e 303 do Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842

Data final: 15.01.1869

Tamanho: 184 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502752

Palavras-chave: criminal; ofensas físicas; absolvido.

### **12.07.1868 - 17502749**

Recurso-crime de Delfino crioulo, escravizado de Manoel Dias Teixeira, referente ao homicídio de Miguel africano, escravizado de Joaquim Ferreira da Costa, alegando que os testemunhos comprovam a sua inocência

Autoridades:

Juiz de Direito: João Salomé Queiroga

Juiz Municipal: João Coelho Lages

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, José de Araújo Silva

Local: Distrito do Itambé, Cidade de Conceição do Serro, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 4º, 192 do Código Criminal

Data final: 24.07.1868

Tamanho: 45 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502749

Palavras-chave: criminal; espancamento; agressões físicas; absolvido.

### **27.07.1868 - 17502863**

Sumário de culpa contra Silvério cabra, escravizado de José de Matos Costa, acusado de efetuar graves ferimentos com faca feitos em Pacífico, escravizado de D. Cândida Olimpia dos Anjos

Autoridades:

Juiz Municipal: Cícero Ferreira da Costa, José Christiano Stockler de Lima, Antônio Augusto de Ataíde

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Aureliano Antônio Vieira

Subdelegado: Antônio de Ávila Santos, Sebastião José Ferreira

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: arts. 15, § 6º, 16 (agravantes), 205 do Código Criminal

Data final: 24.12.1889

Tamanho: 53 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502863

Palavras-chave: criminal; cabra; ofensas físicas; arma branca.

### **14.11.1870 - 17507965**

“Cópia dos autos crime” de Paulo crioulo, escravizado do alferes Luiz Pereira da Costa, acusado pela morte de Casimiro, escravizado do mesmo senhor, em grau de apelação ao Tribunal da Relação do Rio de Janeiro

Autoridades:

Desembargador do TRRJ: José Norberto dos Santos, José Antônio de Magalhães Castro

Escrivão do TRRJ: Geraldo Caetano dos Santos Junior

Juiz de Direito: Francisco José de Albuquerque

Juiz Municipal e de Órfãos: Silvestino José Ferreira, Joaquim Bento de Oliveira

Juiz de Paz: Antônio Ferreira da Costa

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moreira, Aureliano Antônio Vieira, Joaquim Manoel de Castro Lessa, Geraldo Caetano do Santos

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca de Piracicava, Corte do Rio de Janeiro

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 09.06.1872

Tamanho: 118 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507965

Palavras-chave: criminal; crioulo; homicídio; absolvido; TRRJ.

### **13.10.1871 - 17507978**

Sumário de culpa de Joaquim crioulo, escravizado dos herdeiros da finada D. Josefa Ferreira, acusado do homicídio de Serafim Martins dos Reis

Autoridades:

Juiz Municipal: José Emílio Ribeiro Campos

Escrivão: João Ribeiro de Souza, Juvencio Policarpo Moreira, Matheus da Costa Fonseca

Subdelegado: João Evangelista Vieira, Vicente de Almeida Leite

Local: Distrito de São Sebastião do Rio Preto, Cidade de Conceição do Serro

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 4º, § 6º, § 8º e § 12 (agravante), 192 do Código Criminal

Data final: 23.01.1887

Tamanho: 45 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507978

Palavras-chave: criminal; crioulo; arma branca; culpado.

### **26.04.1872 - 17507938**

Processo-crime contra Firmino acusado do homicídio de José, ambos escravizados de D. Emerenciana Emília do Carmo com uso de uma faca de ponta única

Autoridades:

Juiz de Direito: Francisco Ferreira Dias Duarte

Juiz Municipal: Antonio Maximo Nogueira Penido, Joaquim Bento de Oliveira

Subdelegado: Francisco Ferreira da Costa

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moura, Joaquim Manoel de Castro Lessa, Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca de Piracicava

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 20.02.1873

Tamanho: 106 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507938

Palavras-chave: criminal; homicídio; legítima defesa; arma branca; absolvido.

### **09.03.1873 - 17507806**

Sumário culpa *ex-officio* contra Antônio Lourenço de Figueiredo, acusado da tentativa de homicídio de João crioulo, escravizado de João Gomes de Souza, pelo uso de arma de fogo

Autoridades:

Juiz de Direito interino: Antônio Máximo Nogueira Penido

Juiz Municipal: Joaquim Pinto de Oliveira, Antônio Máximo Nogueira Penido

Delegado: João Frederico Vieira Costa, José Umbelino de Araújo

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moura, Francisco Luiz da Rocha, Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca de Piracicava

Recurso judicial: arts. 34 e 193 do Código Criminal

Data final: 28.09.1873

Tamanho: 155 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507806

Palavras-chave: criminal; crioulo; tentativa de homicídio; absolvido; arma de fogo.

### **02.11.1876 - 17506743**

Sumário de culpa de Joaquim Cândido dos Santos e Sincero Amâncio de tal, acusados de cometerem agressões físicas em Joaquim crioulo, escravizado pertencente à D. Querubina Cândida Guedes

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Vieira Costa, Sincero Fernandes Diana, João Frederico Vieira Costa

Juiz de Paz: José Ribeiro de Almeida

Subdelegado: João Rodrigues de Oliveira

Escrivão: Matheus da Costa Ferreira, João Ermelindo Soares, [Isaias] da Cruz da Costa

Local: Cidade da Conceição do Serro do Frio

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 6º, § 9º (agravante), 201 e 205 do Código Criminal

Data final: 17.10.1877

Tamanho: 86 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506743

Palavras-chave: criminal; crioulo; agressão física.

### **22.11.1876 - 17502462**

Inquérito policial a respeito das ofensas físicas em Constantino dos Santos Souza, cujo acusado é Teófilo, escravizado do Dr. Joaquim Rodrigues de Miranda

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: João Frederico Vieira Costa

Subdelegado: Joaquim Teixeira de Leão

Escrivão: Matheus da Costa Francisco

Local: Cidade da Conceição do Serro do Termo do Frio

Recurso judicial: -

Data final: 24.01.1876

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505462

Palavras-chave: criminal; inquérito; agressões físicas.

### **03.08.1877 - 17507469**

“Auto de corpo de delito ou inquérito policial” em que José Pereira Ribeiro é processado por denúncia feita por Assis Pinto Ferreira pelo crime de estelionato sobre a venda do escravizado Antônio pardo

Autoridades:

Juiz de Direito: Caetano Augusto da Gama Cerqueira

Juiz Municipal: José Frederico Vieira Costa, Fernandes Diana, Antônio Augusto Ataíde

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Francisco Apolinário Malaquias

Local: Distrito de Tapera, Cidade da Conceição do Serro do Frio, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 264, § 4º, § 6º, § 8º, § 9º, § 15 do Código Criminal

Data final: 20.01.1879

Tamanho: 208 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507469

Palavras-chave: criminal; estelionato; pardo; denúncia; inquérito.

### **17.06.1877 - 17504172**

Traslado do processo crime contra Modesto dos Santos Moreira e Pedro crioulo, escravizado de Venâncio dos Santos Moura, acusados de efetivarem agressões físicas a Antônio Gomes de Fonseca

Autoridades:

Juiz de Direito: João Salomé Queiroga

Juiz Municipal: José Christiano Stockler de Lima

Delegado: Antônio da Silva Pereira

Escrivão: Aureliano Antônio Vieira, Antônio Vieira, Juvêncio Policarpo Moreira, Francisco Coelho Lages

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Serro

Recurso judicial: art. 206 do Código Criminal

Data final: 09.06.1877

Tamanho: 133 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504172

Palavras-chave: criminal; crioulo; ofensas físicas; traslado.

### **18.10.1877 - 17507943**

Inquérito policial a respeito dos ferimentos e ofensas físicas graves a Ernesto Rodrigues da Costa, menor de idade, em que Manoel crioulo, escravizado de Irias de tal, é acusado de ter forçado a criança a subir em um burro bravo, que lançou-a ao chão, e deu-lhe coices

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Delegado: Joaquim Teixeira de Leão

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição do Serro do Frio, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 201 do Código Criminal

Data final: 17.10.1877

Tamanho: 29 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17507943

Palavras-chave: criminal; crioulo; menor; negligência; animal.

### **25.12.1877 - 17504925**

Sumário-crime de Oscar crioulo, acusado do assassinato de Matheus africano, escravizados do capitão Militão Teixeira de Leão, fazendo uso de golpes com enxada que resultaram na morte do escravizado, o réu alegou legítima defesa

Autoridades:

Juiz de Direito: Caetano Augusto da Gama Cerqueira

Juiz Municipal: João Prudêncio Vieira Costa, Antônio Augusto de Ataíde

Juiz de Paz: Joaquim Gonçalves Campos

Subdelegado: Militão Teixeira de Leão, Firmino Alves Valério

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Juvencio Policarpo Moreira, Joaquim Cândido dos Santos

Curador: Antônio Ferreira de Souza Maia

Local: Distrito de Santo Antônio Abaixo, Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 5º, § 6º (agravante), 193 do Código Criminal

Data final: 11.04.1878

Tamanho: 111 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504925

Palavras-chave: criminal; homicídio culposo; absolvição; crioulo; africano; legítima defesa; arma branca.

### **30.07.1878 - 17504199**

Sumário-crime *ex officio* em que Domingos Lopes Ribeiro e Simião Duarte Campeiro, vulgo Parauneiros, são acusados do homicídio de Manoel crioulo, escravizado de Eufrasio da Cunha Rodrigues, por meio de facadas no abdômen

Autoridades:

Juiz de Direito: Caetano Augusto da Gama Cerqueira

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde

Juiz de Paz: Luis Ferreira da Encarnação

Subdelegado: Manoel da Purificação Figueiredo, Belchior Ferreira Braga

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moreira, Carlos Neves dos Santos, Joaquim Manoel de Castro Lessa, Matheus de Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: arts. 16, § 1º, § 6º, § 15 e § 17 (agravantes), 192 do Código Criminal

Data final: 07.12.1878

Tamanho: 70 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504199

Palavras-chave: criminal; homicídio; crioulo; arma branca.

### **16.04.1879 - 17502302**

Sumário da culpa contra o major Roberto Alves Taioba a respeito das acusações de Luísa crioula, ex-escravizada de D. Tereza Amélia de Jesus, liberta em testamento, sobre os filhos: Virgínia, Raimunda, Rosalina, Theresa, Alfredo, Pedro, Justino, Felipe e Maria Margarida, alegando que, mesmo possuindo carta de liberdade, foram vendidos ilegalmente ao autor e se acham em cativo no poder de D. Rita Norberta de São Salvador

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde

Delegado: Afonso F. de Oliveira

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, João Pereira da Fonseca Leão, Rafael Vieira Braga

Curador: Antônio Ferreira de Souza Maia

Local: Cidade da Conceição do Serro do Frio, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 01.12.1879

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502302

Palavras-chave: criminal; Lei do Ventre Livre; cativo; ilegalidade; crioula; cárcere privado.

### **12.06.1879 - 17502344**

Sumário-crime *ex-officio* contra Senhorinha, escravizada de Domingos da Silva Barbosa, movido por Antônio Roberto de Oliveira, em que a ré é acusada de efetuar ofensas físicas na mulher do suplicante, D. Francisca Pereira de Araújo

Autoridades:

Juiz de Direito: Caetano Augusto da Gama Cerqueira

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde, Manoel Antônio da Fonseca e Mello

Subdelegado: Manoel Fernandes das Mercês

Escrivão: Pedro Anacleto Silva Lopes, Juvêncio Policarpo Moreira, Américo Augusto Pinto

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: arts. 73; 201 do Código Criminal

Data final: 13.05.1881

Tamanho: 107 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17502344

Palavras-chave: criminal; ofensas físicas.

### **03.02.1882 - 17503602**

Sumário-crime contra Antônio Irineu e Manoel de tal, acusados de realizar ofensas físicas a Isac, ex-escravizado de Augusto Eleodoro dos Santos

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde, Antônio Serapião de Carvalho, João Coelho Lages, Bernardino do Nascimento Moura

Subdelegado: Bernardo Sanches Brandão, José Corrêa de Carvalho

Escrivão: Juvêncio Policarpo Moreira, Luiz de Carvalho Silveira, Ernesto Cândido Moreira

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca de Rio de Santo Antônio

Recurso judicial: art. 205 do Código Criminal

Data final: 11.10.1884

Tamanho: 46 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503602

Palavras-chave: criminal; agressão física; de tal; ex-escravizado.

### **12.04.1882 - 17503598**

Sumário-culpa de Firmino pardo, acusado da tentativa de homicídio a Sabino, escravizados de Joaquim da Silva Maia

Autoridades:

Juiz de Direito: Caetano A. Gomes Cerqueira

Juiz Municipal: João Coelho Lages, Antônio Serapião de Carvalho

Juiz de Paz: Francisco Ferreira da Costa

Subdelegado: Eufrazio da Cunha Rodrigues

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Rio do Santo Antônio

Recurso judicial: arts. 16, § 4º, § 6º, 34 (agravantes), 193 do Código Criminal

Data final: 08.06.1882

Tamanho: 91 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503598

Palavras-chave: criminal; pardo; agressão; pena de galés; arma de fogo; briga; prisão; livramento.

### **24.08.1883 - 17506060**

Processo crime contra Jerônimo Luiz da Rocha, acusado da tentativa de assassinato a Victorino crioulo, escravizado de D. Cristina Maria de Jesus

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Serapião de Carvalho

Delegado: Agostinho Nunes de Souza

Subdelegado: Francisco Pires de Oliveira

Escrivão: João Avelino de Souza Carlota, Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade da Conceição do Serro, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 19.07.1884

Tamanho: 46 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506060

Palavras-chave: criminal; crioulo; tentativa de homicídio; arma de fogo.

### **06.01.1885 - 17505804**

Inquérito policial a respeito das agressões físicas cometidas por Firmiano Dias de Sá em Agostinho crioulo, escravizado do réu, que foi amarrado, recebendo “castigos severos”

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Delegado: Agostinho Nunes de Souza

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca; Agostinho Nunes de Souza

Local: Cidade da Conceição, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 14.01.1885

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17505804

Palavras-chave: criminal; crioulo; castigo; violência senhorial.

### **01.02.1886 - 17503153**

Processo-crime contra Joaquim, escravizado de Antônio Afonso de Queirós acusado de tentativa de homicídio a Jovito Dias Duarte, proferindo golpes com uma foice na cabeça da vítima

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel José Moreira dos Santos, Manoel Dias de Aquino e Castro

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde, Bernardino do Nascimento Moura

Juiz de Paz: Jerônimo de Araújo Silva

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Teofilo Coelho Jacome, Ernesto Candido Moreira, Manoel Dias de Aquino e Castro, Joaquim Soares Maciel Junior

Local: Distrito de Itambé, Cidade de Conceição, Comarca do Rio Santo Antônio  
Recurso judicial: arts. 205, 209, 304 do Código Criminal  
Data final: 22.02.1892  
Tamanho: 170 páginas  
Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503153  
Palavras-chave: criminal; tentativa de homicídio; pena média; condenado.

#### **14.06.1886 - 17501769**

Sumário-crime contra João Evangelista Vieira, que é acusado de desobedecer à Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, ao manter em cárcere privado Sebastião liberto, que outrora pertencia à sua finada mãe, D. Maria Edomenia de Jesus, enviado para a Fazenda da Pacheca para ser posto em ferros

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde  
Subdelegado: Domingos Ferreira da Silva, João Paulo de Almeida  
Escrivão: Ernesto Candido Moreira, Pedro Anacleto da Silva Lopes Junior  
Local: Distrito de São Sebastião do Rio Preto, Cidade de Conceição, Comarca de Rio Santo Antônio  
Recurso judicial: arts. 128, 233, 237, § 2º, 238 do Código Criminal, Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885  
Data final: 07.02.1887  
Tamanho: 42 páginas  
Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17501769

Palavras-chave: criminal; Lei dos Sexagenários; escravização; violência senhorial; abuso de poder; leis abolicionistas; carta de liberdade.

Observação: Destaca-se o seguinte trecho sobre o réu: “do que respondeu que de nada se temia pois que o escravo estava em ferros, em casa de seu tio Militão Teixeira de Leão, que tudo mandara na cidade da Conceição”.

#### **17.07.1886 - 17506265**

Sumário da culpa de Domingos “de tal, vulgo Domingos Retiro acusado de ter proferidos ofensas físicas em Manoel crioulo”, escravizado do tenente Ângelo Ferreira da Costa

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Augusto de Ataíde, Caetano Augusto de Gama Cerqueira  
Juiz Municipal: Antônio Augusto de Ataíde  
Juiz de Paz: Antônio Ferreira de Aguiar  
Escrivão: Matheus de Castro Fonseca, Pedro Anacleto da Silva Lopes

Subdelegado: José Francisco Almeida Leite

Local: Distrito de São Sebastião do Rio Preto, Cidade da Conceição do Serro do Frio

Recurso judicial: arts 16, § 4º, § 6º, § 16 (agravante), 205 do Código Criminal

Data final: 04.02.1893

Tamanho: 82 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506265

Palavras-chave: criminal; ofensas físicas; crioulo; briga; arma branca.

### **22.10.1886 - 17506745**

Inquérito policial e auto de corpo de delito feito em Raimunda, escravizada de José Correia de Carvalho, cujo acusado é Pedro Pereira Lima, em decorrência das ofensas físicas e tentativa de assassinato

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Delegado: Joaquim José Cândido de Oliveira

Subdelegado: Bernardo Sanches Brandão

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Miguel Archanjo dos Santos

Local: Distrito de Paraúna, Cidade da Conceição, Comarca do Rio do Santo Antônio

Recurso judicial: -

Data final: 26.02.1887

Tamanho: 29 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17506745

Palavras-chave: criminal; agressão; ofensas físicas; arma de fogo; tentativa de homicídio.

### **07.03.1887 - 17501841**

Sumário-crime contra João Evangelista Vieira, acusado de manter em cárcere privado Sebastião liberto, (seu ex-escravizado); ao ser intimado proferiu ameaças físicas e injúrias verbais as autoridades locais (Oficial de Justiça, Juiz Municipal, Subdelegado de polícia)

Autoridades:

Juiz Municipal suplente: Bernardino do Nascimento Moura

Juiz de Paz e Subdelegado de Polícia: Domingos Ferreira Silva

Escrivão: Ernesto Cândido Moreira, Bento Joaquim de Oliveira

Local: Distrito de São Sebastião do Rio Preto, Cidade da Conceição, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: arts. 128, 231, 233, 237, § 2º, 238, 239 do Código Criminal

Data final: 14.08.1887

Tamanho: 47 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17501841

Palavras-chave: criminal; liberto; injúria; desobediência; desacato; cárcere privado.

Observação: Destaca-se o seguinte trecho: “ao passo que João Evangelista assim praticava, dirigindo graves ameaças ao Oficial de Justiça, [e demais autoridades] proferindo em alta voz, palavras que importam verdadeiras injúrias verbais ao caráter destas autoridades, como sejam, entre outras, as seguintes: ‘Cambada de burros, que só querem comer dinheiro, etc’”.

### **29.05.1887 - 17504923**

Sumário da culpa de Jerônimo crioulo, escravizado de José Cândido da Silva, acusado de executar ofensas físicas gravíssimas, sequestro e defloramento de menor (três anos), neta de Francisco Norberto da Costa Lages

Autoridades:

Juiz de Direito: Caetano Augusto de Gama Cerqueira

Juiz Municipal e dos Órfãos: João Frederico Vieira Costa, Antônio Augusto de Ataíde

Subdelegado: José Paulo Cardoso Camara

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Antônio Salustiano Sanches de Almeida, Juvêncio Policarpo Moura, José Martins Fontes, João Francisco Pinto de Souza

Local: Distrito da Capelinha, Cidade da Conceição do Serro Frio, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 1º, § 1º da Lei nº 4, de 10 junho de 1835, art. 192 (grau médio), 332 do Código Criminal

Data final: 15.04.1880

Tamanho: 251 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17504923

Palavras-chave: criminal; agressão a escravizado; galés perpétuas; grau médio; menor; defloramento; sequestro.

### **24.04.1888 - 17503253**

Processo-crime contra Venâncio Pacheco Moreira, Rafael Pacheco Moreira e Miguel Francelino dos Santos, acusados do homicídio de Romualdo, escravizado de Venâncio, em decorrência de ter desrespeitado o seu senhor

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel Dias de Aquino Castro

Juiz Municipal: Jorge Benedito Ferreira, Antônio Augusto de Ataíde

Subdelegado: João Dias de Sá

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, Ernesto Cândido Moreira, Francisco Antônio Vieira

Local: Freguesia de Nossa Senhora do Porto de Guanhões, Termo da cidade de Conceição, Comarca da Rio Santo Antônio

Recurso judicial: arts. 16, § 6º (agravante), 193 do Código Criminal

Data final: 12.02.1893

Tamanho: 195 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503253

Palavras-chave: criminal; homicídio de escravizado; resistência; violência senhorial; absolvidos.

Observação: Destaca-se o relato “ordenando aos escravos que trabalhassem, e estes lhe [desatenderam] e opuseram-se à ordem dizendo: ‘que estavam cansados com o cativo, e não se importavam de morrer ou matar, e imediatamente dentre eles fugiram os dois de nome Romualdo e Jorge’”.

### **02.03.1889 - 17503152**

Sumário da culpa de Marcos Pacheco Moreira, acusado pelo homicídio de Romualdo, escravizado de Venâncio Pacheco Moreira

Autoridades:

Juiz de Direito: Olinto Horácio de Paula Andrades

Juiz Municipal: Jorge Benedito Ferreira, José Ataíde Silva

Subdelegado: Frederico Souza Reis

Escrivão: Matheus da Costa Fonseca, João Avelino de Souza Carlota, Ernesto Cândido Moreira

Local: Freguesia de Nossa Senhora do Porto de Guanhões, Cidade da Conceição, Comarca do Rio Santo Antônio

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 20.04.1890

Tamanho: 121 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17503152

Palavras-chave: criminal; homicídio; fuga de escravizado; arma de fogo; absolvido; pós-abolição.

Observação: O processo está relacionado com o de número 17503253.

**30.12.1893 - 17500562**

Sumário-crime de Vicente, ex-escravizado de Joaquim José de Menezes e sua mulher Genoveva de tal, acusados do envolvimento no homicídio de Vitória, esposa de Maximiano de Almeida Leite por envenenamento

Autoridades:

Juiz de Direito: Antônio Augusto de Ataíde

Juiz Municipal substituto: Antônio Ferreira de Aguiar

Juiz de Paz: Antônio Teixeira dos Santos Dias

Subdelegado: Antônio Alves Ferreira Quintão Júnior

Escrivão: Ernesto Cândido Moreira, Theobaldo de Souza Ribeiro, Antônio José de Souza, Matheus da Costa Fonseca

Local: Cidade e Comarca de Conceição do Serro

Recurso judicial: art. 145 do Código do Processo Criminal de 1890


Data final: 23.11.1896

Tamanho: 88 páginas

Referência documental: TJMG\_Conceição do Mato Dentro\_17500562

Palavras-chave: criminal; homicídio; ex-escravizado; estigma; envenenamento; pós-abolição.





*Comarca de  
Conselheiro Lafaiete*

## 5.19 Comarca de Conselheiro Lafaiete

### 5.19.1 Contexto histórico e administrativo

Anteriormente ao primeiro povoamento português, a região onde se encontra Conselheiro Lafaiete foi habitada pelos Carijós. Jurandyr Pires Ferreira (1958) afirma que esses indígenas guaranis moveram-se do litoral para o interior em razão da violência cometida pelos colonizadores. A presença desses povos serviu como atrativo aos bandeirantes, que buscavam a sua escravização, bem como interiorização do território e busca por metais preciosos. A primeira onda colonizadora foi responsável por incutir no imaginário colonizador que os Carijós não seriam povos hostis, fato que catalisou a procura por eles. Dessa maneira, essa mão de obra indígena escravizada foi utilizada nas bandeiras para o estabelecimento de roças e pousos à medida que os exploradores avançaram pelo território (Ferreira, 1958).

Os primeiros registros que comprovam a existência de acampamentos para viajantes na região de Conselheiro Lafaiete datam de 1683, quando a bandeira de Garcia Rodrigues chegou ao Arraial de Campo Alegre dos Carijós, composto em sua maioria por garimpeiros e indígenas. No entanto, anos antes, as bandeiras de Paes Leme (1674), de Lourenço Castanho (1675) e de Dom Rodrigo (1681) passaram pela região, contribuindo para o enraizamento de colonos. A proximidade com áreas mineradoras proporcionou que o arraial servisse de ponto de descanso e de entreposto de mercadorias para aqueles que seguiam para as minas de Itaverava, Guarapiranga, Mariana e Catas Altas. Campo Alegre dos Carijós desenvolveu-se rapidamente e sua capela foi elevada à categoria de paróquia em 1709, com dedicação ao culto à Nossa Senhora da Conceição (Ferreira, 1958).

Em 1790, os limites administrativos das vilas e comarcas de Ribeirão do Carmo, Vila Rica e São José do Rio das Mortes não estavam muito bem definidos, gerando problemas para a eficiência judiciária. A situação foi alterada quando o governador Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, o Visconde de Barbacena, solicitou ao Conselho Ultramarino que o Arraial dos Carijós (outra nomenclatura da época) fosse elevado à condição de vila (Barbosa, 1971). Dessa maneira, em consonância com o Ato de 19 de setembro de 1790, a rainha D. Maria I concedeu o pedido, sendo nomeado como Real Vila de Queluz, por causa do documento ter sido assinado no palácio de Queluz, em Portugal, residência oficial da soberana. Desde a sua fundação até o Decreto de 29 de julho de 1829, Queluz fazia parte da Comarca do Rio das Mortes, sendo transferida para a de Ouro Preto com a publicação dessa ordem.

Durante as crises geradas pelo período regencial, Queluz foi uma das vilas envolvidas na Revolução Liberal de 1842. Após Dom Pedro II assumir o trono, em 1840, os ministérios do Brasil estavam ocupados, em maioria, pelo Partido Conservador, que adotou diversas reformas políticas que desagradaram os liberais, principalmente, pela

centralização do poder monárquico pelos conservadores. Em 1842, o Partido Liberal proclamou um governo interino em São Paulo e Minas Gerais, com capital em Sorocaba e Barbacena, como forma de diminuir a influência do Partido Conservador nas duas principais províncias do Império. Após os constantes conflitos entre os revoltosos e o governo imperial, o movimento foi suprimido. Mesmo que uma das lideranças da Revolução estivesse nas mãos do queluzense Manoel Rodrigues da Costa, a Vila de Queluz permaneceu leal ao imperador.

Até 1872, a Vila de Queluz pertenceu à Comarca de Ouro Preto até sua transferência para a Comarca homônima, composta pelos termos de Queluz e Bonfim. Em 1875, o Município de Brumado do Suaçuí foi anexado, bem como o de Brumado, mas retirado o de Bonfim.

Durante o período de transição dos regimes monárquico para o republicano, a Comarca de Queluz não sofreu alterações, demonstrando fortalecimento jurisdicional. Em 1934, ocorreu a alteração da denominação de Queluz para Conselheiro Lafaiete, em homenagem a Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917), filho ilustre da cidade, que atuou como presidente do Conselho de Ministros do Brasil (1883-1884), ministro da Justiça (1878-1880) e ministro da Fazenda (1883-1884) durante o reinado de Dom Pedro II (Martins; Soares, 2016).

Em 1948, a Comarca de Conselheiro Lafaiete era formada pelo município homônimo e, até 1953, por Congonhas. Em 1970, foram anexados os municípios de Catas Altas da Noruega, Cristiano Otoni, Itaverava, Lamim, Queluzita e Santana dos Montes. Anos depois, Casa Grande e Rio Espera também passaram a compor a jurisdição. A configuração atual da comarca inclui os municípios de Conselheiro Lafaiete, Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Cristiano Otoni, Itaverava, Lamim, Queluzito, Rio Espera e Santana dos Montes (Martins; Soares, 2016).

### 5.19.2 Documentos cíveis

#### 24.11.1836 - 18301139

Libelo movido por Manoel José da Cunha contra José Silvestre Lopes solicitando a anulação da compra do escravizado Narciso

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Rodrigues Pereira, Joaquim Lourenço Baeta Neves, Joaquim Rodrigues Pereira

Escrivão: Manoel Dias da Silveira, Gabriel Thomas Vilela, José Dias de Sousa

Local: Vila de Queluz, Comarca da Imperial Cidade do Ouro Preto

Recurso judicial: Lei de 23 de maio de 1698 (Ordenações), Lei de 17 de janeiro de 1757, Lei de 16 de janeiro e de 4 de agosto de 1773

Data final: 22.05.1849

Tamanho: 122 páginas

Referência documental: TJMG\_Conselheiro Lafaiete\_18301139

Palavras-chave: cível; libelo; anulação.

...

**Observação:** A documentação referente a Comarca de Conselheiro Lafaiete encontra-se em processo de recolhimento pela COARPE. Os documentos serão incorporados a futuras publicações e atualizações deste instrumento de pesquisa, após a conclusão do tratamento arquivístico.



*Comarca de  
Curvelo*

## 5.20 Comarca de Curvelo

### 5.20.1 Contexto histórico e administrativo

Localizado na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, o território de Curvelo foi originalmente habitado pelos indígenas denominados goianás. A ocupação do município por colonizadores iniciou-se nas primeiras décadas do século XVIII, quando um pequeno povoado se desenvolveu em torno da capela erguida em devoção a Santo Antônio pelo padre Antônio de Ávila Corvello. Pela forte influência política, o clérigo assumiu o controle de uma série de levantes contra a administração do Conde de Assumar — D. Pedro de Almeida e Portugal —, especialmente em decorrência da cobrança do Quinto (imposto sobre o ouro), nas primeiras décadas do século XVIII (Catão, 2005).

A data de instauração da freguesia é um tema controverso entre as fontes bibliográficas, margeando entre os anos de 1720 e 1750. Mesmo localizado em uma área de sertões, o Arraial de Santo Antônio do Curvelo desenvolveu-se sob o olhar dos governantes e com relevância para a Capitania de Minas Gerais. Composto por uma vasta extensão de fazendas, foi uma das principais regiões pecuaristas, exportando gado para as zonas mineradoras, além de outros mantimentos. O povoado também serviu de passagem para a Bahia e área de pouso para viajantes com destino ao Distrito Diamantino (Álvares, 2007).

A transitoriedade de pessoas pelo povoado fortaleceu o comércio, visto que os viajantes utilizavam o local para abastecimento, além de comercializarem as mercadorias que traziam consigo. Ademais, contribuiu também para a circulação de informações e ideias diversas, gerando em Curvelo uma certa instabilidade política, que deu origem a revoltas, motins, levantes e perseguições políticas e religiosas aos opositores da Coroa (Catão, 2005). Em 1760 e em 1766, a região foi palco de duas inconfiências fruto das denúncias de blasfêmia contra a Coroa portuguesa. Nas duas ocasiões, os acusados foram presos e exilados, dentre eles o padre Carlos José de Lima (Álvares, 2007).

No século seguinte, o Arraial de Santo Antônio do Curvelo foi elevado à condição de Vila de Curvelo (1831), com jurisdição abrangendo os distritos de: Morro da Garça, Bagre e São Gonçalo da Fábrica (Martins; Soares, 2016). Na década de 1860, a indústria têxtil proporcionou o enriquecimento da região, dando origem a diversas vilas operárias a partir do assentamento de trabalhadores nas áreas adjacentes às indústrias (Barbosa, 1971). Nesse contexto, Curvelo tornou-se cidade pela Lei nº 1.740 datada de 1870.

Ao longo do século XIX, transitou entre comarcas: Rio das Velhas (até 1833), Serro Frio (até 1840), retornou à do Rio das Velhas (até 1870), quando foi integrada à Comarca do Pitangui. Dois anos depois, passou a pertencer à Comarca do Rio Paraopeba (Ferreira, 1958). Entretanto, em 1891, estabeleceu-se o Termo de Curvelo como sede da Comarca do Rio Paraopeba, que foi renomeada e deu origem à Comarca de Curvelo (Martins; Soares, 2016). Durante o século XX, a partir dos anos de 1970, a Comarca de

Curvelo passou a ser composta pelos municípios de: Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Morro da Garça e Presidente Juscelino (Minas Gerais, 2024), situação que se mantém até os dias atuais.

### 5.20.2 Documentos cíveis

#### 27.09.1784 - 20912483

“Auto de penhora feita em uma [escrava] chamada Maria, pertencente ao Dr. Luís José Figueiredo, a requerimento do Dr. procurador da Coroa e sua Real Fazenda para o pagamento da quantia de...”

Autoridades:

Ouvidor Geral: José Caetano César Manitti, Tomás Antônio Gonzaga

Juiz Ordinário e dos Órfãos: João Antonio da Cruz Vieira, Manoel de Miranda Ferraz, Joaquim Borges de Arantes

Escrivão: Francisco José de Carvalho Valadares, Francisco Antônio de Queirós, José Francisco Bolina, Francisco de Paula Pereira

Local: Arraial de Santo Antônio do Curvelo, Distrito do Papagaio, Comarca da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, Comarca do Serro do Frio, Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto

Recurso judicial: -

Data final: 11.01.1810

Tamanho: 39 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20912483

Palavras-chave: cível; penhora; cobrança de dívida; colônia.

#### 08.04.1796 - 20912015

Notificação de Anna de Souza com assistência de seu curador o capitão João Luiz de Souza contra Ana dos Reis e Maria Dorotéia a respeito de sua alforria

Autoridades:

Juiz Ordinário e dos Órfãos: Antônio José Correa, Francisco Soares Gomes, Antônio da Silva Costa, Manoel de Miranda Ferraz, João da Costa Sampaio

Meirinho: Januário Barbosa Lages

Escrivão: Francisco Salles Ferreira da Silva, José Francisco Bolina, Quintiliano Jose de Oliveira

Tabelião: José de Oliveira

Curador: João Luiz de Souza, Antonio José de Caldas Ribeiro

Local: Arraial de Santo Antônio do Corvello, Distrito de Papagaios, Comarca da Vila

Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará  
Recurso judicial: Ordenações Filipinas  
Data final: 20.12.1811  
Tamanho: 165 páginas  
Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20912015

Palavras-chave: cível; alforria; cabra; colonial.

### **13.08.1802 - 20906052**

“Carta precatória, requisitória e executória geral para onde foi apresentada, especial para as Justiças da Vila do Sabará, passada a requerimento de Manoel, José, Josefa e outros” a respeito do processo movido contra Francisco Luis de Sepulveda Palmeira alegando serem livres, uma vez que Juliana crioula “dita sua mãe e avó, [era] livre e isenta da escravidão quando pariu os suplicantes”

Autoridades:

Juiz Ordinário: Sancho Bernardo de Heredia, João da Silva Baular, José Borges de Macedo

Depositário: Francisco Freire da Costa

Escrivão: Antônio Teixeira de Melo, Francisco de Sales Ferreira da Silva

Curador: José Francisco Xavier

Local: Arraial de Santo Antônio do Curvelo, Distrito do Papagaio, Comarca do Rio das Velhas, Vila do Príncipe, Comarca do Serro Frio

Recurso judicial: -

Data final: 17.09.1802

Tamanho: 76 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20906052

Palavras-chave: cível; escravidão indevida; ação de liberdade; livre.

### **16.03.1855 - 20909682**

“Autuação de uma petição de Manoel Francisco da Assunção para avaliar um escravo para dar-se valor e ser pago o respectivo selo de [herança]” ao Coletor Municipal, o alferes Felisberto Soares Paes Leme

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Wenceslau Antônio Pires Jequitinhonha

Coletor: Felisberto Soares Paes Leme

Escrivão: José Filipe Benicio

Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: -

Data final: 21.03.1857

Tamanho: 15 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20909682

Palavras-chave: cível; transferência de bens; escravizado menor de idade; herança.

### **16.08.1858 - 20901098**

Libelo cível movido por Antônio pardo, escravizado dos finados Francisco Carvalho Barbosa e Joana da Silva, contra Maurício Carvalho Barbosa querendo “mostrar-se pessoa livre de escravidão”

Autoridades:

Juiz Municipal: Antonio Carlos dos Reis

Juiz Substituto: Luiz Eusébio de Azevedo, João Marciano de Lima

Juiz de Paz: Afonso José de Souza

Escrivão: Thomás Cesário Mendes Leal, José Felipe Benício

Curador: Justino Mendes Leal

Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: -

Data final: 04.08.1859

Tamanho: 27 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20901098

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pardo; libelo.

### **27.09.1858 - 20910799**

“Autuação de uma petição documento mandado e auto de manutenção de Raimundo Mendes na forma que se segue” para manter sua liberdade que alega ter sido concedida por Maria Felizarda [da Silva], mas impedida por Manoel Mendes do Nascimento

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: João Marciano de Lima

Escrivão: Thomás Cesário Mendes Leal, Sabino Duarte de Oliveira, José Felipe Benicio

Curador: Justino Mendes Leal

Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: -

Data final: 13.10.1858

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20910799

Palavras-chave: cível; manutenção de liberdade; tentativa de escravização.

#### **06.02.1860 - 20905644**

“Libelo cível de escravidão” movido por Ana José da Costa, viúva de José Vaz da Silva, e outros autores contra os escravizados Marta e Sabino, crioulos, pelo intermédio do curador, Sabino Duarte de Oliveira, argumentando que as cartas de liberdade foram concedidas por José Vaz Silva quando não estava em boas faculdades mentais

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Carlos dos Reis

Juiz Substituto: Modesto José de Souza

Escrivão: Thomás Cesário Mendes Leal

Curador: Sabino Duarte de Oliveira

Local: Distrito de Monteiros, Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: -

Data final: 08.12.1860

Tamanho: 120 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20905644

Palavras-chave: cível; escravização; coartamento; cabra; parda; TRRJ; apelação.

#### **08.04.1862 - 20901099**

“Autuação de uma sentença e sobre sentença do Tribunal da Relação” do Rio de Janeiro a respeito do processo movido por Pedro José de Almeida e outros (Bernardo José de Almeida, Antônio Fernandes de tal) contra Rosalina Fernandes de Almeida, parda, e seus filhos “que disputavam direito de liberdade”, sendo negada pelo TRRJ

Autoridades:

Desembargadores do TRRJ: Manoel José de Freitas Travassos, D. José de Assis Mascarenhas

Escrivão do TRRJ: Randolfo José Botelho Morais Sarmiento

Escrivão: Thomás Cesário Mendes Leal

Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Rio das Velhas, Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Recurso judicial: -

Data final: 08.04.1862

Tamanho: 84 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20901099

Palavras-chave: cível; apelação; TRRJ; escravização; pardo.

#### **24.03.1866 - 20906806**

Requerimento de Clemência Ribeiro de Araújo, mãe de Maria crioula, escravizada de Vicente Ribeiro de Araújo, que alega ter sua coartação acordada, porém, mesmo após o pagamento, continuava em cativeiro

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: Manoel Ribeiro dos Santos

Local: Brejo Alegre, Morro da Graça

Recurso judicial: -

Data final: 06.01.1888

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20906806

Palavras-chave: cível; coartamento; crioula.

#### **09.06.1866 - 20910815**

“Depósito feito em um escravo [João cabra] pertencente ao cidadão Antônio Francisco França Cambraia, a requerimento do mesmo”, em decorrência de suas constantes fugas, possuindo o requerente litígio com Thomaz Cesário Mendes Leal a respeito do mesmo escravizado

Autoridades:

Juiz Municipal: Felicissimo de Sousa Viana

Depositário: Belarmino Pinto de Azevedo

Escrivão: Clarindo Gonçalves de Oliveira, Joaquim Antonio de Oliveira Reis

Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: -

Data final: 31.12.1867

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20910815

Palavras-chave: cível; depósito de escravizado; cabra; resistência; fuga.

#### **19.10.1869 - 20912534**

Ação de cobrança movida por Saturnino da Silva e Siqueira contra Manoel Rodrigues da Mata pela venda de parte da escravizada Maria

Autoridades:

Escrivão: Joaquim Antonio de Oliveira Reis



Coletor: Antônio Joaquim de Figueiredo

Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: -

Data final: 15.12.1869

Tamanho: 2 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20912534

Palavras-chave: cível; cobrança; venda de escravizada.

Observação: Documento incompleto.

### **18.06.1872 - 20901867**

Apreensão e ação de liberdade movida por Rita crioula, “intitulada escrava de Emídio José Soares”, argumentando ter sido alforriada “à vista e várias testemunhas, mas a conserva em cativoiro”

Autoridades:

Juiz Municipal: José Ferreira Brant

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes

Curador: Antônio de Almeida Lopes, Candido Luiz Maria de Oliveira

Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca de Pitangui

Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 25.07.1872

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20901867

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; crioula.

### **21.03.1873 - 20906590**

Ação sumária de nulidade da liberdade concedida a Eva e Domingos por Veronica Evaristo da Silveira, movida por seu marido, Manoel Fernandes da Silveira, que argumentou serem casados em comunhão de bens, assim, a sua esposa não possuía o direito de vender os bens do casal sem autorização prévia

Autoridades:

Juiz de Direito: Aurélio A. Pires de Figueiredo Camargo

Juiz Municipal: José Ferreira Brant, Antônio Vicente de Sousa

Escrivão: Tomás Cesário Mendes Leal, Antônio Soares dos Santos, João Pereira da Silva

Curador: Emílio Soares de Gouveia Horta Júnior

Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: Direito da Família, § 42, Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, Lei nº 2.040, de 28 setembro de 1871

Data final: 04.07.1873

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20906590

Palavras-chave: cível; direito familiar; história das mulheres; gênero; nulidade de liberdade; Lei do Ventre Livre; poder marital.

### **13.05.1873 - 20911204**

Ação de liberdade de Francelina parda, filha de Jacinta (escravizada de D. Maria Joaquina da Encarnação), escravizada de Valeriano José de Almeida, cuja morte do escravocrata resultou na sua divisão entre os herdeiros (D. Genoveva, Firmino José de Almeida e Leonardo José de Almeida), tendo uma parte sua libertada por Leonardo, fato que, em consonância com o art. 4º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, concede o direito à alforria com pecúlio indenizatório

Autoridades:

Juiz de Direito: Aurélio A. Pires de Figueiredo Camargo

Juiz Municipal: José Ferreira Brant, Felicissimo de Sousa Viana, Amador Alves da Silva

Juiz Substituto: Antonio Vicente de Souza

Depositário: Antônio de Almeida Lopes

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Belarmino Pinto de Azevedo, José Maria Gomes Matta

Curador: Emílio Soares de Gouvêa Horta Junior

Local: Vila de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: art. 4º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 10.02.1876

Tamanho: 53 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911204

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; divisão; alforria.

### **07.10.1873 - 20911206**

Ação de liberdade movida por Luiz crioulo, escravizado de Antônio Pinto de Carvalho Rocha (curatelado por D. Francisca de Paula Silva), alegando ausência de matrícula

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Vicente de Souza

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes

Curador: Felicissimo Pereira da Silveira

Local: Vila de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: art. 87, § 2º, do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 17.10.1873

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911206

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; ausência de matrícula; saúde mental.

### **18.01.1873 - 20911140**

Ação de liberdade movida por Ana cabra, contra os herdeiros do finado Antônio Luís d'Oliveira, que a teria libertado, porém, foi arrolada no inventário de sua esposa, D. Custódia Pereira Goulart

Autoridades:

Juiz Municipal: José Ferreira Brant, Antônio Vicente de Souza

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Belarmino Pinto de Azevedo

Depositário: Pedro Higino Diniz

Curador: Emílio Soares de Gouveia Horta Junior

Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: -

Data final: 11.11.1873

Tamanho: 29 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911140

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; cabra; inventário.

### **24.01.1874 - 20906094**

“Causa de liberdade” movida por Antônio e Joana, escravizados de Felício Moreira da Silva e sua mulher, Constança Maria dos Reis, relatando terem recebido carta de liberdade em 5 de março de 1857, com a condição de prestarem serviços por trinta anos, porém, foram vendidos a Francisco Fernandes Lima por mais vinte e cinco anos, sendo tal prática proibida conforme decisão de 31 de março de 1865, causa nº 10.418, pelo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro

Autoridades:

Juiz de Direito: Aurélio A. Pires de Figueiredo Camargo

Juiz Municipal: José Ferreira Brant, Amador Alves da Silva

Depositário: Cândido de Souza Viana

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Tomás Cesário Mendes Leal  
Curador: Marciano Augusto de Moura  
Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Paraopeba  
Recurso judicial: Acórdão da Relação da Corte, 31 de março de 1865, causa nº 10.418  
Data final: 14.01.1875  
Tamanho: 76 páginas  
Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20906094

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; prestação de serviços; TRRJ.

### **13.06.1874 - 20906592**

“Ação sumária de Antônio e Felipa, por seu curador o Dr. Cândido Luiz Maria de Oliveira” contra Januaria da Costa Chaves, requerendo as alforrias em decorrência da ausência de matrícula

Autoridades:

Juiz de Direito: Aurélio A. Pires de Figueiredo Camargo  
Juiz Municipal: Amador Alves da Silva  
Escrivão: Thomaz Cesário Mendes Leal, Manoel José d’Araújo  
Coletor: Antônio Joaquim de Figueiredo  
Curador: Cândido Luís Maria de Oliveira  
Local: Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Paraopeba  
Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871  
Data final: 27.08.1875  
Tamanho: 19 páginas  
Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20906592

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre; ausência de matrícula.

### **30.07.1874 - 20911141**

“Ação de liberdade do escravo Miguel, por seu curador o advogado Emílio Soares de Gouvêa Horta Júnior”, alegando negligência de cuidados médicos e abandono pelo escravocrata Ludovico Antônio d’Araújo

Autoridades:

Juiz Municipal: Amador Alves da Silva  
Escrivão: Francisco Jovita Fernandes  
Curador: Emílio Soares de Gouvêa Horta Júnior  
Local: Vila de Curvelo, Comarca do Paraopeba  
Recurso judicial: art. 6º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871



Data final: 28.09.1874

Tamanho: 8 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911141

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre; abandono de escravizado.

### **15.01.1875 - 20900588**

Ação de liberdade de Cassiano pardo, escravizado de Inácio de Campos Leite, por intermédio de seu curador, Marciano Augusto de Moura, alegando não ter sido matriculado

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Amador Alves da Silva

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Clarindo Gonçalves de Oliveira, Tomás Cesário Mendes Leal, Francisco Honório de Almeida Tevi

Curador: Marciano Augusto de Moura

Local: Vila de Santo Antônio de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: -

Data final: 01.05.1875

Tamanho: 62 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20900588

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; ausência de matrícula; homicídio; inconcluso.

Observação: No decorrer da ação, Cassiano é acusado de ter assassinado Joaquim José de Faria, sendo condenado a duzentos açoites, tal fato prejudicou-o em conseguir a sua liberdade.

### **27.11.1876 - 20906113**

Ação de nulidade da compra da escravizada Luzia, vendida por Antônio de Almeida Lopes, separada de seus filhos (Cristina parda e Paranhos, ingênuo, preto) para fora da localidade em que vivem

Autoridades:

Juiz Municipal: Amador Alves da Silva

Juiz de Paz: João Francisco de Assis Vianna

Subdelegado: Manoel Martins do Rego

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Manoel José de Araújo

Curador Geral dos Órfãos: José Nunes de Faria Tassara

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: arts. 1º, 4º, 7º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 2º do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 25.06.1877

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20906113

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; nulidade; venda ilegal; menores; ingênuos.

### **01.06.1877 - 20911199**

Ação de liberdade de Jerônimo, escravizado de Gonçalves da Fonseca, por meio de pagamento de pecúlio, cujo valor não foi aceito pelo escravocrata, requerendo que haja arbitramento para a sua avaliação

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Amador Alves da Silva

Juiz de Paz: Cândido Luís Maria Oliveira

Depositário: Fernando Antônio de Freitas Brennand

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Manoel José de Araújo, Belarmino Pinto de Azevedo

Curador: Candido Luiz Maria de Oliveira

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: art. 4º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 19.07.1877

Tamanho: 54 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911199

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; pecúlio; arbitramento; apelação.

### **04.07.1879 - 20906095**

Ação de liberdade de João crioulo, escravizado de Maria Bernardes Lima, por intermédio de seu curador José Nunes de Faria Tassara, alegando ter cumprido o tempo de serviço necessário para a sua liberdade, conforme estipulado pela Lei do Ventre Livre

Autoridades:

Juiz Municipal: Amador Alves da Silva

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes

Curador: José Nunes de Faria Tassara

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: art. 4º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 24.02.1886

Tamanho: 9 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20906095

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre.

Observação: No documento, consta “faleceu João, assim me informou o curador José Nunes de Faria Tassara. Curvelo, 24 de fevereiro de 1886”.

### **09.09.1879 - 20911224**

Execução da ação de liberdade de Estevão preto, escravizado de Eufrausina Maria de Jesus, herdeira de seu marido, em poder de Ricardo José de Magalhães, alegando ter sido mantido em cativeiro mesmo após a conquista da alforria pela ausência de matrícula

Autoridades:

Desembargador do TROP: Luiz Gonzaga de Brito Guerra, Ovides Fernando Trigo de Lorencio

Escrivão do TROP: Henrique Edmundo Renault

Juiz de Direito: Cândido Luís Maria de Oliveira

Juiz Municipal: Amador Alves da Silva

Escrivão: Thomás Cesário Mendes Leal, Francisco Jovita Fernandes

Curador: Marciano Augusto de Moura

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: -

Data final: 06.10.1879

Tamanho: 63 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911224

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; alforria; cativeiro; TROP; apelação; matrícula de escravizado.

Observação: A decisão foi dada em grau de apelação pelo Tribunal da Relação de Ouro Preto.

### **30.10.1879 - 20911223**

Ação de liberdade de “Antônio preto, de idade de nove anos, como escravo do espólio de Joaquim Ursino de Macedo e adjudicado aos credores do mesmo espólio, e sendo o mesmo escravo livre em virtude de ter o mesmo uma parte forra”

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Amador Alves da Silva

Depositário: José Cerperteiro de Siqueira

Curador Geral dos Órfãos: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes

Curador: José Nunes de Faria Tassara

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: art. 4º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 19.10.1880

Tamanho: 28 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911223

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre; preto; espólio.

### **26.03.1880 - 20911741**

Ação de liberdade de Manuel cabra, escravizado do finado Joaquim José de Araújo, relatando ter sido liberto por alguns herdeiros, situação que lhe confere o direito de solicitar a sua liberdade

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Manoel José Vieira, Amador Alves da Silva, José Pereira da Costa

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Belarmiro Pinto de Azevedo

Curador: Luiz de França Viana

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: art. 4º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 09.10.1880

Tamanho: 32 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911741

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; pecúlio; cabra.

### **15.09.1880 - 20911225**

Ação de liberdade de Manoel, escravizado de Pedro Pinto Ribeiro, movida pelo Curador Geral dos Órfãos, por ter chegado ao seu conhecimento que o escravizado cumpriu mais do que deveria o tempo legal de prestação de serviço para alcançar a sua liberdade

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Manoel José Vieira, Jacinto Álvares da Silva Campos

Curador Geral dos Órfãos: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Belmiro Pinto de Azevedo

Curador: Luiz de França Viana, José Antunes de Faria Tassara

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: art. 4º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 23 de setembro de 1871, art. 62 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 05.09.1881

Tamanho: 41 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911225

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; prestação de serviços; Lei do Ventre Livre.

### **27.10.1880 - 20911208**

Ação de liberdade de Maria Branca, escravizada de Antônio da Costa Macedo, Pedro Antônio da Costa, Bonício Gomes da Silva, João Antônio, Felício Antônio da Costa e Gabriel José de Oliveira, por meio de pagamento de pecúlio indenizatório

Autoridades:

Juiz Municipal: Manoel José Vieira

Curador Geral dos Órfãos: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Francisco Ferreira Guimarães

Curador: Luiz de França Viana, José Nunes de Faria Tassara

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: -

Data final: 07.03.1881

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20911208

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; pecúlio; posse compartilhada.

### **09.09.1881 - 20900839**

Ação sumária de liberdade de Joana, preta, menor de idade e escravizada de Pedro Pinto Ribeiro, “sequestrada ultimamente por Quintino Piera de Carvalho, tem direito a sua liberdade, por ser filha da preta Josefa, que livre era ao tempo do nascimento daquela”

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Jacinto Álvares da Silva, Fernando Antônio de Freitas Drummond, Antônio Joaquim Barbosa da Silva

Curador Geral dos Órfãos: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Escrivão: Thomaz Cesário Mendes Leal

Curador: Luiz de França Viana, Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Local: Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: [Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871]

Data final: 09.09.1882

Tamanho: 39 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20900839

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei do Ventre Livre; libertanda.

Observação: A ação foi movida pelo interesse de uma ação de cobrança envolvendo Pedro Pinto Ribeiro e sua mulher, que herdaram a escravizada e tiveram os bens penhorados. Destaca-se o argumento do curador para justificar a liberdade de Josefa, além disso, começou a defesa com a frase “*Libertas dum tarda semper venit*” - A Liberdade sempre vem lentamente (tradução nossa, folha 16).

#### **16.02.1882 - 20900890**

Ação sumária de liberdade de Benjamin, escravizado do major João Francisco de Assis Viana, expondo que, após sua carta de liberdade, concedida por Maria Gertrudes de Arcos, ter sido suprimida, foi mantido como escravizado

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Joaquim Barbosa da Silva

Curador Geral dos Órfãos: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Escrivão: Thomaz Cesário Mendes Leal, Francisco Jovita Fernandes

Curador: Antônio Vicente de Souza

Local: Cidade de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: -

Data final: 10.02.1887

Tamanho: 41 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20900890

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; libertando; carta de liberdade; suprimida.

#### **06.11.1883 - 20906050**

Ação de liberdade de Eugênio africano, escravizado de Manoel Ribeiro dos Santos, por intermédio de seu curador Antônio Teixeira Lopes Guimarães, “por ter sido importado

para o Brasil, e vendido como escravo, muito depois da lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta um, que proibiu o tráfico dos africanos”

Autoridades:

Juiz Municipal: Genesco Telles Bandeira de Melo

Juiz dos Órfãos: Amador Alves da Silva

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Curador Geral dos Órfãos: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Belarmino Pinto de Azevedo

Curador: José Nunes de Faria Tassara

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: Lei de 7 de novembro de 1831

Data final: 23.01.1884

Tamanho: 27 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20906050

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei Feijó; preto; africano; meia-cara.

Observação: A ação conta com um importante relato do próprio escravizado sobre a travessia para o Brasil, desde o momento em que foi sequestrado até a sua venda. Para saber mais, veja a biografia feita pela estagiária de História, Anna Luiza de Brito Martins, no início deste *Guia*.

### **10.09.1885 - 20912457**

Ação de liberdade de Antônio, escravizado de Felisberta Pinto de Carvalho, alegando ser livre por sua mãe (Ana africana) ter sido importada após a promulgação de Lei de 7 de novembro de 1831

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva

Juiz Municipal: José Machado Barbosa, Alexandre Celestino Fernandes

Curador Geral dos Orfãos e Depositário: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: Lei de 7 de novembro de 1831

Data final: 05.01.1886

Tamanho: 104 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20912457

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; escravizado; Lei Feijó; Angola; africana.

Observação: A partir dessa ação, foi feita a biografia de Ana, pelo estagiário de História, Gustavo Anunciação, e que pode ser conferida no início deste *Guia*.

### **29.09.1885 - 20900893**

Ação sumária de liberdade de Domingas, escravizada de Geraldo Pereira da Silva e outros herdeiros, em decorrência do abandono em que se encontra

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Alexandre Celestino Fernandes

Curador Geral dos Orfãos e Depositário: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Escrivão: Thomaz Cesário Mendes Leal, Antônio Francisco de Araújo Ferraz

Curador: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: art. 6º, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 86 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 20.02.1886

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20900893

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; crioulo; abandono.

### **07.11.1887 - 20906804**

“Autuação de uma petição e documentos de Antônio [Martins], escravo de D. Felisberta Pinto de Carvalho para manutenção de liberdade do mesmo”

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Alexandre Celestino Fernandes Pinheiro

Juiz de Paz: João Cândido Ribeiro

Escrivão: Thomaz Cesário Mendes Leal, Francisco Jovita Fernandes

Curador: Pedro Batista de Azevedo Viana, Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: Lei de 7 de novembro de 1831, Lei 28 de setembro de 1871, Decreto nº 3.135 de 13 de setembro de 1872

Data final: 18.04.1888

Tamanho: 139 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20906804

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei Feijó; Lei do Ventre Livre; africana; curatelado; crioula.

Observação: Segunda ação de liberdade movida pelo mesmo autor. Ver documento 20912457.

### **21.12.1887 - 20912069**

Ação de liberdade de Francisco, Sergio e Francisca, “representados por seu Curador, o cidadão Antônio Teixeira Lopes Guimarães”, escravizados de Joaquina Zeferina de São José e Francisco d’Assis Pereira

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Alexandre Celestino Fernandes Pinheiro, Alexandre José da Costa Valente

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes

Curador: Antônio Teixeira Lopes Guimarães

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: Lei de 7 de novembro de 1831, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 27.04.1888

Tamanho: 45 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20912069

Palavras-chave: cível; ação de liberdade; Lei Feijó; Lei do Ventre Livre; africana.

Observação: O processo baseia-se no relato de Ana Africana (Angola), alegando ter sido sequestrada e trazida ao Brasil após a Lei Feijó, argumentando que seus descendentes são livres. Ver observação do documento 20912457.

### **5.20.3 Documentos criminais**

#### **10.06.1845 - 20909242**

“Auto de recurso pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca do Rio das Velhas da Sentença do Juiz Municipal da Vila de Pitangui” referente ao processo movido por Manoel Borges de Gouveia contra Joaquim José de Araújo e outros, acusados do espancamento de José (escravizado)

Autoridades:

Juiz de Direito: Tertuliano Antônio Alves Pires

Juiz Municipal e dos Órfãos: Miguel Rodrigues Braga

Escrivão: Flávio Maximo Pereira Duarte, Paulo Marciano de Moura

Local: Vila de Nossa Senhora da Piedade do Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, Vila de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: arts. 201, 266 e 285 do Código Criminal, art. 1º da Lei de 6 de junho de 1831

Data final: 28.06.1845

Tamanho: 42 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20909242

Palavras-chave: criminal; espancamento; violências físicas.

### **23.10.1840 - 20912020**

“Auto criminal que mandou proceder o atual Juiz de Paz deste Distrito dos Monteiros, o cidadão Manoel Pereira de Carvalho, a *ex-officio* por parte da Justiça pela morte perpetrada em Manoel, escravo que foi do finado José Simões de Araújo, no lugar denominado Pindaíba deste mesmo Distrito, em dias do mês de Agosto, tudo como adiante se declara”

Autoridades:

Juiz Municipal: Tertuliano Antonino Alves Pires

Juiz de Paz: Manoel Pereira de Carvalho

Subdelegado: Bernardo José da Silva Liboreiro

Escrivão: Valeriano Pereira de Queirós, Paulo Marciano de Moura, Francisco Apolinario Monteiro

Local: Distrito dos Monteiros, Termo da Vila do Curvelo, Comarca do Rio das Velhas

Recurso judicial: -

Data final: 08.06.1844

Tamanho: 37 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20912020

Palavras-chave: criminal; homicídio; roubo.

### **06.09.1882 - 20907099**

Sumário de culpa contra o professor Luís Timóteo da Paz, acusado pelas agressões físicas cometidas contra a sua escravizada, Matildes

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Joaquim Barbosa da Silva

Delegado: Sérgio Boaventura Bandeira

Escrivão: Thomáz Cesário Mendes Leal, Francisco Jovita Fernandes, Joaquim Cesário de Abreu

Local: Distrito do Papagaio, Cidade de Santo Antônio do Curvelo, Comarca do Paraopeba  
Recurso judicial: art. 205 do Código Criminal  
Data final: 25.08.1882  
Tamanho: 25 páginas  
Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20907099

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; sanidade; violência contra mulher.

### **26.02.1883 - 20904597**

“Autuação de uma portaria do Delegado de Polícia para proceder o auto de corpo de delito nos ferimentos feitos por José Alves de Magalhães em sua escrava Tereza”

Autoridades:

Juiz Municipal: Antônio Joaquim Barbosa da Silva

Delegado: José Cupertino de Siqueira

Escrivão: Thomaz Cesário Mendes Leal, Francisco Jovita Fernandes

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: -

Data final: 06.03.1883

Tamanho: 9 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20904597

Palavras-chave: criminal; corpo de delito; agressões físicas.

### **18.01.1886 - 20907721**

Processo-crime contra Francisco Soares (vulgo Chico do Sérgio), ex-escravizado de João Soares dos Santos, acusado pelas agressões físicas (pauladas) contra Antônio Fernandes e Adão (menor de idade)

Autoridades:

Juiz Municipal: Alexandre Celestino Fernandes

Juiz de Paz: José Tito de Freitas e Almeida

Delegado: Justiniano Fernandes de Carvalho

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes

Local: Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: arts. 16, § 4º e § 6º (agravante), 73, 201 do Código Criminal

Data final: 28.01.1886

Tamanho: 20 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20907721

Palavras-chave: criminal; agressão física; crime contra animais; menor.

**26.03.1886 - 20912399**

Processo-crime contra Francisco, escravizado de Manoel Teixeira da Silva, acusado do assassinato de Valeriana

Autoridades:

Desembargador do TROP: Aurélio A. Pires de Figueiredo Camargo

Juiz de Direito: Joaquim Antonio da Silva Barata

Juiz Municipal: Alexandre Celestino Fernandes Pinheiro

Juiz Substituto: José Machado Barbosa

Juiz de Paz: João Cândido Ribeiro

Subdelegado: Belchior de Mattos Pinho

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Gabriel Ribeiro da Costa, Joaquim Carlos Firmiano Ribeiro, Fidelis Ferreira da Câmara, Honório Fernandes da Veiga

Local: Arraial de Traíras, Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: arts. 16, §§ 4º, 6º e 15 (agravante), 193 do Código Criminal

Data final: 06.11.1886

Tamanho: 56 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20912399

Palavras-chave: criminal; feminicídio; arma de fogo; galés; absolvido; TROP.

**06.06.1887 - 20908601**

Processo-crime contra Fernando, escravizado de Zeferino Pereira da Silva, movido por João Velho e Joaquina de Freitas, acusado do crime de defloramento da filha do casal, que faleceu em decorrência do “bárbaro e monstruoso procedimento”

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Antônio da Silva Barata

Juiz Municipal: Epaminondas Bandeira de Melo

Subdelegado: Quintino José de Almeida

Escrivão: Boaventura Pereira Leite, Francisco Jovita Fernandes

Local: Arraial do Morro da Garça, Cidade de Curvelo, Comarca do Paraopeba

Recurso judicial: arts. 193 e 222 do Código Criminal

Data final: 18.04.1888

Tamanho: 53 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20908601

Palavras-chave: criminal; estupro; homicídio; defloramento; vulnerável; galés.

**27.12.1896 - 20909362**

Processo-crime contra Cassimiro Ambrósio, “ex-escravo” de Policena Mascarenhas, acusado de agredir o (uso de faca) à Clementino Jacob, “ex-escravo” da mesma senhora

Autoridades:

Juiz de Direito: Damaro J. dos Santos Brochado

Juiz Municipal substituto: Antônio Alexandrino Dinis

Juiz de Paz: Jerônimo Soares Cardoso, Joaquim Daniel Borges da Silva

Escrivão: Francisco Jovita Fernandes, Antônio Francisco da Rocha, Ramiro Lopes de Souza

Subdelegado: Quintino José d’Almeida

Local: Distrito de Almas, Cidade de Curvelo

Recurso judicial: arts. 294, §§ 2º-13, 13, § 55, 304 do Código Criminal

Data final: 03.10.1999

Tamanho: 61 páginas

Referência documental: TJMG\_Curvelo\_20909362

Palavras-chave: criminal; agressões físicas; estigma; ex-escravo.



*Comarca de  
Formiga*

## 5.21 Comarca de Formiga

### 5.21.1 Contexto histórico e administrativo

A atual região da cidade de Formiga foi um ponto de paragem e repouso de tropeiros e bandeirantes que atravessavam o Oeste mineiro, situada no caminho aberto por novas expedições colonizadoras entre os povoados de Tamanduá e de Piumhi. Segundo a tradição oral, a denominação “Ribeirão da Formiga” foi resultado do ataque de uma enorme quantidade de formigas à carga de açúcar dos viajantes que estavam em um pouso, às margens do ribeirão (Ferreira, 1958). Entre os anos de 1725 até 1746, a região próxima à Formiga serviu de abrigo para indígenas e escravizados fugidos, dando origem ao Quilombo do Ambrósio. Em 1746, o Quilombo foi atacado a mando do governador Gomes Freire de Andrade pelas tropas do capitão Antônio João de Oliveira, como prática da política da Coroa portuguesa em dizimar assentamentos compostos por escravizados fugidos (Martins; Soares, 2016).

Posteriormente, cartas de sesmarias foram concedidas com o objetivo de promover a interiorização do território, entre elas, a da região de Formiga, dada a Domingos Antônio da Silveira. Em virtude disso, os primeiros registros sobre o arraial datam de meados do século XVIII. Desde o período de sua formação até o primeiro quartel do século XIX, Formiga esteve sob a jurisdição da Comarca do Rio das Mortes (cuja sede era São João Del Rei) (Barbosa, 1971).

Nos primórdios dos oitocentos, Formiga foi visitada por viajantes estrangeiros, como Johann Emanuel Pohl (1818) e Auguste Saint-Hilaire (1819). O último legou importantes visões sobre a vila. Em sua perspectiva:

[...] veem-se em Formiga várias lojas e vendas mal sortidas, [...] apesar da indigência que anuncia o seu aspecto, parece que há gente bastante rica nos seus arredores e na própria vila. Localizada às portas do sertão, Formiga faz um comércio considerável com essa zona. Os marchantes entretêm relações diretas com o Rio de Janeiro; enviam para o interior do sertão o sal, o ferro e outras mercadorias que recebem da capital, e recebem em troca, couros, peles de veado, algodão e gado, [...] mas são os porcos que, como já disse, constituem a principal riqueza do distrito (Saint-Hilaire, 1937, p. 150).

Ademais, “como a região é muito comercial e aí passam continuamente caravanas provenientes de Goiás ou do Sertão, todas as mercadorias se vendem facilmente e são muito caras” (Saint-Hilaire, 1937, p. 150).

Ou seja, a sua posição estratégica e a produção local para abastecimento interno proporcionaram meios que garantiram a manutenção do vilarejo e o seu desenvolvimento. Não à toa, em 1832, com a ocupação da região consolidada, foi erguida uma nova capela

em homenagem à São Vicente de Férrer, visto que a anterior, segundo Saint-Hilaire, “não tem teto, é quase nua no interior e corresponde perfeitamente ao estado miserável das casas” (Saint-Hilaire, 1937, p. 150).

A elevação à freguesia do Curato da Formiga do Tamanduá deu-se no mesmo ano, a partir da publicação do Decreto de 14 de julho. Pela Lei nº 134, de 16 de março de 1839, a vila passou a ser denominada de Nova da Formiga. Em 1842, a Vila Nova da Formiga foi anexada ao Termo de Piumhi e, por um curto espaço de tempo, foi incorporada também ao Termo de Tamanduá. Em 1858, o termo foi separado de Piumhi e, oito anos depois, criou-se a Comarca do Rio Pará, constituída por Tamanduá, Formiga e Oliveira. Anterior à criação da Comarca do Rio Pará, o termo de Formiga pertencia à Comarca do Rio Grande e retornou à Comarca de forma definitiva apenas no ano de 1870 (Martins; Soares, 2016).

A Comarca de Rio Grande recebeu nova denominação de Formiga em 1891, passando por novas alterações em sua composição, integrando os municípios de Piumhi e Tamanduá. A partir de 1903, os municípios de Formiga, Bambuí e Santo Antônio do Monte foram anexados, até 1915, quando voltou a ser constituída apenas pelo município homônimo. Com a supressão dos termos (Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948), a sua constituição foi novamente alterada. Assim, até 1953, era composta por Formiga, Iguatama, Pains e Pimenta. A partir de 1970, atendia aos municípios de Formiga e Pimenta. Em 1995, Córrego Fundo também foi anexado. A partir de 2008, as duas últimas foram transformadas em comarcas, mas não foram instaladas, continuando sob a jurisdição de Formiga (Martins; Soares, 2016).

### 5.21.2 Documentos cíveis

#### 11.05.1840 - 26101069

Justificação movida por Joaquim pardo, escravizado da falecida Joana Escolástica de Oliveira, alegando “que aquela sua senhora antes de falecer e em seu perfeito juízo disse perto de testemunhas que o suplicante ficava forro e liberto, não lhe passando carta por não ter nem que a fizesse [...] e até hoje está em cativeiro de seus herdeiros, Carlos Antônio Francisco Duarte, e Manoel Garcia Duarte, e Joaquim Antônio de Mesquita”

Autoridades:

Juiz de Direito: José Gonçalves Gomes

Juiz Municipal: Joaquim Carlos Ferreira Pires

Escrivão: João José de Freitas

Curador: José Joaquim Marcondes

Local: Freguesia de Santa Anna do Bambuí, Vila Nova de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 23.05.1840

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26101069

Palavras-chave: cível; carta de liberdade; pardo; alforria; nuncupativo.

Observação: Consta que Joaquim era neto de Joana Escolástica de Oliveira, filho de Antônio Dias Ribeiro.

### **30.05.1864 - 26100922**

“Nova avaliação em uma escrava de nome Severiana crioula de 28 anos, avaliada em outro tempo em 1:800\$000, e hoje por 1:000\$000, do inventário e partilha dos finados Joaquim José Coutinho, e sua mulher”

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: Wenceslau Alves Belo

Escrivão: Honório Hermeto Corrêa da Costa

Curador: Joaquim Carlos Ferreira Pires

Tutor: Inácio Gonçalves de Amarante

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 04.07.1864

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26100922

Palavras-chave: cível; justificação; avaliação de escravizada; inventário; crioula.

### **03.09.1864 - 26100929**

“Praça de Manoel Lopes do Nascimento Junior, cessionário de Antônio Manoel Cardozo, e de Gabriel Gomes Lamounier, em um escravo de nome Manoel crioulo, que foi do casal de D. Ana Rita de Jesus, mulher que foi de Manoel Antônio Cardoso, igualmente falecida”

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: Wenceslau Alves Belo

Escrivão: Honório Hermeto Corrêa da Costa

Curador: Francisco de Oliveira Pinto Dias

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 28.10.1864

Tamanho: 22 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26100929

Palavras-chave: cível; praça; leilão de escravizado; crioulo; divisão de bens.

### **20.09.1864 - 26100928**

“Reforma de uma avaliação em um escravo de nome Manoel crioulo, de idade de treze anos, que em outro tempo foi avaliado em um conto e duzentos mil reis, hoje pelo presentes louvados por um conto e cem mil reis, pertencentes partes aos órfãos filhos do finado José Manoel Cardoso, e do cessionário Manoel Cardoso herdeiros da finada D. Ana Rita de Jesus, mulher que foi do finado igualmente Manoel Antônio Cardoso, sendo este Nascimento Junior”

Autoridades:

Juiz Municipal e de Órfãos: Wenceslau Alves Belo

Escrivão: Honório Hermeto Corrêa da Costa, Joaquim J. da Costa [Bontilos]

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 29.10.1864

Tamanho: 46 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26100928

Palavras-chave: cível; pregão; avaliação; crioulo.

### **05.04.1869 - 26109104**

“Desistência e depósito de um crioulo de nome Benedito, liberto por seu senhor Manoel Antônio das Neves, o qual é o desistente e nesta questão suplicante”

Autoridades:

Juiz Municipal: João Batista Rabelo de Campos

Depositário: Manoel Barbosa de Faria

Escrivão: Antônio Felipe da Silva, Francisco Altamiro Porto

Curador: Manoel Bahia da Rocha

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande, Comarca do Rio Pará

Recurso judicial: -

Data final: 22.07.1882

Tamanho: 35 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26109104

Palavras-chave: cível; desistência; crioulo.

### **05.11.1872 - 26108714**

Requerimento de Antônio José Soares da Silva Filho, curador da massa falida de Ferraz & Menezes a fim de comprovar que Manoel pardo e Antônio crioulo são escravizados, de modo a serem usados no pagamento dos credores

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Escrivão: -

Curador: Antônio José Soares da Silva Filho

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 30.11.1872

Tamanho: 2 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26108714

Palavras-chave: cível; crioulo; pardo; falência; Ferraz & Menezes.

Observação: Documento incompleto.

### **10.11.1875 - 26101077**

“Arbitramento do preço da indenização para alforria pelo fundo de emancipação dos escravos Joana e Maria pertencentes a Antônio Dias de Menezes, a requerimento do Coletor do Município”

Autoridades:

Juiz de Direito: Severo Mendes dos Santos Ribeiro

Juiz Municipal: Francisco Cirilo Ribeiro e Souza

Escrivão: Antônio Felipe da Silva, Joaquim Antônio Alves

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 15.01.1876

Tamanho: 15 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26101077

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; emancipação; arbitramento; alforria.

### **01.12.1882 - 26108312**

“Ação de liberdade” movida por “Francisco africano, por seu curador, o advogado major João de Sousa Silveira Palhares”, escravizado de “João Batista Ribeiro e outros herdeiros do finado Manoel Antônio de Barros”

Autoridades:

Juiz Municipal: José Ferreira Pires

Depositário e Curador: João de Souza Silveira Palhares

Escrivão: José Higino da Costa

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872, Lei de 7 de novembro de 1831, Decreto nº 708, de 14 de outubro de 1850, Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 07.12.1882

Tamanho: 12 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26108312

Palavras-chave: cível; africano; Lei Feijó; Lei do Ventre Livre; abolicionismo.

Observação: A argumentação do advogado e curador é baseada em um discurso de teor abolicionista.

#### **16.05.1888 - 26100574**

Tutela dos “ingênuos menores, Evaristo, filho de Esméria preta, escrava” e “Fidelis, filho de Palmira preta e escrava” pela ausência de habilitações das ditas mães

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: João Monteiro Peixoto

Escrivão: Fortunato de Sousa Pereira

Tutor: Luís Francisco Soares

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 19.05.1888

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26100574

Palavras-chave: cível; tutela; preto; pós-abolição; menor.

#### **20.06.1888 - 26100571**

Tutela do “menor Zeferino preto, de 12 a 13 anos mais ou menos, tendo vindo de Arcos, e não sabendo-se qual seu pai e sua mãe”, movida por Joaquim de Souza Leite Cabral

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: João Monteiro Peixoto

Escrivão: Fortunato de Sousa Pereira, Joaquim de Sousa Leite Cabral

Tutor: Antônio José Ferreira Guimarães

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 03.07.1888

Tamanho: 6 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26100571

Palavras-chave: cível; tutela; preto; pós-abolição; abandono; filhos de escravizados.

#### **24.10.1888 - 26100579**

Tutela dos filhos de “Sabina, ex-escrava do tenente Juvêncio Henrique Chaves, que tem três filhos menores: Modesto, de 17 anos, Ancelmo, de 13 e Paulo, de 10, todos em companhia do dito tenente [Juvêncio Henriques] Charretton” que alega ter “criado e educado como filhos, e por isso ninguém mais digno que ele, tendo em vista incapacidade da mãe”

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: Antônio Cesario Correa

Escrivão: Fortunato de Sousa Pereira

Tutor: Juvêncio Henriques Charretton

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 14.11.1888

Tamanho: 4 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26100579

Palavras-chave: cível; tutela; pós-abolição; estigma; estrangeiro; filhos de escravizados.

#### **07.05.1889 - 26100896**

Tutela de “Martinho e Ludovico, filhos da ex-escrava Bernarda, falecida”, sendo o tutor Manoel Barbosa de Faria

Autoridades:

Juiz dos Órfãos: [Antonio Cesario Correa]

Escrivão: Fortunato de Sousa Pereira

Tutor: Manoel Barbosa de Faria

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 08.02.1894

Tamanho: 5 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26100896

Palavras-chave: cível; tutela; pós-abolição; estigma; órfãos.

### 5.21.3 Documentos criminais

#### 05.10.1882 - 26104856

“Execução de sentença condenatória de açoites proferida pelo Júri desta Cidade contra o réu preso Antônio Júlio, escravo do capitão Manoel Gonçalves de Oliveira”

Autoridades:

Juiz de Direito: Antonio Luiz Ferreira Tinoco

Juiz Municipal: José Pope da Silva Lopes

Escrivão: Olímpio Adolfo Avelar

Local: Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande

Recurso judicial: -

Data final: 17.10.1882

Tamanho: 28 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26104856

Palavras-chave: criminal; açoites; sentença.

#### 13.04.1900 - 26100631

Processo-crime contra Honorato de tal, ex-escravizado de José Rodrigues, acusado da tentativa de homicídio contra o inspetor Clemente de Paula Oliveira

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Augusto de Oliveira Santos

Juiz Substituto: Carlos Soares da Silva, Juvencio Pinto Lara, Amâncio Cassini

Subdelegado: Francisco Antônio de Faria Carmo

Escrivão: José Joaquim Toscano de Brito, João Silvestre de Meneses, João Vicente Barcelos, Pedro Teixeira Vasconcelos

Local: Freguesia da Pimenta, Termo e Comarca de Formiga, Cidade e Comarca de Piumhi

Recurso judicial: arts. 13, 39 (agravante), 63 e 294, § 2º, do Código Penal de 1891

Data final: 17.04.1911

Tamanho: 124 páginas

Referência documental: TJMG\_Formiga\_26100631

Palavras-chave: criminal; estigma; ex-escravo; arma de fogo.





*Comarca de  
Grão Mogol*

## 5.22 Comarca de Grão Mogol

### 5.22.1 Contexto histórico e administrativo

A origem do Município de Grão Mogol remonta ao início do século XVIII, em razão da descoberta das primeiras lavras de diamantes na região do Tejuco (atual Diamantina). Tal fato movimentou grande contingente populacional, visando à exploração de pedras preciosas. As expedições, partindo de Itacambira, chegaram à Serra do Itacambiruçu, onde encontraram as primeiras jazidas de diamante em 1781, estabelecendo o primeiro núcleo de povoamento, que até então era denominado de Serrinha, composto em sua maioria por garimpeiros. À medida que novos exploradores chegavam na região, o núcleo primitivo começou a se desenvolver, resultando no Arraial de Santo Antônio do Itacambiruçu, rebatizado para Santo Antônio do Grão Mogol. No contexto, o arraial respondia nas esferas administrativa e judicial à Comarca do Serro Frio (com sede na Vila do Príncipe) (Barbosa, 1971).

As lavras foram exploradas em paralelo à fixação de novos moradores, que garantiram o crescimento do comércio local. O fluxo de migrantes movido pela busca por diamantes se estendeu pelo século XIX, especialmente, após a descoberta da primeira jazida diamantífera em rocha no Morro da Pedra Rica, em 1827 (Chaves, 2006). O achado trouxe novas esperanças aos locais e forasteiros, uma vez que se percebia o esgotamento dos diamantes nos leitos dos rios. O viajante e naturalista Auguste Saint-Hilaire, ao passar pela região no começo do século XIX, deixou registrado que “o governo não faz explorar senão os arredores do Tejuco, porque é lá que existe maior quantidade dessas pedras. Entretanto elas ocorrem ainda em diferentes partes da Província de Minas, tais como: a Serra de Santo Antônio ou do Grão Mogol” (Saint-Hilaire, 1941, p. 20). Com o crescimento populacional, o arraial foi elevado à vila, em 1840, com o nome de Vila da Serra de Santo Antônio do Grão-Mogol. O seu termo foi criado e incorporado à Comarca do Jequitinhonha. Na segunda metade do século XIX, a vila foi elevada à condição de cidade e a jurisdição foi transferida para a Comarca do Rio Pardo, com sede em Rio Pardo. Em 1868, o termo foi transferido (por um ano) para Comarca do Jequitáí (Martins; Soares, 2016).

Na fazenda Santo Antônio, viveu Guálter Martins Pereira (1826-1890), o primeiro e único Barão de Grão Mogol, cujo título nobiliárquico foi concedido em virtude dos seus esforços para mobilizar voluntários para lutarem na Guerra do Paraguai - 1864-1870 (Parrela, 2020). A sua figura é rodeada por mitos, ora vista como um homem bondoso que dava tratamento humanizado aos seus escravizados, ora como cruel, responsável por encarcerar sua esposa durante o período de sete anos (Parrela, 2020).

A Comarca de Grão Mogol foi criada em 1880, constituída pelo seu termo e o de Santo Antônio de Salinas até ser desmembrado em 1891, novamente anexado em 1903, e definitivamente desmembrado 12 anos depois. Em 1948, a Comarca de Grão Mogol

contava apenas com o município de mesmo nome, mantendo-se até 1970, quando ocorreu sua supressão e anexado à Comarca de Francisco Sá. Em 1975, a Comarca de Grão Mogol foi restaurada e abrangia os municípios de Botumirim, Cristália e Itacambira (até 1988). Em 1995, ocorreu a emancipação de alguns distritos da região e os novos municípios de Josenópolis e Padre Carvalho foram incorporados à Comarca. Em 2008, a Comarca de Grão Mogol era composta pelos municípios de Grão Mogol, Botumirim, Cristália e Josenópolis (Martins; Soares, 2016).

### 5.22.2 Documentos cíveis

#### 18.02.1861 - 27802074

“Ação de libelo cível de revogação da carta de liberdade de Emerenciana africana [movida] por Manoel Alexandrino Borges, curador de seu sogro, Silvério José da Silva”, alegando que a liberta, além de não cumprir com os combinado de prestar serviços até a morte do escravocrata, também proferiu lhe maus-tratos

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Modesto Ferreira Carneiro, Wenceslau Antônio Pires Jequitinhonha

Escrivão: José Avelino Pinto, Olimpio de Freitas Silva, Antônio Teixeira de Carvalho

Curador: Luís Francisco Gomes da Silveira

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: -

Data final: 05.06.1861

Tamanho: 55 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27802074

Palavras-chave: cível; africana; revogação; perda de liberdade; maus-tratos.

#### 13.12.1865 - 27800665

“Autos de curadoria” referente ao estado de abandono em que se encontra a liberta Florencia de tal, africana, “que teve a infelicidade de perder o uso de suas faculdades intelectuais”, encontrando-se em “estado miserável e desvalida”

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Modesto Ferreira Carneiro, Francisco Alves Branco, Justiniano Bezerra Cavalcanti, Daniel Cassimiro Pinto Coelho

Curador Geral dos Órfãos: Antônio Brito Nogueira Gois

Escrivão: José Avelino Pinto, Olimpio de Freitas Silva, Juvenato Bruno Rodrigues e Silva

Curador: Cândido José da Silva, Manoel Francisco Saraiva



Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: -

Data final: 14.11.1882

Tamanho: 30 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27800665

Palavras-chave: cível; curatela; abandono; saúde mental; africana.

### **20.05.1872 - 27803318**

“Arbitramento de valor escravo” - Joaquim, escravizado de João Gomes da Fonseca, solicita ser avaliado no intuito de conseguir a sua carta de liberdade

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: Daniel Cassimiro Pinto Coelho

Depositário: Francisco Alves Campos

Escrivão: Juvenato Bruno Rodrigues e Silva

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: art. 4º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 21.05.1872

Tamanho: 9 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27803318

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; arbitramento; carta de liberdade; libertando.

### **15.02.1873 - 27802354**

Ação de liberdade de Romualdo Loreiro Viana por seu curador, Vicente Justiniano Bizerra Cavalcante, contra Patrício Cisneiros da Cunha e outros herdeiros do finado João Loreiro Viana, alegando ter sido alforriado por seu senhor no momento de leito de morte

Autoridades:

Juiz de Direito: José Ribeiro de Almeida

Juiz Municipal: Francisco Alves Branco, Casimiro Tavares Soares, João Carlos de Araújo Moreira, Daniel Carneiro Pinto, Daniel Casimiro Pinto Coelho

Depositário: Manoel Fernandes Barbosa, João Vieira Otoni

Escrivão: Francisco Alves Campos, José Avelino Peito, Alexandre José de Figueiredo, Juvenato Bruno Rodrigues e Silva

Curador: Vicente Justiniano Bezerra Cavalcante

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: -

Data final: 25.06.1874

Tamanho: 70 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27802354

Palavras-chave: cível; alforria; nuncupativo; liberdade; libertando.

### **09.02.1876 - 27801658**

“Liberdade por falta de matrícula” de Florencia, escravizada de Crisanto Rodrigues da Silva

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: José Amâncio da Silva Campos

Curador Geral dos Órfãos: Wenceslau Antônio Pires Jequitinhonha

Escrivão: Juvenato Bruno Rodrigues e Silva

Local: Cidade do Grão Mogol

Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 22.02.1876

Tamanho: 10 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27801658

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ausência de matrícula.

### **08.02.1876 - 27801659**

“Ação de liberdade” movida por Cândida e Estevão, escravizados de Florêncio Ferreira de Oliveira, expondo a ausência de sua matrícula

Autoridades:

Juiz de Direito: Daniel Casimiro Pinto Coelho

Juiz Municipal substituto: José Amâncio da Silva Campos

Curador Geral dos Órfãos: Wenceslau Antônio Pires Jequitinhonha

Escrivão: Juvenato Bruno Rodrigues e Silva, Moisés Israel de França

Local: Cidade do Grão Mogol

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 18.03.1876

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27801659

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ausência de matrícula.

### **09.02.1876 - 27801660**

“Liberdade por falta de matrícula” da escravizada “Brígida parda, por seu curador o Dr. Wenceslau Antônio Pires Jequitinhonha”, pertencente a Sebastião José Pinto Colares e Luís José Pinto Colares

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: José Amâncio da Silva Campos

Depositário: Joaquim Rodrigues de Souza e Silva

Escrivão: Juvenato Bruno Rodrigues e Silva, Januário Avelino Ramos, Jerônimo Rodrigues Frois, João Fulgêncio Alves Pereira, Moisés Israel de França

Curador Geral dos Órfãos: Wenceslau Antônio Pires Jequitinhonha

Local: Cidade do Grão Mogol

Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 06.05.1876

Tamanho: 24 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27801660

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ausência de matrícula.

### **20.07.1877 - 27802222**

“Ação de liberdade em favor da parda Maria”, alforriada pelo Barão de Grão Mogol, contra o tenente Florêncio Martins Pereira, que a teria conduzido para a sua casa, escravizando-a

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: Virgílio Rebeldino Pinto Coelho

Escrivão: Moisés de Israel França

Curador: Benedito Pereira de Amorim

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: -

Data final: 04.08.1877

Tamanho: 17 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27802222

Palavras-chave: cível; alforria; escravização; prestação de serviços; parda; aristocrata.

### **10.05.1878 - 27804324**

“Liberdade por falta de matrícula” de Francisca, escravizada pertencente à Albertina Felix Ferreira

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: Reginaldo Aguiar de Oliveira, Virgílio Rebeldino Pinto Coelho

Coletor: Manoel Alexandrino Borges

Depositário: José de Souza Lima

Escrivão: Juvenito Bruno Rodrigues e Silva

Curador: Francisco Alves Campos

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: art. 8º, § 2º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 19 do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 26.08.1878

Tamanho: 14 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27804324

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; falta de matrícula; ação de liberdade.

Observação: Consta a seguinte citação: “intimação de Albertina Felix Ferreira, para em 24 horas trazer a este juízo a relação ou certidão da matrícula de sua escrava Francisca, sob pena de ser a mesma declarada liberta”.

### **29.03.1880 - 27800642**

“Ação de liberdade por falta de matrícula” de Raimunda e sua filha, Florencia, escravizadas de Joana Gonçalves de Jesus e Antônio Ferreira dos Santos Sobrinho

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Hilário Gonçalves Pinheiro

Curador Geral dos Órfãos: Alexandre José de Figueiredo

Escrivão: Juvenito Bruno Rodrigues e Silva, João Ferreira de Almeida

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Grão Mogol

Recurso judicial: art. § 8º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 19 do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871

Data final: 01.05.1880

Tamanho: 16 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27800642

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; ausência de matrícula; parda.

### **10.05.1883 - 27800288**

“Ação de liberdade por abandono movido por Maria parda, contra os herdeiros ausentes da finada Maria Cândida de Oliveira”

Autoridades:

Juiz de Direito: Wenceslau Antônio Pais Jequitinhonha

Juiz Municipal: Vicente Justiniano Bezerra Cavalcanti

Curador Geral dos Órfãos: Alexandre José de Figueiredo

Curador: Justino de Andrade Câmara, Carlos Catão Prates, Ivo José de Sant'Anna

Escrivão: Moisés de [Israel] França

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Grão Mogol

Recurso judicial: art. 75, § 4º, da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, arts. 75, § 4º, 80, 81 do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872

Data final: 17.09.1883

Tamanho: 98 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27800288

Palavras-chave: cível; Lei do Ventre Livre; ação de liberdade; abandono; parda; libertanda.

#### **04.01.1887 - 27803168**

Ação de liberdade movida por Melchiades, escravizado de D. Marciana dos Santos Lima, alegando falha na matrícula

Autoridades:

Juiz Municipal substituto: Euclides de Abreu

Escrivão: Olimpio de Freitas Lima, Barbosa Almeida

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: art. 3º do Decreto nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, art. 3º do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871, arts. 3º e 4º do Decreto nº 9.517, de 14 de novembro de 1885

Data final: 06.08.1883

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27803168

Palavras-chave: cível; falha de matrícula; ação de liberdade.

### **5.22.3 Documentos criminais**

#### **05.04.1835 - 27800149**

Processo-crime movido por Vitorino Gomes da Fonseca contra Casimiro Pereira Sousa e Francisco Crioulo, escravizado de Joaquim de Sousa Pereira, acusado do furto de “uma novilha de quatro anos que se achava por fugida na Fazenda das Congonhas”

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco Inocência de Miranda Ribeiro

Juiz de Paz: Simão Caetano de Sá Silva, Clemente Gomes da Fonseca

Subdelegado: José Dias Bicalho

Escrivão: Manoel Francisco Sarmento, Marcelino José Rodrigues da Silva, João Pereira de Souza, José Renovato de Abreu Lima de Melo, Theotonio Pereira de Magalhães e Castro

Local: Arraial de Santo Antônio da Itacambira, Termo de Vila de Minas Novas, Comarca do Jequitinhonha

Recurso judicial: art. 257 do Código Criminal

Data final: 14.02.1843

Tamanho: 26 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27800149

Palavras-chave: criminal; furto; roubo de animal; crioulo.

### **30.07.1835 - 27800138**

“Autuação dos autos de corpo de delito indireto e do de sumário que mandou fazer o Juiz de Paz suplente, o cidadão Joaquim Fernandes dos Anjos, no impedimento do atual Juiz de Paz, pela morte perpetrada na pessoa de Miguel Lourenço Barbosa”, cujos acusados do homicídio com facadas são Antônio de Moura Coutinho e Manoel cabra, escravo de Joaquim Moreira

Autoridades:

Juiz de Paz: Joaquim Fernandes dos Anjos

Escrivão: Joaquim Felipe Neri

Local: Fazenda Santana, Distrito do Arraial de Nossa Senhora da Graça do Tremedal, Termo da Vila de Montes Claros de Formigas, Comarca do Rio de São Francisco

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 16.02.1847

Tamanho: 32 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27800138

Palavras-chave: criminal; homicídio; arma branca.

### **10.11.1850 - 27801260**

“Autos de apreensão de um escravo de nome Gregório, que foi preso no Distrito de São José da Gortuba do Termo desta Vila” encontrado fugido e ‘sem dono’, sendo assim, bens de evento, de tal modo requer a sua venda e arrecadação para a Coletoria”

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Manoel Rodrigues da Silva

Coletor: Luiz Alves Ferreira Prados

Escrivão: Domingos Constantino da Silva, José Rodrigues Lima, João Pereira de Carvalho

Local: Vila da Serra de Santo Antônio do Grão Mogol, Comarca do Jequitinhonha

Recurso judicial: art. 18 do Regulamento nº 22 da Lei nº 306, de 8 de abril de 1846

Data final: 29.01.1851

Tamanho: 37 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27801260

Palavras-chave: criminal; africano; fuga de escravo; arrecadação; hasta pública; bens de evento.

### **28.11.1853 - 27802139**

“Arrecadação do escravo Antônio crioulo” por ser bens de Evento, em decorrência de não ter encontrado o seu “proprietário”

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Modesto Ferreira Carneiro

Delegado: José Thomaz de Vila Nova, Daniel Casimiro Pinto Coelho da Cunha

Coletor: Luiz Alves Ferreira Prados

Escrivão: Antônio Ferreira de Almeida, Domingos Constantino da Silva

Local: Vila da Serra de Santo Antônio do Grão Mogol, Comarca do Jequitinhonha

Recurso judicial: art. 5º do Regulamento nº 26, de 20 de janeiro de 1853

Data final: 27.12.1855

Tamanho: 29 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27802139

Palavras-chave: criminal; fuga de escravo; arrecadação; hasta pública; bens de evento; mina; africana.

### **12.07.1854 - 27804091**

“Autos de arrecadação que mandou fazer o cidadão coronel Modesto Ferreira Carneiro, Juiz Municipal e dos Órfãos e Ausentes interino nesta Vila da Serra do Grão Mogor, do escravo Brás crioulo”

Autoridades:

Juiz Municipal e dos Órfãos: Modesto Ferreira Carneiro

Coletor: Luiz Alves Ferreira Prados

Escrivão: Domingos Constantino da Silva

Local: Vila da Serra de Santo Antônio do Grão Mogol, Comarca do Jequitinhonha

Recurso judicial: arts. 1º e 2º do Regulamento nº 26, da Lei nº 570, de 10 de outubro de 1851

Data final: 01.11.1854

Tamanho: 35 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27804091

Palavras-chave: criminal; fuga de escravo; arrecadação; hasta pública; bens de evento; crioulo.

### **18.05.1861 - 27802064**

“Autos de recurso-crime” movido por Fortunato Duarte Cabral contra Joana africana, acusada de participar do furto da casa do requerente, junto com o condenado Camilo Soares Nogueira

Autoridades:

Juiz Municipal: Fortunato Duarte Cabral, Wenceslau Antônio Pires Jequitinhonha

Juiz de Paz: Hilário Gonçalves Pinheiro

Coletor: Luiz Alves Ferreira Prados

Delegado: José Antônio de Carvalho

Escrivão: José Avelino Brito, José de Melo Sayão, Antônio José de Melo

Curador: Ezequias Teixeira de Carvalho

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: arts. 257, 262, 269 (grau máximo) do Código Criminal

Data final: 24.05.1861

Tamanho: 49 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27802064

Palavras-chave: criminal; galés; africana; cúmplice; furto.

### **05.12.1872 - 27801655**

Sentença-crime contra Quintiliano, escravizado do falecido Marcelino da Costa Faria, acusado pelo homicídio de seu senhor e penalizado com o grau máximo (galés) do art. 192 do Código Criminal combinado com o art. 1º da Lei de 10 de junho de 1835

Autoridades:

Juiz de Direito: José Ribeiro de Almeida Santos, Manoel Antônio Duarte de Azevedo

Escrivão: Juvenito Bruno Rodrigues e Silva

Local: cidade de Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: art. 192 do Código Criminal, art. 101, § 8º, da Constituição do Império,



art. 1º da Lei de 10 de junho de 1835, art. 406 do Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842

Data final: 08.05.1879

Tamanho: 7 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27801655

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés; prisão perpétua.

Observação: Em decorrência da sentença, o réu foi enviado para o presídio de Fernando de Noronha (Decreto de 16 de outubro de 1871) para cumprir pena de galés perpétua.

### 10.09.1867 - 27802484

“Sentença-crime passada a *ex-officio* da justiça a fim do réu Antônio Gomes de Freitas a pena em que foi condenado” do homicídio de Paulo, escravizado de Jeronimo de Lima, e Sebastião de tal, pelo assassinato de um escravizado do Jeronimo de Lima

Autoridades:

Juiz de Direito: Francisco Leite da Costa Belins

Subdelegado: Felisberto Antônio de Souza

Escrivão: Bento Hipólito Cassiano e Silva, Francisco Alves Campos

Local: Cidade do Grão Mogol, Comarca do Rio Pardo

Recurso judicial: arts. 49 e 193 (grau médio) do Código Criminal

Data final: 14.05.1868

Tamanho: 13 páginas

Referência documental: TJMG\_Grão Mogol\_27802484

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés; arruaça; trabalho forçado; sentença.



*Comarca de  
Jacuí*

## 5.23 Comarca de Jacuí

### 5.23.1 Contexto histórico e administrativo

As datas sobre a origem de Jacuí são imprecisas, em especial, no que diz respeito à chegada dos bandeirantes na região. Paulo Souza, em “Reminiscências da Comarca do Jacuhy”, publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, em 1899, menciona que o primeiro registro sobre a colonização de Jacuí data de 1725, com o descobrimento de uma telha (material arqueológico) encontrada no local de uma antiga casa. Outros registros, documentados pela administração colonial sobre a localidade, apontam a presença de assentamentos consolidados a partir da segunda metade do século XVIII, como o documento da visita do governador Luiz Diogo Lobo da Silva (1764) para a criação da Intendência de Missária e do Julgado de Jacuí, que respondia à Comarca do Rio das Mortes.

O primeiro documento que menciona a existência do povoado de Jacuí é datado de 22 de outubro de 1765. Nele, Antônio da Silva Lanhoso informa ao capitão Inácio da Silva Costa sobre a ordem do governador da Capitania de Minas Gerais de reivindicar a posse de terras descobertas nas proximidades do Arraial de São Pedro de Alcântara do Jacuhy (Lanhoso, 1765). Em outros documentos dessa mesma época, é possível atestar uma disputa entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais pela região de Jacuí. Em carta de 10 de maio de 1780, Brás Álvares Antunes enviou a cobrança de 150 oitavas de ouro do registro de Jacuí a João Rodrigues de Macedo (Antunes, 1780). Em outra, datada de 12 de abril de 1798, encontraram-se duas procurações relacionadas à cobrança de dízimos em 1789, enviadas por Domingos Gonçalves Lopes a Carlos José da Silva. Por essa carta, é possível inferir que o arraial era sede de freguesia (Lopes, 1798).

Em consonância com o crescimento do povoado e buscando facilitar o acesso da população aos aparatos judiciais, o Arraial São Pedro de Alcântara do Jacuhy foi elevado à condição de vila (1814). A partir disso, passou a ser denominado de Vila de São Carlos do Jacuí, incluindo as freguesias do Jacuí e de Cabo Verde, sob a jurisdição da Comarca do Rio das Mortes. Em pouco mais de uma década, as limitadas lavras auríferas encontradas na região enfrentaram o processo de esgotamento devido à atividade de extração. Essa informação é confirmada por Luís Antônio Ribas, em carta de 27 de março de 1825, enviada ao imperador Dom Pedro I. Nela, é informado sobre o esgotamento do registro de Jacuí, sugerindo possíveis ações a serem tomadas (Ribas, 1825).

Em 1833, o Termo de São Carlos do Jacuí foi transferido para a recém-criada Comarca do Rio Sapucaí e, em 1850, foi deslocado para a Comarca de Três Pontas. Cinco anos depois, criou-se a Comarca de Sapucaí, e o Termo de São Carlos do Jacuí foi desmembrado de Três Pontas. No ano de 1866, foi transferido para a Comarca do Rio Grande. A Vila de São Carlos do Jacuí foi elevada à condição de cidade em 1869, porém,

suprimida no ano seguinte, quando sua sede foi transferida para a Vila de São Sebastião do Paraíso (Martins; Soares, 2016).

A Vila de São Carlos do Jacuí foi restaurada em 1881, sob a denominação de Jacuí e, no ano seguinte à sua instalação, o Termo de Jacuí foi novamente transferido para a Comarca de Muzambinho e, em 1890, à Comarca de Passos. No ano seguinte, foi criada a Comarca de Jacuí, abrangendo o termo de mesmo nome. Em 1903, foi suprimida, passando a integrar a Comarca de Monte Santo e restabelecida apenas em 1915. No ano de 1948, o Município de São Pedro da União foi anexado (até 1970). O Município de Fortaleza de Minas também passou a constituir a mesma comarca (1975). Desde 2008, a Comarca de Jacuí é constituída pelos municípios de Jacuí e Fortaleza de Minas (Martins; Soares, 2016).

### 5.23.2 Documentos cíveis

#### 27.07.1864 - 34803422

“Autuação de uma petição feita por parte do major Vicente Ferreira Carvalhães Sobrinho, para o efeito de ser levantado o depósito de seus escravos”

Autoridades:

Juiz Municipal: Camilo Lourenço da Silva Lopes

Escrivão: Raimundo Joaquim Alves Teixeira, Jeronimo da Silva Passos

Local: Vila de São Carlos do Jacuí, Comarca de Sapucaí

Recurso judicial: -

Data final: 29.10.1864

Tamanho: 19 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34803422

Palavras-chave: cível; depósito; taxação.

#### 21.09.1853 - 34801162

Ação de proclamação de liberdade de Cassiano pardo, escravizado do “falecido abintestado padre”, por meio do curador, o advogado José Custódio Batista Negro

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Ferreira Carrachaes

Juiz Municipal: Vicente Ferreira Carvalhães, Camilo Lourenço da Silva Lopes, Miguel Cândido de Mesquita; João Batista Carvalhaes

Coletor: Francisco de Paula e Silva

Escrivão: Raimundo Joaquim Alves Teixeira, João Ferreira Godinho, Francisco Manoel de Oliveira e Silva

Curador: José Custódio Batista Negro  
Local: Vila de São Carlos de Jacuí, Comarca de Três Pontas  
Recurso judicial: Livro 2º, art. 1.296 do Digesto Português  
Data final: 30.03.1863  
Tamanho: 97 páginas  
Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34801162

Palavras-chave: cível; liberdade; abintestado; pardo; forro.

Observação: Por não possuir testamento (abintestado), o padre João Batista d’Avelar, “durante a sua vida, constantemente dizia que o mesmo Casimiro havia de ser forro, e pouco antes de expirar, disse, perante várias pessoas, olhando para esse infeliz, que se achava junto a seu leito — este Casimiro é forro”.

### **20.08.1852 - 34803909**

Ação de manutenção de liberdade movida por Agostinho crioulo, a fim de provar que sua mãe (Josefa cabra) foi considerada liberta pelo tenente Domingos Gonçalves Lopes, visto que era “morfética”, sofrendo de “mal de Lázaro”, porém, foi arrolado como pertencente aos bens do escravocrata

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Ferreira Carrachaes  
Juiz Municipal: João Batista Carvalhães, Camilo Lourenço da Silva Lopes  
Coletor: Francisco de Paula e Silva  
Escrivão: Cassiano Paulo e Silva, Vicente Rodrigo Mendes de Moraes  
Curador: José Custódio Batista Negro, José Pedro de Oliveira  
Local: Vila de São Carlos de Jacuí, Comarca de Três Pontas  
Recurso judicial: -  
Data final: 22.12.1854  
Tamanho: 35 páginas  
Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34803909

Palavras-chave: cível; liberdade; cabra; pardo; hanseníase; crioulo.

Observação: Na folha 11, consta o registro de assento do batismo de Agostinho, sendo filho de “pai incógnito”, batizado em 1º de setembro de 1807. O padrinho foi Antônio crioulo, escravizado de Albina Ferreira Álvares, herdeira do tenente Domingos Gonçalves Lopes.

### **01.09.1864 - 34801820**

Ação de manutenção de liberdade movida por Félix Pereira, de nação, marido de Rosa, de nação, escravizada de José Thomas e em poder de Francisco Gomes da Costa, alegando ter pagado os valores necessários para a compra da alforria de sua esposa

Autoridades:

Juiz Municipal: Camilo Lourenço da Silva Lopes

Coletor: Francisco de Paula e Silva

Depositário: [Honório] da Costa Valle

Escrivão: Cassiano de Paula e Silva, Raimundo Joaquim Alves Teixeira

Curador: José Patrício Soares

Local: Vila de São Carlos de Jacuí, [Comarca do Sapucaí]

Recurso judicial: -

Data final: 03.11.1864

Tamanho: 20 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34801820

Palavras-chave: cível; manutenção; prestação de serviços; nação.

### **02.10.1884 - 34800048**

Ação de manutenção de liberdade de Francisca crioula, “escrava que foi de D. Virgínia e Fabiana de tal Carvalho” e Joaquim Fabiano de Carvalho, argumentando ter prestado os serviços necessários para a sua alforria em consonância com a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Autoridades:

Juiz de Direito: Manoel Dias de Aquino e Castro

Juiz Municipal: Francisco do Carmo, José Bento Soares

Escrivão: José Ribeiro de Miranda, João Batista Teixeira, Antenor José Ribeira, José

Luiz Campos do Amaral Júnior, João [Braz] Naves

Curador: Domingos Francisco Ferreira Junior

Local: Vila de Jacuí, Cidade de São Sebastião do Paraíso

Recurso judicial: Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871

Data final: 16.05.1885

Tamanho: 55 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34800048

Palavras-chave: cível; manutenção de liberdade; alforria; Lei do Ventre Livre; crioula.

### 5.23.3 Documentos criminais

#### 03.10.1864 - 34802324

Sumário de culpa contra Benedito de nação e Graciano crioulo, escravizados de Pedro Ferreira de Moraes, e Antônio crioulo, escravizado de Domingos de Sousa Lopes, acusados do homicídio de Joaquim de nação, escravizado de João Pereira de Moraes

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Pedro Vilaça

Juiz Municipal: Camilo Lourenço da Silva Lopes

Subdelegado: Honório da Costa Vale, Anastácio da Silveira Monte Belo

Escrivão: Raimundo Joaquim Alves Ferreira, Firmino Rosa Nepomuceno, Cassiano de Paula e Silva

Curador: José Custódio Batista Negro

Local: Vila de Jacuí, Comarca do Sapucaí

Recurso judicial: arts. 60 e 193 (grau médio) do Código Criminal

Data final: 12.10.1864

Tamanho: 95 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34802324

Palavras-chave: criminal; homicídio; crioulo; nação; açoites.

#### 01.10.1878 - 34803708

Processo-crime contra Manoel, escravizado do tenente Antônio Joaquim Mendes, acusado da tentativa de homicídio contra o cidadão José da Costa Braga, causando-lhe graves ferimentos

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Galdino Gomes da Silva

Juiz Municipal: Camilo Lourenço da Silva Lopes, João Bento Soares

Juiz de Paz: Goiás da Silva Chaves

Subdelegado: Braulino Luiz de Prado

Escrivão: Antônio José Ribeiro, Antônio Joaquim de Almeida Ramos, Carlos de Paula Ferreira, Benjamin Gonçalves Lopes

Local: Cidade de São Sebastião do Paraíso, Comarca de Itajubá

Recurso judicial: arts. 34 e 193 do Código Criminal

Data final: 25.11.1881

Tamanho: 226 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34803708

Palavras-chave: criminal; tentativa; homicídio; arma de fogo; absolvido; galés.

### **13.07.1877 - 34803711**

Processo-crime contra Mariano Augusto de Abreu, menor de idade, acusado do homicídio de Josefa, escravizada de João Pinto Peixoto, disparando um tiro de espingarda contra a vítima

Autoridades:

Juiz Municipal e de Direito: Antônio Pinheiro Lobo de Meneses

Subdelegado: Fabiano Soares de Moraes, Luiz Carlos [Reveli]

Escrivão: Antônio José Ribeiro, Cassiano José de Lima, Joaquim Pinto da Cunha, Carlos de Paula [Fersura], Francisco Cassiano Lima

Curador: Luiz Marcos Pereira de Magalhães

Local: Cidade de São Sebastião do Paraíso, [Comarca de Muzambinho]

Recurso judicial: arts. 16, § 4º, § 5º, § 6º e § 15 (agravante), 193 do Código Criminal

Data final: 26.09.1888

Tamanho: 99 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34803711

Palavras-chave: criminal; homicídio culposo; menor de idade; absolvido.

### **27.01.1887 - 34803738**

Sumário de culpa movido pela Justiça contra Antônio José Peixoto e o escravizado, Faustino, acusados do homicídio de Gabriel, que o teria agredido com uma faca

Autoridades:

Juiz de Direito: Saturnino Venâncio da Silveira

Juiz Municipal: Francisco José Pereira; José Antônio Rodrigues Mendes

Subdelegado: Francisco Eugênio da Luz

Escrivão: José Ribeiro de Miranda, Teófilo Dias Branco, Carlos de Paula Ferreira, Benjamin Gonçalves Lopes, Antônio Ferreira Bretas

Local: Freguesia de São Francisco de Monte Santo, Termo da Vila de São Carlos de Jacuí, Cidade e Comarca de Passos

Recurso judicial: art. 193 do Código Criminal

Data final: 02.12.1887

Tamanho: 117 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34803738

Palavras-chave: criminal; homicídio; arma branca; galés.

### **19.05.1887 - 34803740**

Sumário culpa movido pela Justiça contra Honorato Soares Galvão, conhecido como Honorato cigano, acusado do homicídio de Jerônimo, escravizado de seu pai, em um assentamento de ciganos

Autoridades:

Juiz de Direito: Saturnino Venâncio da Silveira

Juiz Municipal: Francisco José Pereira, José Antônio Rodrigo Mendes

Delegado: José Pedro de Oliveira Junior

Subdelegado: Braulino Luiz do Prado

Escrivão: José Ribeiro de Miranda, Teófilo Dias Branco, José Modesto dos Santos [Bueno], [Antenor] José Ribeiro

Local: Vila de São Carlos de Jacuí, Cidade de Passos, Comarca de Passos

Recurso judicial: art. 193 (grau médio) do Código Criminal

Data final: 1º.12.1887

Tamanho: 80 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34803740

Palavras-chave: criminal; homicídio; arma de fogo; cigano.

Observação: O documento aborda o roubo cometido por Jerônimo em um assentamento de ciganos, descrevendo as acomodações e a cultura material.

### **12.08.1888 - 34803015**

Sumário culpa movido por Pedro Dutra da Silva contra Antônio, “ex-escravo” de Francisco Lúcio de Queirós, acusado de furtar animais de sua fazenda

Autoridades:

Juiz de Direito: Saturnino Venâncio da Silveira

Juiz Municipal: Joaquim Pedro d’Alcântara Lemos, José Pedro de Oliveira

Delegado: Vicente da Costa Vale

Escrivão: Balduino Ribeiro de Miranda

Local: Vila de São Carlos de Jacuí, Comarca de Passos

Recurso judicial: art. 257 do Código Criminal

Data final: 16.05.1889

Tamanho: 81 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34803015

Palavras-chave: criminal; furto; estigma; pós-abolição.

**01.11.1889 - 34803197**

“Auto de informação para busca” — a respeito do roubo feito na residência de José Mariano de Magalhães, sendo os suspeitos: Israel de tal e Valeriano de tal, “ex-escravo” de Honorato Segano

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Delegado: José Joaquim Cintra

Escrivão: Francisco Pedro da Costa Zeigler

Local: Vila de São Carlos de Jacuí, Comarca de Passos

Recurso judicial: -

Data final: 1º.11.1889

Tamanho: 5 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34803197

Palavras-chave: criminal; furto; estigma; pós-abolição; de tal.

**02.09.1898 - 34802955**

“Inquirição de testemunha” em que se solicita que Leopoldina Maria da Cruz preste depoimento a respeito do homicídio de Antônio, italiano, cujo acusado é Saturnino crioulo

Autoridades:

Juiz Municipal: -

Subdelegado: João Custódio Pinto

Escrivão: Bernardino Cândido de Carvalho

Local: Freguesia de São Pedro da União, Comarca do Jacuí

Recurso judicial: -

Data final: 02.09.1898

Tamanho: 11 páginas

Referência documental: TJMG\_Jacuí\_34802955

Palavras-chave: criminal; furto; estigma; pós-abolição; crioulo; estrangeiro.





*Comarca de  
Juiz de Fora*

## 5.24 Comarca de Juiz de Fora

### 5.24.1 Contexto histórico e administrativo

O surgimento de Juiz de Fora está relacionado com o movimento de interiorização do território no final do século XVII. Seguindo cursos de rios, o trajeto em direção à província do Rio de Janeiro era longo e comumente sucedido de roubos e contrabando (Ferreira, 1958). Nesse contexto, a Coroa portuguesa incubiu o sertanista Garcia Rodrigues Pais pela elaboração de uma rota para escoamento de metais e pedras preciosas de maneira mais segura, concluída em 1709. Por meio da concessão das sesmarias, estabeleceram-se as primeiras ocupações autorizadas entre 1708 e 1710, uma delas por João de Oliveira, que vendeu suas terras à Luiz Fortes Bustamante e Sá, juiz de fora da Cidade do Rio de Janeiro, cunhando o nome da região como “sesmaria de juiz de fora” (Rinco; Bacellar, 2007, p. 151). O Arraial de Santo Antônio do Paraibuna estava inserido na rota de trocas e escoamento de produtos (principalmente minérios), garantindo o seu desenvolvimento. Do século XVIII até começos do XIX, o Arraial de Santo Antônio do Juiz de Fora esteve sob a jurisdição da Comarca do Rio das Mortes.

Durante a segunda metade do século XVIII, a região em torno do caminho novo foi palco de um intenso desenvolvimento habitacional a partir da distribuição, venda e expansão das sesmarias. Todavia, com o grande número de fazendas ali estabelecidas e o crescente movimento da região, a produção agrícola tornou-se abundante, dificultando o escoamento dos produtos ou entrada de outros. Dessa maneira, a fim de solucionar o problema, o Governo da Província optou por contratar, em 1836, o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, para construir uma nova estrada na região, denominada estrada do Paraibuna (Bastos, 2004 *apud* Leite, 2008). O estabelecimento de fazendas dos moradores do antigo povoado, o Arraial de Santo Antônio do Juiz de Fora, começou a ganhar forma no percurso da Estrada Nova (Bastos, 2004 *apud* Leite, 2008).

Em 1850, o arraial foi elevado à vila sob denominação de Santo Antônio do Paraibuna, integrado à Comarca do Paraibuna, abrangendo a paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora e a paróquia de Chapéu das Uvas (Martins; Soares, 2016). Em 1852, a expansão da produção de café despertou, nos agentes públicos e privados, o interesse pela construção de uma malha ferroviária e rodoviária moderna a fim de garantir o escoamento efetivo da produção (Bartholomeu, 2019). Dessa forma, o engenheiro e comendador barbacenense Mariano Procópio Ferreira Lage deu início à construção e idealização da Estrada União e Indústria, ligando a vila à Petrópolis, possuindo papel crucial no desenvolvimento comercial da região, voltado para a produção do café.

Em 1856, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna foi elevada à condição de cidade, sob a denominação de Cidade do Paraibuna. Em 1865, recebeu a denominação de Juiz de Fora, ainda sob jurisdição da Comarca do Paraibuna. A produção cafeeira favoreceu a expansão industrial, econômica e demográfica de Juiz de Fora, que, pela notoriedade que

adquiriu a partir da industrialização, tornou-se conhecida como “Manchester Mineira”, em referência à cidade inglesa que destacou-se pelo avançado desenvolvimento tecnológico no século XIX. Em 1891, a denominação da Comarca de Paraibuna foi alterada para Juiz de Fora. A partir dos anos de 1970, além de seu município sede, a Comarca de Juiz de Fora anexou os municípios de Belmiro Braga, Chácara e Coronel Pacheco, situação que se manteve até 2008, com a saída do primeiro (Martins; Soares, 2016).

#### 5.24.2 Documentos criminais

##### 18.08.1874 - 1450036

Processo-crime contra Raimundo acusado do homicídio de seu escravocrata, o alferes Honório Ribeiro de Almeida, condenado à pena de morte

Autoridades:

Juiz de Direito: Hermógenes Martiniano Mendes Pereira

Juiz Municipal: Francisco Alves de Lima, Joaquim de Almeida [Pessoa], Joaquim Fernandes de Miranda, Joaquim José Álvares dos Santos Silva

Subdelegado: Manoel Thomaz Nogueira Vilela

Escrivão: Bernardo Justiniano da Rocha, Manoel Antônio Lopes, [Francisco] Dionísio Fortes [Bustamante]

Curador: Antero Viana Gomes, Joaquim de Miranda Pessoa

Local: Distrito de São Francisco de Paula, Cidade de Juiz de Fora, Comarca do Paraibuna

Recurso judicial: at. 406 do Regulamento de 31 de janeiro de 1842, art. 1º da Lei de 10 de junho de 1835

Data final: 23.04.1875

Tamanho: 126 páginas

Referência documental: TJMG\_Juiz de Fora\_1450036

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés perpétua; pena de morte; Lei de 10 de junho de 1835.

##### 07.07.1876 - 14500219

Processo-crime contra Basílio, escravizado do Dr. Francisco de Paula Lazaro Gonçalves, acusado do homicídio da escravizada Rita

Autoridades:

Juiz de Direito: Joaquim Barbosa Rodrigues, Joaquim Barbosa [Luna]

Juiz Municipal: Avelino Milagres, Martinho César da Silva Garcez

Subdelegado: José Lopes de Pontes Junior

Escrivão: [Régio] Antônio da Silva, Francisco Dionísio Fortes Duarte Bustamante



Curador: Herculano A. Gomes e Sousa  
Local: Cidade de Juiz de Fora, Comarca do Paraibuna  
Recurso judicial: arts. 60 e 193 do Código Criminal  
Data final: 26.10.1876  
Tamanho: 110 páginas  
Referência documental: TJMG\_Juiz de Fora\_1450219

Palavras-chave: criminal; homicídio; galés.

### **01.03.1881 - 14500326**

Execução de sentença de Ambrósio, escravizado do comendador Gervásio A. Monteiro da Silva, “condenado a pena de duzentos açoites e [uso] ferro no pescoço por um ano”

Autoridades:

Desembargador do TROP: Luiz Gonzaga de Brito Guerra  
Juiz de Direito: Antonio Joaquim Rodrigues  
Juiz Municipal: Francisco José Gomes Brandão  
Escrivão: Francisco Dionísio Fortes Duarte  
Local: Cidade de Juiz de Fora, Comarca do Paraibuna  
Recurso judicial: -  
Data final: 18.03.1881  
Tamanho: 7 páginas  
Referência documental: TJMG\_Juiz de Fora\_14500326

Palavras-chave: criminal; açoites; ferros; TROP; apelação; sentença.

### **30.11.1880 - 14500207**

Processo-crime contra Lucas de tal, Luiz Antônio, pretos livres, José Joaquim da Silva, Tião Sá, portugueses, e Justina de tal, acusados de terem acoitado Moisés (fula, crioulo), escravizado de Manoel Cândido do Nascimento Brito

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco José Gomes Brandão  
Delegado: Ernesto Velasco Nogueira da Gama  
Escrivão: Francisco Dionísio Fortes Duarte, Claudiano Lopes da Silva, Bernardo Justiniano da Rocha  
Local: Cidade de Juiz de Fora, Comarca do Paraibuna  
Recurso judicial: arts. 260 e 269 do Código Criminal, Decreto nº 138, de 15 de outubro de 1837  
Data final: 22.04.1881

Tamanho: 61 páginas

Referência documental: TJMG\_Juiz de Fora\_14500207

Palavras-chave: criminal; fuga de escravizado; açoite; fula; crioulo; resistência; acoitado; estrangeiro.

Observação: Documento incompleto.

### **02.01.1882 - 14500308**

“Inquérito policial acompanhado de auto cadavérico de um escravo do capitão Emerenciano Fabiano Alves”

Autoridades:

Juiz Municipal: Francisco José Gomes Brandão

Subdelegado: Prudente Amancio dos Santos

Escrivão: Augusto Carlos Alvares Penna, Bernardo Justiniano da Rocha

Local: Freguesia de São Francisco de Paula, Termo da Cidade de Juiz de Fora, Comarca do Paraibuna

Recurso judicial: -

Data final: 23.02.1882

Tamanho: 33 páginas

Referência documental: TJMG\_Juiz de Fora\_14500308

Palavras-chave: criminal; suicídio; inquérito; corpo de delito.





Marc Ferrez/ Coleção Gilberto Ferrez/ Acervo Instituto Moreira Salles

### AÇÕES CÍVEIS

#### 1 Ação de liberdade

Durante o período escravista brasileiro, as ações de liberdade foram processos jurídicos que tinham como objetivo não apenas a conquista de liberdade, como também, teoricamente, a conquista de direitos e o reconhecimento da cidadania aos escravizados. Esses recursos legais envolviam as autoridades jurídicas e tornam-se complexos quando inseridos no contexto social da época. A cidadania, negada aos escravizados, impedia-os de possuírem autonomia jurídica e, como consequência, dependiam da representação de uma pessoa livre. Os chamados curadores (homens alfabetizados, normalmente advogados) eram responsáveis, portanto, por iniciarem o requerimento de liberdade em nome do indivíduo escravizado na forma normalmente de um “libelo cível”. Além disso, como parte processual dessas ações, geralmente era incluída uma solicitação de depósito do escravizado. Os depositários (que, por vezes, poderiam ser os próprios curadores) eram responsáveis por abrigar os escravizados até que o processo se encerrasse, caso a cidade ou distrito não possuísse lugar próprio para isso. Essas figuras desempenham um papel importante: garantiam que os cativos não fossem coibidos ou sofressem retaliações pelos seus senhores (Chalhoub, 2001). Durante o período de depósito, os escravizados buscam reunir testemunhas, assim como fazer um levantamento de documentos cartoriais (como as matrículas) que poderiam ser utilizados para contestarem seus direitos. No entanto, majoritariamente, os processos iniciam-se pelo requerimento, em que eram apresentadas, pelos curados, as razões pelas quais o pedido de liberdade poderia ser sustentado, seguido da contestação dos representantes do(s) réu(s). A disputa judicial se encerrava quando o juiz, satisfeito com as exposições, emitia uma conclusão (Silva, 2000). Quando concluídas de maneira rápida, sem maiores prolongamentos, podiam também ser intituladas “ação sumária de liberdade”, em outros casos, no entanto, os processos se alongavam em muitas páginas e até mesmo por anos. Na sessão final, apresentava-se a conclusão do juiz, que podia ainda ser contestada. A apelação, então, era levada para a segunda instância e enviada ao Tribunal da Relação (Barreto, 2015). Nesse contexto, mesmo que esses documentos sigam ritos judiciais, nem todos os processos seguem exatamente as mesmas estruturas, nem sequer possuem os mesmos títulos, embora a ação tenha sido originada com o mesmo objetivo: a libertação de escravizados. No século XVIII, por exemplo, frequentemente eram denominadas “coartações”. Aos olhos da contemporaneidade, as ações de liberdade permitem ao historiador acessar, por meio da análise dos relatos dos escravizados e dos senhores, as cenas costumeiras, as relações

criadas, assim como os conflitos que ocorriam nas esferas privadas. Nesse sentido, tornam-se importantes fontes primárias, por permitirem investigações acerca das intencionalidades e das nuances dos discursos que funcionavam, ora como estratégias legais utilizadas pelos escravizados para a conquista de liberdade, ora como mecanismos utilizados pelos senhores, na tentativa de impedir a emancipação de cativos. Mesmo antes da promulgação das leis abolicionistas, as ações de liberdade não só existiam, como algumas vezes eram sustentadas por outras legislações, como, por exemplo, a *Constituição de 1824* e o *Código Criminal de 1830*.

No *Guia de fontes*, que engloba majoritariamente a documentação do século XIX, por exemplo, é possível encontrar numerosas nomenclaturas diferentes para esse tipo de ação judicial ou que se relacionava com ela, tais como: “ação de alforria”, “alforria”, “ação cível de proclamação de liberdade”, “execução da ação de liberdade”, “ação de arbitramento para liberdade”, “arbitramento do escravo”, “arbitramento para alforria”, “arbitramento do preço da indenização para alforria pelo fundo de emancipação”, “alforria pelo fundo de emancipação”, “depósito para a liberdade”, “depósito a *ex-officio* - ação de liberdade”, “traslado da ação de liberdade”, “carta precatória referente à ação de liberdade”, “ação sumária de liberdade”, “justificação para a liberdade”, “liberdade por falta de matrícula”, “liberdade com a cláusula de prestação de serviços”, “traslado de um auto de ação de liberdade”, “justificação para a liberdade”, “ação de libelo”, “libelo cível de proclamação de liberdade”, “traslado dos autos de libelo cível”, “pecúlio para a liberdade”, “autuação referente a liberdade de escravo”, “autuação de requerimento para a liberdade”, “processo de arbitramento e indenização de liberdade”.

## 2 Alforria pelo Fundo de Emancipação

Estratégia legal para a libertação dos escravizados no Brasil Império, inserida na Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Conhecida como Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, não serviu apenas para a libertação de filhos de escravizados nascidos no Império, como também foi um mecanismo responsável por regulamentar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Previsto no artigo terceiro, foi criado o fundo de emancipação (composto por taxas, multas e doações e destinado à libertação de escravizados) e, no artigo quarto, foi reconhecido o direito dos escravizados ao pecúlio (dinheiro utilizado para a compra das alforrias arrecadado no fundo de emancipação). A promulgação das legislações que envolviam a escravidão foi responsável por guiar as decisões das autoridades judiciais e torná-las menos arbitrárias. Para além disso, fizeram parte de uma política pública de subsídio aos senhores escravocratas como forma de compensar a perda da mão de obra escrava (prevista para acontecer de forma gradual) (Silva, 2017). Ao mesmo tempo que esse mecanismo beneficiou os senhores, de acordo com os dados do historiador Fabiano Dauwe (2004), permitiu a libertação de mais de 32 mil cativos em 21 províncias do Império. Ao final do século XIX, portanto, os escravizados



ganharam certa autonomia jurídica na esfera civil, com a possibilidade de compra de suas liberdades. No entanto, a porcentagem de escravizados que tinham condições de reunir os valores necessários para a compra delas não era grande. Isso porque, além de os preços dos escravizados serem elevados comparados ao ritmo de acúmulo do pecúlio, a forma exata como aconteceria o acúmulo de dinheiro não foi descrito na lei. Tratava-se, portanto, de uma questão do chamado direito costumeiro, ou seja, dos acordos privados entre senhores e escravizados (Motta; Lopes, 2015). Walter Fraga Filho (2006) elucida que o acúmulo do pecúlio normalmente era fruto da comercialização dos produtos agrícolas cultivados nas lavouras dos senhores nos domingos e feriados, que também dependia diretamente de concessões e negociações com escravocratas. Ao mesmo tempo, Keila Grinberg (2011) aponta outra dificuldade encontrada pelos escravizados para realizarem efetivamente a compra das alforrias: o próprio ato de guardar o dinheiro. O processo, além de moroso, era muitas vezes inseguro; os escravizados poderiam utilizar a poupança da Caixa Econômica (criada em 1861) ou entregar o valor parcelado direto para o senhor (que poderia simplesmente declarar não ter recebido), ou, diante do seu falecimento, o pagamento podia não ser reconhecido pelos herdeiros.

### 3 Arbitramento para a liberdade

Previsto pela Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, foi um recurso de apoio para a libertação de escravizados no Brasil Império. Ele era acionado quando o valor da indenização na forma do pecúlio não era fixado por acordo, ou seja, quando a quantia não era aceita pelos senhores, em grande medida demandando um valor alto, ou pelos escravizados, que se sentiam lesados pelos valores excessivamente altos. Como forma de solucionar esse imbróglio, o escravizado recorria à justiça por meio de advogados. O processo era normalmente iniciado pelos curadores e, como parte do trâmite judicial, era incluída uma “ação de arbitramento”, a prática ilustra a violência e a desumanização sofrida pelos escravizados, quando estes eram avaliados como mercadorias, bens de consumo. Não era incomum que, nessa etapa processual, os senhores aproveitavam para adquirirem benefícios monetários. Se a conclusão do processo não fosse favorável aos escravizados, estes podiam acionar o Tribunal da Relação para iniciar uma apelação (Barreto, 2015).

### 4 Manutenção de liberdade

Caracteriza-se por ser ações possessórias (de terras, por exemplo). Por conseguinte, a “manutenção de liberdade” se refere a um processo judicial utilizado durante o período escravagista no Brasil e serviu como forma dos ex-escravizados comprovarem suas liberdades. Em um contexto de constantes ameaças ao *status* de “libertos”, o procedimento se fazia necessário para que fossem cessadas as ameaças à escravização. As “manutenções

de liberdade” seguiam ritos próprios e representavam um enfrentamento jurídico entre libertos, abolicionistas e escravocratas (Paes, 2016). Essa ação cível, portanto, poderia ser utilizada, ou como medida preventiva, ou como forma de contestar uma tentativa de reescravização. Nesses contextos, os escravizados procuravam provar suas alforrias, mesmo que, em alguns casos, não tivessem posse material das cartas de liberdade. De modo semelhante, alguns libertos buscavam atestar a quitação do preço de suas alforrias e ilustram a fragilidade dos acordos que eram feitos nas esferas privadas. Nesse sentido, muitas vezes os escravizados necessitavam da justiça (mediador público) como forma de estabelecer limites ao poder senhorial e impor seus direitos (Pinheiro, 2018).

## 5 Verificação de liberdade

De forma semelhante aos processos de manutenção da liberdade, a “verificação de liberdade” era uma forma legal por meio da qual os ex-escravizados comprovavam o *status* de forros/as impedindo de serem reescravizados e/ou vendidos.

As verificações seguiam trâmites judiciais e envolviam testemunhas e provas que eram analisadas pelas figuras de autoridade. Esse tipo de ação demonstra a vulnerabilidade e a constante ameaça sofrida até mesmo por aqueles que já haviam alcançado suas liberdades de maneira formal (Lara, 2010).

## 6 Pecúlio para a liberdade

Recurso previsto no art. 4º da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, que permitia aos escravizados acumularem quantias de dinheiro para a compra de suas alforrias (Brasil, 1871). Como parte de uma política de abolição gradual do trabalho escravo, o mecanismo caracterizava-se como uma ferramenta legal de emancipação de cativos. Mesmo que a prática fosse legitimada, a forma como era realizado o acúmulo dos montantes, assim como a estipulação do preço das alforrias eram estabelecidos pelo direito costumeiro. O pecúlio poderia ser formado por doações de terras, dinheiro, esmolas ou mesmo fruto do comércio realizado normalmente aos domingos e também mediante as concessões. A permissão ao pecúlio, ao mesmo tempo que demonstra um enfraquecimento do poder senhorial, é uma forma de indenizá-los pela perda da mão de obra escrava (Fraga, 2014).

## 7 Alforria

Documento utilizado durante o período escravista com a finalidade de libertar indivíduos submetidos à escravidão. Pode ser encontrado tanto como processo cível semelhante a uma “ação de liberdade”, ou como um item comprobatório na forma das “cartas de alforria”. As cartas eram manuscritas, às vezes, pelos próprios senhores,



às vezes, por uma terceira pessoa, caso o senhor fosse analfabeto. Eram compilados dados como o nome do escravizado, gênero, idade, filiação (quando conhecida) e origem, além do nome do senhor, a data e a forma de libertação (concedida ou comprada). Quando registradas em cartório, constavam também os nomes das testemunhas e autoridades judiciais. No caso daquelas dadas pelos próprios senhores, era comum que os escravizados fossem libertos somente após a morte dos senhores, ou mediante o cumprimento de serviços por um determinado tempo (Almeida, 2010). As “alforrias” compradas, mediante o acúmulo de pecúlio, foram formalmente reconhecidas após a promulgação da Lei nº 2.040, de 28 setembro de 1871, e seguem os ritos judiciais padrões das “ações de liberdade” (Mattoso, 2003).

## 8 Libelo

Originalmente, “libelo” referia-se a um pequeno livro escrito ou mesmo panfletos que criticavam figuras públicas ou instituições. De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público (2024b), “libelo” é uma exposição articulada por escrito em que é exposta por um autor uma questão fundamentada em razões jurídicas, requerendo o reconhecimento de um direito. A ação mediada pela justiça é uma forma de iniciar uma demanda e normalmente é seguida por uma “petição inicial” e apresenta formalmente uma acusação, um pedido ou um requerimento. Os libelos podem ser de natureza criminal, como “libelo crime acusatório” e “libelo de cobrança”, ou de natureza cível, como “ação de libelo cível”. Relacionados exclusivamente ao contexto escravista, é possível identificar processos como: “libelo cível de proclamação de liberdade”, “libelo cível de escravidão” e “ação de libelo cível”, por exemplo, que desempenham função semelhante à das “ações de liberdade”.

## 9 Ação de escravidão

Antagônicas às “ações de liberdade”, “as ações de escravidão” são processos que demonstram as disputas jurídicas acerca da liberdade de ex-escravizados. O sistema escravista no Brasil colonial não foi apenas um sistema econômico, foi responsável por influenciar condutas, estabelecer hierarquias (sociais e raciais) e determinar valores, tudo isso em meio às fortes tensões sociais (Fraga, 2006). Durante todo o período escravista brasileiro, a condição das pessoas libertas era frágil, constantemente questionada e corrompida. Nesse contexto, os forros se viam obrigados a comprovar a validade de suas alforrias, em contrapartida, os escravocratas buscavam aparatos legais para contestá-las (Chalhoub, 2012). No decorrer desse tipo documental, era averiguada a veracidade das versões contadas por ambas as partes, envolvem-se curadores, advogados e demais figuras de autoridades, podendo, também, ser incluídas testemunhas. Na conclusão desses processos, um indivíduo liberto poderia passar para a condição de escravizado.

A existência desse tipo de ação demonstra o abalo do poder senhorial que não mais conseguia resolver seus conflitos em âmbito privado e os transferia para a mediação pública. Além disso, apresenta-se como uma ferramenta estatal de controle da população liberta. Indica, também, como a posse de escravizados era um bem disputado e caro (muitas vezes, o maior bem herdado), afinal, sugere que os senhores estavam dispostos a arcar não apenas com os custos do trâmite jurídico, como também aguardar, muitas vezes, por anos, a conclusão do processo para conquistar a posse de um indivíduo escravizado. As “ações de liberdade”, em sua maioria, datam do século XIX, quando o preço de escravizados aumentou como consequência do fim do tráfico atlântico (pela Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831), concomitante com o aumento da demanda dessa mão de obra em algumas regiões do Brasil, como o Vale do Paraíba (Grinberg, 2007). Vale ressaltar que o *Código Criminal de 1830* previa, no art. 179, o crime de “redução à escravidão de pessoa livre, que se achar em posse de sua liberdade” (Brasil, 1830, p. 70) e serve como exemplo da plasticidade e das contradições da própria justiça nesse contexto, que, ao mesmo tempo que não interferia nas questões escravistas (por estarem sob domínio do direito costumeiro), passou a regulamentá-las e controlar os caminhos para a abolição (Grinberg, 1994).

## 10 Auto de arrematação de escravizados

Conjunto de documentos comprobatórios da compra de um ou mais escravizados. Durante o período escravista brasileiro, os cativos eram caracterizados como bens. Nesse sentido, eram avaliados e comercializados, podiam ser alugados ou até mesmo penhorados. Inicialmente, o trâmite de arrematação ocorria em praça pública, demonstrando a violência e a desumanização sofrida pelos sujeitos nessas condições. Homens e mulheres tinham seus corpos avaliados por possíveis compradores, que especulavam sobre suas aptidões para o desempenho de trabalhos. A situação foi alterada após a promulgação do Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869, que proibia as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública. As vendas continuaram a ser expostas como anúncio nos jornais, mas as arrematações, por conseguinte, passaram a ser realizadas por meio de propostas escritas e recebidas pelos Juízes. Esses documentos podem ser encontrados tanto como forma de um processo cível, quanto anexados a outros processos, como item, por exemplo, quando um escravizado era arrematado para o pagamento de uma dívida (ação que originou um processo). Esses processos também eram iniciados quando envolviam escravizados considerados como “bens de evento”, isto é, aqueles “achados, sem se saber do senhor ou dono, a quem pertence; o seu produto deve ser recolhido à recebedoria do município da corte” (Carvalho, 1880, p. 214). Nessas ocasiões, após serem colocados em hasta pública, os fundos eram revertidos para a Igreja ou Estado.



## 11 Auto de depósito

No contexto escravista brasileiro, “depósito” possuía um significado para além de “depósito monetário”. O mecanismo era utilizado para retirar o escravizado do poder senhorial e deslocá-lo para o poder de uma terceira pessoa, denominado depositário, enquanto buscavam legalmente suas liberdades. Esses documentos podem ser encontrados como processos cíveis ou como item, normalmente como parte de “ações de liberdade”. Nesses casos, os escravizados eram encaminhados para a guarda dos depositários, até que o processo chegasse a uma conclusão (Cota, 2011). No contexto, os homens nomeados tornavam-se responsáveis pelos libertandos, assim como pela administração do pecúlio. Além disso, não era raro que depositários também atuassem como curadores. O “auto de depósito” foi utilizado como forma de impedir que os cativos sofressem retaliações e castigos por parte de seus senhores, além de facilitar o movimento de agrupamento de testemunhas e provas cartoriais. No entanto, por vezes, foi utilizado como forma de os depositários se beneficiarem economicamente. Isso porque era permitida a utilização dos serviços dos libertandos. Em alguns casos, até mesmo impediam a interrupção dos trabalhos executados, dificultando a conquista das alforrias (Silva, 2000).

## 12 Tutela

“Ação de tutela” ou “contas de tutela” é um mecanismo formal utilizado para nomeação de tutores: indivíduos responsáveis pela administração de bens, representação, educação e proteção de um menor. Os tutores podiam ser testamentários, quando nomeados por testamento, legítimos, na falta ou por incapacidade dos testamentários ou dativos, quando nomeados pelo juiz (Carvalho, 1880). No contexto escravista brasileiro, essas ações envolviam advogados e geralmente se iniciavam por meio da “petição inicial”, em que constava o nome do menor (aqueles que não haviam completado 21 anos) e, na maior parte das vezes, o nome da mãe, local de nascimento, seguido de um relato ou denúncia de desamparo de um menor órfão, ou em situação de abandono. Esse trâmite judicial era finalizado pelos Juízes dos Órfãos, que, dentre outras atribuições, eram responsáveis por avaliarem se os candidatos a tutor estavam aptos para a ocupação do cargo. Os tutores eram incumbidos de fornecer educação, vestimentas e alimentação para os tutelados e, em alguns casos, o pagamento de soldada. As tutelas eram formadas por um termo de responsabilidade do tutor, a sentença e, em alguns casos, com um auto de perguntas feito ao menor. Durante o período da escravidão, grande parte desses processos envolvia filhos de escravizados ou ingênuos (filhos de libertas). Algumas ações eram iniciadas inclusive pelos senhores, por motivações pessoais ou por solicitação das próprias escravizadas, como estratégia para manter vínculos familiares e evitar que se separassem de seus filhos. Essas fontes oficiais revelam a vulnerabilidade social e econômica que perdurou entre os ex-escravizados mesmo após a abolição da escravidão

em 1888. Nesse sentido, não é raro encontrar relatos de ingênuos, “vagando pelas ruas desamparados”, fruto da impossibilidade econômica de seus genitores de arcarem com os custos da criação desses menores (Santos; Urruzola, 2017).

### 13 Curatela

Os processos relacionados à “curatela”, como os “autos de curatela” ou “autos de curadoria”, assemelham-se, em alguns aspectos, à “tutela” e se diferenciam essencialmente por se tratar de indivíduos que já alcançaram a maioridade civil. Nesse sentido, os nomeados curadores tornam-se indivíduos responsáveis por proteger e administrar os bens de pessoas incapazes de agir por conta própria. A curatela pode ser utilizada em casos em que os indivíduos são considerados incapazes de gerirem os próprios interesses e, portanto, impedidos de exercer autonomia. A nomeação de curadores era prevista nas *Ordenações Filipinas* (na Ord. livro. 32, tít. 5, parágrafo 3 a 5): órfãos, viúvas ou “outras pessoas miseráveis” poderiam escolher curadores que amparassem suas incapacidades administrativas. No período colonial e imperial brasileiro, a curatela era utilizada majoritariamente pelos escravizados que, no contexto, por não possuírem cidadania, necessitavam da representação legal de um curador. Essa função era necessária tanto para iniciar com uma ação judicial, quanto dar prosseguimento a ela. Os curadores poderiam, em alguns casos, exercer, também, o papel de advogados. As ações de curatela podem ser encontradas como um processo cível (um tipo documental) ou como um item dentro de um processo, por exemplo, de ação de liberdade (Paes, 2019). O acesso aos curadores pelos escravizados foi garantido pelo Aviso nº 7, de 25 de janeiro de 1843, (parágrafo 4). No entanto, é possível encontrar a utilização do recurso desde o início do século XIX, por se tratar de uma prática costumeira (Grinberg, 2010). Nos processos envolvendo a libertação de escravizados, os curadores tinham função relevante para a conclusão das ações. Parte deles, bacharéis na Universidade de Coimbra, envolveu-se com as ideias iluministas sobre os princípios emancipacionistas (que, por sua vez, possuíam princípios diferentes de radicalismo), o que pode ser evidenciado nos argumentos utilizados nas disputas judiciais em que se envolviam (Lara, 2000).

### 14 Soldada

“Soldada”, “ação de soldada” ou “contrato de soldada” referem-se ao contrato legal entre um tutor e um tutelado ou curatelado. O significado da palavra “soldo” pode ser relacionado com a antiga moeda criada na Roma Antiga, assim como ao pagamento aos militares e à antiga moeda portuguesa utilizada para o pagamento de domésticos e trabalhadores. O trâmite pode ser considerado uma herança jurídica portuguesa incluída nas *Ordenações Filipinas* e foi utilizada no início da vida jurídica brasileira. O acordo previa que, assumindo responsabilidades típicas do cargo, o tutor poderia



se beneficiar com os serviços realizados pelos menores, mediante o depósito de uma quantia mensal no cofre dos órfãos, que, em 1861, pelo Decreto nº 2.723, passou a integrar a “Caixa Econômica da Corte” (Rangel, 2020). As “ações de soldada” tinham o prazo para finalizarem até que os menores completassem 21 anos, idade que, mediante o cumprimento do contrato, o montante acumulado ao longo dos anos era entregue a eles (Salmaso, 2019). Geralmente, os serviços realizados pelos menores caracterizavam-se por afazeres domésticos: copeiros, faxineiros ou até mesmo engomadores. A utilização do trabalho de menores, no entanto, não era compreendida da mesma forma como nos dias de hoje. Vale lembrar que essas fontes contextualizam-se no período escravista. De acordo com as Ordenações, apenas os órfãos de lavradores poderiam ser “dados à soldada” e, no contexto brasileiro, os contratos eram feitos majoritariamente com filhos de escravizadas ou libertas. Essas fontes são indícios das relações de poder que foram estabelecidas durante o período escravista e seus reflexos para o período pós-abolição que revelam a vulnerabilidade dos descendentes de escravizados. Muitas vezes, os contratos de soldada eram a única alternativa de subsistência que lhes era possível. Isso porque o período pós-abolição não foi acompanhado de políticas públicas que garantissem a inserção digna dos libertos à sociedade. Nesse sentido, a ausência de estabelecimento de mecanismos de equiparação social dos quase 300 anos de trabalho forçado, combinada com a descriminalização racial, gerou imensurável prejuízo humano, social e econômico. As consequências do passado escravista reverberam no Brasil até os dias de hoje e indicam a necessidade de políticas de reparação histórica.

## 15 Relação de escravizados

A “relação de escravizados”, geralmente, apresentava-se como item documental com o objetivo de registrar detalhadamente características dos indivíduos escravizados. Apresentado em forma de tabela, o documento compila o nome, cor da pele, idade, estado civil, filiação, profissão, nacionalidade, aptidão para o trabalho e valor “dado conforme a tabela” dos cativos. Esses registros indicam a forma sistemática e burocrática como a escravidão foi tratada em âmbito jurídico e a tentativa de controle pelas instituições locais, a partir principalmente do século XIX. Esses documentos, por vezes, registravam a lista de escravizados pertencentes a algum senhor, ou que foram vendidos, ou mesmo como incluídos no *Guia de fontes*, uma *Relação de escravizados que completaram a idade de sessenta anos do mês de julho a setembro de 1885*. A “relação de escravizados” tem como objetivo classificar indivíduos quanto às características físicas e se contextualiza em um período em que os escravizados eram tratados como bens de consumo, e essas informações eram importantes para a sua avaliação. De acordo com a legislação da época, o “escravo” era considerado uma mercadoria que poderia ser herdada, ou até mesmo “alugada” a terceiros. O próprio uso do termo “escravo” na documentação faz parte de um processo de desumanização e sugere que a condição de escravidão era inerente a alguns seres

humanos (Chalhoub, 2012). As categorizações eram diretamente associadas ao preço dos escravizados. Geralmente, os cativos com 60 anos ou mais eram considerados com aptidão para o trabalho “sofrível” e, por isso, o valor deles era menor quando comparado a jovens adultos ou crianças. O campo da “profissão” atesta as atuações dos escravizados e serve como campo investigativo não apenas da história do trabalho, como também das relações de gênero. Isso porque as funções domésticas de mucamas, costureiras ou cozinheiras eram desempenhadas por mulheres, e serviços como de roceiros, lavoureiros e carpinteiros eram majoritariamente realizados por homens. A qualificação de indivíduos por cor não dizia respeito somente a uma classificação biológica, mas sim uma construção social com o objetivo de hierarquizar racialmente pessoas. As categorias de “pardo” e “preto”, por exemplo, não são fixas ao longo do tempo, muito menos naturais. No contexto dos documentos no *Guia de fontes*, o termo “preto” geralmente se referia aos africanos trazidos forçadamente do continente africano, enquanto “pardo” designava aqueles que eram considerados “mestiços”, nascidos no Brasil. Esse processo de categorização foi responsável por criar uma falsa concepção de existência de uma hierarquia entre negros, em que os “pardos” estavam mais próximos dos brancos e, por isso, mais aptos à ascensão social (Mattos, 1998). Esse processo de miscigenação não foi um processo simples, muito menos harmonioso; foi responsável por reforçar mecanismos de controle, construir preconceitos raciais, regras, protocolos e etiquetas (Vainfas, 1999). Como fonte histórica, esses registros são muito relevantes por possibilitarem pesquisas acerca das construções de famílias, estudos genealógicos, sobre a organização social, econômica e racial, dinâmica das relações de trabalho, as condições de vida dos escravizados, bem como as estruturas de poder e hierarquia social.

## 16 Auto de remoção (removimento)

Ação para a retirada de algum escravizado do poder de um determinado senhor. Vale lembrar que, no contexto, os escravizados eram considerados bens que podiam ser transferidos de um proprietário para outro ou removidos de um testamento. Esses processos seguiam os ritos judiciais e são relevantes historicamente por atestarem aspectos do regime escravista no Brasil colonial e imperial, assim como indicam as formas de relação de poder entre senhores e escravizados.

## 17 Inventário

Os inventários são processos de natureza cível que têm o objetivo de catalogar bens e dívidas a serem pagas de uma pessoa. Quando feitos após a morte, são chamados de inventários *post-mortem*. Esses documentos são seguidos da partilha do patrimônio, trazendo informações quantitativas e qualitativas e uma avaliação dos bens, seguindo os ritos judiciais (Weimer, 2021). Os inventários contidos no *Guia de fontes* (datados do



século XIX), geralmente, iniciam-se pelo termo de abertura, que contém informações sobre data e local de abertura do processo, assim como as informações a respeito do falecido, seguidas da transcrição do testamento (caso exista). Os inventários que possuíam herdeiros menores de idade e que o cônjuge sobrevivente fosse mulher contavam com a designação de um tutor (Furtado, 2011). Para a historiografia, essas fontes são importantes recursos para a investigação de aspectos socioeconômicos e culturais do passado, possibilitam elaborações sobre a produção material, aspectos familiares e da vida doméstica, circulação de mercadorias e até mesmo sobre a população cativa (que, no contexto, era inserida nos inventários como bens materiais). As listagens de itens incluem, por exemplo: terras, animais, utensílios, objetos de prata e ouro e ferramentas de trabalho. Mesmo que os inventários sejam relatos individuais, fornecem elucidações sobre os modos de viver coletivos e informam aspectos importantes sobre a invenção dos grupos sociais (Paiva, 2009). Até os dias atuais, na ocasião da morte de um indivíduo, os inventários intermediados pelo Poder Judicial são exigidos pelo Estado (Teixeira, 2012).

## 18 Testamento

Documento que formaliza a vontade de uma pessoa viva acerca da destinação de seu patrimônio, do tratamento de seu corpo, das vontades finais depois de sua morte. Esses documentos são de natureza facultativa e por isso podem ser inseridos em um inventário como item documental. A Igreja Católica influenciou de forma direta a concepção dos testamentos (da estrutura à função) e, até o século XIX, detinha a responsabilidade sobre a sua salvaguarda. Em muitos testamentos do período colonial e imperial, é possível colher informações sobre os cativos. Não é raro encontrar testamentos nos quais senhores manifestam o desejo de que seus escravizados fossem alforriados após sua morte. Nesses casos, os escravizados utilizam desses registros como forma de comprovarem suas liberdades. Atualmente os testamentos são categorizados em: públicos (redigidos em cartório, possuem assinatura de duas testemunhas e são lidos em voz alta antes da assinatura), os cerrados (escrito à mão, possuem caráter sigiloso e são lidos ao público apenas após o falecimento) e particulares (documentos escritos e assinados pelo testador e três testemunhas e lido em voz alta).

## 19 Testamento nuncupativo

Documento produzido por um indivíduo em iminência de morte, não necessariamente de forma escrita, algumas vezes, como testemunho oral. Esse tipo de testamento era utilizado por pessoas que adoeciam subitamente. A forma nuncupativa de produzir testamentos foi muito utilizada em um contexto em que grande parte da população era analfabeta ou que, às vezes, se situava relativamente longe dos centros urbanos (Durães, 2004). A presença de testemunhas era fundamental para dar validade

aos dizeres finais do indivíduo, de tal forma que, em situações em que escravizados almejavam formalizar a sua liberdade, ocorria a inquirição de testemunhas que pudessem validar as vontades finais do falecido. Os testamentos nuncupativos eram previstos pelas Ordenações Filipinas (que permaneceram em vigor até o início do século XIX) e também pelo Código Civil de 1916. Atualmente, o Código Civil Brasileiro de 2002 permite essa modalidade de testamento apenas em casos excepcionais, quando o testador, cumprindo a função militar, em situação de combate, declara suas últimas vontades (art. 1.876).

## AÇÕES CRIMINAIS

### 1 Auto de corpo de delito

Ferramenta legal que formaliza e descreve detalhadamente indícios de lesões e traumas, após uma inspeção no corpo da vítima. O “auto”, portanto, narra o exame médico de corpo de delito que possui o objetivo de identificar vestígios que produzem provas da ocorrência do fato delituoso (Alfradique, 2013). O documento pode ser tanto um processo criminal ou um “item” atrelado a ele e segue um rito próprio que envolve juízes, advogados, peritos criminais e, quando indivíduos escravizados são parte integrante, curadores. Esses documentos representam fontes primárias e oferecem grande capacidade investigativa aos pesquisadores sobre o passado. Contextualizados no período escravista, servem como forma de identificar as violências sofridas por escravizados, os embates entre os próprios cativos, assim como suas resistências frente ao sistema.

### 2 Sumário-crime - Sumário de culpa

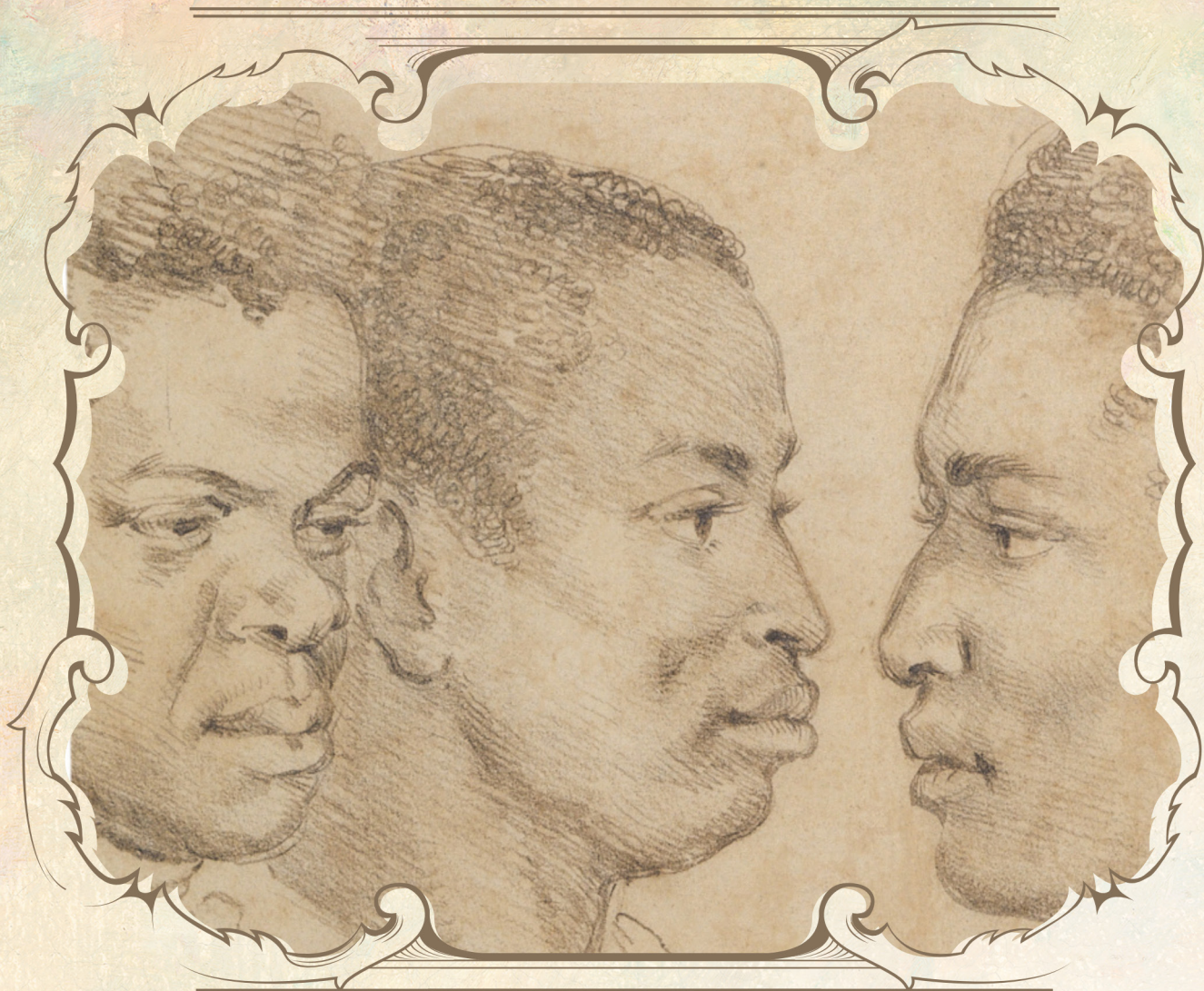
Entende-se por “sumário-crime” ou “sumário de culpa” um documento oficial de natureza criminal que expõe argumentos, depoimentos, investigações e provas para culpabilizar um ou mais réus. Esses processos seguem ritos judiciais próprios, envolvendo autoridades, e concluem-se com o julgamento e aplicação da pena, se caso fosse, pelo juiz. De acordo com o Código do Processo Penal de 1832, o juiz de paz era responsável por decretar o auto de corpo de delito e formar a culpa do(s) acusado(s) (Brasil, 1832c). Essas fontes iniciavam-se com uma denúncia ou queixa e eram compostas também por uma inquirição de testemunha e, em alguns casos, a contestação delas. A partir de 1841, os chefes de polícia (delegados e subdelegados) foram incumbidos de preparar o “sumário de culpa” e enviarem o processo ao juiz municipal. Essa configuração foi alterada pela Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, quando a formação de culpa passou a ser responsabilidade exclusiva dos juízes de direito e municipais, sendo competência da polícia apenas proceder ao inquérito policial, com papel auxiliar (Misse, 2010). Os



procedimentos sumários caracterizam-se por simplificar os atos e encurtar os prazos e são provenientes do direito romano, aparecendo também nas Ordenações.

### 3 Termo de bem viver

Mecanismo legal produzido pelo Estado brasileiro no contexto da passagem do período colonial para o imperial que tinha o objetivo de coibir condutas consideradas inapropriadas segundo os valores da elite agrária dominante. Sustentados pelo Código Criminal de 1830, esses documentos processuais fazem parte de um processo histórico de construção da moralidade (Alves, 2019). No contexto, definiu-se como passíveis de condenação “vadios e mendigos” pelo ato de “não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente”, sob pena de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias (art. 295) (Brasil, 1830, p. 77). No art. 299, criminaliza-se também “andar mendigando”, sob pena “de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mês” (Brasil, 1830, p. 80). O Código do Processo Criminal de 1832 também dialogou com a questão quando foi estabelecido que era de competência do Juiz de Paz: “obrigar a assinar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas, que perturbam o sossego público, aos turbulentos, que por palavras, ou ações ofendem os bons costumes, a tranquilidade pública, e a paz das famílias (art 12, §9º) (Brasil, 1832c, p. 21). Portanto, com o objetivo de estabelecer controle e ordem sobre os indivíduos livres, figuras de indivíduos “vadios”, “bêbados” ou “prostitutas” sofreram um processo de marginalização social e repressão judicial. A criminalização da “vadiagem”, ou até mesmo do ato de pedir “esmolas”, afetou e estigmatizou diretamente o grupo social dos recém-egressos da escravidão. O contexto pós-abolicionista não foi acompanhado de nenhuma política de inclusão ou reparação. Nesse sentido, os libertos enfrentavam problemas de saúde, moradia e acesso à educação. A falta de integração social, combinada com a discriminação racial, fez com que a população negra não conseguisse se inserir de maneira apropriada nas dinâmicas de trabalho livre. Além disso, a ausência de reforma agrária impossibilitou que esse grupo tivesse acesso a terras e trabalhasse de forma independente (Martins, 2003). Dessa maneira, os discursos relativos aos “termos de bem viver” recaíam sobre todos os trabalhadores livres economicamente vulneráveis (não somente os libertos) como uma tentativa de impor a disciplina e a ordem e incorporar um modelo de “civildade”. De forma geral, esses documentos revelam aspectos importantes de valores sociais, modos de vida, a forma como a sociedade lidou com o ócio, até mesmo a própria concepção e ritmo de trabalho.



Charles Landseer/ Mr. Samuel's three slaves/ Acervo Instituto Moreira Salles

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). *Afro-Ásia*, [s. l.], n. 37, p. 43-73, 2008.

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [s. l.], v. 14, n. 1, 2017.

AGRAWAL, O. P. *Conservation of Asian documents on paper and palm-leaf*. Preconference of WLIC. Lucknow, India: [s. n.], 2006.

AGUIAR, José Otávio. Carros, cartas, caminhos e estradas. In: MEMÓRIA e História da Trajetória de Vida de Guido Thomaz Marlière no Brasil (1808-1836): a transferência da Corte Portuguesa e a tortuosa trajetória de um revolucionário francês no Brasil. 3. ed. rev. Campina Grande: Edufeg, 2022. p. 193-202.

ALFRADIQUE, Eliane. *Aspectos processuais e médico-legais do exame de corpo de delito e das perícias em geral*. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://www.bu.ufsc.br/aspectos.PDF>. Acesso em: 16 set. 2025.

ALMADA, Márcia; BOJANOSKI, Silvana. *Glossário ilustrado de conservação e restauração de obras em papel: danos e tratamentos*. Português, Espanhol, Inglês, Grego. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Da prática costumeira à alforria legal. *Politeia - História e Sociedade*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 163-186, 2010.

ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. *Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos (1831-1850)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

ÁLVARES, Geraldo Rodrigues. Arraial de Santo Antônio do Corvello: traços para um perfil. *Histórica On-line*, [s. l.], ano 3, v. 22, 2007.

ALVES, Arthur Willian Soares. Entre o bem viver e os ditames da moral pública: experiências da vadiagem e suas repressões numa Patos oitocentista. *Revista Alpha*, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 155-175, 2019.

ANDRADE, H. F. C. *Arquivos permanentes: estudo sobre as formas ideais de acondicionamento e proposta de adequação para acervo histórico processual do TJMG*. Trabalho de conclusão de curso. [S. l.]: Faculdade Dom Alberto, 2022.

ANTUNES, Álvaro Araújo; SILVEIRA, Marco Antônio. Deixando de ser fronteira: território, população e conflito na conquista e colonização de Guarapiranga. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 857-893, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/i/2019.v35n69>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ARAÚJO, Maria Lucília V. Contribuição metodológica para a pesquisa historiográfica com os testamentos. *Resgate - Revista Interdisciplinar Cult.*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 105-122, 2017.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo/Conselho Nacional de Arquivos*. Rio de Janeiro: O Conselho, 2005. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/recomendaes\\_para\\_a\\_produo.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/recomendaes_para_a_produo.pdf). Acesso em: 27 abr. 2024.

AYER, Aspásia Vianna Manso Vieira. *A Igreja na História de Alfenas*. A Fundação de Pedra Branca. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In: ANAIS do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: [s. n.], 2011.

BARRETO, Gisely Nogueira. Arbitramento: escravizados ao alcance da Lei na luta pela liberdade, na cidade de Nossa Senhora de Nazareth, 1870-1888. *África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 85-99, 2015.

BARTHOLOMEU, Matheus Cavalcanti. A cafeicultura e a Estrada União e Indústria. *Terra Brasilis*, [s. l.], n.11, 2019.

BATISTA, Eliane Aparecida Duarte. *Mulheres da terra: as proprietárias na vila de Piranga*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6975>. Acesso em: 26 jan. 2024.



BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORBA, Nina Maria de Meira; DELGADO, Erika Melek; SANTOS, Telma Gonçalves. Os livros de batismo e a arte de burlar a legislação de proibição do tráfico internacional de escravizados: uma análise da documentação batismal dentro de um projeto de história digital. *RPD*, Brasília, v. 19, n. 101, p. 126-150, jan./ mar. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Portaria nº 337, de 4 de outubro de 2024. Institui Grupo de Trabalho destinado à realização de estudos e apresentação de proposta de política de conservação, organização e difusão do acervo documental do Poder Judiciário, com foco nos processos judiciais relacionados à escravidão, à resistência e à luta pela liberdade de africanos e seus descendentes, doravante denominado “GT Memória da Escravidão e da Liberdade”. Brasília, 2024a.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *Glossário CNMP*: Libelo. Brasília, DF: CNMP, 2024b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562747>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro 22 de abril de 1824. *Coleção de Leis do Império do Brasil – 1824*, v. 1, p. 7.

BRASIL. Decreto de 12 de abril de 1832. Dá Regulamento para a execução da Lei de 7 de Novembro de 1831 sobre o tráfico de escravos. Rio de Janeiro, 1832a.

BRASIL. Decreto de 14 de julho de 1832. Eleva a Parochos diversos Curatos da Provincia de Minas Geraes e suprime outras. *In*: COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil, 1832b, p. 31, v. 1 pt. I.

BRASIL. Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. *In: COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL*, 1872, p. 1053, v. 2, pt. II.

BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. *CLBR*, Rio de Janeiro, 1831.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de Primeira Instância com disposição provisória à cerca da Administração da Justiça Civil. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e nove dias do mez de Novembro de mil oitocentos trinta e dous, undecimo da Independencia e do Imperio. 1832c. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1832*, p. 186, v. 1 (Publicação original).

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Codigo Criminal. *CLBR*, Rio de Janeiro, 1830.

BRASIL. Lei nº 4, de 10 de junho de 1835. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou commetterem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo. *CLBR*, Rio de Janeiro, 1835.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. *CLBR*, Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. *CLBR*, Rio de Janeiro, 1871.

BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Regula a extincção gradual do elemento servil. *CLBR*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1885.



BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brazil. *CLBR*, Rio de Janeiro, 1888. Disponível em:

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Ordenações Filipinas. Ed. de Candido Mendes de Oliveira. Livro 5, título 5, parágrafos 3 a 5. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562747>. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. Resolução 324, de 30 de junho de 2020. Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname. Brasília: CNJ, 2020.

BRUNO, João Victor R. *Escravidão e Direito: estudo de casos de ações de liberdade no crepúsculo do Império*. Niteroi: [s. n.], 2015.

CAÍRES, Ricardo Tadeu. *Os escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade*. Bahia, século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

CAMBUÍ. Prefeitura Municipal de Cambuí. *Dossiê de Tombamento e Laudo do Estado de Conservação Município de Cambuí/MG*. 20--?. Disponível em: [https://www.prefeituradecambui.mg.gov.br/patrimonio/arquivos\\_patrimonio/dossies\\_bens\\_tombados/dossie\\_tombamento\\_imagem\\_de\\_nossa\\_senhora\\_do\\_carmo\\_2008.pdf](https://www.prefeituradecambui.mg.gov.br/patrimonio/arquivos_patrimonio/dossies_bens_tombados/dossie_tombamento_imagem_de_nossa_senhora_do_carmo_2008.pdf). Acesso em: 1º mar. 2024

CARINO, Joanedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. *Educação & Sociedade*, [s. l.], ano XX, n. 67, p. 153-181, ago. 1999.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. *Revista de Estudos da Linguagem (Revista da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais)*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1.123-1.150, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12888>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CARVALHO, Francisco Pereira de Bulhões. *Incapacidade civil e restrições de direito*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1957. tomo I, p. 105.

CARVALHO, José Pereira de. *Primeiras linhas sobre o processo orphanologico* (livro II). Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor, 1880.

CARVALHO, Sheldon A. S. As ações de liberdade: considerações teórico-metodológicas. *Mal-Estar e Sociedade*, Barbacena, ano V, n. 8, p. 41-61, jan./jun. 2012.

CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. 2005. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos. *In: CURSO de formação de multiplicadores em políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2005. Disponível em: [https://www.trt4.jus.br/portais/media/431835/O\\_conhecimento\\_da\\_historia%252C\\_o\\_direito\\_a\\_memoria\\_e\\_os\\_arquivos\\_judiciais.pdf](https://www.trt4.jus.br/portais/media/431835/O_conhecimento_da_historia%252C_o_direito_a_memoria_e_os_arquivos_judiciais.pdf). Acesso em: 24 jan. 2024.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, [s. l.], n. 19, p. 33-62, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHAVES, M. L. S.; BENITEZ, L.; ANDRADE, K. W. Morro da Pedra Rica, Grão Mogol, MG - Primeira jazida de diamantes minerada em rocha no mundo. *In: SÍTIOS Geológicos e Paleontológicos do Brasil*. 1º dez. 2006. Disponível em: <https://sigep.eco.br/sitio130/sitio130.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CORRÊA, Dianaluz da Costa Leme. Apropriação da terra e do trabalho em Conceição do Mato Dentro. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas*, [s. l.], n. 22, p. 1-26, 2022.

COSTA, Jane; FELIX, Márcio. *Insetos bibliófagos: identificação, prevenção e controle*. Rio de Janeiro: Laboratório de Biodiversidade Entomológica/IOC/Fiocruz, 2018. Disponível em: [https://www.ioc.fiocruz.br/sites/default/files/cartilha\\_insetos\\_bibliofagos.pdf](https://www.ioc.fiocruz.br/sites/default/files/cartilha_insetos_bibliofagos.pdf). Acesso em: 20 maio 2024.



COTA, Luís Gustavo Santos. Não só “para inglês ver”: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. *História Social*, [s. l.], n. 21, p. 65-92, 2011.

COUCEIRO, Luiz Alberto. Reinventando o cativo, construindo a emancipação: escravos, senhores e lógicas de sociabilidade em fazendas de café (sudeste, 1860-1888). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 17-32, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/212>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e lei positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *In: ANTHROPOLOGIA do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 45-60.

DAUWE, Fabiano. *A libertação gradual e a saída viável*. Os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. 2004. 144 p. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

DINIZ, Antonio Gabriel. Curvelo. *Revista da Associação Comercial*, Rio de Janeiro, ano XVIII, nº 762, p. 35, 25 dez. 1953. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=3756>. Acesso em: 6 nov. 2024

DINIZ, Monica. *Olhares sobre a cidade: Termos de bem viver, Vadiagem e Polícia nas ruas de São Paulo (1870-1890)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

DURÃES, Margarida. *Os testamentos e a história da família*. Conferência apresentada no âmbito do mestrado de Demografia. Campinas: Instituto de Filosofia de Ciências Humanas na Universidade Federal de Campinas, 2004.

FERREIRA, Jurandy Pires (org.). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 24.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

FURTADO, Júnia F. A morte como testamento da vida. *In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.

FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Pérolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

GIRON, Loraine Slomp; RANDÜZ, Roberto. Invisíveis: negros nas memórias dos brancos. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 143-161, jul. 2012.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 117-137.

GRINBERG, K. A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil 2ª metade do século XIX. *Revista de Índias*, Madrid, CSIC, v. LXXI, n. 251, p. 137-158, 2011.

GRINBERG, Keila. Liberata, a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2010.

GRINBERG, K. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. *Almanack braziliense*, [s. l.], n. 6, p. 4-13, 2007.

GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. *Escravidão, liberdade e a lei no mundo atlântico: uma breve história com documentos*. Tradução de Paulo Fontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. *Silva Jardim e a República: a trajetória de um propagandista (1860-1891)*. Curitiba: Editora Appris, 2023.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

LAGO, Rafaela Domingos. Liberdades controladas: da Lei do Ventre Livre aos sexagenários. Espírito Santo (1871-1888). *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, [s. l.], v. 4, n. 8, 2020.



LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (coord.). *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi, 2000. (CD-Rom). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/292989438.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LARA, Silvia Hunold. O espírito das leis: tradições legais sobre a escravidão e a liberdade no Brasil escravista. *Africana Studia, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto*, Porto, n. 14, p. 73-92, 2010.

LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo “mina”. *History in Africa*, [s. l.], v. 32, p. 247-267, 2005.

LEITE, Aline Gouvêa. *História, sociedade, planejamento urbano e suas configurações e vivências na espacialidade pública de Juiz de Fora*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2008.

MACHADO, Laryssa da Silva. O uso de inventários *post mortem* e testamentos nas pesquisas históricas sobre famílias escravas: o caso de Itapemirim-ES. In: ANAIS do Congresso de Processo Civil Internacional, 2019. p. 284-296.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 13, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79922>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MARIANO, Delsa de Fátima dos Santos. Escravos e libertos: autores das ações de liberdade em Diamantina (1850-1871). 2015. 119 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2015.

MARTINS, Eduardo. *Os pobres e os termos de bem viver: novas formas de controle social no Império do Brasil*. 2003. 195 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

MARTINS, Lucio Urbano Silva; SOARES, Rosane Vianna (org.). *Comarcas de Minas: 1711-2014*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 2016. v. 1.

MARTINS, Maria; SILVA, Helenice. Via Bahia: A importação de escravos para Minas Gerais pelo Caminho do Sertão, 1759-1772. *In: ANAIS do 20º Seminário de Diamantina*. 2006.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista, Brasil - século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. *Catálogo das Comarcas do Estado de Minas Gerais*. 02 jul. 2024.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. *Guia Judiciário*.  
Comarca de Alto Rio Doce [on-line]. Disponível em: [https://www8.tjmg.jus.br/servicos/gj/guia/primeira\\_instancia/consulta.do?linesByPage=10&codigoMunp=0021&codigoComposto=MG\\_0021&opcConsulta=1](https://www8.tjmg.jus.br/servicos/gj/guia/primeira_instancia/consulta.do?linesByPage=10&codigoMunp=0021&codigoComposto=MG_0021&opcConsulta=1). Acesso em: 30 jan. 2024.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. *Manual de procedimentos básicos conservação e preservação do acervo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG*. 2021.  
Disponível em: <https://bd.tjmg.jus.br/items/a81c7d60-35e9-425c-8043-66be624c48a9>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. *Planejamento estratégico 2021-2026: identidade organizacional*. 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/informes/planejamento-estrategico-2021-2026-identidade-organizacional.htm>. Acesso em: 29 ago. 2025.

MISSE, Michel. O inquérito policial no Brasil: resultados gerais de uma pesquisa. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, [s. l.], v. 3, n. 7, p. 35-50, 2010.

MOTTA, José F.; LOPES, Luciana S. O pecúlio dos escravos: concessão ou conquista. *Economia & História: crônicas de história econômica*, [s. l.], p. 22-28, 2015.

PAES, Mariana Armond Dias. O procedimento de manutenção de liberdade no Brasil oitocentista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 339-360, 2016.

PAES, Mariana Dias. *Escravidão e direito: o estatuto jurídico dos escravos no Brasil oitocentista (1860-1888)*. São Paulo: Alameda, 2019.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França; ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002. p. 187-207.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia*. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009.

PARRELA, Ivana Denise. Um barão e suas memórias em disputa: Grão Mogol (MG), Chapada da Diamantina (BA) e Rio Claro (SP). *Patrimônio e Memória*, Assis, UNESP, v. 16, p. 53-75, 2020.

PERUSSATTO, Melina K. Para o bem do seu direito: pecúlio, trabalho e liberdade nos últimos anos da escravidão - Rio Pardo/RS. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba, PR. *Anais [...]*. Curitiba: UFPR, 2009.

PINTO, Luciano Rocha. Sobre a arte de punir no código criminal imperial. In: Encontro Regional da ANPUH-RIO, 14., Rio de Janeiro, 2010. v. 19, p. 1-9.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida. Transformações de uma prática contenciosa: as “Ações de Liberdade” produzidas em Mariana – 1750/69 e 1850/69. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 253-271, 2011.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. O perigo da (re)escravização: disputas judiciais de manutenção da liberdade na Mariana setecentista. *Revista Brasileira de História*, [s. l.], v. 38, p. 65-85, 2018.

RANGEL, Alan Wruck Garcia. Soldada e tutela de órfãos nas últimas décadas do século XIX. Legislação e prática judiciária. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 50-70, 2020.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RINCO, Liliane; BACELLAR, Luis de Almeida Prado. Configuração espacial da microbacia do córrego Yunge em Juiz de Fora, MG. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 147-165, jan./jun. 2007.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

ROCHA, Antonio Penalves. Escravidão em *A riqueza das nações*, de Adam Smith. *Revista de Pesquisa Histórica*, [s. l.], v. 1, n. 14, p. 173-185, 1993.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII. *Locus - Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 9-27, 2006.

SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

SALMASO, Natália Cristina. Tutela e autonomia: a atuação do juiz de órfãos na vila de Itu (século XIX). 2019. 173 f. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2019.

SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. Para inglês ver: um estudo sobre a lei de 7 de novembro de 1831. *Intertemas*, [s. l.], v. 15, n. 15, p. 226-243, 2010.

SANTOS, C. R. A. dos; URRUZOLA, P. Processos de tutela e suas possibilidades de estudo sobre a família ex-escrava. *Acervo*, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 269-289, 2017. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/807>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SEBERA, Donald K. *Isopermas: uma ferramenta para o gerenciamento ambiental*. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. [S. l.]: [s. n.], 1997.

- SILVA, Alexandre Lima da. Caminhos da liberdade: (auto) biografias de escravizados e ensino de história. *In: COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros*. Uberlândia: [s. n.], 2018. v. X.
- SILVA, Luiz Fernando da. *Direito civil: Constituição e Código Civil – o direito privado na perspectiva dos direitos fundamentais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. *Caminhos e descaminhos da abolição: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)*. [S. l.]: [s. n.], 2007.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caires. Usos e abusos do fundo de emancipação de escravos na província da Bahia (1871-1888). *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 169-181, 2017.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2 v. (Coleção Os Economistas).
- STEPHAN, Ítalo I. C.; SOARES, Josarlete M.; RIBEIRO, Isadora. M. F. Guido Thomaz Marlière, o “semeador” de cidades na Zona da Mata Mineira. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Carlos, n. 16, p. 50-60, 2012.
- TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários *post-mortem*: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. *Mal-estar e Sociedade*, Barbacena, v. 5, n. 8, p. 63-83, jan./jun. 2012.
- TRINDADE, Raimundo. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.
- VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 1-12, 1999.
- VANSINA, J.; OBENGA, T. O Reino do Congo e seus vizinhos. *In: OGOT, Bethwell Allan (ed.). História Geral da África, V*. Brasília: Unesco, 2010. p. 647-694.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX. *Tempo*, [s. l.], v. 9, n. 18, p. 171-195, 2005.
- VELLUT, Jean-Luc. A Bacia do Congo e Angola. *In: HISTÓRIA geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: Unesco, 2010. p. 343-376.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. *Torto arado*. São Paulo: Leya, 2018.

WEIMER, Günter A. *Inventários e testamentos: fontes para a história da arquitetura e do urbanismo*. Porto Alegre: Ed. dos Autores, 2021.

### Fontes impressas:

ALBUQUERQUE, Adolpho Gomes. Chorographia da Comarca do Alto Rio Doce. *Revista do Archivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 7, n. 1, p. 371-393, jan./jun. 1902. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=373&op=1>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SATERBR, 1971.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Portaria de 14 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro, 14 dez. 1890.

CAJUEIRO, Luiz Carlos Cardoso e. *O sete d'abril*. Cópia do artigo de uma carta de um nosso correspondente da Villa da Campanha. Rio de Janeiro, 28 nov. 1835, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709476/1240>. Acesso em: 29 ago. 2025

COLEÇÃO das Leis do Império do Brazil: parte segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e termos: criações, supressões, restaurações incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1922.

DERBY, O. O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, [s. l.], v. 4, p. 329-350, 1899.

DOM JOÃO VI. *Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial)*. Alvará Régio determina os limites da Vila da Campanha da Princesa, cria a Vila de Santa Maria do Baependi, assim como a de São Carlos do Jacuí, etc. (Documento Impresso)]. SG-CX.91-DOC.18, Rio de Janeiro. 19 de jul. 1814. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtacervo/brtacervo.php?cid=667>. Acesso em: 24 out. 2024.

EXTRACTO do expediente feito na Secretaria de Governo do Estado de Minas Geraes no mez de maio de 1890 - Dia 10 - 1ª Secção - Instalação da Comarca de Abaeté. O

*Estado de Minas Geraes*, Ouro Preto, ano 1, n. 72, p. 1, 26 jul.1890. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 8 jan. 2024.

HUMA Povoação Nova. *O Universal*, Ouro Preto, n. 154, p. 1-2, 7 jul.1828. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 3 jul. 2024.

IMPrensa Oficial de Minas Gerais. Notas Chorographicas (Município de Bom Sucesso). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 4, p. 620-626, 1899. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=187&op=1>. Acesso em: 6 jun. 2024.

IMPrensa Oficial de Minas Gerais. Nº 16 - Arraial do Bom Sucesso. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 17, p. 296-299, 1912. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=445&op=1>. Acesso em: 12 jun. 2024.

IMPrensa Oficial de Minas Gerais. X - Relação das Cidades, Villas e Povoações da Província de Minas Geraes com Declaração do Número de Fogo de Cada Uma (1830). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano 2, v. 2, p. 18-28, jan./ mar. 1897. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=41&op=1>. Acesso em: 12 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cambuí Minas Gerais. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cambui/historico>. Acesso em: 1º mar. 2024.

LACOMBE, Américo Jacobina; SILVA, Eduardo; BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil, particularmente aos districtos do ouro e do diamante, em 1809-1810. In: JACOB, Rodolpho (org.). *Collectanea de scientistas estrangeiros (assumptos mineiros)*. Tradução Demerval Lessa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1922. v. 1, p. 105-106.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes (1891-1930)*. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4692>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MOURÃO, Rodolpho de Freitas. Chorographia mineira (Município de Bom Sucesso). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 10, v. 1, p. 21-25, jan./ jun. 1905. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=366>. Acesso em: 6 jun. 2024.

O UNIVERSAL, Huma povoação nova. Ouro Preto, Oficina Patrícia de Barboza, 7 de julho de 1828. folha 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/706930/1933>. Acesso em: 29 ago. 2025.

PARTE OFFICIAL - Secretaria do Interior - 4 de abril - Nomeação e posse de Jayme de Siqueira Castro. *Minas Geraes*, Ouro Preto, ano 1, n. 25, p. 2, 18 maio 1892. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PELO Tribunal da Relação foi julgado o seguinte feito: conflicto de jurisdição da Comarca de Abaeté. *O Pharol*, Juiz de Fora, ano 35, n. 64, p. 1, 25 nov. 1900. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

QUELUZ: Memórias Municipaes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano 2, n. 1, p. 66-70, 1897. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1083.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1083.pdf). Acesso em: 8 fev. 2024.

REVISTA APM. História da Revolução de Minas Geraes, em 1842. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 15, p. 181-390, 1910. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1331.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1331.pdf). Acesso em: 15 fev. 2024.

ROLIM, Francisco Xavier de Almeida. *Ephemerides Curvellanas: 1706-1935*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. t. I.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil: com um resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

SALGADO, Gisele. *A codificação civil brasileira: trajetória histórica e sentidos modernizadores*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.



SECÇÃO judiciária - Relatório sobre o estado da administração da justiça - Comarca do Abaeté. *Minas Geraes*, Ouro Preto, ano 4, n. 278, p. 2-4, 16 out.1895. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SENNA, Nelson C. de. *Anuario Histórico Chorographico de Minas Gerais – 1909*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado, 1909.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. v. 1 e 2.

SILVA, Arthur Veira de Resende e. O municipio de Cataguazes: esboço historico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 13, p. 641-1.028, 1908.

SOUZA, F. de Paula. Reminiscências da Comarca de Jacuhy. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 4, p. 237-274, 1899. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=165&op=1>. Acesso em: 24 out. 2024.

STRICKRODT, Silke. *Afro-european trade in the Atlantic World: the western slave coast, c. 1550 - c. 1885*. Londres: James Currey, 2015.

TRINDADE, Raimundo. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. Disponível em: <https://ia804509.us.archive.org/33/items/instituicoesdeig00trin/instituicoesdeig00trin.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

### Fontes manuscritas:

ALMEIDA, Cláudio Furquim de. *Comunicado ao Governador da Capitania de São Paulo sobre Prisão de Desertor*. Destinatário: Governador Luís Antônio de Souza Botelho Mourão. Distrito de Camanducaya, 29 abr. 1768. 1 Carta. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1460002/mss1460002.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1460002/mss1460002.pdf). Acesso em: 17 jan. 2024.

ANTUNES, Brás Álvares. [Carta a João Rodrigues de Macedo enviando a cobrança (931.987 réis), de 150 oitavas de ouro do registro de Jacuí e solicitando 3 bestas (1 para o Intendente, 1 para o ouvidor e 1 para si)]. São João del Rey [São João del Rei, MG]: [s. n.], 10 maio 1780. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=67970](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=67970). Acesso em: 7 mar. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Coleção Mapas de População*. Mapas de População (*microfilme*), Distritos de Diamantina, Curvelo e Comarca de Serro Frio, [1833?] - 1835. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas\\_populacao/brtacervo.php?cid=921](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas_populacao/brtacervo.php?cid=921). Acesso em: 10. jul. 2024

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Coleção Mapas de População*. Mapas de População (*microfilme*), Santa Rita da Meia Pataca, Município do Pomba, 1838. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas\\_populacao/brtacervo.php?cid=189](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas_populacao/brtacervo.php?cid=189). Acesso em: 3. jul. 2024.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Documento com o valor da construção dos quarteis da Barra e do Porto do Cunha. 11 jan. 1812. CMOP CX. 82 DOC. 08.

CONSELHO DA FAZENDA (Rio de Janeiro). Luiz Diogo Lobo da Silva, Conde da Cunha. Assento de Junta de 12 de outubro de 1765. Rio de Janeiro, 12 out. 1765. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ffedee57-7cd5-4426-9f54-a04a3f7d03e1/content>. Acesso em: 17 jan. 2024.

LANHOSO, Antônio da Silva. *Carta ao capitão Inácio da Silva Costa remetendo ordem do governador de Minas Gerais na qual esta reivindica a posse do descoberto*. Arraial do Jacuí [Jacuí, MG]: [s. n.], 22 out. 1765. 2 doc. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1459175/mss1459175.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1459175/mss1459175.pdf). Acesso em: 7 mar. 2024.

LOPES, Domingos Gonçalves. *Carta a Carlos José da Silva remetendo duas procurações para o pagamento dos dízimos da freguesia de [Jacuhy] do ano de 1789*. Jacuhy [Jacuí, MG]: [s. n.], 12 abr. 1798. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=71452](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=71452). Acesso em: 7 mar. 2024.

OLIVEIRA, João Quintino de. *Fundo Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial)*. [Requerimento do Capitão-Mor João Quintin de Oliveira e outros referente à uma carta de sesmaria das terras incultas no sertão, Ribeirão da Cachoeira, Vila de São Carlos do Jacuí]. SG-CX.102-DOC.57. Vila Rica. 18 Jun 1817.

REGO, Francisco Pinto. *Comunicado ao Governador da Capitania de São Paulo sobre Avanço dos Mineiros*. Destinatário: Governador Luís Antônio de Souza Botelho Mourão. Vila de Jaguary, 30 out. 1771. 1 Carta. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1461441/mss1461441.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461441/mss1461441.pdf). Acesso em: 17 jan. 2024.

RIBAS, Luís Antônio. [*Carta a Sua Majestade apontando as causas do baixo rendimento do registro [Jacuí], e sugerindo algumas atitudes para solucionar os problemas, tais como a ampliação dos limites fronteiriços, e o envio de patrulhas com soldados de 1ª linha para substituir as milícias despreparadas que guarneciam a localidade*]. Jacuí, MG: [s. n.], 27 mar. 1825. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=69383](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=69383). Acesso em: 7 mar. 2024.

SILVA, José Correia da. *Parecer Negativo à Petição de Tutela feita por Maria Cesária de Andrade Rosa Valente. Destinatário: Governador Luís Antônio de Souza Botelho Mourão*. São Paulo, SP, 15 abr. 1766. 1 Carta. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1459084/mss1459084.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1459084/mss1459084.pdf). Acesso em: 17 jan. 2024.

SILVA, José Leme da. *Comunicado ao Governador da Capitania de São Paulo sobre Mudança de Famílias para Camanducaia*. Destinatário: Governador Luís Antônio de Souza Botelho Mourão. Vila de Jaguary, 20 jul. 1770.

SILVA, José Leme da. *Comunicado ao Governador da Capitania de São Paulo sobre Pretensão dos Mineiros*. Destinatário: Governador Luís Antônio de Souza Botelho Mourão. Vila de Jaguary, 1º nov. 1771. 1 Carta. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1459096/mss1459096.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1459096/mss1459096.pdf). Acesso em: 17 jan. 2024.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. TJMG\_Curvelo\_20906050\_Ação de liberdade de Eugênio, africano, escravizado de Manoel Ribeiro dos Santos, por intermédio de seu curador Antônio Teixeira Lopes Guimarães, “por ter sido importado para o Brasil, e vendido como escravo, muito depois da lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta um, que proibiu o tráfico dos africanos”. Coordenação de Arquivo Permanente TJMG, 6 nov. 1883.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. TJMG\_Curvelo\_20906804\_“Autuação de uma petição e documentos de Antônio [Martins], escravo de D. Felisberta Pinto de Carvalho para manutenção de liberdade do mesmo”. Coordenação de Arquivo Permanente TJMG, 9 nov. 1887a.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. TJMG\_Curvelo\_20912069\_Ação de liberdade de Francisco, Sergio e Francisca, “representados por seu Curador, o cidadão Antônio Teixeira Lopes Guimarães”, escravizados de Joaquina Zeferina de São José e Francisco d’Assis Pereira. Coordenação de Arquivo Permanente TJMG, 21 dez. 1887b.



Marc Ferrez/ Mulher negra da Bahia/ Acervo Instituto Moreira Salles

## FICHA TÉCNICA

**Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG**

**Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJF**

**Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED**

**Gerência de Arquivo e Gestão Documental da Secretaria do TJMG e de  
Gestão de Documentos Eletrônicos e Permanentes - GEDOC**

**Coordenação de Arquivo Permanente TJMG - COARPE**

*Coordenadora*

Sônia da Conceição Aparecida dos Santos

*Supervisor Administrativo*

Vagner de Souza Carmo

*Assistente Executivo*

Vitor Hugo Santos de Melo

*Encarregado de Serviços*

Marcus Vinícius Ferreira Leite

*Auxiliar de Limpeza*

Terezinha Joana das Dores

*Equipe Técnica:*

*Historiadores*

André Onofre Limírio Chaves

Júlia Pazzini Scarpelli de Aguiar

*Conservadores e Restauradores*

Maycon Felipe da Silva Amaral

Patrícia Vaz de Mello Lavall

*Equipe de Apoio:*

Davi Rodrigues de Souza

Raiane Ferreira de Souza

Robson Jose Fernandes

Jairo Soares

*Equipe de Cadastro:*

Edileuza da Silva Santos

Gláucia do Nascimento Diniz

Jonatan Ferreira dos Santos

Julia Xavier Santos

*Equipe de Digitalização:*

Igor Hélio Santos Cardoso  
Leiriane Cristiane dos Santos  
Cristiano dos Santos Durães  
Pedro Marçal Costa Silva

*Equipe de Atendimento:*

Victor Vieira de Almeida  
Gustavo Fabiano Soares  
Pâmela Silva de Freitas

*Estagiários de História:*

Anna Luiza de Brito Martins  
Gustavo Lopes Santos Anunciação  
Vinícius Magalhães Faustini Kindlé

*Estagiários de Conservação e Restauração:*

Ana Carolina Marques de Souza  
Rafaela Viana Fialho  
Viviane Aparecida Silva

***Guia de fontes documentais do Arquivo Permanente do TJMG - História Negra:  
escravidão, liberdades, resistências e violências***

*Organizadores:*

André Onofre Limírio Chaves  
Júlia Pazzini Scarpelli de Aguiar  
Sônia da Conceição Aparecida dos Santos

*Coordenação Editorial:*

André Onofre Limírio Chaves

*Textos, Pesquisa Histórica e Revisão:*

André Onofre Limírio Chaves  
Júlia Pazzini Scarpelli de Aguiar

*Pesquisa de Apoio:*

Anna Luiza de Brito Martins  
Gustavo Lopes Santos Anunciação  
Vinícius Magalhães Faustini Kindlé

*Disponibilização das fontes no Acervo Minas Justiça:*

*Arquivista*

Bruna Michels

*Estagiários de Arquivologia*

Ana Laura Valente Caetano Martins  
Louane Barreiros Lima  
Lucas Braulino Santos





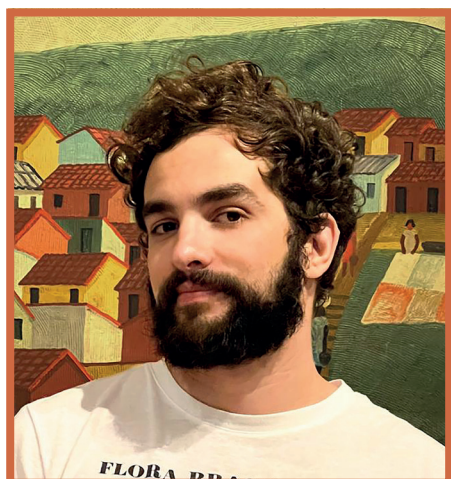




## BIOGRAFIA



**Sônia da Conceição Aparecida dos Santos** é formada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH) e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui pós-graduação em Direito Constitucional e em Direito Administrativo e é pós-graduanda em Direito do Consumidor. Atua como Coordenadora da Coordenação de Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (COARPE/TJMG), com experiência nas áreas de gestão documental, preservação de acervos e políticas de acesso à informação.



**André Onofre Limírio Chaves** é historiador, com ênfase em curadoria, colecionismo, História da Arte e dos Museus. Mestre e doutor em História pela UFMG, na linha de pesquisa Cultura e Ciência na História, com estudos voltados às coleções e museus entre os séculos XVIII e XIX. É autor da dissertação *Do Kemet para o Novo Mundo: o colecionismo de antiguidades egípcias no Brasil Imperial (1882–1889)* e da tese *Colecionar o Brasil: de Vieira Couto a D. Leopoldina de Habsburgo-Bragança*. Integra o *Rariorum – Núcleo de Pesquisa em História das Coleções e dos Museus (ECI/UFMG)*. Realizou intercâmbio acadêmico na Universidade de Évora (2016) e trabalhou no setor de curadoria do Instituto Inhotim (2019–2021) e da Frick Collection, Nova York (2023). Atualmente é historiador na Coordenação do Arquivo Permanente do TJMG.



**Júlia Pazzini Scarpelli de Aguiar** é historiadora licenciada e bacharela pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição na linha de História Social da Cultura, cujo tema de investigação é a aplicação das penas de galés e morte como mecanismos coercitivos do Estado Imperial. Sua trajetória acadêmica é dedicada ao estudo aprofundado da história mineira no século XIX cuja monografia se intitula *“Memórias da Escravidão no Judiciário Mineiro: Ações de Liberdade no Serro, século XIX”* (2022). Atualmente é historiadora na Coordenação do Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, atuando com o desenvolvimento de pesquisas que auxiliam a interpretação do patrimônio documental mineiro.

